Economia

11.º ano

11

Ministério da Educação

ONLINE +OFFLINE +DOWNLOAD

Manual Digital na app EV Smart Book e em www.escolavirtual.cv

escola virtual
um serviço Porto Editora

Explora o manual digital do teu livro

Exercícios Interativos
Para resolução com *feedback* imediato.

Vídeos e interatividades
Explicam a matéria de forma motivadora.

Jogos
Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.

Áudios
Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.

QuizEV
Desafiam-te a mostrares o que sabes. Podes, também, jogar com os teus amigos.

www.escolavirtual.cv

Economia

11.º ano

Manual Revisto

O presente manual foi revisto e validado pelo Professor João Brito da Universidade de Cabo Verde.

Explora o teu manual digital

https://escolavirtual.cv

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv

Ministério da Educação

Podes também aceder ao teu livro através da **app EV Smart Book**

DISPONÍVEL NO Google Play

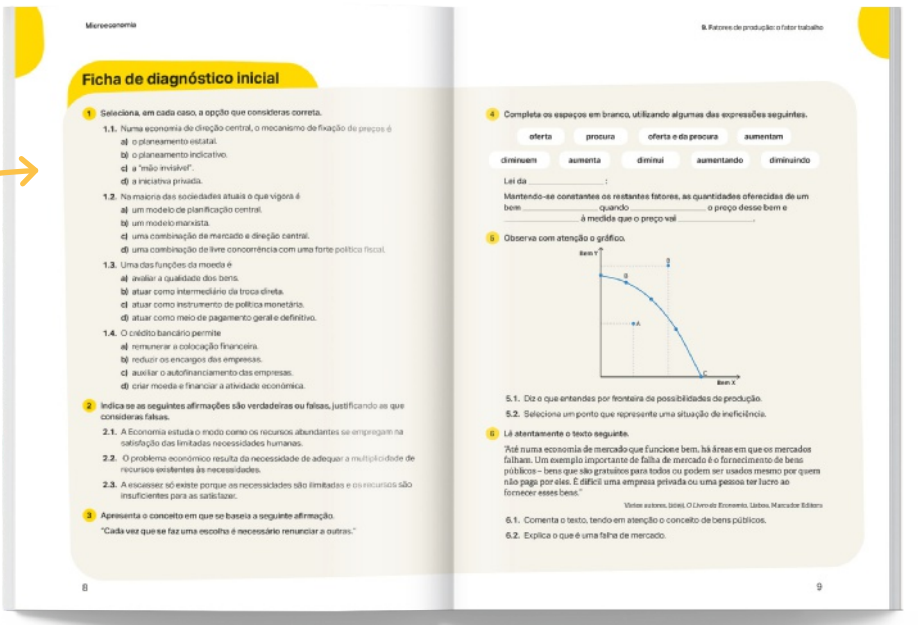
Descarregar na App Store

Conhece o teu manual

O manual está organizado para que possas aprender de forma autónoma e que consigas ter sucesso. Cada capítulo contribuirá para desenvolveres saberes, capacidades, atitudes e valores, que te permitirão atingir os objetivos da disciplina de **Introdução à Economia** do 11.º ano.

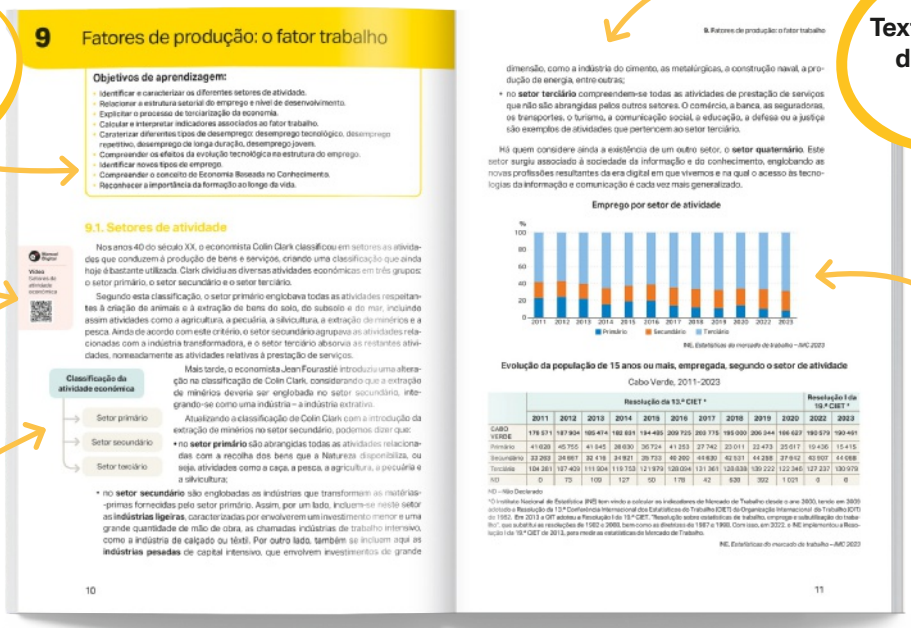
Cada unidade inicia com o separador…

… e com uma ficha de diagnóstico…



Exercícios com tipologias variadas

Ao longo da unidade, podes encontrar…



Objetivos de aprendizagem a adquirir em cada tema

Textos explicativos de acordo com o programa

Recursos digitais

Gráficos

Esquemas

Encontras também…

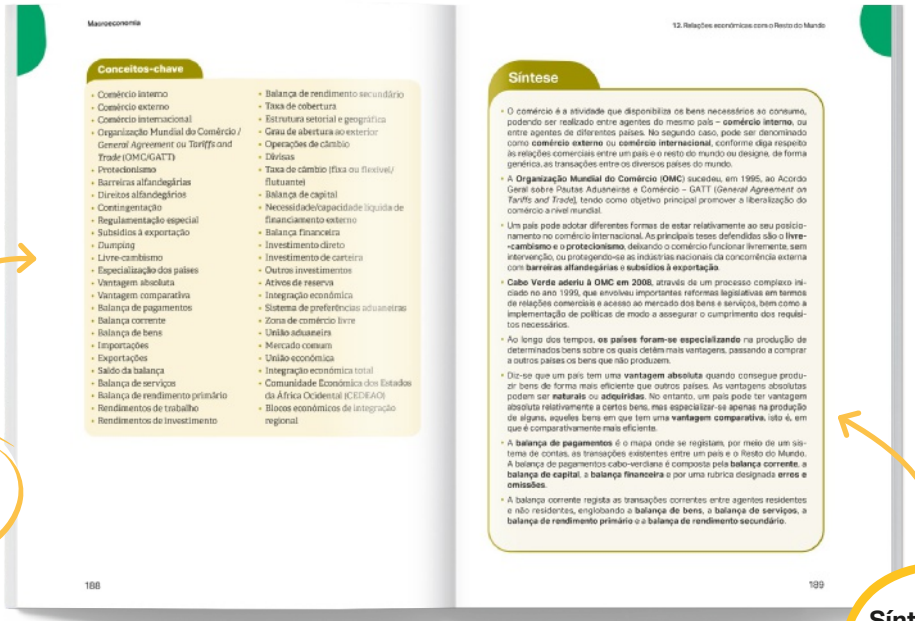
Documentos que apoiam a aprendizagem

Definições de conceitos importantes

Imagens que espelham a realidade local

Questões que te ajudam a estudar

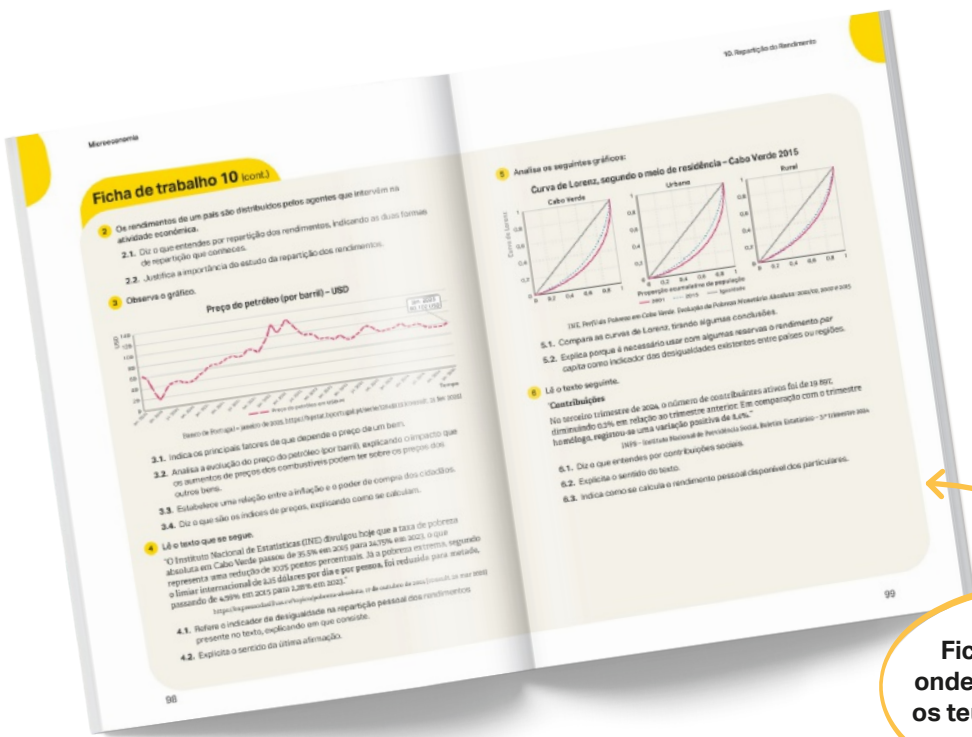
Cada unidade encerra com…



Conceitos--chave

Sínteses dos conteúdos

… e fichas de trabalho…



Fichas de trabalho onde podes consolidar os teus conhecimentos

Índice

3

Microeconomia 6

9. Fatores de produção: o fator trabalho 10
9.1. Setores de atividade 10
9.2. Fator trabalho – alguns indicadores 17
9.3. O desenvolvimento tecnológico 29

10. Repartição do Rendimento 48
10.1. Rendimentos 48
10.2. Rendimento e inflação 58
10.3. Indicadores de desigualdades na repartição pessoal dos rendimentos 77
10.4. Redistribuição do rendimento 86

4

Macroeconomia 100

11. O circuito económico e a Contabilidade Nacional 102
11.1. Circuito económico 102
11.2. A Contabilidade Nacional 119

12. Relações económicas com o Resto do Mundo 148
12.1. As relações económicas internacionais 148
12.2. Balança de pagamentos 160
12.3. A integração económica 178
12.4. Blocos económicos de integração regional 185

13. Crescimento e desenvolvimento 193
13.1. Crescimento económico e desenvolvimento 193
13.2. Crescimento económico moderno 218
13.3. Desenvolvimento humano e sustentável 231

3

Microeconomia

Capítulo 9: Fatores de produção: o fator trabalho

Capítulo 10: Repartição do Rendimento

Ficha de diagnóstico inicial

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. Numa economia de direção central, o mecanismo de fixação de preços é

a) o planeamento estatal.

b) o planeamento indicativo.

c) a "mão invisível".

d) a iniciativa privada.

1.2. Na maioria das sociedades atuais o que vigora é

a) um modelo de planificação central.

b) um modelo marxista.

c) uma combinação de mercado e direção central.

d) uma combinação de livre concorrência com uma forte política fiscal.

1.3. Uma das funções da moeda é

a) avaliar a qualidade dos bens.

b) atuar como intermediário da troca direta.

c) atuar como instrumento de política monetária.

d) atuar como meio de pagamento geral e definitivo.

1.4. O crédito bancário permite

a) remunerar a colocação financeira.

b) reduzir os encargos das empresas.

c) auxiliar o autofinanciamento das empresas.

d) criar moeda e financiar a atividade económica.

2 **Indica se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas, justificando as que consideras falsas.**

2.1. A Economia estuda o modo como os recursos abundantes se empregam na satisfação das limitadas necessidades humanas.

2.2. O problema económico resulta da necessidade de adequar a multiplicidade de recursos existentes às necessidades.

2.3. A escassez só existe porque as necessidades são ilimitadas e os recursos são insuficientes para as satisfazer.

3 **Apresenta o conceito em que se baseia a seguinte afirmação.**

"Cada vez que se faz uma escolha é necessário renunciar a outras."

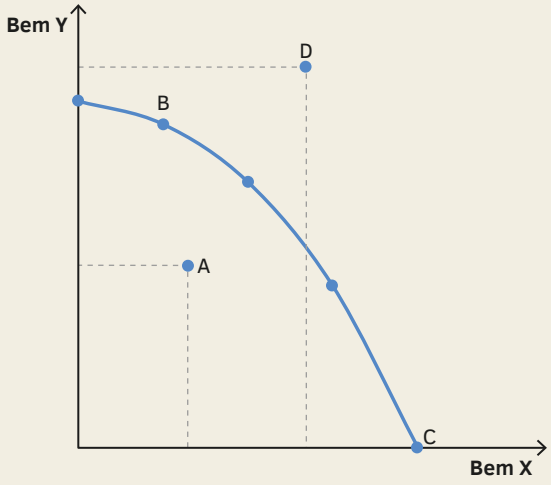
4 Completa os espaços em branco, utilizando algumas das expressões seguintes.

oferta	**procura**	**oferta e da procura**	**aumentam**
diminuem	**aumenta**	**diminui**	**aumentando**	**diminuindo**

Lei da _____ :

Mantendo-se constantes os restantes fatores, as quantidades oferecidas de um bem _____ quando _____ o preço desse bem e _____ à medida que o preço vai _____.

5 Observa com atenção o gráfico.



5.1. Diz o que entendes por fronteira de possibilidades de produção.

5.2. Seleciona um ponto que represente uma situação de ineficiência.

6 Lê atentamente o texto seguinte.

"Até numa economia de mercado que funcione bem, há áreas em que os mercados falham. Um exemplo importante de falha de mercado é o fornecimento de bens públicos – bens que são gratuitos para todos ou podem ser usados mesmo por quem não paga por eles. É difícil uma empresa privada ou uma pessoa ter lucro ao fornecer esses bens."

Vários autores, (2019), *O Livro da Economia*, Lisboa, Marcador Editora

6.1. Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de bens públicos.

6.2. Explica o que é uma falha de mercado.

9 Fatores de produção: o fator trabalho

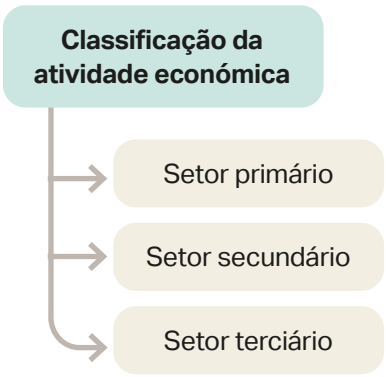
Objetivos de aprendizagem:

- Identificar e caracterizar os diferentes setores de atividade.
- Relacionar a estrutura setorial do emprego e nível de desenvolvimento.
- Explicitar o processo de terciarização da economia.
- Calcular e interpretar indicadores associados ao fator trabalho.
- Caraterizar diferentes tipos de desemprego: desemprego tecnológico, desemprego repetitivo, desemprego de longa duração, desemprego jovem.
- Compreender os efeitos da evolução tecnológica na estrutura do emprego.
- Identificar novos tipos de emprego.
- Compreender o conceito de Economia Baseada no Conhecimento.
- Reconhecer a importância da formação ao longo da vida.

9.1. Setores de atividade

Nos anos 40 do século XX, o economista Colin Clark classificou em setores as atividades que conduzem à produção de bens e serviços, criando uma classificação que ainda hoje é bastante utilizada. Clark dividiu as diversas atividades económicas em três grupos: o setor primário, o setor secundário e o setor terciário.

Segundo esta classificação, o setor primário englobava todas as atividades respeitantes à criação de animais e à extração de bens do solo, do subsolo e do mar, incluindo assim atividades como a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a extração de minérios e a pesca. Ainda de acordo com este critério, o setor secundário agrupava as atividades relacionadas com a indústria transformadora, e o setor terciário absorvia as restantes atividades, nomeadamente as atividades relativas à prestação de serviços.



Mais tarde, o economista Jean Fourastié introduziu uma alteração na classificação de Colin Clark, considerando que a extração de minérios deveria ser englobada no setor secundário, integrando-se como uma indústria – a indústria extrativa.

Atualizando a classificação de Colin Clark com a introdução da extração de minérios no setor secundário, podemos dizer que:

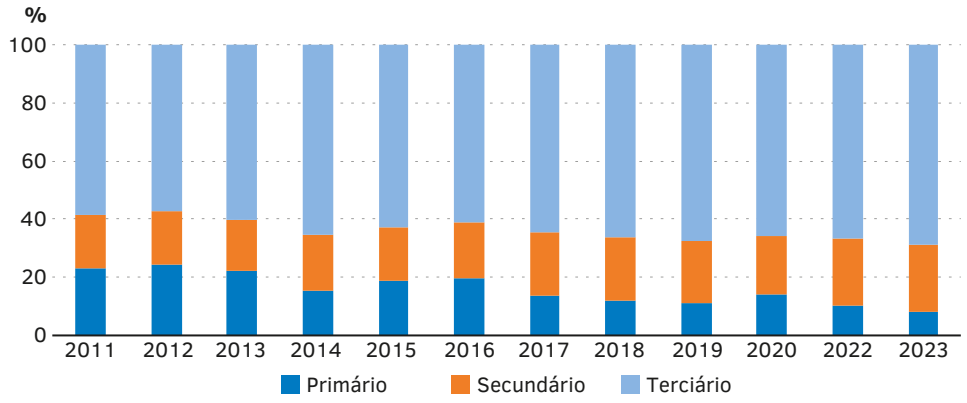
- no **setor primário** são abrangidas todas as atividades relacionadas com a recolha dos bens que a Natureza disponibiliza, ou seja, atividades como a caça, a pesca, a agricultura, a pecuária e a silvicultura;
- no **setor secundário** são englobadas as indústrias que transformam as matérias-primas fornecidas pelo setor primário. Assim, por um lado, incluem-se neste setor as **indústrias ligeiras**, caracterizadas por envolverem um investimento menor e uma grande quantidade de mão de obra, as chamadas indústrias de trabalho intensivo, como a indústria de calçado ou têxtil. Por outro lado, também se incluem aqui as **indústrias pesadas** de capital intensivo, que envolvem investimentos de grande

dimensão, como a indústria do cimento, as metalúrgicas, a construção naval, a produção de energia, entre outras;

- no **setor terciário** compreendem-se todas as atividades de prestação de serviços que não são abrangidas pelos outros setores. O comércio, a banca, as seguradoras, os transportes, o turismo, a comunicação social, a educação, a defesa ou a justiça são exemplos de atividades que pertencem ao setor terciário.

Há quem considere ainda a existência de um outro setor, o **setor quaternário**. Este setor surgiu associado à sociedade da informação e do conhecimento, englobando as novas profissões resultantes da era digital em que vivemos e na qual o acesso às tecnologias da informação e comunicação é cada vez mais generalizado.

Emprego por setor de atividade



INE, *Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023*

Evolução da população de 15 anos ou mais, empregada, segundo o setor de atividade

Cabo Verde, 2011-2023

	Resolução da 13.ª CIET *										Resolução I da 19.ª CIET *	
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2022**	**2023**
CABO VERDE	**178 571**	**187 904**	**185 474**	**182 831**	**194 485**	**209 725**	**203 775**	**195 000**	**206 344**	**186 627**	**190 579**	**190 461**
Primário	41 028	45 755	41 045	28 030	36 724	41 253	27 742	23 011	22 473	25 617	19 436	15 415
Secundário	33 263	34 667	32 416	34 921	35 733	40 200	44 630	42 531	44 258	37 642	43 907	44 068
Terciário	104 281	107 409	111 904	119 753	121 979	128 094	131 361	128 838	139 222	122 346	127 237	130 979
ND	0	73	109	127	50	178	42	620	392	1 021	0	0

ND – Não Declarado

*O Instituto Nacional de Estatística (INE) tem vindo a calcular os indicadores de Mercado de Trabalho desde o ano 2000, tendo em 2009 adotado a Resolução da 13.ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1982. Em 2013 a OIT adotou a Resolução I da 19.ª CIET, "Resolução sobre estatísticas de trabalho, emprego e subutilização do trabalho", que substitui as resoluções de 1982 e 2008, bem como as diretrizes de 1987 e 1998. Com isso, em 2022, o INE implementou a Resolução I da 19.ª CIET de 2013, para medir as estatísticas de Mercado de Trabalho.

INE, *Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023*

Atividade 1

1. Indica o setor de atividade com maior peso na economia cabo-verdiana.
2. Comenta a evolução dos três setores de atividade nos períodos observados.
3. Diz o que entendes por setor quaternário.

Ao estudarmos a classificação por setores económicos, convém relembrar que as atividades económicas cabo-verdianas que compõem cada setor estão codificadas, desde 2008, pelo critério de classificação CAE-Rev.1. Como vimos no 10.º ano, segundo este critério, a atividade económica decompõe-se em 21 secções (ou ramos), conforme se pode observar na lista a seguir.

Classificação segundo CAE-Rev.1

Secção A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Secção B – Indústrias extrativas
Secção C – Indústrias transformadoras
Secção D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
Secção E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
Secção F – Construção
Secção G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
Secção H – Transporte e armazenagem
Secção I – Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
Secção J – Atividades de informação e de comunicação
Secção K – Atividades financeiras e de seguros
Secção L – Atividades imobiliárias
Secção M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Secção N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Secção O – Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Secção P – Educação
Secção Q – Saúde humana e ação social
Secção R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Secção S – Outras atividades de serviços
Secção T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio
Secção U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Documento 1

"As empresas podem desenvolver uma ou mais atividades dentro de um leque extremamente alargado de possibilidades, distribuídas pelos três setores básicos da atividade económica em geral: setor primário (agricultura, silvicultura e pescas), setor secundário (indústria) e setor terciário (comércio e serviços). Todavia, mesmo dentro de cada um dos setores referidos, podem ser identificadas várias atividades específicas diversas, que se encontram normalizadas no chamado Código de Classificação das Atividades Económicas (CAE)."

Porto Editora – CAE (*Código de Classificação das Atividades Económicas*) na Infopédia, Porto, Porto Editora, https://www.infopedia.pt/$cae-(codigo-de-classificacao-das-atividades [consult. 3 mar 2025]

Evolução da população de 15 anos ou mais, empregada, segundo o ramo de atividade económica, Cabo Verde, 2022-2023

	2022	2023
Cabo Verde	**190 579**	**190 461**
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	18 568	14 820
Indústrias Extrativas	868	595
Indústria Transformadora	19 347	18 731
Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	925	1 864
Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição	574	702
Construção	23 060	22 771
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	31 056	31 593
Transporte e Armazenagem	10 023	9 866
Alojamento e Restauração	14 487	18 389
Atividades de Informação e Comunicação	2 821	2 367
Atividades Financeiras e Seguros	1 296	1 580
Atividades Imobiliárias	376	534
Atividades de Consultoria Científicas e Técnicas	1 138	1 692
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	7 917	8 231
Administração Pública e Defesa, Segurança Social	20 025	18 888
Educação	14 823	13 265
Saúde Humana e Ação Social	5 400	4 943
Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	1 867	1 524
Outras Atividades e Serviços	5 272	5 366
Famílias Empregadoras de Domésticos	10 609	12 143
Organismos Internacionais e ONG	127	598

INE, *Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023*

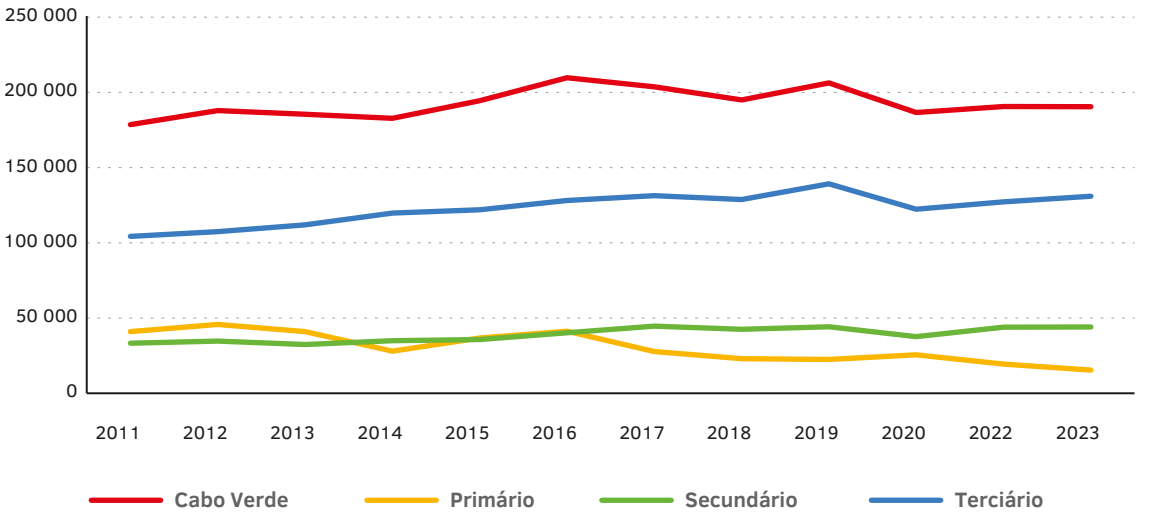
Atividade 2

1. Identifica três atividades económicas que se incluam no setor primário.
2. Apresenta exemplos de atividades pertencentes ao setor terciário.

Estrutura setorial do emprego e nível de desenvolvimento de um país

A classificação da atividade económica em setores apresenta bastantes vantagens, nomeadamente, a possibilidade de dar a conhecer a estrutura setorial do emprego[1], revelando o contributo de cada setor na produção total de um país; de analisar a evolução e o dinamismo dos vários ramos de atividade; de comparar os valores de um país com os de outros países e tirar conclusões acerca do seu nível de desenvolvimento.

População empregada: total e por setor de atividade



Vantagens da classificação da atividade económica

- Conhecer a estrutura setorial do emprego
- Analisar a evolução e o dinamismo dos vários ramos
- Comparar valores
- Aferir o nível de desenvolvimento

Analisando os dados sobre a evolução do emprego em Cabo Verde, entre 2011 e 2023, podemos constatar que o valor total não se alterou muito. No entanto, é de referir que, a partir de meados de 2013, o setor primário deixou de ultrapassar o setor secundário, passando a ter um peso cada vez menor na economia do país. Por outro lado, o setor terciário apresentou uma tendência geral de subida,

[1] Modo como se decompõe a população empregada pelos diferentes setores de atividade.

sendo o setor com maior preponderância na economia cabo-verdiana, no período em análise.

A **estrutura setorial** de cada país permite tirar algumas conclusões sobre o seu **nível de desenvolvimento**. Os países desenvolvidos, geralmente, apresentam um setor terciário com um grande peso, relativamente aos outros dois setores, enquanto os países em desenvolvimento costumam apresentar um menor peso relativo do setor terciário, como se pode observar no quadro com o Valor Acrescentado Bruto (VAB)[2] de cada setor de atividade. Conforme veremos a seguir, o peso do setor terciário habitualmente vai aumentando à medida que aumenta o nível de rendimento dos países.

A **estrutura setorial** de um país ajuda a aferir o seu **nível de desenvolvimento**. Geralmente, associa-se um maior peso relativo do setor terciário a um nível de desenvolvimento mais elevado.

Valor Acrescentado Bruto por setor (% do PIB) – 2022

Setor	Economias em desenvolvimento			Economias desenvolvidas
	Baixo rendimento	Médio rendimento	Elevado rendimento	
Primário	26,6%	14,6%	6,7%	1,6%
Secundário	26,7%	33,9%	38,3%	23,3%
Terciário	46,6%	51,5%	55,0%	75,2%

https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.GDPComponent [consult. 25 fev 2025]

Atividade 3

Analisa o quadro que se segue, com dados de diversos países referentes ao Valor Acrescentado Bruto por setor, em percentagem do PIB, no ano 2022.

Valor Acrescentado Bruto por setor (% do PIB) – 2022

Setor	Angola	Bélgica	Cabo Verde	Canadá	China	Japão	Libéria	Níger	Portugal	Somália	EUA
Primário	13,7%	0,7%	4,3%	2,0%	7,7%	1,0%	74,0%	39,5%	2,1%	60,2%	1,1%
Secundário	45,1%	22,4%	19,4%	25,3%	40,1%	29,0%	8,6%	21,8%	21,5%	7,4%	18,3%
Terciário	41,1%	76,9%	76,3%	72,7%	52,3%	70,0%	17,5%	38,8%	76,4%	32,5%	32,5%

UNCTAD, https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.GDPComponent [consult. 25 fev 2025]

1. **Comenta os principais aspetos do quadro, retirando algumas conclusões sobre o nível de desenvolvimento dos países de acordo com a sua composição setorial.**

[2] A repartição do VAB por setor, em % do PIB, revela a distribuição da economia por cada setor, representando o modo como a população empregada se encontra distribuída pelos diferentes setores.

Terciarização da economia

Terciarização
Processo de expansão do setor terciário aos setores primário e secundário, através da promoção de atividades relativas aos serviços.

Ano	População empregada no setor terciário (%)
2011	58,4
2012	57,2
2013	60,4
2014	65,5
2015	62,7
2016	61,1
2017	64,5
2018	66,3
2019	67,6
2020	65,9
2022	66,8
2023	68,8

INE, *Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023*

A estrutura da atividade económica tem-se vindo a alterar ao longo das últimas décadas, passando o setor terciário a ocupar uma parcela cada vez maior do conjunto total de atividades. O fenómeno a que nos referimos designa-se por **terciarização** da economia e resulta da expansão dos serviços às atividades que tradicionalmente pertenciam ao setor primário e secundário.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, como a Internet, originou novas formas de atividade, conciliando os setores tradicionais com os serviços disponibilizados pelas novas tecnologias.

A terciarização tem provocado uma profunda alteração na estrutura das atividades económicas, fazendo-se sentir de várias formas. Por um lado, promove o setor primário, aliando atividades mais rudimentares ao setor dos serviços; é o que acontece, por exemplo, com o comércio eletrónico de alguns produtos agrícolas de origem biológica ou outros produtos artesanais. Com o auxílio das novas tecnologias, exploram-se certos nichos de mercado que surgem, trazendo mais valor acrescentado a atividades como a agricultura ou a pesca. Por outro lado, a terciarização auxilia o setor secundário, permitindo uma maior e mais rápida aproximação aos consumidores finais.

Muitas indústrias, além de se dedicarem à produção, subcontratam alguns dos serviços de que necessitam, como, por exemplo, o *catering* (fornecimento de alimentos) ou serviços de limpeza. Além disso, por vezes, as empresas oferecem também serviços adicionais, como, por exemplo, serviços de consultoria ou outros serviços conexos à atividade, de modo a promover a comercialização e fidelização dos seus produtos.

A terciarização também está patente nas nossas casas. Nos dias de hoje, verifica-se com frequência que a execução de serviços outrora executados em casa passa agora, muitas vezes, a ser efetuada por terceiros, como, por exemplo, a entrega de refeições ao domicílio ou o tratamento de roupa. Por outro lado, os serviços associados à tecnologia disponibilizam os bens mais facilmente, promovendo a transversalidade entre os três setores de atividade.

O setor dos serviços em Cabo Verde tem vindo a aumentar de forma consistente, ao longo dos anos, tendo havido um importante contributo do turismo, dos transportes e do comércio.

Atividade 4

1. **Comenta a evolução do emprego no setor terciário em Cabo Verde, entre os anos 2011 e 2023, tendo em atenção o quadro da página 16.**
2. **Explicita o conceito de terciarização.**

9.2. Fator trabalho – alguns indicadores

Os recursos que o ser humano colhe da Natureza, na maioria das vezes, necessitam de ser transformados, em maior ou menor grau, antes de poderem ser utilizados para as suas respetivas funções, e os processos de transformação a que estes recursos são sujeitos implicam sempre alguma intervenção humana.

O **trabalho** define-se, assim, como a atividade, física ou intelectual, que é desempenhada pelo ser humano de modo remunerado, cujo principal objetivo é a produção de bens e/ou a prestação de serviços que permitam a satisfação de necessidades.

Trabalho
Atividade humana remunerada que permite a produção de bens e serviços necessários ao ser humano.

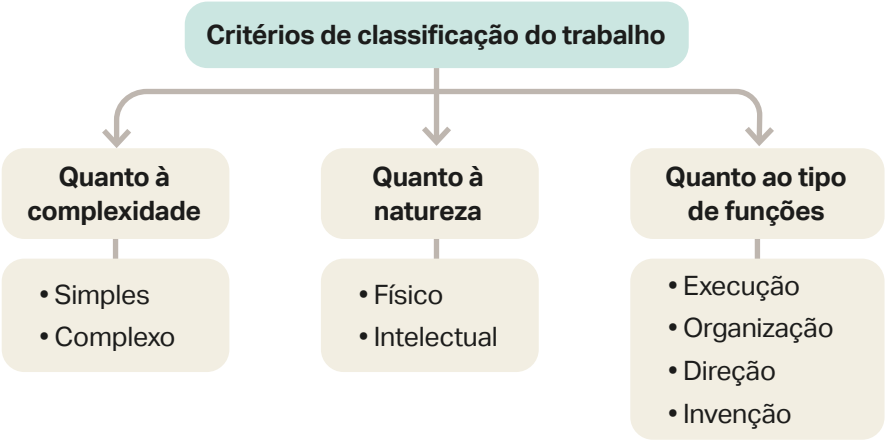
Isto quer dizer que ficam excluídas deste conceito todas as atividades que, embora possam ser fundamentais para a sociedade, não são desempenhadas de forma remunerada, como todo o trabalho de solidariedade social, a produção para consumo próprio ou até o trabalho doméstico.

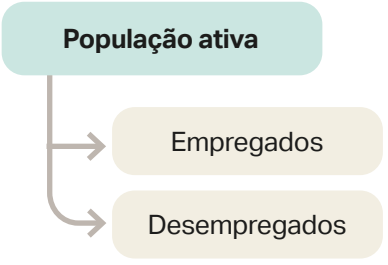
Existem diversos géneros de trabalho, variando, de uns casos para os outros, as exigências quanto ao grau de qualificação, quer em termos de aptidões quer de conhecimentos. O trabalho considera-se **simples** quando não é necessária qualquer qualificação particular, como o trabalho de um operador de caixa ou de uma linha de montagem que envolva tarefas simples e rotineiras, e classifica-se de **complexo** quando, pelo contrário, implica um conjunto de qualificações específicas que só podem ser obtidas por meio de um determinado treino/formação ou através de uma certa experiência profissional, como o trabalho de um cirurgião ou de um piloto de avião.

Por outro lado, o trabalho também se pode classificar em **manual**, nas situações em que predomina o esforço físico, como o trabalho de um pedreiro ou de um artesão, e **intelectual**, nos casos em que sobressai o esforço mental, como o trabalho de um professor ou de um investigador científico.

As tarefas desempenhadas pelo ser humano nos diferentes tipos de trabalho também dão origem a outro tipo de classificação. Assim, considera-se:

- trabalho de **execução** aquele que envolve a concretização de tarefas preestabelecidas, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido por um operário numa fábrica;
- trabalho de **organização** aquele relativo às tarefas de coordenação do trabalho do ser humano com utilização de máquinas e equipamentos, como, por exemplo, o trabalho administrativo de uma empresa;
- trabalho de **direção** aquele que se refere às tarefas de planeamento e controlo da atividade produtiva, como, por exemplo, o trabalho realizado por um chefe de um departamento de uma determinada empresa;
- trabalho de **invenção** aquele que diz respeito às descobertas de novos produtos e processos produtivos através da investigação, como, por exemplo, as pesquisas levadas a cabo por um determinado laboratório de investigação científica.





A seguir, iremos procurar compreender como é composta a população que se dedica à produção de bens e/ou prestação de serviços numa determinada sociedade, através do desempenho de uma atividade laboral remunerada. A questão é que nem todas as pessoas que fazem parte da população residente de um país trabalham ou estão em condições de trabalhar. Em Cabo Verde, para um cidadão poder trabalhar, necessita de ter, pelo menos, 15 anos de idade.

População ativa
Parte da população residente num país que constitui a sua força de trabalho num determinado momento.

A **população total** de um país é composta pela população ativa e pela população inativa.

A **população ativa** representa todos os indivíduos que desempenham atividades remuneradas ou os que, mesmo não estando empregados nesse determinado momento, se encontrem à procura de um emprego.

Por seu lado, a **população inativa** é composta por todas as pessoas que não têm capacidade para desempenhar uma atividade remunerada, incluindo-se, assim, os indivíduos com idade até 15 anos ou com idade superior a 64 anos. Os estudantes, as donas de casa, as pessoas com incapacidade ou invalidez, as crianças, os reformados ou os pensionistas, todos fazem parte da população inativa.

População inativa
Conjunto de indivíduos de um país que não fazem parte da população ativa.

População ativa com 15 anos ou mais, por sexo, grupo etário e nível de instrução

N.º indivíduos

População ativa	2022	2023
Cabo Verde	**214 014**	**212 313**
Sexo		
Masculino	120 129	119 896
Feminino	93 885	92 418
Grupo etário		
15-35	99 328	100 634
15-34	93 740	94 364
15-24	29 918	27 961
25-34	63 823	66 402
35-64	117 491	115 431
65 ou +	2 783	2 518
Nível de instrução frequentado		
Sem instrução	8 159	5 966
Básico	77 133	68 072
Secundário	94 063	105 857
Médio/Superior	34 659	32 419

INE, *Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023*

Atividade 5

1. Diz o que entendes por população ativa, explicando a importância do estudo deste conceito.
2. Apresenta dois exemplos de indivíduos que pertençam à população inativa.
3. Analisa o quadro com indicadores da população ativa cabo-verdiana, com 15 anos ou mais, e elabora um comentário sobre os principais aspetos a destacar.

Associado à noção de população ativa, surge o conceito de taxa de atividade. A **taxa de atividade** representa a percentagem da população total que é ativa, isto é, que trabalha ou que deseja trabalhar de forma remunerada.

A taxa de atividade é um importante indicador da situação de um país, na medida em que permite aferir a parte da população total que contribui para a produção do país. Quanto maior for a taxa de atividade de um país, maior será a sua capacidade produtiva.

Taxa de atividade
Percentagem da população total de um país que é ativa, isto é, que contribui para a produção do país.

População total e ativa do País A

Milhares de indivíduos

	Ano $_x$
População total	10 598,0
População ativa	5 527,2

População com 15 anos ou mais, total e ativa, por sexo

População total	**2023**
Cabo Verde	**367 514**
Sexo	
Masculino	183 826
Feminino	183 688
População ativa	**2023**
Cabo Verde	**212 313**
Sexo	
Masculino	119 896
Feminino	92 418

INE, *Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023*

Taxa de atividade da população com 15 anos ou mais, por sexo e grupo etário

%

Taxa de atividade	2022	2023
Cabo Verde	**58,2**	**57,8**
Sexo		
Masculino	65,4	65,2
Feminino	51,0	50,3
Grupo etário		
15-35	58,0	57,5
15-34	57,0	56,5
15-24	37,2	33,8
25-34	76,0	78,8
35-64	70,0	70,6
65 ou +	7,8	6,8

INE, *Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023*

$$\textbf{Taxa de atividade} = \frac{\text{população ativa}}{\text{população total}} \times 100$$

Aplicando a fórmula da taxa de atividade aos dados que constam na tabela com a população total e a população ativa do País A, no ano $_X$, teríamos:

$$\textbf{Taxa de atividade}_{\text{Ano x}} = \frac{5\,527{,}2 \text{ milhares}}{10\,598 \text{ milhares}} \times 100 \approx 52{,}2\%$$

No entanto, a taxa de atividade pode ser calculada em função de diferentes critérios, permitindo, em cada caso, dar uma informação mais detalhada, como, por exemplo, a taxa de atividade em função do sexo, do grupo etário, do nível de escolaridade completo ou da região a que respeita.

Para calcular cada uma dessas taxas, substitui-se, na fórmula geral, o numerador pelo número de indivíduos ativos que compõem essa categoria e o denominador pelo número de indivíduos da população total que pertencem a essa categoria.

A título de exemplo, iremos determinar a taxa de atividade da população cabo-verdiana com 15 anos ou mais[3] e a taxa de atividade da população feminina, com 15 anos de idade ou mais, com base nos dados da tabela sobre a população com 15 anos ou mais, total e ativa, por sexo, em 2023.

$$\textbf{Tx. atividade pop. c/ 15 anos ou mais} = \frac{\text{pop. ativa c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. total c/ 15 anos ou mais}} \times 100 = \frac{212\,313}{367\,514} \times 100 \approx 57{,}8\%$$

$$\textbf{Tx. atividade pop. feminina c/ 15 anos ou mais} = \frac{\text{pop. ativa feminina c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. total feminina c/ 15 anos ou mais}} \times 100 = \frac{92\,418}{183\,688} \times 100 \approx 50{,}3\%$$

Analisando o quadro com as taxas de atividade por sexo e grupo etário, verificamos que a população cabo-verdiana com 15 ou mais anos de idade, ativa, isto é, que estava empregada ou que pretendia estar, diminuiu 0,4 pontos percentuais (p.p.), de 2022 para 2023, passando de 58,2% para 57,8%.

[3] Fórmula habitualmente utilizada pelo INE no cálculo da taxa de atividade.

Também se verifica que as taxas de atividade feminina eram, em ambos os anos, inferiores às taxas de atividade masculina, havendo uma diferença de cerca de 14 a 15 p.p. entre os dois sexos, em 2022 e em 2023, com as taxas de atividade masculina da população com 15 e mais anos a rondar os 65% e as respetivas taxas de atividade feminina a situarem-se pouco acima dos 50%.

Quanto à análise por grupo etário, constata-se que, entre os 25 e os 34 anos, as taxas de atividade assumem os valores mais elevados, tendo subido de 2022 para 2023, de 76% para 78,8%, contrariando a tendência geral de diminuição anteriormente referida. Por outro lado, a taxa de atividade dos jovens dos 15 aos 24 anos era de 37,2%, em 2022, mas diminuiu no ano a seguir, passando para 33,8%.

Constata-se ainda que, na faixa etária dos 35 aos 64 anos, as taxas de atividade se situaram nos 70%, nos anos em análise, e, no grupo dos 65 ou mais anos, a taxa de atividade em 2022 era 7,8%, e menos 1 p.p. em 2023.

Atividade 6

Analisa com atenção o quadro seguinte.

População com 15, ou mais anos, total e ativa, por nível de instrição frequentada

População total	2022	2023
Cabo Verde	**367 860**	**367 514**
Nível de instrução frequentado		
Sem nível	33 193	30 543
Básico	130 877	118 072
Secundário	158 243	173 029
Médio/Superior	45 547	45 870
População ativa	**2022**	**2023**
Cabo Verde	**214 014**	**212 313**
Nível de instrução frequentado		
Sem instrução	8 159	5 966
Básico	77 133	68 072
Secundário	94 063	105 857
Médio/Superior	34 659	32 419

INE, *Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023*

1. **Determina a taxa de atividade para os diferentes níveis de instrução, em cada ano.**
2. **Constrói uma tabela com as taxas de atividade apuradas.**
3. **Comenta os valores calculados.**

Como se sabe, o conceito de população ativa abrange todos os indivíduos que constituem a força de trabalho de um país. No entanto, não nos devemos esquecer de que os desempregados também são uma das componentes da população ativa.

Assim, para podermos ter uma verdadeira abordagem do conceito de população ativa, iremos agora dedicar a nossa atenção ao tema do desemprego.

Desemprego

Desemprego
Problema que traduz a falta de emprego por parte de quem, reunindo condições para o fazer, se encontra à procura de um trabalho.

Nas últimas décadas, temos ouvido falar em crise económica com bastante frequência. Este é um problema que afeta não só Cabo Verde, mas também o resto do mundo. Um dos principais problemas de uma crise económica são as dificuldades sentidas pelas empresas, que acabam por se refletir numa diminuição do número de postos de trabalho, o que, por sua vez, pode gerar um fenómeno social denominado **desemprego**.

O desemprego, além de poder provocar angústia e desgaste psicológico nos desempregados e no seu seio familiar, também conduz a uma redução do poder de compra dos indivíduos, gerando, consequentemente, uma perda na sua qualidade de vida.

Os desempregados constituem a parte da população ativa que não está empregada, ou seja, são o conjunto de indivíduos que, embora reúnam condições e vontade para trabalhar, não conseguem obter emprego.

Documento 2

"**Perfil dos desempregados**
A população de 15 anos ou mais, desempregada, em 2023, era maioritariamente do sexo masculino, totalizando 51,8% contra 48,2% do sexo feminino. A idade média dos desempregados para Cabo Verde era de 31 anos, sendo de 32 anos nos homens e 30 anos nas mulheres.
A taxa de alfabetização dos desempregados foi de 98,4%. Cerca de 4,2% dos desempregados estavam a frequentar um estabelecimento de ensino, com maior incidência entre os homens, 4,7%, contra 3,8% entre as mulheres desempregadas.
Com uma média de 9,3 anos de escolaridade (8,6 anos de estudo nos homens e 10 anos de estudo nas mulheres), mais de metade dos desempregados tem como nível de instrução frequentado o nível secundário (60,3%), com maior incidência entre as mulheres (65,1% contra 55,7% entre as mulheres), e 10,7% o curso superior, com maior incidência entre as mulheres (13,3% contra 8,3% entre os homens).
A grande maioria dos desempregados já alguma vez tinha trabalhado (81,4%), e 18,6% estavam à procura do primeiro emprego. Outro dado importante de notar é que 33,2% dos desempregados já se encontravam nesta condição há um ou mais anos. Além disso, a duração média no desemprego é de 15 meses.

Os desempregados de 15-24 anos eram na sua grande maioria do sexo masculino (56%) e tinham em média 10 anos de estudo. Cerca de 41% estavam à procura do seu primeiro emprego e 37% já estavam nessa condição há um ano ou mais.
Por sua vez, os desempregados de 15-35 anos eram na sua grande maioria do sexo feminino (52%) e tinham em média 10 anos de estudo. A grande maioria já tinha trabalhado alguma vez, e 36% estavam no desemprego há um ano ou mais."

INE, *Estatísticas do Mercado de Trabalho, IMC 2023*

Podemos calcular a **taxa de desemprego** para apurar a percentagem de população ativa que está desempregada num determinado momento. Para isso, aplicamos a fórmula seguinte:

Taxa de desemprego
Percentagem da população ativa de um país que está desempregada.

$$\textbf{Tx. desemprego} = \frac{\text{população desempregada}}{\text{população ativa}} \times 100$$

Tal como a taxa de atividade, a taxa de desemprego também pode ser decomposta em função das suas diferentes categorias. Assim, é possível calcular a taxa de desemprego feminino, masculino, por região, por grupo etário, por nível de escolaridade completo, entre outras.

O cálculo efetua-se substituindo, na fórmula geral, o numerador pela população desempregada da categoria de desemprego que se está a estudar e o denominador pela população ativa que pertence a essa categoria[4].

A título de exemplo, iremos apurar a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos e a respetiva taxa de desemprego masculina, em 2023, de acordo com os dados da tabela:

População com 15 anos ou mais, desempregada e ativa, por sexo

População desempregada	**2023**
Cabo Verde	**21 853**
Sexo	
Masculino	11 320
Feminino	10 532
População ativa	**2023**
Cabo Verde	**212 313**
Sexo	
Masculino	119 896
Feminino	92 418

INE, *Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023*

$$\textbf{Tx. desemprego pop. c/ 15 anos ou mais} = \frac{\text{pop. desempregada c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. ativa c/ 15 anos ou mais}} \times 100 =$$

$$= \frac{21\,853}{212\,313} \times 100 \approx 10{,}3\%$$

[4] O INE costuma utilizar a categoria da população de 15 anos ou mais na sua forma de cálculo da taxa de desemprego.

Tx. desemprego masculina pop. c/ 15 anos ou mais =

$$= \frac{\text{pop. desempregada masculina c/ 15 anos ou mais}}{\text{pop. ativa masculina c/ 15 anos ou mais}} \times 100 = \frac{11\,320}{119\,896} = 100 \approx 9{,}4\%$$

Atividade 7

1 **Determina a taxa de desemprego da população feminina com 15 ou mais anos, em 2023, com base nos dados da tabela anterior.**

Como se pode observar no quadro com a evolução da taxa de desemprego da população cabo-verdiana de 15 anos ou mais, entre 2011 e 2023, a taxa de desemprego atingiu valores bastante mais elevados na década passada do que nos anos mais recentes. Apesar de ter alcançado 16,8%, em 2012, e de se ter mantido elevada nos anos seguintes, no ano 2023, a taxa de desemprego da população em idade ativa já tinha baixado para 10,3%.

Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%) – 2011 a 2023

	Resolução da 13.ª CIET											Resolução I da 19.ª CIET	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022	2022	2023
Cabo Verde	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	8,7	11,0	10,3

INE, *Indicadores de mercado de trabalho – IMC 2023*

Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%), por concelho

Taxa desemprego	2022	2023
Cabo Verde	**11,0**	**10,3**
Concelho		
Ribeira Grande	4,2	4,1
Paul	10,3	10,2
Porto Novo	12,2	11,0
São Vicente	9,7	8,5
Ribeira Brava	8,5	14,5
Tarrafal de São Nicolau	24,0	10,1
Sal	2,4	3,1
Boa Vista	8,6	2,2

Taxa desemprego	2022	2023
Maio	8,9	8,9
Tarrafal	16,1	9,8
Santa Catarina	10,5	17,5
Santa Cruz	16,4	9,7
Praia	13,5	12,7
São Domingos	11,2	17,2
São Miguel	11,4	9,3
São Salvador do Mundo	4,4	8,5
São Lourenço dos Órgãos	8,9	17,7
Ribeira Grande de Santiago	11,2	13,9
Mosteiros	14,2	4,3
São Filipe	6,3	9,8
Santa Catarina do Fogo	17,7	10,3
Brava	6,0	2,0

INE, *Estatísticas do mercado de trabalho – IMC 2023*

Documento 3

"**População desempregada e taxa de desemprego**

Em 2024 (2.ºT), a população desempregada foi estimada em 19 049 desempregados e a taxa de desemprego em 8,8%. Da análise por sexo, verificou-se uma taxa de desemprego de 8,9% entre os homens e 8,7% entre as mulheres. No meio urbano a taxa de desemprego foi de 8,4% e, no meio rural, foi de 10,5%.

A taxa de desemprego nos jovens de 15-24 anos foi de 22,1%, e na faixa etária de 25-34 anos foi de 11,9%.

Por concelho, verificou-se que os concelhos de São Domingos e São Lourenço dos Órgãos registaram as maiores taxas de desemprego do país, 19,8% e 13,4%, respetivamente. As menores taxas de desemprego foram registadas nos concelhos de Ribeira Grande (3,3%), Ribeira Brava (5,0%) e Mosteiros (5,1%), com uma taxa abaixo dos 6%."

INE, COMUNICADO DE IMPRENSA – *Estatísticas do mercado de trabalho – 2.º trimestre de 2024*

Atividade 8

1. Analisa a tabela e o texto anteriores, comentando os principais aspetos da evolução da taxa de desemprego por concelho, em Cabo Verde.

Causas e tipos de desemprego

Há diversos tipos de desemprego, variando a sua classificação em função do período de tempo durante o qual ele é sentido, das suas causas e do grau de dificuldade de o combater.

Algumas das principais causas de desemprego são a existência de mão de obra pouco qualificada, substituição do trabalho humano por máquinas, crises económicas, elevados custos de contratação de pessoal (impostos e outras contribuições), condições climáticas, legislação laboral pouco flexível, má gestão empresarial, entre outras.

As causas do desemprego consideram-se **estruturais**, se resultam de mudanças profundas na economia. Em geral, nestes casos, o desemprego é mais difícil de combater, as suas medidas de implementação podem demorar bastante tempo até começarem a produzir resultados.

Causas de desemprego

- Estruturais
- Conjunturais

As causas do desemprego também podem ser qualificadas como **conjunturais**, quando dizem respeito a fatores cíclicos da economia, por exemplo, quando se verifica uma recessão económica. Neste caso, geralmente, é menor o período de implementação de medidas de combate ao desemprego.

Desemprego de longa duração
Situação de desemprego com um período superior a um ano.

Ao analisarmos o problema do desemprego, tendo em atenção o período durante o qual este se faz sentir, devemos observar particularmente o caso do desemprego de longa duração. O **desemprego de longa duração** representa a situação dos indivíduos que se encontram à procura de emprego há mais de um ano.

Geralmente, as pessoas desempregadas recorrem aos mecanismos da Segurança Social para obter um subsídio de desemprego durante uma primeira fase, mas, quando este tipo de desemprego se prolonga por muito tempo, as pessoas deixam de poder receber os seus subsídios, ficando, muitas vezes, em situações de grande pobreza.

Chegados a esse ponto, os indivíduos acabam por ficar em risco de exclusão social, fazendo com que ainda seja mais difícil a obtenção de um emprego. Este é um dos tipos de desemprego mais difíceis de combater, uma vez que as suas marcas são muito profundas.

Um caso diferente é a situação temporária de desemprego, que ocorre sempre que os indivíduos se encontram entre dois

empregos, tendo saído de um para irem para outro. Esta situação não causa o mesmo tipo de constrangimentos que o caso anterior, pois o seu impacto é, em geral, muito menor, tratando-se, muitas vezes, de uma situação resultante de uma escolha voluntária por parte do desempregado, quando este pretendia mudar de emprego.

O desemprego estrutural, geralmente, resulta de um desfasamento entre as necessidades de mão de obra das empresas e o número de trabalhadores que compõem a oferta. Isto acontece quando a sociedade evolui e a mão de obra não acompanha os avanços tecnológicos e as mudanças que vão ocorrendo entretanto quer em termos de conhecimentos, quer em número de efetivos.

O progresso tecnológico conduz a uma maior eficiência dos mecanismos de produção, reduzindo-se assim as necessidades de mão de obra. Normalmente, o combate a este tipo de desemprego é muito complexo, exigindo mudanças nas políticas dos governos e nos processos de ensino dos profissionais atuais e das gerações futuras, tratando-se, assim, de uma mudança que requer um período de implementação razoavelmente longo.

As empresas modernas, para se manterem ativas no mercado, têm de ser bastante competitivas, necessitando de evoluir de acordo com as tendências tecnológicas. Assim, é fundamental que os recursos humanos sejam capazes de manter os seus conhecimentos atualizados. Quando isso não acontece, verifica-se o chamado desemprego tecnológico.

O **desemprego tecnológico** corresponde à dificuldade de acompanhamento da evolução tecnológica por parte dos trabalhadores e que afeta, sobretudo, os grupos etários mais elevados. Habitualmente, este tipo de desemprego surge como consequência dos desfasamentos estruturais da sociedade.

Desemprego tecnológico
Situação de desemprego devido a um desajuste entre o progresso tecnológico e a mão de obra.

Outro tipo de desemprego bastante comum é o desemprego repetitivo. O **desemprego repetitivo** é característico dos indivíduos que mudam de emprego de forma sistemática, não conseguindo manter-se num posto de trabalho por muito tempo.

Desemprego repetitivo
Situação de desemprego que se caracteriza pela contínua mudança de emprego por parte do trabalhador.

Em geral, este tipo de desemprego associa-se a pessoas com baixas qualificações, fazendo-se sentir sobretudo nas camadas mais jovens.

O **desemprego jovem** é um fenómeno frequente nos nossos dias, havendo uma elevada percentagem da população mais jovem que não consegue obter emprego, fazendo-se sentir sobretudo nos primeiros anos de idade ativa.

Desemprego jovem
Situação de desemprego que afeta de modo especial a população mais jovem em idade ativa.

Documento 4

"**Jovens sem emprego e fora do sistema de ensino ou de formação**

O IMC[1] 2024 (2.º t) permitiu estimar que 41 852 jovens de 15-35 anos estavam sem emprego e fora do sistema de ensino ou formação, representando 24,5% do total dos jovens nesta faixa etária.

Considerando a faixa etária de 15-24 anos, a proporção de jovens sem emprego e fora do sistema de ensino ou formação foi de 23%, equivalente a 18 928 jovens.

Da análise por sexo, registou-se que esse indicador teve maior incidência entre as mulheres: 27,4% para as jovens mulheres de 15-35 e 23,9% para mulheres de 15-24 anos. Entre os homens, registou-se 21,8% para os jovens de 15-35 anos e 22,2% entre os de 15-24 anos."

INE, *COMUNICADO DE IMPRENSA – Estatísticas do mercado de trabalho* – 2.º trimestre de 2024

[1] IMC – Inquérito Multi-objetivo Contínuo

Por vezes, também se observa uma tendência sazonal de desemprego. Isso ocorre principalmente nos ramos de atividade que têm características associadas a certas épocas específicas, como o caso de algumas formas de produção agrícola ou de um certo tipo de turismo.

Neste caso, trata-se de um género de atividades cujos ritmos de produção oscilam muito ao longo do ano, apresentando, por isso, necessidades pontuais de mão de obra apenas em determinadas épocas do ano, facto que conduz a situações de desemprego nas fases de menor atividade.

Atividade 9

1. **Procura descobrir as principais formas de desemprego existentes na tua localidade, refletindo sobre as suas causas eventuais e possíveis soluções para as reverter.**

Neste contexto, importa referir o fenómeno do subemprego, bastante predominante em Cabo Verde, que é outra forma de precariedade laboral. O **subemprego** atinge os indivíduos com 15 anos ou mais de idade que, num período de referência, trabalharam menos que 35 horas, declarando estar disponíveis para trabalhar mais horas, caso tivessem encontrado uma outra atividade.

Documento 5

Em 2024 (2.º T), a **população subempregada foi estimada em 17.376 e a taxa de subemprego em 8,8%**. Por meio de residência, o meio rural apresentou a maior taxa de subemprego, 13,3%, contra 7,8% no meio urbano. Entre as mulheres, a taxa de subemprego foi de 9,8% e entre os homens de 8,0%.

INE, *COMUNICADO DE IMPRENSA – Estatísticas do mercado de trabalho* – 2.º trimestre de 2024

9.3. O desenvolvimento tecnológico

O fenómeno do desemprego está intimamente relacionado com o forte desenvolvimento tecnológico que se tem verificado nas últimas décadas. O acelerado ritmo a que se produzem novas descobertas nos dias de hoje faz com que os produtos e processos de fabrico se tornem rapidamente obsoletos.

Como o ser humano utiliza máquinas e ferramentas para trabalhar, o esforço que necessita de despender depende, em grande parte, do grau de tecnologia incorporado nos instrumentos de trabalho que usa. Em alguns casos, o seu trabalho chega a ser quase integralmente substituído pelo trabalho das máquinas devido ao desenvolvimento tecnológico verificado.

Documento 6

"A inovação é essencial como fator impulsionador do progresso económico, sendo benéfica para os consumidores, as empresas e o conjunto da economia. [...] Em termos económicos, a inovação consiste no desenvolvimento e aplicação de ideias e tecnologias que melhoram os bens e serviços ou tornam a produção dos mesmos mais eficiente.

O desenvolvimento da tecnologia da máquina a vapor no século XVIII constitui um exemplo clássico de inovação. A máquina a vapor passou a ser utilizada nas fábricas, possibilitando a produção em massa, e revolucionou o transporte ferroviário. Mais recentemente, a tecnologia de informação transformou a forma como as empresas produzem e comercializam bens e serviços, tendo simultaneamente aberto novos mercados e dado origem a novos modelos de negócio."

https://www.ecb.europa.eu/ecb-and-you/explainers/tell-me-more/html/growth.pt.html [consult. 6 mar 2025]

A evolução tecnológica e a sua aplicação à atividade económica

Sugestão:
Pesquisa outros exemplos de novos tipos de emprego que tenham surgido com os recentes avanços tecnológicos.

A evolução tecnológica tem vindo a ganhar cada vez mais preponderância nas sociedades atuais, dinamizando a atividade económica, levando, inclusivamente, ao surgimento de novas atividades profissionais como a engenharia de dados ou a gestão de *marketing* digital.

Durante muitos séculos, os processos de descoberta decorreram de forma muito lenta. O ritmo das descobertas aumentou bastante com a revolução industrial, tendo acelerado mais a partir da segunda metade do século XX, vindo atualmente a atingir uma velocidade ainda maior.

Assim, importa refletir sobre alguns fenómenos que fazem parte do nosso dia a dia, como a digitalização, a automação, a robotização ou a inteligência artificial, resultantes da atual evolução tecnológica.

Digitalização

Digitalização
Processo através do qual se passa informação de um formato físico para um formato digital.

A **digitalização** é o processo através do qual se passa informação em formato físico para um formato digital, passando grande parte dos assuntos respeitantes ao ser humano e à atividade produtiva a ser progressivamente integradas pela informática por meio de determinados *softwares*. A digitalização promove o aumento da eficiência da ação do ser humano na medida em que permite novas formas de armazenamento, processamento e transmissão de dados, sem necessidade de uma grande ocupação de espaço físico.

Nos dias de hoje, os processos de digitalização estão presentes nas mais diversas áreas de ação humana, podendo ser identificados quer ao nível da esfera da vida privada, quer na esfera pública e nas variadas atividades empresariais. Encontramos indícios da sua existência no manuseamento de contas bancárias, em registos biográficos e de domiciliação fiscal, nos serviços de saúde e justiça, nas diferentes formas de atividade comercial e em inúmeras situações.

O trabalho passou a ser muito facilitado com a introdução da digitalização, pelo que, atualmente, é possível desempenhar inúmeras tarefas com muito menos esforço, de modo muito mais rápido e em muito menos tempo.

Documento 7

"A digitalização é o processo de conversão de dados do mundo real em formato digital. Essa transformação ocorre com a digitalização ou captura de uma imagem, a gravação de um som ou a tradução de um texto para um formato digital. Os dados digitalizados podem ser armazenados e processados por computadores, o que torna o seu compartilhamento e acesso mais fáceis do que se estivessem em formato analógico. A digitalização ajuda a preservar as informações porque os arquivos digitais são menos suscetíveis a danos."

https://www.capterra.pt/glossary/1014/digitization [consult. 6 mar 2025]

Documento 8

" "Na fase em que Cabo Verde está é fundamental a digitalização das informações históricas e da administração pública cabo-verdiana" – MCIC, Abraão Vicente.
O Instituto do Arquivo Nacional de Cabo Verde é conhecido como o guardião da história de Cabo Verde. Por ter na sua posse documentos muito importantes para o país, é importante que esta instituição esteja capacitada para fornecer dados à distância de um *clic*.
Na abertura da formação "Transição Digital – na gestão dos arquivos da Administração Pública", que aconteceu na manhã desta terça-feira, 02 de abril, o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas lembrou que o mundo está num processo muito acelerado e que Cabo Verde precisa acompanhar esse passo. "A gestão de informação é crucial para os tempos que passam. Por isso, a digitalização é importante visto que coloca num sistema informático todos os dados para que estejam acessíveis em qualquer lado", afirmou o Governante para quem é também importante que a disponibilização dos dados faça com que a inteligência artificial nos permita ter acesso ainda mais rápido aos mesmos."

https://www.governo.cv/na-fase-em-que-cabo-verde-esta-e-fundamental-a-digitalizacao-das-informacoes-historicas-e-da-administracao-publica-cabo-verdiana-mcic-abraao-vicente/ [consult. 6 mar 2025]

Atividade 10

"O que entendemos por digitalização? De forma genérica, podemos defini-la como o processo que permite que a informação seja passada de um formato físico para um digital. Por exemplo, quando transfere todos os seus contactos de uma agenda para o seu telemóvel ou quando lê o livro mais recente do seu autor favorito em formato de *e-book*. Também se aplica quando uma empresa decide digitalizar toda a sua documentação para economizar espaço no escritório."

https://www.apd.pt/diferencas-entre-digitalizacao-e-transformacao-digital-qual-e-a-certa-para-a-sua-empresa/ [consult. 6 mar 2025]

1 **Investiga outros exemplos de processos de digitalização.**

Automação
Conjunto de técnicas computorizadas aplicadas em máquinas ou processos de fabrico, de forma a torná-los mais eficientes e autónomos.

Automação

Outra forma como a evolução tecnológica também se faz sentir na atividade económica é utilizando a tecnologia de maneira a obter resultados com o mínimo de participação humana. Atualmente, é possível reduzir em grande parte das atividades o uso da mão de obra, através de elaborados processos mecânicos e computadorizados, a chamada automação. A **automação** consiste na utilização de sistemas automáticos de execução de tarefas e respetivo controlo.

A automação tanto pode ser usada para substituir tarefas simples e rotineiras das pessoas, como para uniformizar processos mais complexos que envolvam várias etapas, permitindo aumentar a eficiência e a produtividade. Nos dias de hoje, a automação está cada vez mais presente, sendo frequentemente utilizada no mundo empresarial.

Documento 9

"O *software* e as tecnologias de automação são usados numa ampla variedade de setores, das finanças à saúde, dos serviços públicos à defesa e praticamente em todos os lugares intermédios. A automação pode ser usada em todos os aspetos das funções de negócios e as organizações que a utilizam de forma mais eficaz podem obter uma vantagem competitiva significativa.
As organizações usam a automação para aumentar a produtividade e a rentabilidade, melhorar o atendimento e a satisfação do cliente, reduzir custos e erros operacionais, aderir aos padrões de conformidade, otimizar a eficiência operacional e muito mais. A automação é um componente-chave da transformação digital e é inestimável para ajudar as empresas a crescer."

https://www.ibm.com/br-pt/topics/automation [consult. 6 mar 2025] (adaptado)

Atividade 11

1. **Diz o que entendes por automação, explicando a sua relação com o desenvolvimento tecnológico.**

Documento 10

"A automação não deve ser confundida com a robotização. Saber as diferenças entre ambas é importante ao implementar uma dessas tecnologias, levando em conta a sua eficácia. **A automação de processos oferece confiabilidade e uma excelente produtividade quando se trata de trabalhar em ambientes estruturados**, enquanto a robotização oferece a vantagem de ter autonomia de decisão, permitindo trabalhar em ambientes mais variados."

https://www.iberdrola.com/inovacao/rpa-que-e [consult. 6 mar 25]

Robotização

Por seu lado, a **robotização** é o processo pelo qual certas tarefas humanas passam a ser integralmente desempenhadas por robôs, através da utilização de tecnologias sofisticadas.

Alguns mecanismos podem agir sem necessidade de interação humana, sendo capazes de executar procedimentos de autocorreção, como, por exemplo, a robótica utilizada ao serviço de uma linha de montagem ou a otimização das atividades de armazenamento e logística.

Robotização
Processo pelo qual certas tarefas humanas passam a ser desempenhadas por robôs, por meio de tecnologias sofisticadas.

Documento 11

"O recurso a tecnologias inteligentes, como a robótica e a Inteligência Artificial (IA), é cada vez mais comum na área da logística. Estas ferramentas têm vindo a revelar-se cruciais na **otimização das atividades de armazenamento e logística**.

A gestão das operações em armazém constitui uma atividade complexa e exigente e tem estado cada vez mais sob pressão fruto de circunstâncias como o crescimento do comércio eletrónico, a escassez de mão de obra disponível (sobretudo especializada) e o facto de este tipo de trabalho ser muito consumidor de recursos humanos, consequência da predominância de tarefas de mão de obra intensiva. Aos trabalhadores é exigido que realizem tarefas como a **separação individual, o embalar e o envio, item a item**.

A forte pressão trazida pelo crescimento do comércio eletrónico, por exemplo, tem-se refletido não só numa maior procura, mas também em clientes mais exigentes quanto à **rapidez nas entregas**, à **qualidade do serviço** e à **disponibilidade de *stocks***. A pandemia teve um impacto profundo e transformador na atividade dos retalhistas, fabricantes e cadeias de fornecimento. [...]

Documento 11 (cont.)

O que são *robots* de logística

Quando falamos do uso de *robots* na logística, referimo-nos, no essencial, ao processo de **armazenamento e mobilização de produtos** à medida que são deslocados dentro da cadeia de fornecimento. São utilizados principalmente em **instalações de armazenamento** e depósito para **organizar e transportar produtos**. Permitem, por outro lado, que se consiga atingir velocidades de realização das tarefas muito superiores ao que seria possível conseguir com o trabalho manual, o que contribui para ganhos de **rentabilidade e produtividade**.

Existem os tradicionais **AGV – Automated Guided Vehicle**, *robots* que começaram por ser a única opção para **automatizar as tarefas de transporte interno**. Trabalham em caminhos predefinidos, manobrando produtos para armazenamento dia e noite, ajudando a **simplificar as cadeias de logística e minimizando custos**. São particularmente utilizados em grandes estruturas, onde é necessário realizar entregas de materiais de forma consistente e repetitiva. O investimento inicial nesta tecnologia é considerável, o que significa que tende a ser suportado sobretudo por empresas cuja estrutura financeira suporte grandes custos iniciais e lentos retornos do investimento.

Os AMR (*robots* móveis autónomos), que – graças ao 'machine learning', à Inteligência Artificial e à visão computacional para navegação – permitem a realização de tarefas sem intervenção humana, são **uma tecnologia mais sofisticada, flexível e económica**.

Os *drones* aéreos também estão incluídos nesta nova gama de 'trabalhadores' tecnológicos que, nesta área da logística, ajudam a otimizar os processos de inventário do armazém, de forma mais rápida e precisa, e transmitir informação para uma melhor gestão de *stocks*. Não requerem *lasers* ou marcadores para os guiar, nem ocupam espaço em armazéns, e podem viajar rapidamente e chegar a locais de difícil acesso. A inovação não se fica, claro, por aqui, existindo outras tecnologias de robótica ao serviço da logística como é o caso dos *robots* de ASRS ('Automated Storage and Retrieval Systems') e de outros.

Depois, há ainda outro tipo de tecnologia de robótica que são os *cobots* ou *collaborative robots*, que, em lugar de substituir os seres humanos na realização de tarefas, trabalham ao lado dos mesmos. Graças aos avanços significativos da tecnologia de visão e sensores, os *cobots* operam com segurança e sucesso ao lado de humanos sem a necessidade de barreiras físicas entre eles."

CALDEIRA, Maria, https://www.sage.com/pt-pt/blog/a-robotizacao-da-logistica/ [consult. 6 mar 2025]

Atividade 12

1. Pesquisa outros exemplos de robotização.

Inteligência Artificial

Inteligência artificial
Sistema tecnológico com capacidade de reconhecer dados, aprender, tomar decisões e de se adaptar a novas situações.

A **inteligência artificial** (**IA**) é um dos expoentes máximos da evolução tecnológica dos nossos dias, consistindo na capacidade de uma máquina reproduzir competências humanas de aprendizagem, raciocínio, planeamento ou criatividade. Com a inteligência artificial é possível um equipamento reconhecer o ambiente à sua volta através de sensores, e, em seguida, funcionar de modo a alcançar objetivos específicos e/ou resolver eventuais problemas, sendo capaz de se ir adaptando, em cada momento, à medida que vai aprendendo a forma mais eficiente de atuar nas diversas circunstâncias com que se pode deparar.

A IA tem uma vasta aplicação, estando presente em muitas situações da nossa vida e em constante desenvolvimento: assistentes virtuais de empresas de produtos ou serviços que compramos; sistemas de reconhecimento de imagem de *smartphones*; eletrodomésticos domésticos como, por exemplo, os robôs de aspiração ou de cozinha; captação de imagens por meio de *drones*; motores de busca da Internet; sistemas de legendagem ou tradução automática de imagens e textos, entre muitos outros.

Documento 12

"**Como funciona a inteligência artificial?**
A IA funciona ao combinar grandes quantidades de dados com processamento rápido e interativo e algoritmos inteligentes, permitindo ao *software* aprender automaticamente com padrões ou informações nos dados. Inteligência artificial é um campo de estudo amplo, que engloba muitas teorias, métodos e tecnologias, assim como os seguintes subcampos:

- ***Machine learning*** automatiza a construção de modelos analíticos. Ele usa métodos de redes neurais, estatística, pesquisas de operações e física para encontrar *insights* escondidos em dados, sem ser especificamente programado para olhar um determinado lugar ou chegar a uma determinada conclusão.
- **Uma rede neural** é um tipo de *machine learning* composta de unidades interconectadas (como neurônios), que processam informações ao responder a entradas externas, retransmitindo-as entre as unidades. O processo requer passagens múltiplas nos dados para encontrar conexões e extrair significados de dados não definidos.

Documento 12 (cont.)

- ***Deep learning*** utiliza grandes redes neurais com muitas camadas de unidades de processamento, aproveitando-se de avanços no poder computacional e em técnicas de treinamento aprimoradas para aprender padrões complexos em grandes quantidades de dados. Aplicações comuns incluem reconhecimento de imagem e fala.
- **Computação cognitiva** é um subcampo de IA que almeja uma interação natural e humana com máquinas. Utilizando IA e computação cognitiva, o objetivo final é que a máquina simule processos humanos através da capacidade de interpretar imagens e fala – e, então, falar coerentemente em resposta.
- **Visão computacional** que depende do reconhecimento de padrões e de *deep learning* para entender o que há numa imagem ou vídeo. Quando as máquinas podem processar, analisar e entender imagens, podem capturar imagens ou vídeos em tempo real e interpretar o que há ao redor delas.
- **Processamento de linguagem natural** (PLN) é a capacidade que os computadores têm de analisar, entender e gerar linguagem humana, incluindo fala. O próximo estágio do PLN é a interação de linguagem natural, que permite que seres humanos se comuniquem com computadores utilizando linguagem normal, de uso diário, para realizar tarefas.

Adicionalmente, diversas tecnologias possibilitam e oferecem suporte à IA:

- **Unidades de processamento gráfico** são essenciais para a IA, porque fornecem o poder computacional pesado que é necessário para o processamento contínuo. Treinar redes neurais requer *big data* e poder computacional.
- **A Internet das Coisas** gera grandes quantidades de dados a partir de aparelhos conectados, sendo que a maioria deles não são analisados. Automatizar modelos com IA permitirá um maior uso deles.
- **Algoritmos avançados** estão a ser desenvolvidos e combinados de novas maneiras para analisar mais dados, mais rapidamente e em múltiplos níveis. Esse processamento inteligente é essencial para identificar e prever eventos raros, entendendo sistemas complexos e otimizando cenários únicos.
- **APIs** são pacotes portáteis de códigos que possibilitam a adição de funcionalidades de IA a produtos existentes e pacotes de *software*. Eles podem adicionar capacidades de reconhecimento de imagens a sistemas de segurança doméstica e capacidades de perguntas e respostas que descrevem dados, criam legendas e títulos ou chamam atenção para padrões interessantes e *insights* nos dados.

Em resumo, o objetivo da IA é fornecer *softwares* que possam raciocinar sobre as entradas e explicar as saídas de dados. A inteligência artificial fornece interações quase humanas com *softwares* e oferece apoio a decisões para tarefas específicas, mas ela não é uma substituição dos seres humanos – e também não será por bastante tempo.

https://www.sas.com/pt_br/insights/analytics/inteligencia-artificial.html [consult. 6 mar 2025] (adaptado)

Documento 13

"Estratégia Nacional para a Inteligência Artificial

As tecnologias de IA devem ser facilmente disponíveis para promover a eficiência e qualidade de todas as atividades, incluindo das PMEs, serviços públicos de cada cidadão. Isto exige qualificar a força de trabalho existente no setor público e privado para que a inteligência artificial, baseada na combinação de vários fatores, nomeadamente da tecnologia e da grande quantidade de dados, permita ganhos significativos na prestação de serviços aos cidadãos e empresas, bem como ganhos de produtividade e eficiência nas próprias instituições públicas, acelerando as tomadas de decisão de forma automatizada.

Todo esse conjunto de esforços terá de ser analisado de forma pormenorizada e estratégica, alicerçado em pilares sustentáveis, no intuito de avaliar o modelo de implementação num país insular e diaspórico como Cabo Verde, que, apesar das limitações, já possui exemplos de aplicação, através de *chatbots* públicos, que poderão ser replicados para melhorar a interação da A.P. com o cidadão, funcionário e empresas."

https://governacaodigital.gov.cv/estrategia-nacional-para-a-inteligencia-artificial/ [consult. 6 mar 2025] (adaptado)

Atividade 13

"**Cabo Verde: Agricultores recorrem à inteligência artificial**

O projeto "Ferramentas de monitorização e Inteligência Artificial para a agricultura inteligente" pretende preparar Cabo Verde para os desafios agrícolas como os prolongados ciclos de seca.

A agricultura inteligente surge como uma solução inovadora e sustentável para enfrentar os desafios singulares de países com escassez de chuvas, como Cabo Verde. A implementação de sistemas de Agricultura Inteligente em Cabo Verde abarca uma diversidade de tecnologias, incluindo a Internet das Coisas (IoT), a Inteligência Artificial (IA) e o uso de *drones* para mapeamento e monitorização agrícola. O projeto inovador em agricultura inteligente está a ser implementado pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)."

https://www.rfi.fr/pt/áfrica-lusófona/20240303-cabo-verde-agricultores-recorrem-à-inteligência-artificial [consult. 6 mar 2025]

1 **Comenta o texto, tendo em atenção o impacto que a aplicação da inteligência artificial pode ter na sociedade.**

A evolução tecnológica tem sido essencial para o desenvolvimento das sociedades atuais. No entanto, convém refletir sobre os seus custos e benefícios, sendo importante prestar atenção aonde nos vai levando todo este progresso tecnológico e procurar manter um sentido de equilíbrio relativamente às necessidades da humanidade e do planeta.

A Economia Baseada no Conhecimento

Documento 14

"O futuro dificilmente estará do lado dos que não possuem um elevado nível de qualificações. Mas também não estará do lado dos que apenas detêm informação. Muito provavelmente, os ventos soprarão a favor dos que detêm o conhecimento indispensável a processar a informação disponível de forma a construir novo conhecimento socialmente válido e economicamente transacionável, à escala global."

https://www.publico.pt/2020/11/19/opiniao/noticia/6-sociedade-conhecimento- [consult. 7 mar 2025]

Em meados do século XX, a necessidade de fazer frente aos problemas causados pelas guerras levou a diversas descobertas no campo das ciências e das tecnologias. Desde então, deram-se grandes avanços na área das comunicações, da eletrónica, da energia atómica, nuclear, entre outras áreas, que passaram a ser aplicados a uma grande variedade de atividades e em inúmeros contextos, dando depois origem a novos produtos e novas formas de trabalho e de produção.

Mais tarde, a informática e a automação vieram dinamizar os setores da indústria e dos serviços, assim como se foram desenvolvendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que permitiram aproximar os mercados e intensificar o processo de mundialização das trocas a uma escala sem precedentes. Essa fase da Revolução Industrial fez surgir um novo modelo de desenvolvimento económico, no qual o conhecimento é considerado o principal fator de alavancagem da economia – a chamada **Economia Baseada no Conhecimento**.

Documento 15

"**Economia Baseada no Conhecimento**
Expressão cunhada para descrever as tendências das economias avançadas no sentido de uma maior dependência do conhecimento, da informação e de elevados níveis de competências, bem como a necessidade crescente de acesso imediato a todos estes elementos por parte das empresas e dos setores públicos."

https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Knowledge-based_economy&action=statexp-seat&lang=pt [consult. 7 mar 2025]

Documento 16

"O conhecimento é cada vez mais um bem transacionável e um fator de produção, não suscetível de ser confundido com a trilogia clássica da terra, trabalho e capital. O conhecimento assume-se como fator suscetível de ser incorporado na mercadoria de quatro formas distintas:

- O conhecimento incorporado na tecnologia – que é a forma mais tradicional de criação de valor e que o transforma em capital fixo;
- O conhecimento incorporado no produto – que se pode expressar através do *design*, da marca, de um particular processo de produção ou do conjunto de significados expressos através de símbolos;
- O conhecimento incorporado nas pessoas – o que geralmente se designa por capital humano, enquanto combinatória de capacidades desenvolvidas pelos indivíduos ao longo do seu trajeto de vida;
- O conhecimento enquanto bem intangível suscetível de ser transacionado. Consideram-se nesta categoria os contributos para o avanço do conhecimento científico, as aplicações, as bases de dados sistematicamente organizadas, o que alguns teóricos definem como bens digitais."

https://www.publico.pt/2020/11/19/opiniao/noticia/6-sociedade-conhecimento- [consult. 7 mar 2025]

Principais aspetos que caracterizam a Economia Baseada no Conhecimento:

- O conhecimento passou a ser visto como um recurso essencial que impulsiona a economia, trazendo inúmeras vantagens para a sociedade.
- Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e inovação.
- Rápida difusão do conhecimento e das novas descobertas através das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).
- Importância da formação contínua ao longo da vida e da aposta na qualificação dos recursos humanos.

O conhecimento desempenha um papel fundamental nas sociedades, potenciando o seu crescimento económico, seja enquanto ***input*** (matéria-prima) na produção de outros bens, incorporado nos respetivos processos produtivos ou como **produto final**, sob a forma de bem de elevada intensidade tecnológica e/ou através da transmissão do próprio conhecimento, pela via da educação ou formação, contribuindo assim para elevar o nível de competências do capital humano.

O investimento em **Investigação e Desenvolvimento (I&D)** faz com que a produtividade das empresas vá melhorando à medida que a investigação vai gerando resultados, pois as inovações permitem-lhes agir de forma mais eficiente. Atualmente, a investigação assume um papel decisivo na competitividade das empresas – graças a ela, os produtos e processos de fabrico vão sendo sistematicamente inovados. O investimento em **inovação** tem vindo a ganhar cada vez mais importância nas sociedades atuais, desempenhando a tarefa fundamental de dinamizar a atividade económica. As inovações podem ser de produto ou de processo, tratando-se no primeiro caso de alterações ao nível do produto e no segundo caso de melhorias no processo de fabrico.

Por outro lado, vivemos numa época em que o **progresso tecnológico** é de tal forma acelerado que exige uma constante atualização dos conhecimentos. Com o acesso generalizado à Internet e às redes digitais, as pessoas estão cada vez mais sedentas de informação, a **difusão do conhecimento** passou a ser muito mais rápida, alcançando todos os pontos do globo.

Nesta era da informação, não basta apostar na educação no início da vida, é necessário investir em **formação contínua ao longo da vida** para não se ficar desatualizado. A formação inicial deve promover o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos de modo a permitir que, mais tarde, possam ser autodidatas e continuar a procurar novos conhecimentos à medida que vão sentindo necessidade. Cada pessoa deve decidir o trilho que pretende percorrer e procurar adquirir os conhecimentos de acordo com os seus objetivos.

Empregabilidade
Conjunto de aptidões para o trabalho que contribuem para aumentar a facilidade de um indivíduo obter emprego.

A competitividade das empresas depende do seu nível de capital humano, sendo fundamental uma forte aposta na **qualificação dos recursos humanos**, que além do mais, conduz a um aumento da respetiva **empregabilidade** – o conjunto de competências que cada indivíduo possui que o auxiliam a obter um emprego. Quanto maior é a empregabilidade de uma pessoa, maior é a sua probabilidade de encontrar trabalho.

Por outro lado, o desemprego é menor nos casos em que os indivíduos detêm um grau de empregabilidade superior, pois o facto de possuírem mais aptidões valoriza-os, sendo vistos como recursos com maior potencial do ponto de vista do empregador. A formação ao longo da vida contribui de forma decisiva para o aumento do grau de empregabilidade de um indivíduo.

Atividade 14

"A sociedade do conhecimento designa uma forma de organização social, económica e cultural que tem como base, material e simbólica, o conhecimento. Ora, o conhecimento é verdadeiramente importante para os humanos se ajustarem ao mundo, à realidade em que vivem e vão viver, é, pois, uma condição de sobrevivência. Ao mesmo tempo que o conhecimento se baseia na atividade humana (seja senso comum ou conhecimento científico), a educação também se baseia no conhecimento, num triplo sentido: a educação absorve conhecimento, a educação reproduz conhecimento e a educação produz conhecimento. Contudo, a relação tradicional da sociedade com o conhecimento tem vindo a mudar através das tecnologias digitais. Estas permitem às pessoas aprenderem onde e quando querem, de modo livre e flexível, participando em diversas comunidades de interesse e de práticas. [...]

Com o advento do período pós-industrial, houve uma maior concentração da força de trabalho nos serviços, nas ideias e na comunicação, emergindo uma sociedade diferente, onde o modelo de trabalho valorizou a polifuncionalidade, a flexibilidade e as redes descentralizadas. [...]

Se o sucesso económico das sociedades de tipo industrial funcionava com base no poder das máquinas, uma sociedade de tipo pós-industrial funciona com o poder dos cérebros e da sua capacidade de pensar, de aprender e de inovar."

https://impactum-journals.uc.pt/estudossecxx/article/download/7756/8032/46050 [consult. 7 mar 2025]

1. **Comenta os principais aspetos do texto, tendo em atenção o conceito de Economia Baseada no Conhecimento.**
2. **Explicita o sentido do último parágrafo.**
3. **Esclarece a importância da formação ao longo da vida no que respeita ao conceito de empregabilidade.**

Conceitos-chave

- Setores de atividade
- Estrutura setorial do emprego
- Nível de desenvolvimento
- Terciarização
- Trabalho
- Trabalho simples
- Trabalho complexo
- Trabalho físico
- Trabalho intelectual
- Trabalho de execução
- Trabalho de organização
- Trabalho de direção
- Trabalho de invenção
- População total
- População ativa
- População inativa
- Taxa de atividade
- Desemprego
- Taxa de desemprego
- Desemprego de longa duração
- Desemprego tecnológico
- Desemprego repetitivo
- Desemprego jovem
- Digitalização
- Automação
- Robotização
- Inteligência artificial
- Formação contínua ao longo da vida
- Empregabilidade

Síntese

- Segundo Colin Clark, a atividade económica decompõe-se em três setores: **primário**, **secundário** e **terciário**.
- As principais **vantagens da classificação da atividade económica em setores** são: possibilidade de dar a conhecer a estrutura setorial do emprego, revelando o contributo de cada setor na produção total de um país; analisar a evolução e o dinamismo dos vários ramos de atividade; comparar os valores de um país com os de outros países e tirar conclusões acerca do seu nível de desenvolvimento.
- A **estrutura setorial** de um país ajuda a aferir o seu **nível de desenvolvimento**. Geralmente, associa-se a existência de um maior peso relativo do setor terciário a um nível de desenvolvimento mais elevado.
- A **terciarização** é o processo de expansão do setor terciário aos setores primário e secundário, através da promoção de atividades relativas aos serviços.
- O **trabalho** é toda a atividade física ou intelectual, desempenhada pelo homem de forma remunerada e que tem como objetivo a produção de bens e serviços de modo a satisfazer necessidades. O trabalho também se pode classificar como simples ou complexo, ou de execução, organização, direção ou invenção.
- A **população total** de um país é composta pela população ativa e pela população inativa. A **população ativa** corresponde à população residente num país que constitui a sua força de trabalho num determinado momento e a **população inativa** é composta por todas as pessoas que não têm capacidade para desempenhar uma atividade remunerada.
- A **taxa de atividade** representa a percentagem da população total que é ativa, isto é, a população que trabalha ou deseja trabalhar de forma remunerada.
- O **desemprego** traduz a situação de falta de emprego de quem se encontra à procura de trabalho. As causas de desemprego podem ser estruturais ou conjunturais, existindo diversos tipos de desemprego, nomeadamente, o desemprego de **longa duração**, o desemprego **tecnológico**, o desemprego **repetitivo** e o desemprego **jovem**.
- A **taxa de desemprego** é a percentagem de população ativa de um país que se encontra desempregada num determinado momento.
- A **evolução tecnológica** tem vindo a ganhar cada vez mais preponderância nas sociedades atuais, dinamizando a atividade económica, levando, inclusivamente, ao surgimento de novas atividades profissionais.
- A **digitalização** é o processo através do qual se passa informação em formato físico para um formato digital, passando grande parte dos assuntos respeitantes ao ser humano e à atividade produtiva a ser progressivamente integrada pela informática por meio de determinados *softwares*.

Síntese (cont.)

- A **automação** é o conjunto de técnicas computorizadas aplicadas em máquinas ou processos de fabrico, de forma a torná-los mais eficientes e autónomos. A automação tanto pode ser usada para substituir tarefas simples e rotineiras das pessoas, como para uniformizar processos mais complexos que envolvam várias etapas, permitindo aumentar a eficiência e a produtividade.
- A **robotização** é o processo pelo qual certas tarefas humanas passam a ser integralmente desempenhadas por robôs, através da utilização de tecnologias sofisticadas.
- A **inteligência artificial** (**IA**) é um sistema tecnológico com capacidade de reconhecer dados, aprender, tomar decisões e de se adaptar a novas situações. A IA tem uma vasta aplicação, estando presente em muitas situações da nossa vida e em constante desenvolvimento.
- Apesar de a evolução tecnológica ter sido essencial para o desenvolvimento das sociedades atuais, importa refletir sobre o seu impacte em termos da relação **custo/benefício**.
- A **Economia Baseada no Conhecimento** corresponde ao modelo de desenvolvimento económico, no qual o conhecimento é considerado como o principal fator de alavancagem de uma economia.
- **Aspetos característicos de uma Economia Baseada no Conhecimento**: conhecimento visto como um recurso essencial que impulsiona a economia, trazendo inúmeras vantagens para a sociedade; investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e inovação; rápida difusão do conhecimento e das novas descobertas através das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e importância da formação contínua ao longo da vida e da aposta na qualificação dos recursos humanos.
- A **formação ao longo da vida** permite melhorar a empregabilidade dos recursos humanos, facilitando a obtenção de um emprego.

Ficha de trabalho 9

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. A taxa de atividade de um país permite apurar

a) a relação percentual entre a população ativa e a população inativa do país.

b) a relação percentual entre a população ativa e a população total do país.

c) o número de pessoas que fazem parte da população ativa do país.

d) o número de pessoas empregadas.

1.2. A taxa de desemprego determina

a) o número de desempregados.

b) a percentagem de desempregados de longa duração.

c) a percentagem de desempregados sobre a população total.

d) a percentagem de desempregados sobre o total da população ativa.

1.3. As donas de casa fazem parte da população

a) ativa.

b) empregada.

c) inativa.

d) com idade compreendida entre os 25 e 50 anos.

1.4. Tendo em atenção o quadro seguinte, podemos concluir que o país A

População total	60 000 000
População ativa	42 000 000
População desempregada	1 500 000

a) tem 18 milhões de indivíduos empregados.

b) apresenta uma taxa de desemprego aproximadamente igual a 3,6%.

c) apresenta uma taxa de atividade igual a 30%.

d) tem uma população inativa composta por 40 500 000 indivíduos.

2 **Observa o quadro que se segue.**

Valor Acrescentado Bruto por setor (% do PIB) – 2022

Setor	Economias em desenvolvimento	Economias desenvolvidas
Primário	9,0%	1,6%
Secundário	37,0%	23,3%
Terciário	54,0%	75,2%

https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.GDPComponent [consult. 25 fev 2025]

Ficha de trabalho 9 (cont.)

2.1. Analisa o quadro, relacionando a repartição do VAB, em % do PIB, por setor, e o respetivo nível de desenvolvimento das sociedades.

2.2. Diz o que entendes por terciarização da economia.

3 **Lê o seguinte texto.**

"A estrutura dos empregos por setor de atividade manteve-se. O setor terciário continuou sendo o que mais absorve a mão de obra, com 130.979 empregos e um peso relativo de 68,8%. O setor secundário registou um total de 44.068 empregos, representando 23,1% do total dos empregos. Já o setor primário acolheu um total de 15.415 empregos e um peso relativo de 8,1%."

INE, *Nota de imprensa – Estatísticas do Mercado de Trabalho*, IMC 2023

3.1. Comenta os principais aspetos do texto.

3.2. Apresenta duas vantagens da divisão da atividade económica por setores.

4 **Analisa o quadro ao lado.**

4.1. Explica o significado dos valores apresentados na primeira linha da tabela (Cabo Verde).

4.2. Compara a evolução desses valores com a evolução dos valores da população de 15 anos ou mais, segundo o sexo.

4.3. Identifica, no quadro, o grupo etário e o nível de instrução frequentado com a maior taxa de desemprego.

Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (%), por sexo, grupo etário e nível de instrução frequentado

Taxa desemprego	2022	2023
Cabo Verde	**11,0**	**10,3**
Sexo		
Masculino	9,9	9,4
Feminino	12,3	11,4
Grupo etário		
15-35	16,2	15,2
15-34	16,7	15,9
15-24	26,0	23,9
25-34	12,4	12,5
35-64	6,5	5,9
65 ou +	6,2	0,6
Nível de instrução frequentado		
Sem nível de instrução	8,8	7,4
Básico	9,3	8,7
Secundário	13,4	12,4
Médio/Superior	8,6	7,2

INE, IMC 2011 – 2023

5 **Destaca as passagens do texto seguinte que referem vantagens da digitalização.**

"A digitalização da informação transformou a forma como as empresas operam. Os dados digitalizados ajudam a criar novos produtos, melhorar produtos existentes e até mesmo prever o comportamento do cliente. Ao digitalizar seus processos, as pequenas e médias empresas têm mais facilidade para compartilhar informações entre departamentos ou clientes em tempo real, sem esperar que outros respondam. Além disso, muitas empresas usam aplicativos baseados na nuvem que exigem que os dados estejam em formato digital."

https://www.capterra.pt/glossary/1014/digitization [consult. 6 mar 2025]

6 **Lê atentamente o seguinte texto.**

"O que queremos dizer quando falamos de automatização, robótica e Inteligência Artificial? A automatização é a utilização de um *software* que estabelece e segue passos pré-programados para automatizar uma tarefa. A robótica é um ramo da engenharia mecatrónica que, basicamente, se encarrega de projetar e construir robôs. Já a Inteligência Artificial é a simulação de processos de inteligência humana por parte de máquinas.

A combinação dessas três disciplinas marcará o futuro do mundo do trabalho, mas é a Inteligência Artificial, talvez por influência de obras literárias e cinematográficas de ficção científica, que nos faz pensar inevitavelmente em uma gradual substituição da mão de obra humana por humanoide. O Fórum Económico Mundial acredita que os **avanços significativos da Inteligência Artificial em vários campos e setores levarão a uma alta rotatividade de profissionais nos próximos anos**: 50% das organizações pesquisadas no relatório mencionado acima acreditam que a IA terá um impacto positivo na criação de empregos, enquanto 25% acham que a tecnologia gerará perda de empregos."

https://www.iberdrola.com/talentos/robotizacao-do-trabalho [consult. 6 mar 2025]

6.1. Apresenta uma noção de cada uma das três disciplinas referidas no texto, tendo em atenção o primeiro parágrafo.

6.2. Explicita o sentido da frase destacada no texto.

7 **Refere a importância do investimento em capital humano, evidenciando a necessidade da formação ao longo da vida.**

8 **Nos dias de hoje, a Investigação & Desenvolvimento tem um papel fundamental na competitividade das empresas ao permitir a constante inovação dos produtos e processos de fabrico.**

Comenta a afirmação anterior, tendo em atenção o conceito de Economia Baseada no Conhecimento.

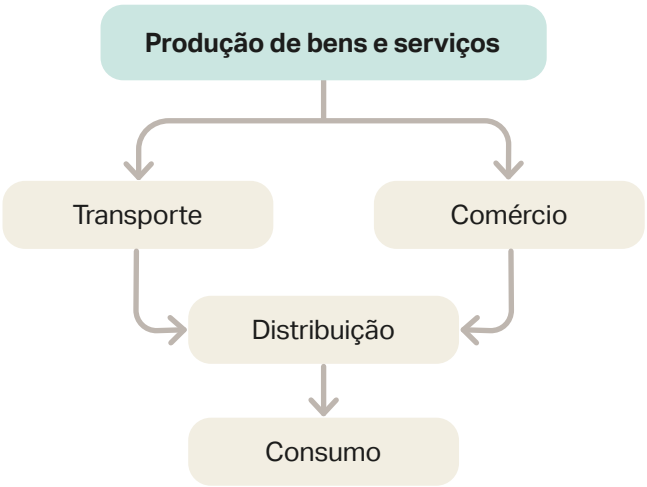
10 Repartição do Rendimento

Objetivos de aprendizagem:

- Distinguir repartição pessoal do rendimento de repartição funcional do rendimento.
- Caracterizar os rendimentos primários.
- Identificar os fatores que influenciam o preço dos bens.
- Diferenciar os conceitos de inflação, deflação e desinflação.
- Explicitar as causas e consequências da inflação.
- Calcular e interpretar o valor da taxa de inflação.
- Definir preço de um bem.
- Diferenciar salário nominal de salário real.
- Explicar, recorrendo a vários indicadores, as desigualdades da distribuição dos rendimentos.
- Explicar em que consiste a redistribuição dos rendimentos, evidenciando o papel do Estado nesse processo.
- Caracterizar os rendimentos secundários.

10.1. Rendimentos

A Natureza fornece-nos recursos em bruto que a seguir transformamos em bens capazes de satisfazer as nossas necessidades, por meio de um conjunto de operações. Os bens têm de percorrer um longo caminho desde o seu fabrico até ao momento em que são consumidos. A primeira fase é a produção, a atividade pela qual os bens são gerados através de processos de transformação que dão origem a produtos finais aptos a serem comercializados.



A fase seguinte é a da distribuição, que engloba as atividades de transporte e comércio, através das quais os bens se deslocam desde o produtor até ao utilizador, para poderem ser comercializados.

A comercialização dos bens gera rendimentos que são distribuídos por todos os agentes participantes na atividade económica, sendo cada interveniente remunerado de acordo com a sua participação: o trabalho realizado pelos trabalhadores é pago através de salários, os empresários recebem lucros, os proprietários de imóveis cobram rendas e os detentores de capital auferem juros.

10.1.1. Formação dos rendimentos

A utilização dos fatores produtivos na atividade económica permite gerar rendimentos (pela venda dos bens) que são distribuídos pelos vários elementos que participaram na produção. Isto significa que os indivíduos que contribuíram para essa produção, fornecendo a mão de obra ou o capital necessário para a levar a cabo, são remunerados de acordo com o seu contributo. Podemos então definir os **rendimentos** como os fluxos que se geram na atividade produtiva através da utilização de capital e trabalho e que, posteriormente, são distribuídos pelos vários agentes intervenientes.

Rendimentos
Fluxos gerados na atividade produtiva que são distribuídos pelos seus intervenientes, de acordo com a participação de cada um.

Por outro lado, a combinação dos fatores produtivos das unidades de produção permite-lhes criar um valor adicional, pelo facto de o total recebido pela venda dos bens ultrapassar o total de encargos suportados com o seu fabrico. Isso acontece porque os produtos acabados são comercializados por um valor superior àquele que foi gasto com a sua produção.

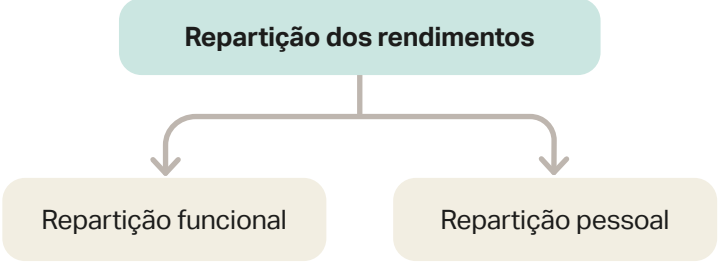
O valor que é atribuído aos bens depois de terem sido transformados é superior ao valor dos vários elementos que o compõem, pois, quanto maior é o grau de transformação dos bens, maior é o seu valor acrescentado. O **valor acrescentado** corresponde, então, ao valor adicional que é gerado em cada processo produtivo e que representa a riqueza efetivamente criada por cada unidade produtiva.

Valor acrescentado
Valor adicional que é criado pelas unidades produtivas de um país e que representa a riqueza gerada durante um determinado período.

Como os rendimentos gerados na produção podem ser distribuídos de diversas maneiras pelos vários elementos que compõem a população, devemos analisar cuidadosamente a **repartição dos rendimentos**, isto é, a forma como os rendimentos são distribuídos pelos vários agentes que contribuíram para a produção de um país ou região.

Repartição dos rendimentos
Forma como os rendimentos de um país são distribuídos.

Assim, iremos agora dedicar a nossa atenção ao estudo das duas formas de repartição que existem: a repartição funcional dos rendimentos e a repartição pessoal dos rendimentos.



Atividade 1

"O conceito de rendimento está intimamente ligado à atividade produtiva, visto que corresponde ao dinheiro recebido como remuneração dos fatores detidos pelo agente. Todas as rendas, salários, juros e lucros que uma família (ou um país) recebe constituem o total dos seus rendimentos."

DAS NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

1. **Comenta o texto, tendo em atenção a noção de rendimento.**
2. **Identifica no texto diferentes formas de remuneração dos fatores produtivos.**
3. **Explica sucintamente o conceito de valor acrescentado.**
4. **Diz o que entendes por repartição dos rendimentos.**

10.1.2. Repartição funcional dos rendimentos

Repartição funcional dos rendimentos
Forma de distribuição do rendimento que é feita de acordo com a função que cada agente desempenhou na atividade económica.

Rendimentos primários
Rendimentos que ocorrem na repartição primária: salários, rendas, juros e lucros.

Rendimentos secundários
Rendimentos provenientes de transferências sociais que podem ter origem interna ou externa.

O modo como cada agente económico contribui para a formação dos rendimentos de um país varia conforme a função que este desempenha. A **repartição funcional do rendimento** é a forma de distribuição do rendimento que ocorre de acordo com as funções executadas por cada agente interveniente, fornecendo informação sobre a origem funcional dos rendimentos.

A análise da repartição funcional permite tirar conclusões sobre a divisão do rendimento total de um país pelos diversos tipos de rendimento de cada agente económico, os chamados **rendimentos primários**, que incluem os salários, as rendas, os juros e os lucros.

Estes são obtidos de forma espontânea através da participação direta de cada agente na atividade de um país. Mas existe outro tipo de rendimentos, que não são formados espontaneamente: os **rendimentos secundários**, que resultam da intervenção do Estado, quando este atua como agente regulador, visando atenuar as desigualdades decorrentes da repartição primária dos rendimentos.

Por agora, apenas iremos dedicar a nossa atenção ao estudo dos rendimentos primários. Veremos os rendimentos secundários mais à frente.

Os rendimentos primários podem ser provenientes do fator trabalho ou do fator capital. Os agentes que contribuíram para a produção com o **fator trabalho** recebem em

troca os salários, e os agentes que cederam temporariamente o **fator capital** são remunerados através de rendas, juros ou lucros. Assim, genericamente, podemos dizer que o fator trabalho é remunerado através dos salários e o fator capital é retribuído por meio de juros, rendas ou lucros. Em seguida, analisaremos individualmente a remuneração de cada um dos fatores (trabalho e capital).

Repartição funcional do rendimento

- **Trabalho**
  - Salários
- **Capital**
  - Rendas
  - Juros
  - Lucros

Atividade 2

"O salário não é o único rendimento recebido pelas famílias. Nem todas as famílias são assalariadas, e existem bastantes outras fontes de rendimento. A produção de bens e serviços dá lugar à distribuição de rendimento àqueles que participaram, direta ou indiretamente, nessa produção."

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

1. **Comenta as duas primeiras frases do texto.**
2. **Explica em que consiste a repartição funcional dos rendimentos.**
3. **Distingue rendimentos primários de secundários, tendo em atenção a última frase do texto.**

Remuneração do trabalho – o salário

Fator trabalho	
Intervenientes	**Formas de remuneração**
Trabalhadores dependentes	Salários

O **salário** constitui a forma de remuneração do trabalho dependente. O trabalho dependente é o trabalho que não é realizado por conta própria, é aquele que é prestado a outra pessoa ou outra entidade. Os trabalhadores por conta de outrem recebem um salário em troca da entrega do seu esforço físico e/ou intelectual.

Salário
Forma de remuneração do trabalho dependente.

Este tipo de remuneração pode variar de acordo com o grau de exigência ou de dificuldade da tarefa, do nível de experiência profissional e habilitações académicas do trabalhador, do seu nível de desempenho, da região onde é prestado, da sua duração no tempo, do seu valor de mercado (resultante do confronto entre a oferta e a procura do mercado de trabalho), entre outros.

Documento 1

"Do ponto de vista económico é costume definir salário, no sentido lato, como toda e qualquer forma de remuneração do trabalho, e no sentido restrito abrange só a remuneração do trabalho diário.
A remuneração mensal designa-se por ordenado (empresas privadas) e vencimento (funcionários do Estado). O salário, como preço do trabalho, resulta da interseção das curvas da procura e da oferta de trabalho, mas na realidade há outros fatores condicionantes como a concentração de empresas, os conflitos sociais e os sindicatos que impedem que a remuneração do trabalho se forme no mercado de concorrência perfeita."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Existem diversos tipos e componentes de salários. O salário pode constituir uma remuneração **fixa**, quando o que se paga é uma quantia certa, estipulada por meio de um contrato de trabalho.

Para além disso, o salário também pode incluir uma parte **variável**, não se estipulando uma quantia fixa, mas antes uma percentagem relativa a um indicador, como, por exemplo, o volume de vendas.

Isto acontece com frequência em algumas profissões, como os delegados comerciais e vendedores, que têm uma parte do seu salário variável em função de objetivos concretos, nomeadamente percentagens sobre as vendas efetuadas.

Assim, para além da remuneração fixa, estes profissionais recebem uma parte variável que, por norma, se designa **comissão**. Em algumas situações, para além do salário-base e eventuais comissões e/ou prémios, um trabalhador ainda pode beneficiar de regalias adicionais, como o uso de automóvel ou de telemóvel da empresa, assim como pode usufruir de seguros, bolsas de estudo, subsídios de alimentação, etc.

Os salários devem, então, ser observados de duas perspetivas diferentes: a do trabalhador, que encara o salário como uma fonte de receita, e a da entidade patronal, que vê os salários e as demais despesas com pessoal como um custo, uma fonte de despesa.

Salário ilíquido e salário líquido

Existe outra forma de classificar os salários, que diz respeito à dedução dos encargos com impostos e contribuições sociais. Os salários estão sujeitos ao pagamento de impostos, porque constituem uma fonte de rendimento, nomeadamente ao pagamento de IRPS (Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares), que incide, como o seu nome indica, sobre o rendimento dos indivíduos.

Além disso, os trabalhadores também têm de entregar ao Estado contribuições para a Segurança Social. Assim, quando falamos em salário, podemos referir-nos ao salário

antes ou depois do pagamento daqueles encargos, sendo importante distinguir os dois tipos: o salário ilíquido (ou bruto) e o líquido.

O **salário ilíquido** ou **bruto** é o valor da remuneração antes de serem descontados os impostos e as contribuições para a Segurança Social que os indivíduos têm de pagar ao Estado.

O **salário líquido** é aquele que é efetivamente recebido, ou seja, é o salário que remanesce depois de deduzidos os respetivos impostos e contribuições sociais ao salário ilíquido.

No entanto, convém acrescentar que as entidades patronais também estão sujeitas ao pagamento de contribuições sociais relativamente aos seus funcionários, pois essas prestações são obrigatórias para ambos, sendo uma parte paga pelo trabalhador e a outra paga pela empresa.

Salário ilíquido (ou bruto)
Remuneração do trabalho calculada antes de serem deduzidos os impostos e contribuições sociais.

Salário líquido
Remuneração do trabalho calculada após serem efetuadas as deduções dos impostos e contribuições sociais.

Alguns países definem uma Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) ou **salário mínimo**, como é o caso de Cabo Verde.

Documento 2

"**Cabo Verde tem novo salário mínimo**

O novo salário mínimo de Cabo Verde entrou em vigor a 1 de janeiro e representa um aumento de 13,33% em relação ao ano anterior.

17 000 CVE no setor privado e 19 000 CVE para a função pública é o novo salário mínimo de Cabo Verde, fixado em agosto passado, após a reunião entre os parceiros sociais e o Governo e que agora entra em vigor.

O novo valor já foi comunicado pela Inspeção Geral do Trabalho às entidades empregadoras e sindicatos e deve ser posto em prática a partir deste mês de janeiro.

De recordar que o salário mínimo do país tem tido uma trajetória ascendente. Em 2014, quando foi criado, o valor foi fixado em 11 000 CVE para a função pública, o que significa que em 11 anos o salário mínimo sofreu um aumento de mais de 70%.

Entretanto, o Governo de Cabo Verde, já assumiu o compromisso de aumentar o salário mínimo nacional para os 20 000 CVE até 2027.

Os aumentos salariais foram previstos no Orçamento de Estado, para 2025, orçado em 98 milhões de contos, mais 14% do que o anterior."

https://forbesafricalusofona.com/cabo-verde-tem-novo-salario-minimo/, 7 de janeiro de 2025 [consult. 24 mar 2025]

Salário mínimo nacional

Ano	CVE
2025	17 000
2024	15 000
2023	13 000
2022	13 000
2021	13 000
2020	13 000
2019	13 000
2018	13 000
2017	11 000
2016	11 000
2015	11 000
2014	11 000

https://pt.countryeconomy.com/mercado-laboral/salario-minimo-nacional/cabo-verde [consult. 24 mar 2025] (adaptado)

Atividade 3

1. Identifica a forma de remuneração do fator trabalho.
2. A remuneração do trabalho dependente é fixa?
3. Analisa a tabela e o documento da página 53, sobre o salário mínimo nacional e comenta a sua evolução.

Remuneração do capital

Fator capital	
Intervenientes	**Formas de remuneração**
Proprietários de bens imóveis	Rendas
Detentores de capital (dinheiro)	Juros
Empresários	Lucros

O fator capital, que compõe os meios de produção de um país, contribui para a criação de riqueza, permitindo a produção de bens através da utilização de imóveis e meios financeiros, que, posteriormente, são vendidos, dando origem a lucros nas empresas. Vejamos, então, as diferentes formas de remuneração do fator capital que existem.

Renda
Remuneração pela cedência temporária de bens imóveis.

• Rendas

A **renda** é a remuneração que é preciso pagar pela utilização temporária de bens imóveis, como, por exemplo, o uso de edifícios ou de terrenos. O arrendamento ocorre quando uma pessoa, proprietária de um bem imóvel, cede a sua utilização, durante um determinado período, mediante o pagamento de uma renda estabelecida por meio de um contrato de arrendamento.

O arrendatário (inquilino) fica, assim, obrigado a entregar uma renda ao proprietário do imóvel, como forma de remunerar a sua possibilidade de utilizar um bem que não lhe pertence, durante um certo período.

Juro
Remuneração pela cedência temporária de moeda.

• Juros

Conforme vimos anteriormente, o **juro** é a remuneração da cedência temporária de uma determinada quantia.

Se um indivíduo possuir capital que não necessite de utilizar, durante um determinado período, poderá cedê-lo, recebendo juros em troca. O juro é o preço do dinheiro, sendo o valor que é pago a alguém pela disponibilização temporária de uma determinada quantia a outra pessoa.

Relembremos a fórmula de cálculo do regime de juros simples:

J = C.n.i

Juro (J) – remuneração da cedência temporária de uma quantia

Capital (C) – quantia inicial

Tempo (n) – prazo que decorre entre o início e o fim da operação

Taxa (i) – taxa de juro expressa em percentagem referida ao período de um ano

Para calcular o juro de um depósito de 2000 CVE num banco, durante um ano, a uma taxa de juro de 3,5%, em regime de juros simples, faríamos o seguinte cálculo:

C = 2000 CVE
n = 1 ano
i = 3,5 %

$$J = 2000 \times 1 \times 0{,}035 = 70 \text{ CVE}$$

Se fosse por um período de 6 meses, o cálculo seria:

C = 2000 CVE
n = 6 meses = $\frac{6}{12}$ ano
i = 3,5 %

$$J = 2000 \times \frac{6}{12} \times 0{,}035 = 35 \text{ CVE}$$

E para calcular o juro num período de 60 dias:

C = 2000 CVE
n = 60 dias = $\frac{60}{365}$ ano
i = 3,5 %

$$J = 2000 \times \frac{60}{365} \times 0{,}035 \approx 11{,}5 \text{ CVE}$$

Nota: pode ser considerado o ano comercial (360 dias).

• Lucros

O **lucro** corresponde à remuneração do capital que se emprega nas unidades produtivas, durante um determinado período, com o objetivo de tornar possível a produção de bens que, mais tarde, se destinam a ser comercializados por um valor superior ao custo a que foram produzidos.

Lucro
Remuneração dos capitais investidos numa unidade produtiva.

O lucro constitui, por um lado, a retribuição do investimento inicial que os empresários fizeram, mas também deve ser suficiente para compensar o risco, a iniciativa e a capacidade de realização que tiveram de ser empreendidos para levar a cabo o projeto.

O lucro é um rendimento variável, porque depende do modo como as empresas são geridas em diferentes contextos: ao nível interno, nas suas relações com parceiros externos ou na forma com lidam com uma determinada conjuntura económica.

Assim, os resultados da atividade da empresa são determinantes do lucro. Este pode ser calculado, em termos brutos, através da diferença entre o preço de venda e o preço de custo dos bens produzidos, como se apresenta a seguir.

Lucro bruto = Preço de venda – Preço de custo

Por outro lado, conforme vimos anteriormente, o capital fixo representa os meios de que a empresa dispõe que podem ser usados em vários ciclos produtivos sem perderem as suas capacidades intrínsecas.

Vimos também que, com o passar do tempo, os equipamentos vão sofrendo algum desgaste natural e que, por vezes, avariam ou ficam desatualizados, tornando-se obsoletos. Nestes casos, as empresas têm de reparar ou substituir o capital fixo, de modo a não diminuir a sua capacidade produtiva.

O lucro líquido é o valor gerado pela empresa após serem deduzidos os encargos com a reposição do capital fixo. Para calcular o valor do lucro líquido, basta retirar ao lucro bruto o montante das amortizações, isto é, retirar ao lucro bruto o valor do capital fixo que foi consumido durante o processo produtivo e que é necessário repor, para manter intacta a capacidade produtiva e se poder dar início a um novo ciclo.

Lucro líquido = Lucro bruto – Amortizações

Atividade 4

1. **Observa a lista seguinte e, em seguida, identifica as diferentes formas de remuneração do capital que estudaste.**

   – A Maria paga 20 000 u.m. por mês pelo quarto onde vive desde que foi estudar para a universidade.

   – O André recebeu 200 u.m. pela sua poupança bancária.

   – O Sr. Pinto da mercearia, depois de fazer as contas aos encargos que teve durante a semana, concluiu que tinha ganho 2000 u.m.

2. **Calcula o juro a receber pelo depósito a prazo de 5000 u.m., durante 3 meses, a uma taxa de 5% ao ano.**

3. **Distingue lucro bruto de lucro líquido.**

10.1.3. Repartição pessoal dos rendimentos

Vimos como se processa a distribuição de rendimentos de acordo com a função que cada agente desempenha na atividade económica. No entanto, observando por outro prisma, também é possível analisar o modo como são constituídos os rendimentos dos diversos agregados familiares de uma população.

Referimo-nos, neste caso, à **repartição pessoal do rendimento**. Segundo esta ótica, os rendimentos são observados de uma perspetiva pessoal, isto é, o que se analisa é a composição dos rendimentos por agregado familiar, permitindo, assim, averiguar algumas das desigualdades existentes na sociedade.

Repartição pessoal dos rendimentos
Forma de distribuição do rendimento que indica a composição dos rendimentos dos diversos agregados familiares de uma população.

Nem todas as famílias têm a mesma estrutura de rendimentos, umas apenas recebem salários, outras lucros, rendas ou juros, mas há famílias que recebem rendimentos mistos, isto é, recebem rendimentos provenientes do desempenho de várias funções na atividade económica.

Podemos, então, falar em famílias que têm apenas uma fonte de rendimento e em famílias com mais do que uma fonte de rendimento.

Imaginemos, a título de exemplo, uma família em que três dos seus elementos contribuem para o rendimento total do agregado familiar.

Agregado familiar		
Nome	**Idade:**	**Rendimentos:**
Maria	65	Renda mensal de um prédio
Joana	40	Salário
Domingos	42	Lucros e juros de depósito
Ana	13	---
Lucas	10	---

A Joana recebe um salário em troca do trabalho que presta a uma empresa, a Maria é proprietária de um edifício arrendado, pelo que recebe uma renda mensal e o Domingos é um empresário que, para além dos lucros que recebe da sua empresa, ainda tem uma poupança no banco que lhe rende juros periodicamente.

No nosso exemplo, o rendimento do agregado familiar é composto por salário, renda, lucros e juros. Mas cada família é um caso diferente e, por isso, é necessário analisar as diferentes composições de rendimento dos agregados familiares de uma sociedade.

Em termos gerais, o que importa analisar é o modo como o rendimento nacional é distribuído pelas diversas famílias e quais são as disparidades que existem no país.

	Agregados familiares				Total
Rendimentos	A	B	C	D	
Salários	37 000	65 000	140 000	242 000	484 000
Rendas	---	---	70 000	40 000	110 000
Juros	---	1 000	---	---	1 000
Lucros	---	30 000	110 000	160 000	300 000
Total	37 000	96 000	320 000	442 000	895 000

Atividade 5

1. Analisa o quadro com os rendimentos das famílias A, B, C e D e indica o montante de cada forma de rendimento que é recebido naquela comunidade.
2. Observa o rendimento total de cada agregado e comenta.

10.2. Rendimento e inflação

10.2.1. Preço dos bens – noção e fatores que influenciam a sua formação

Sempre que se efetua uma compra, deve-se ter em atenção o preço do bem que se pretende obter e procurar conhecer aprofundadamente o mercado para se poder identificar as melhores oportunidades de negócio. Na maioria das vezes, o preço é o fator que mais influencia uma decisão de compra, existindo, no entanto, outros fatores que contribuem para essa decisão, como, por exemplo, as características específicas do bem, o tipo de atendimento, a marca, a forma de pagamento, os serviços de pós-venda, entre outros.

Dada a relevância do fator preço sobre as decisões de compra dos consumidores, é fundamental que os empresários ponderem bem os diversos cenários possíveis antes de decidirem quais os preços a aplicar. A definição do preço de um bem deve, assim, resultar de uma análise cuidadosa de todos os aspetos que dizem respeito a esse bem.

Preço
Quantidade de moeda que é necessário despender para se poder obter um determinado bem (ou serviço).

Mas, afinal, o que é o preço de um bem? O **preço** de um bem corresponde à quantidade de moeda que é necessário entregar para se obter esse bem. Representa o valor desse

bem expresso numa determinada unidade monetária, que, no caso cabo-verdiano, é o escudo. O preço de cada bem é atribuído, antes de mais, em função das **características do próprio bem** e da **utilidade** que os consumidores lhe conferem, pois, em geral, os consumidores estão dispostos a pagar mais pelos bens que desejam obter e aos quais atribuem uma maior utilidade. E vice-versa, isto é, normalmente, os consumidores apenas estão dispostos a pagar uma quantia reduzida pelos bens que consideram ter uma menor utilidade. Convém, no entanto, realçar que o conceito de utilidade é um conceito subjetivo, estando, portanto, dependente da opinião de cada indivíduo.

Atualmente, os empresários consideram a formação do preço dos bens como uma questão estratégica para a empresa, pois o tipo de preço que é praticado pode ter um forte impacto nos resultados das vendas. O preço pode ser definido com base numa estratégia de baixo custo, pela qual se procura eliminar a concorrência através de uma prática de preços baixos, mas também pode acontecer o contrário, existindo situações em que a empresa pode ter interesse em praticar preços mais elevados. Isso acontece quando os consumidores associam preços elevados a características como qualidade ou prestígio, fazendo com que estejam dispostos a pagar mais por certos bens, aos quais associam uma determinada **imagem de marca**.

Documento 3

"É possível que a política de preços ajude na formação de uma marca. Algo mais caro pode sugerir ao consumidor um produto ou serviço de mais qualidade. Se for muito barato, pode induzir ao pensamento contrário."

https://www.linkedin.com/pulse/o-preço-forma-imagem-de-marca-ou-da-é-que-murillo-boccia/ [consult. 19 fev 2025]

O preço dos bens também depende de um conjunto de fatores associados ao seu processo de fabrico e posicionamento no mercado, como:

- **os custos de produção**;
- **as margens de lucro**;
- **os encargos com a distribuição**;
- **o número de compradores e de produtores**;
- **o tipo de tecnologia utilizada na produção**;
- **a intervenção estatal**, entre outros.

Um preço deve refletir todos os encargos suportados com a produção dos respetivos bens. Os **custos de produção** englobam os custos diretos e indiretos suportados pelas unidades produtivas. Os custos diretos são todos os encargos relacionados com a produção, como os gastos com as matérias-primas ou a remuneração dos trabalhadores. Quanto aos custos indiretos, são os encargos que a unidade produtiva tem de suportar, mas que não se relacionam diretamente com a produção, como, por exemplo, as despesas com água, eletricidade, telecomunicações, publicidade, seguros ou rendas.

Além destes custos, também é necessário incluir no preço de um bem a margem de lucro e os custos relativos à sua distribuição. A **margem de lucro** representa a remuneração devida aos empresários pelo capital, empreendedorismo e tempo que investiram no negócio, enquanto os custos associados à **distribuição** englobam todas as atividades desenvolvidas após a produção dos bens, incluindo o transporte e a logística, assim como os encargos com a promoção e comercialização dos bens.

Por outro lado, quando analisámos as leis da oferta e da procura no 10.º ano, vimos que o **número de compradores e de produtores** também influencia a formação do preço dos bens, variando, em princípio, a estratégia de definição de preços conforme se trata de um mercado com muitos consumidores ou de um mercado com um número reduzido de consumidores. O mesmo acontece com os produtores, isto é, não se aplica a mesma política de preços numa situação em que há muita concorrência e numa situação em que há pouca. Normalmente, verifica-se, por exemplo, que ocorre um aumento do preço dos bens que têm uma grande procura em determinadas épocas do ano, como acontece no caso dos bens alimentares tradicionalmente associados ao Natal. Assim como, em circunstâncias normais, se constata que o preço de um bem vai diminuindo à medida que aumenta a quantidade de bens que os produtores estão dispostos a vender.

Outro fator que pode influenciar o preço dos bens é a **tecnologia**. Por norma, quanto mais tecnologia se incorpora nos processos produtivos, mais eficiente é a produção, isto é, os avanços tecnológicos permitem produzir um maior número de bens a um custo médio inferior. Os ganhos de produtividade que a tecnologia origina tornam possível uma redução dos preços sem perda da margem de lucro, aumentando assim a competitividade das empresas. Os resultados são favoráveis para as duas partes, pois os consumidores passam a dispor de bens a um preço inferior e os empresários mantêm as suas margens.

E já sabemos que os preços também podem ser influenciados pela **intervenção do Estado**. Por um lado, o Estado pode intervir, fixando o limite do preço de alguns bens e serviços, ou então através da concessão de subsídios à produção de bens considerados

essenciais para a sociedade, passando assim a ser possível ao produtor vender os seus bens a preços mais baixos. Mas também constituem formas de intervenção estatal na formação dos preços dos bens a aplicação de impostos e a existência de regulamentação respeitante à produção, que estabelece obrigações relativas às normas de qualidade e segurança ou de natureza ambiental.

Documento 4

"O conceito de preço refere-se ao **valor monetário atribuído a um bem ou serviço**, que o consumidor deve pagar para adquiri-lo. A definição do preço envolve uma série de fatores, como: custos de produção e conceção do produto (mão de obra, despesas gerais, custo por unidade, margem de lucro), relação entre a oferta e a procura do mercado, concorrência, políticas de preço internas da empresa (se há alguma estratégia interna de promoção, por exemplo), fatores externos, como impostos e cenário económico."

https://exame.com/pme/qual-e-o-significado-de-preco-e-como-adicionar-valor-em-cima-de-um-produto/ [consult. 10 fev 2025]

Atividade 6

1. **Apresenta a noção de preço de um bem (ou serviço).**
2. **Relaciona o valor de um bem com a utilidade que os consumidores lhe atribuem.**
3. **Esclarece como os custos de produção interferem na formação dos preços dos bens.**
4. **Indica de que forma a intervenção do Estado pode contribuir para a definição dos preços dos bens.**

10.2.2. A inflação – noção e medida da inflação

Se observarmos durante algum tempo o comportamento dos preços dos bens que consumimos habitualmente, podemos constatar que estes não se mantêm sempre constantes. Normalmente, à medida que o tempo passa, vão-se registando alterações nos preços dos bens e serviços. Estas alterações, por vezes, são esperadas, como, por exemplo, as que resultam da sazonalidade dos bens, como os produtos agrícolas, ou as que derivam do habitual ciclo de vida dos produtos.

Inflação
Aumento contínuo e generalizado dos preços.

Mas nem todas as variações de preço decorrem do funcionamento normal da atividade, algumas oscilações não são esperadas. Assim, quando se observa uma subida dos preços de forma contínua e generalizada, dizemos que há **inflação**.

A inflação considera-se um aumento:

- **contínuo**, porque esse aumento dos preços deve ser verificado durante um certo período, e não de forma esporádica, numa ou outra situação;
- **generalizado**, porque a subida de preço deve ser relativa à generalidade dos bens e serviços de uma sociedade, não sendo esse aumento apenas observável num número reduzido de casos.

A inflação traduz uma tendência geral de subida dos preços, que representa um valor médio para o qual a subida do preço de uns produtos pode ter contribuído mais do que a subida de outros, não abrangendo, no entanto, subidas de preço expectáveis, normais e intrínsecas aos bens, como o aumento de preço dos frutos de época devido à sua sazonalidade característica.

Deflação
Diminuição contínua e generalizada dos preços.

E as oscilações de preços nem sempre correspondem a um aumento, também se podem dar em sentido descendente. Nesse caso, falamos em **deflação**, que é o oposto de inflação, ou seja, é uma quebra contínua e generalizada dos preços.

Evolução da taxa de inflação anual (%) – 1990 a 2024

Ano	Taxa de Inflação Nacional	Ano	Taxa de Inflação Nacional
1990	9	2007	4,5
1991	6,4	2008	6,8
1992	5,2	2009	1
1993	5,9	2010	2,1
1994	3,3	2011	4,5
1995	8,4	2012	2,5
1996	6	2013	1,5
1997	8,7	2014	-0,2
1998	4,3	2015	0,1
1999	3,9	2016	-1,4
2000	-2,4	2017	0,8
2001	3,7	2018	1,3
2002	1,9	2019	1,1
2003	1,2	2020	0,6
2004	-1,9	2021	1,9
2005	0,4	2022	7,9
2006	5,4	2023	3,1
		2024	1,4

INE, https://ine.cv/quadros/taxa-de-inflacao-nacional-1990-a-2023/ [consult. 11 jul 2025]

Documento 5

"**A inflação e a deflação**

A inflação e a deflação são fenómenos económicos importantes com consequências negativas para a economia. Basicamente, a inflação define-se como sendo um aumento geral, ou abrangente, dos preços dos bens e dos serviços ao longo de um período de tempo prolongado que resulta num decréscimo do valor da moeda e, consequentemente, do seu poder de compra.

A deflação é muitas vezes definida como sendo o oposto da inflação, isto é, como uma situação em que o nível geral de preços desce ao longo de um período prolongado.

Quando não existe inflação nem deflação, pode dizer-se que existe estabilidade de preços, se, em média, os preços não sobem nem descem e permanecem estáveis ao longo do tempo. Se, por exemplo, com 100 euros se compra o mesmo cabaz de bens que, digamos, há um ou dois anos, então pode dizer-se que existe uma situação de estabilidade de preços absoluta."

Banco Central Europeu, *Caderno: A estabilidade de preços é importante porquê?* (2009)

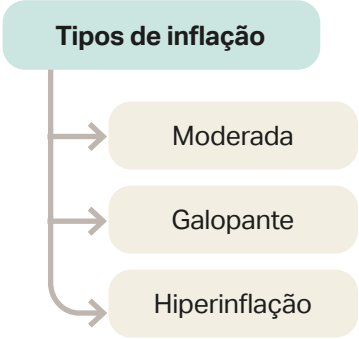
Entre as principais causas da inflação destaca-se, **do lado da procura**, situações de excesso de procura em relação a bens (ou serviços) cuja oferta não é suficiente para satisfazer as necessidades do mercado, provocando o aumento dos preços e, **do lado da oferta**, situações em que o aumento dos custos de produção conduz ao agravamento dos preços.

Atividade 7

1. **Explica se podemos afirmar que estamos perante inflação sempre que se verifica um aumento de preços.**
2. **Diz o que entendes por inflação.**

Por outro lado, as variações do nível de preços podem ser mais ou menos acentuadas, sendo por isso muito importante conhecer os valores normais da taxa de inflação de cada país. Assim, habitualmente, distinguem-se três **tipos de inflação**, correspondendo cada um a uma situação económica muito diferente:

- inflação moderada;
- inflação galopante;
- hiperinflação.



A **inflação moderada** representa a situação em que os preços aumentam de forma lenta, atingindo, por norma a taxa de inflação anual, valores inferiores a 10%, como o que tem acontecido em Cabo Verde nas duas últimas décadas. A **inflação galopante** abrange as situações em que a taxa de inflação anual assume valores de dois ou três dígitos, situando-se acima dos 10% e podendo atingir valores muito superiores. Nestes casos, já se verificam problemas económicos de grande gravidade, mas, em geral, ainda é possível a sobrevivência das economias. O mesmo não se pode dizer quanto à chamada **hiperinflação**, a inflação pela qual se cria uma situação fatal para as economias que a sentem, apresentando taxas anuais superiores a 1000%.

Documento 6

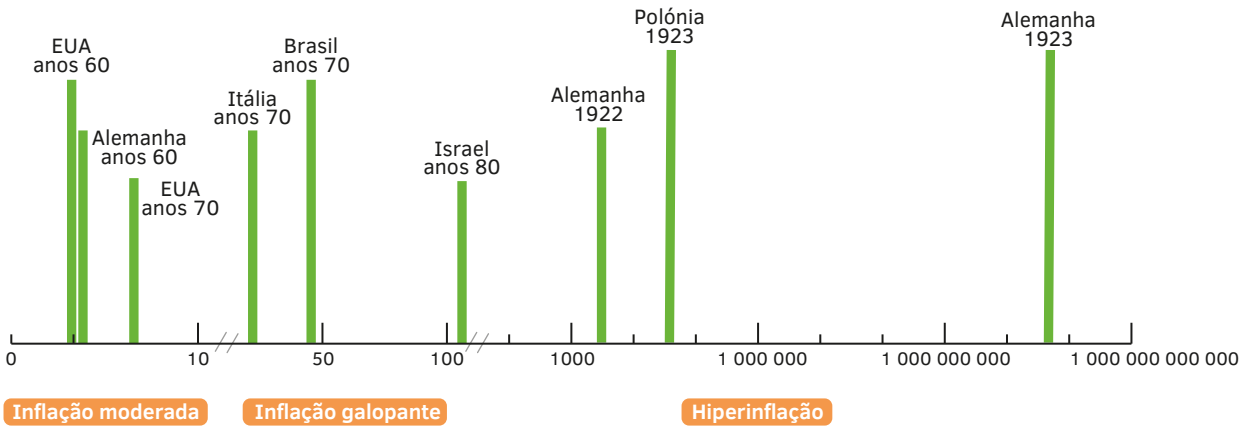
"**A hiperinflação**
Uma situação em que a taxa de inflação é muito elevada e/ou aumenta constantemente e sobre a qual se acaba por não ter qualquer controlo é chamada 'hiperinflação'.
Em termos sociais, a hiperinflação é um fenómeno destrutivo com consequências graves para os indivíduos e a sociedade em geral. Ao longo do século XX, verificaram-se várias vezes períodos de hiperinflação e de inflação muito elevada.

Documento 6 (cont.)

A seguir são apresentados alguns exemplos de países que observaram taxas anuais de inflação elevadas, sendo fornecidos os respetivos valores para os anos indicados.
1922 Alemanha 5000%
1985 Bolívia mais de 10 000%
1989 Argentina 3100%
1990 Peru 7500%
1993 Brasil 2100%
1993 Ucrânia 5000%
[...] De facto, na Alemanha, a hiperinflação que se seguiu à Primeira Guerra Mundial e que atingiu o seu nível máximo em 1923 teve consequências económicas, sociais e políticas devastadoras."

Banco Central Europeu, *Caderno: A estabilidade de preços é importante porquê?* (2009)

Três tipos de inflação



Taxa de inflação anual

SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Atividade 8

1. Comenta o gráfico, tendo em atenção os diferentes tipos de inflação.

Desinflação
Diminuição da taxa de inflação.

Por outro lado, quando se verifica uma diminuição do ritmo de crescimento dos preços dos bens, dizemos que estamos perante **desinflação**. Esta expressão designa uma diminuição dos valores da taxa de inflação, ou seja, continua a registar-se um aumento contínuo dos preços da generalidade dos bens, mas esse aumento começa a

ser cada vez menor. Embora persista uma situação de inflação, a sua taxa de crescimento vai-se tornando gradualmente mais baixa.

Outro conceito utilizado é o conceito de **estagflação**, pelo qual se associa a inflação com a estagnação da atividade económica. Verifica-se estagflação quando ocorre uma subida galopante do nível dos preços, acompanhada de um elevado nível de desemprego, conduzindo esta situação a uma estagnação da economia.

Estagflação
Situação em que uma inflação elevada é associada à estagnação da atividade económica.

Depreciação do valor da moeda e do poder de compra

A inflação pode ter grandes implicações na vida dos indivíduos, pois, quando se dá um aumento generalizado dos preços dos bens e serviços, verifica-se que, se os rendimentos das famílias não acompanharem esses aumentos, as pessoas deixam de poder consumir o mesmo.

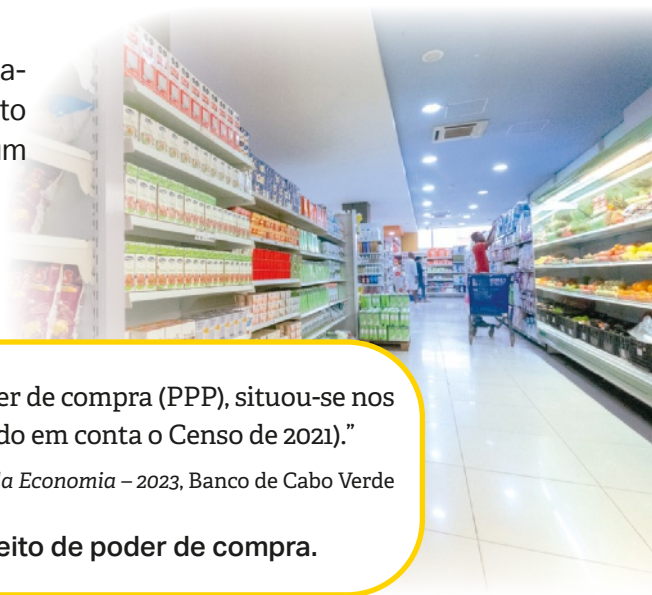
Nestes casos, dá-se uma **perda de poder de compra**, isto é, diminui a quantidade de bens que o rendimento das famílias permite adquirir, sendo esta uma das consequências da inflação. Para ultrapassar a perda de poder de compra, geralmente o que acontece é que os indivíduos passam a consumir uma menor quantidade dos bens habituais, ou, em alternativa, substituem-nos por outros de preço mais reduzido.

Poder de compra
Quantidade de bens que um dado rendimento permite adquirir.

Depreciação do valor da moeda
Situação na qual uma determinada quantidade de moeda já não permite adquirir o mesmo número de bens que permitia anteriormente. Este conceito, normalmente, associa-se à perda de poder de compra.

Outra das consequências da inflação é a **depreciação do valor da moeda**, isto é, o consumidor, com a mesma quantidade de moeda, já não consegue adquirir a mesma quantidade de bens e serviços. Perante inflação, hoje, com 1000 escudos, podemos comprar menos bens do que há um ano.

Deterioram-se, assim, as condições de vida dos cidadãos cujos rendimentos não acompanham o aumento dos preços, nomeadamente aqueles que auferem um rendimento fixo.



Atividade 9

"O PIB *per capita*, medido em termos de paridade do poder de compra (PPP), situou-se nos 9.257 dólares dos EUA em 2023 (8.610 dólares em 2021, tendo em conta o Censo de 2021)."

Relatório do Estado da Economia – 2023, Banco de Cabo Verde

1 **Comenta a afirmação, tendo em atenção o conceito de poder de compra.**

Medição da inflação – índice de preços

Importa agora analisar o modo como se mede a inflação de cada país ou região. O método de medição mais frequente é através do cálculo de índices de preços.

Os **índices de preços** representam as variações do preço dos bens em diferentes períodos, utilizando-se um determinado ano-base (=100) como ponto de partida. O ano-base usa-se como ano de referência para se poder comparar a evolução de um determinado preço ao longo do tempo. Para se calcular um índice de preços, divide-se o preço do ano em causa pelo preço do ano de referência (ano-base), multiplicando-se esse quociente por 100.

$$\textbf{Índice de preços de um bem}_{\text{ano x/ano-base}} = \frac{\text{Preço do bem}_{\text{ano x}}}{\text{Preço do bem}_{\text{ano-base}}} \times 100$$

Para exemplificar, suponhamos que uma dada bicicleta custava, em 2020, 24 000 escudos e que, em 2023, já custava 25 500 escudos. Se pretendêssemos calcular a variação de preço ocorrida entre 2023 e 2020, aplicávamos a fórmula anterior, fazendo o seguinte:

$$I_{2023/2020} = \frac{\text{Preço}_{2023}}{\text{Preço}_{2020}} \times 100 = \frac{25\,500}{24\,000} \times 100 = 106{,}25$$

Neste caso, o índice de preços da bicicleta de 2023 relativamente a 2020 era 106,25. Isso significa que o preço da bicicleta tinha aumentado 6,25% relativamente ao ano de 2020, pois, como o ano de 2020 era o ano-base, correspondia a 100, e, subtraindo o resultado do índice calculado pelo valor base (106,25 – 100), apurávamos a variação ocorrida, conforme se apresenta a seguir.

$$I_{2023\text{-}2020} - I_{2020} = 106{,}25 - 100 = 6{,}25$$

O principal índice de preços utilizado na maioria dos países é o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**, que corresponde à média ponderada dos preços de um cabaz de bens considerados representativos do consumo médio de uma família. As variações dos preços dos produtos que fazem parte desse cabaz são analisadas, sendo assim possível avaliar a evolução do custo de vida das famílias. Periodicamente, os bens que compõem o cabaz são revistos, podendo ser alterados se ocorrerem mudanças significativas nos hábitos de consumo dos cidadãos.

Documento 7

"A maior parte dos países adotou uma abordagem simples e sensata de medição da inflação, utilizando o denominado 'Índice de Preços no Consumidor' (IPC)[1].
Para o efeito, os padrões de compra dos consumidores são analisados com vista a determinar quais são os bens e os serviços habitualmente adquiridos pelos consumidores, que, por conseguinte, podem ser considerados representativos do consumidor médio de uma economia.
Enquanto tal, incluem não só o que os consumidores compram numa base diária (por exemplo, pão e fruta), mas também aquisições de bens duradouros (tais como automóveis, computadores, máquinas de lavar, etc.) e transações frequentes (por exemplo, pagamento de rendas).
A elaboração desta 'lista de compras' e a ponderação do peso de cada uma das suas componentes em função da sua importância nos orçamentos dos consumidores resultam no que se designa por 'cabaz de compras'.
Todos os meses, um grupo de 'auditores de preços' visita vários estabelecimentos e verifica os preços dos produtos incluídos no cabaz. Subsequentemente, os custos do cabaz são comparados ao longo do tempo, sendo determinada então a série do índice de preços.
A taxa de inflação anual pode ser calculada apresentando a variação dos custos do cabaz de compras corrente como uma percentagem dos custos, no ano anterior, de um cabaz de compras idêntico.
Contudo, a evolução do nível de preços revelada por esse cabaz de compras reflete apenas a situação de um consumidor 'médio' ou representativo.
Se os hábitos de consumo de um indivíduo são substancialmente diferentes do padrão de consumo médio e, por conseguinte, do cabaz de compras em que o índice se baseia, a alteração no custo de vida sentida por esse indivíduo poderá ser distinta da evidenciada pelo índice.
Assim, haverá sempre algumas pessoas para quem a 'taxa de inflação' do seu 'cabaz de compras específico' será mais elevada e outras para quem será mais baixa.
Por outras palavras, o cálculo da inflação através do índice é apenas uma medida aproximada da situação média da economia e não corresponde exatamente à totalidade das variações de preços que afetam cada um dos consumidores.

[1] Na realidade, o Índice de Preços no Consumidor, que mede as variações nos preços dos bens de consumo e dos serviços, não é o único índice de preços de uma economia. Outro índice com uma importância idêntica em termos económicos é o Índice de Preços no Produtor, que mede as alterações feitas pelos produtores nacionais de bens e serviços nos preços de venda ao longo do tempo."

Banco Central Europeu, *Caderno: A estabilidade de preços é importante porquê?* (2009)

Atividade 10

1. **Determina o índice de preços de 2022, relativamente a 2020, sabendo que o preço da bicicleta, em 2022, era 25 000 escudos. Comenta os resultados obtidos.**

Apresentam-se a seguir dados relativos ao IPC de Cabo Verde de 2020 a 2024. Neste caso, o ano de referência é 2018. O quadro, por um lado, apresenta dados respeitantes ao índice total, e, por outro, também nos dá informação sobre o comportamento do IPC das diferentes classes que compõem o IPC total cabo-verdiano, que são as seguintes:

C01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
C02 Bebidas alcoólicas e tabaco
C03 Vestuário e calçado
C04 Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis
C05 Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação
C06 Saúde
C07 Transportes
C08 Comunicação
C09 Lazer, recreação e cultura
C10 Educação
C11 Restaurantes e hotéis
C12 Bens e serviços diversos

Índices de Preços no Consumidor

	Total	C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10	C11	C12
2020	101,72	103,04	110,47	97,79	100,26	101,42	107,34	100,28	98,96	101,63	99,83	110,41	101,97
2021	103,61	103,62	119,32	100,46	102,13	106,34	106,78	106,54	99,89	101,62	98,55	111,14	100,45
2022	111,83	119,91	133,57	104,18	106,27	111,54	115,35	118,36	100,37	106,70	98,31	116,29	103,00
2023	116,00	130,53	142,16	107,17	108,37	115,25	115,34	118,95	95,54	109,05	97,97	122,08	106,83
2024	117,21	131,79	147,12	105,96	110,89	115,54	118,39	118,73	90,69	110,42	97,99	124,45	110,84

INE, *Índice de Preços no Consumidor* – dezembro de 2024

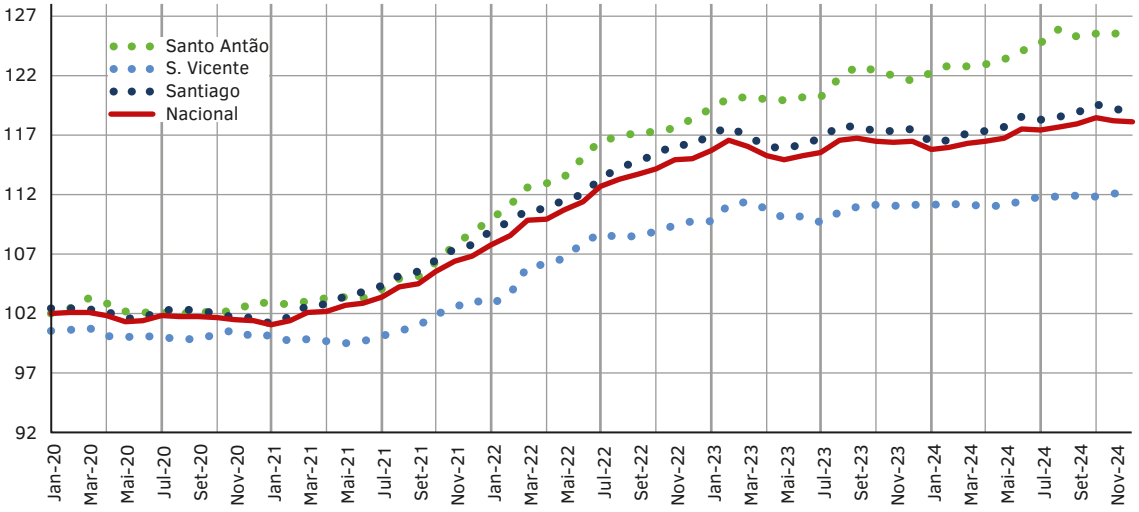
Documento 8

"O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é um indicador que tem por finalidade medir a evolução no tempo dos preços de um conjunto de bens e serviços considerados representativos da estrutura de consumo da população residente em Cabo Verde. O IPC não é, desta forma, um indicador do nível de preços registado entre períodos diferentes, mas antes um indicador da sua variação. A estrutura de consumo da atual série do IPC (2018 = 100) bem como os bens e serviços que constituem o cabaz do indicador foram inferidos com base no Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 2015. O IPC encontra-se classificado em doze classes de produtos (Classificação do Consumo Individual por Objetivo) e a sua compilação resulta da agregação de três índices de preços regionais (Santo Antão, São Vicente e Santiago)."

INE – Instituto Nacional de Estatística

O gráfico seguinte apresenta dados respeitantes ao IPC Nacional mensal e aos índices de preços regionais das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago, entre 2020 e 2024.

Índices das ilhas e IPC Nacional



INE, *Índice de Preços no Consumidor* – dezembro de 2024

Taxa de inflação

Sabemos já que a forma mais comum de se medir a inflação é através do cálculo de índices de preços. Mas ainda não vimos como se calcula, na prática, uma taxa de inflação. De uma forma simples, podemos dizer que a **taxa de inflação** é a taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor entre duas datas.

Assim, para se calcular uma taxa de inflação, dividimos o acréscimo do IPC ocorrido entre os dois momentos pelo IPC mais antigo, multiplicando o resultado desse quociente por 100. Ou seja, aplicamos a seguinte fórmula:

$$\textbf{Tx. de inflação}_{\text{ano x}} = \frac{\textbf{IPC}_{\text{ano x}} - \textbf{IPC}_{\text{ano x-1}}}{\textbf{IPC}_{\text{ano x-1}}} \times 100$$

Se, no ano X, o IPC for igual a 105, sabendo que no ano anterior o IPC tinha sido igual a 100, podemos determinar a taxa de inflação entre esses dois anos utilizando a fórmula anterior, fazendo os seguintes cálculos:

$$\textbf{Tx. inflação}_{\text{ano x}} = \frac{105 - 100}{100} \times 100 = 5\%$$

Atividade 11

1 Determina a taxa de inflação entre o ano 1 e o ano 2, sabendo que:

$IPC_{ano\ 1} = 105$

$IPC_{ano\ 2} = 107$

Habitualmente, a taxa de inflação diz respeito ao período de um ano. Mas é possível calcular a taxa de inflação com outro tipo de periodicidade, conforme o que se pretende analisar. As três formas mais utilizadas são a taxa de variação mensal, a taxa de variação homóloga e a taxa de variação média dos últimos 12 meses.

- **Taxa de variação mensal**: permite efetuar comparações do valor da inflação entre dois meses consecutivos.

$$\textbf{Tx. variação mensal} = \left(\frac{IPC_{mês\ x}}{IPC_{mês\ x-1}} - 1\right) \times 100$$

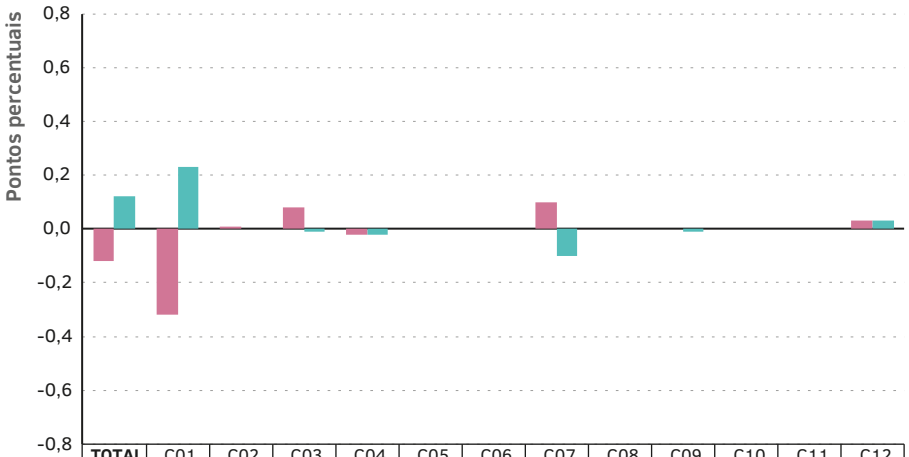
- **Taxa de variação homóloga**: permite comparar o valor da inflação de um mês com o mesmo mês, num ano anterior.

$$\textbf{Tx. variação homóloga} = \left(\frac{IPC_{mês\ x\ do\ ano\ x}}{IPC_{mês\ x\ do\ ano\ x-1}} - 1\right) \times 100$$

- **Taxa de variação média dos últimos 12 meses**: é uma média simples das últimas doze taxas, comparada com a média das doze taxas homólogas. Esta taxa pode ser calculada a partir de qualquer mês do ano, não tendo os doze meses de corresponder ao ano civil. Se, por exemplo, fizermos o cálculo em meados de outubro de 2023, devemos somar todos os IPC desde outubro de 2022 até setembro de 2023 e dividi-los pela soma de todos os IPC homólogos, isto é, os IPC de outubro de 2021 até setembro de 2022.

$$\textbf{Tx. var. média últimos 12 meses} = \left(\frac{\textbf{Somatório dos últimos 12 IPC}}{\textbf{Somatório dos 12 IPC homólogos}} - 1\right) \times 100$$

Variação mensal do IPC Nacional total e das classes



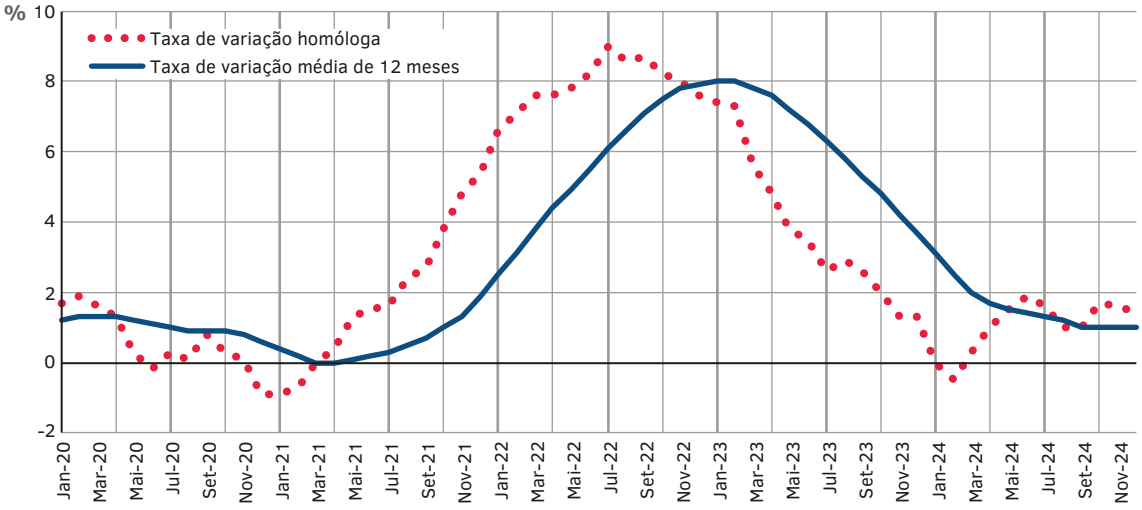
	TOTAL	C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10	C11	C12
Dez-24	-0,12	-0,32	0,01	0,08	-0,02	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
Dez-23	0,12	0,23	0,00	-0,01	-0,02	0,00	0,00	-0,10	0,00	-0,01	0,00	0,00	0,03

Classes:

C01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
C02 Bebidas alcoólicas e tabaco
C03 Vestuário e calçado
C04 Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis
C05 Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação
C06 Saúde
C07 Transportes
C08 Comunicação
C09 Lazer, recreação e cultura
C10 Educação
C11 Restaurantes e hotéis
C12 Bens e serviços diversos

INE, *Índice de Preços no Consumidor – Síntese dos Resultados* – dezembro 2024

IPC – Taxas de variação homóloga e média de 12 meses



INE, *Nota de Imprensa* – IPC dezembro 2024

Também é importante conhecer dois outros conceitos: a taxa de variação acumulada e o indicador de inflação subjacente. No primeiro caso, ficamos a conhecer a inflação acumulada desde o início do ano até um determinado mês desse ano e, no segundo caso, analisa-se a evolução dos índices deixando de fora produtos de elevada volatilidade (produtos energéticos e alimentares não transformados) que podem ter bastante impacto nos dados, não permitindo obter uma boa compreensão da realidade relativamente aos restantes preços.

Documento 9

"**Taxa de variação acumulada**
A variação acumulada compara o nível do índice entre o mês corrente e o mês de dezembro do ano anterior. Esta taxa de variação dá uma indicação do nível médio de preços de um determinado mês do ano em curso face ao nível registado no final do ano precedente. No mês de dezembro o seu valor é idêntico ao da taxa de variação homóloga. A comparação do perfil da variação acumulada com a que se registou no ano anterior dá uma indicação da intensidade do movimento dos preços ao longo do ano corrente face à do ano precedente.

Indicador de inflação subjacente
O indicador de inflação subjacente obtém-se a partir do IPC excluindo os produtos energéticos e alimentares não transformados. Com este indicador pretende-se medir a variação dos preços excluindo bens que possam apresentar grande volatilidade dos preços devido a choques temporários e/ou exógenos."

INE – Instituto Nacional de Estatística

Atividade 12

"**No mês de dezembro de 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação mensal de -0,1%, valor inferior** em 0,1 p.p. ao registado no mês anterior.
A taxa de variação acumulada do IPC foi de 1,4%, taxa superior em 0,1 p.p. à observada no mês homólogo do ano anterior.
A taxa de variação homóloga do IPC total, no mês de dezembro de 2024, foi de 1,4%, valor inferior 0,2 p.p. em relação ao mês anterior.
No período em análise, o IPC registou uma variação média dos últimos doze meses de 1,0%, valor idêntico ao registado no mês anterior.
O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo energia e bens alimentares não transformados) **assinalou uma variação homóloga de 1,6%**, valor idêntico ao registado em novembro de 2024."

INE, *Índice de Preços no Consumidor – Síntese dos Resultados* – dezembro de 2024

1 Explicita o sentido das partes destacadas no texto.

A seguir, apresentam-se alguns documentos com dados sobre a inflação na União Europeia ao longo da última década. Sugere-se a sua análise, comparando a evolução da inflação em Portugal e na União Europeia, uma vez que são importantes parceiros económicos de Cabo Verde.

Taxa de variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor[1] (%)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
União Europeia – 27 países (desde 2020)	0,1	0,2	1,6	1,8	1,4	0,7	2,9	9,2	6,4	2,6
Bélgica	0,6	1,8	2,2	2,3	1,2	0,4	3,2	10,3	2,3	4,3
Bulgária	-1,1	-1,3	1,2	2,6	2,5	1,2	2,8	13,0	8,6	2,6
Chéquia	0,3	0,6	2,4	2,0	2,6	3,3	3,3	14,8	12,0	2,7
Dinamarca	0,2	0,0	1,1	0,7	0,7	0,3	1,9	8,5	3,4	1,3
Alemanha	0,7	0,4	1,7	1,9	1,4	0,4	3,2	8,7	6,0	2,5
Estónia	0,1	0,8	3,7	3,4	2,3	-0,6	4,5	19,4	9,1	3,7
Irlanda	0,0	-0,2	0,3	0,7	0,9	-0,5	2,4	8,1	5,2	1,3
Grécia	-1,1	0,0	1,1	0,8	0,5	-1,3	0,6	9,3	4,2	3,0
Espanha	-0,6	-0,3	2,0	1,7	0,8	-0,3	3,0	8,3	3,4	2,9
França	0,1	0,3	1,2	2,1	1,3	0,5	2,1	5,9	5,7	2,3
Croácia	-0,3	-0,6	1,3	1,6	0,8	0,0	2,7	10,7	8,4	4,0
Itália	0,1	-0,1	1,3	1,2	0,6	-0,1	1,9	8,7	5,9	1,1
Chipre	-1,5	-1,2	0,7	0,8	0,5	-1,1	2,3	8,1	3,9	2,3
Letónia	0,2	0,1	2,9	2,6	2,7	0,1	3,2	17,2	9,1	1,3
Lituânia	-0,7	0,7	3,7	2,5	2,2	1,1	4,6	18,9	8,7	0,9
Luxemburgo	0,1	0,0	2,1	2,0	1,6	0,0	3,5	8,2	2,9	2,3
Hungria	0,1	0,4	2,4	2,9	3,4	3,4	5,2	15,3	17,0	3,7
Malta	1,2	0,9	1,3	1,7	1,5	0,8	0,7	6,1	5,6	2,4
Países Baixos	0,2	0,1	1,3	1,6	2,7	1,1	2,8	11,6	4,1	3,2
Áustria	0,8	1,0	2,2	2,1	1,5	1,4	2,8	8,6	7,7	2,9
Polónia	-0,7	-0,2	1,6	1,2	2,1	3,7	5,2	13,2	10,9	3,7
Portugal	0,5	0,6	1,6	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,3	2,7
Roménia	-0,4	-1,1	1,1	4,1	3,9	2,3	4,1	12,0	9,7	5,8
Eslovénia	-0,8	-0,2	1,6	1,9	1,7	-0,3	2,0	9,3	7,2	2,0
Eslováquia	-0,3	-0,5	1,4	2,5	2,8	2,0	2,8	12,1	11,0	3,2
Finlândia	-0,2	0,4	0,8	1,2	1,1	0,4	2,1	7,2	4,3	1,0
Suécia	0,7	1,1	1,9	2,0	1,7	0,7	2,7	8,1	5,9	2,0

Eurostat, https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/prc_hicp_aind__custom_15511289/default/table?lang=en [consult. 21 fev 2025]

[1] O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) é o índice utilizado pela União Europeia para medir a inflação. O IHPC permite comparar de forma harmonizada os diferentes índices de preços no consumidor de cada um dos países-membros.

Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
União Europeia – 27 países (desde 2020)	100,0	100,18	101,74	103,57	105,04	105,76	108,82	118,82	126,38	129,67
Bélgica	100,0	101,77	104,03	106,44	107,77	108,23	111,71	123,26	126,07	131,52
Bulgária	100,0	98,68	99,85	102,48	104,99	106,27	109,30	123,52	134,15	137,63
Chéquia	100,0	100,7	103,1	105,1	107,8	111,4	115,1	132,1	147,9	151,9
Dinamarca	100,0	100,0	101,1	101,8	102,5	102,9	104,9	113,8	117,6	119,1
Alemanha	100,0	100,4	102,1	104,0	105,5	105,8	109,2	118,7	125,9	129,0
Estónia	100,0	100,80	104,48	108,05	110,50	109,80	114,72	137,03	149,52	155,10
Irlanda	100,0	99,8	100,1	100,8	101,7	101,2	103,6	112,0	117,8	119,4
Grécia	100,0	100,02	101,15	101,94	102,46	101,17	101,75	111,21	115,84	119,31
Espanha	100,0	99,66	101,69	103,46	104,26	103,91	107,04	115,95	119,89	123,33
França	100,0	100,31	101,47	103,60	104,95	105,50	107,68	114,04	120,50	123,29
Croácia	100,0	99,37	100,67	102,23	103,04	103,06	105,82	117,11	126,94	132,04
Itália	100,0	99,9	101,3	102,5	103,2	103,0	105,0	114,2	120,9	122,3
Chipre	100,0	98,78	99,45	100,23	100,78	99,67	101,92	110,17	114,50	117,09
Letónia	100,0	100,10	103,00	105,63	108,53	108,62	112,14	131,47	143,38	145,32
Lituânia	100,0	100,68	104,42	107,07	109,47	110,63	115,75	137,57	149,52	150,79
Luxemburgo	100,0	100,04	102,15	104,21	105,93	105,93	109,61	118,55	122,02	124,77
Hungria	100,0	100,45	102,84	105,84	109,46	113,15	119,04	137,22	160,59	166,56
Malta	100,0	100,90	102,18	103,95	105,54	106,37	107,12	113,69	120,01	122,94
Países Baixos	100,0	100,11	101,40	103,02	105,78	106,96	109,98	122,78	127,81	131,92
Áustria	100,0	100,97	103,22	105,41	106,98	108,47	111,46	121,07	130,40	134,21
Polónia	100,0	99,8	101,4	102,6	104,8	108,6	114,3	129,4	143,5	148,7
Portugal	100,0	100,64	102,20	103,40	103,71	103,58	104,55	113,03	118,98	122,15
Roménia	100,0	98,93	100,00	104,08	108,15	110,67	115,21	129,06	141,64	149,91
Eslovénia	100,0	99,85	101,40	103,36	105,11	104,82	106,97	116,94	125,38	127,87
Eslováquia	100,0	99,52	100,90	103,46	106,33	108,47	111,53	125,05	138,79	143,17
Finlândia	100,0	100,39	101,23	102,42	103,58	103,98	106,12	113,74	118,67	119,83
Suécia	100,0	101,14	103,02	105,12	106,93	107,63	110,49	119,39	126,44	128,98

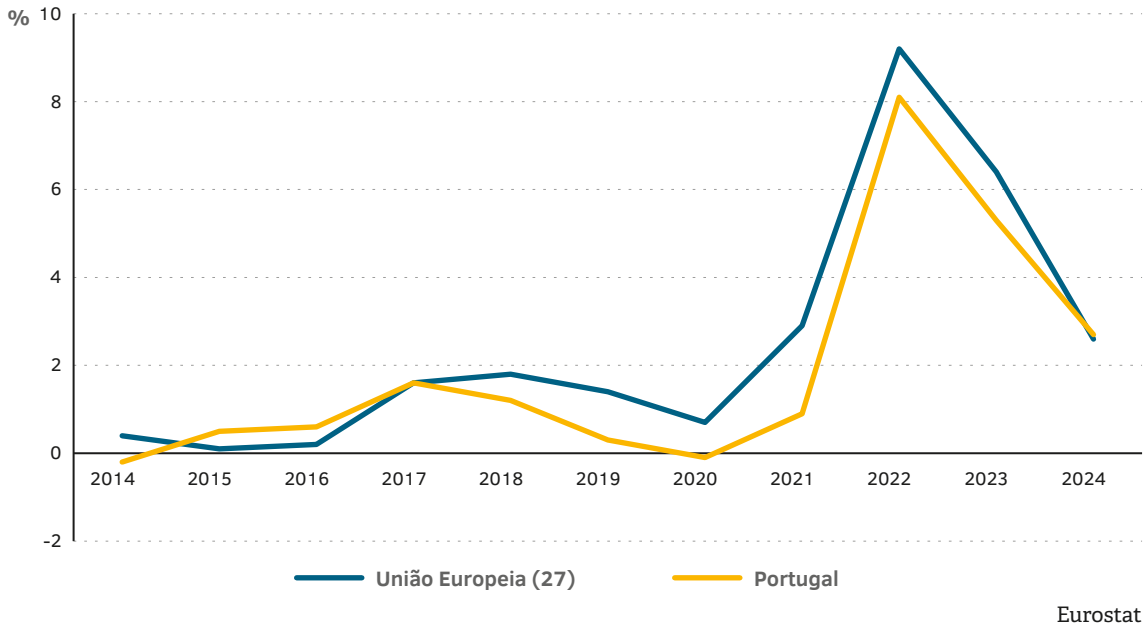
Eurostat,
https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/prc_hicp_aind__custom_15511289/default/table?lang=en
[consult. 21 fev 2025]

Taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

Classes de bens e serviços (COICOP[2])		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CP00	**Todos os bens e serviços**	0,4	0,1	0,2	1,6	1,8	1,4	0,7	2,9	9,2	6,4	2,6
CP01	**Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas**	-0,2	0,3	0,5	2,1	1,9	2,1	2,5	1,6	11,9	12,6	2,3
CP02	**Bebidas alcoólicas e tabaco**	3,0	2,2	1,7	2,1	3,7	3,1	3,9	3,1	4,3	7,8	5,6
CP03	**Vestuário e calçado**	0,1	0,0	0,2	0,2	-0,1	0,5	-0,1	1,0	2,9	4,4	1,6
CP04	**Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis**	0,7	-0,5	-0,8	1,8	2,5	1,8	-0,1	4,8	18,0	3,4	1,9
CP05	**Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação**	0,1	0,3	0,3	0,0	0,4	0,6	0,7	1,8	7,2	6,8	0,7
CP06	**Saúde**	1,0	0,9	0,7	1,1	1,0	1,2	1,3	0,9	2,4	4,3	4,0
CP07	**Transportes**	-0,2	-2,7	-1,5	3,0	3,4	1,2	-2,2	6,8	12,1	2,5	0,8
CP08	**Comunicações**	-2,5	-0,7	-0,3	-1,4	-1,1	-1,7	-1,2	-0,1	-0,1	1,1	-1,5
CP09	**Lazer, recreação e cultura**	0,2	1,8	0,3	1,0	1,0	0,6	0,5	1,6	4,9	6,1	2,9
CP10	**Educação**	0,6	1,0	1,3	0,2	-0,9	0,8	1,1	0,6	2,0	5,4	4,9
CP11	**Restaurantes e hotéis**	1,5	1,7	1,7	2,3	2,2	2,2	1,4	2,0	8,1	8,4	5,2
CP12	**Bens e serviços diversos**	0,8	1,0	1,3	0,9	1,1	1,6	2,2	2,3	3,7	5,9	4,4

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/PRC_HICP_AIND__custom_15513210/default/table?lang=en [consult. 21 fev 2025]

Taxa de variação anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor



Eurostat

[2] Classificação Individual do Consumo por Objetivo das Nações Unidas

10.2.3. Salário nominal e salário real

Uma vez compreendido o impacto da inflação sobre o poder de compra das pessoas, importa analisar o modo como a inflação se reflete nos salários. Além das diversas formas de salário que vimos atrás, o salário também se pode classificar como salário nominal e salário real. A diferença entre estes dois conceitos está relacionada com a influência do nível geral de preços sobre os salários.

Salário nominal
Quantidade de moeda recebida em troca da força de trabalho.

Salário real
Quantidade de bens e serviços que o salário nominal permite adquirir.

O **salário nominal** representa a quantidade de moeda que um indivíduo recebe em troca do seu trabalho. O **salário real** diz respeito à quantidade de bens que esse indivíduo consegue adquirir com o seu salário nominal, refletindo-se, neste caso, o efeito da inflação.

Se o nível geral de preços for aumentando a um ritmo superior ao do aumento do salário nominal do indivíduo, o seu salário real vai-se tornando cada vez menor, havendo, como consequência, uma perda do seu poder de compra.

Por outro lado, mantendo-se inalterado o salário nominal, se houver diminuição do nível geral de preços, aumentará o poder de compra do indivíduo, pois, com o mesmo rendimento, passa a conseguir adquirir mais bens.

Analisemos o exemplo do Daniel, com um rendimento mensal de 100 000 u.m., num ano em que a taxa de inflação foi de 3%.

$$100\,000 \times 1{,}03 = 103\,000 \text{ u.m.}$$

$$103\,000 - 100\,000 = 3\,000 \text{ u.m.}$$

Vejamos o que poderia suceder ao poder de compra do Daniel no ano seguinte. Para manter o seu poder de compra, o seu salário deveria aumentar na mesma proporção do aumento do nível de preços, ou seja, deveria aumentar 3 000 u.m.

Hipótese 1: O salário do Daniel aumentava 2 000 u.m. Neste caso, haveria perda de poder de compra, pois o aumento do salário do Daniel era inferior ao aumento do nível de preços.

Hipótese 2: O salário do Daniel aumentava 3 000 u.m. Neste caso, o Daniel mantinha o seu poder de compra, pois o aumento do salário era igual ao aumento do nível de preços.

Hipótese 3: O salário do Daniel aumentava 5 000 u.m. Neste caso, haveria aumento do poder de compra, pois o aumento do salário do Daniel era superior ao aumento do nível de preços.

Assim, de um modo geral, podemos afirmar que o salário é determinante do nível de vida das famílias, pois, como, na maioria dos casos, constitui a sua principal fonte de rendimento, pode influenciar significativamente o seu poder de compra.

Atividade 13

"O salário hoje em dia não cobre as despesas. Basta olhar para o preço do autocarro, dos alimentos, das rendas de casa."

https://expressodasilhas.cv/pais/2025/01/26/novo-salario-minimo-entra-em-vigor-enquanto-debate-sobre-se-e-suficiente-persiste/95305 [consult. 29 mar 2025]

1 **Comenta a afirmação anterior, apresentando os conceitos de salário real e salário nominal.**

10.3. Indicadores de desigualdades na repartição pessoal dos rendimentos

Há muitas razões para a existência de disparidades entre os diversos tipos de rendimento das famílias. Por um lado, de um modo geral, o fator capital é mais bem remunerado que o fator trabalho, pelo que quem depende exclusivamente de rendimentos do trabalho fica, logo à partida, em desvantagem.

Por outro lado, conforme já foi referido, há famílias que acumulam vários tipos de rendimentos e outras que apenas têm uma fonte de rendimento.

Outra razão para haver disparidades é a existência de diferentes níveis de remuneração do fator trabalho, sendo as principais causas as variadas habilitações e qualificações profissionais, a maior ou menor antiguidade e experiência profissional, o tipo de profissão, os diferentes ramos de atividade, o género masculino ou feminino, as diferenças entre as várias regiões, a idade, a nacionalidade, entre outras.

Principais disparidades na repartição dos rendimentos

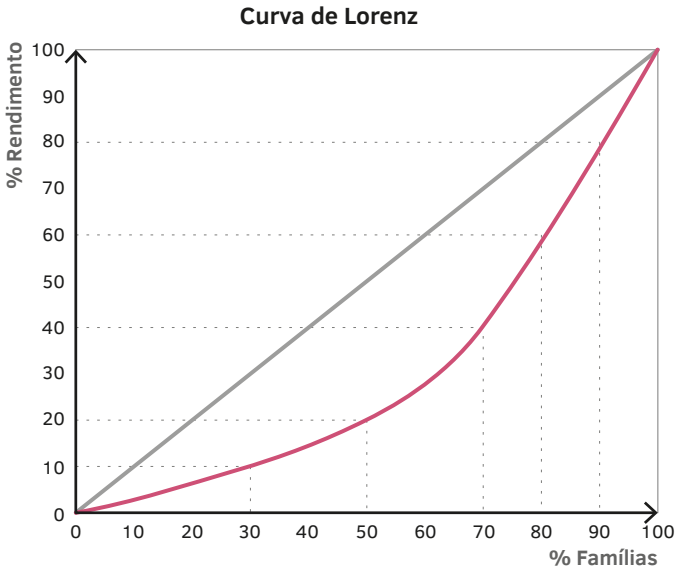
- Fator capital com remunerações superiores ao fator trabalho
- Algumas famílias acumulam vários tipos de rendimento e outras não
- Diferenças salariais
- Disparidades regionais
- Disparidades em função do género

Vejamos, então, alguns indicadores de desigualdades na repartição dos rendimentos.

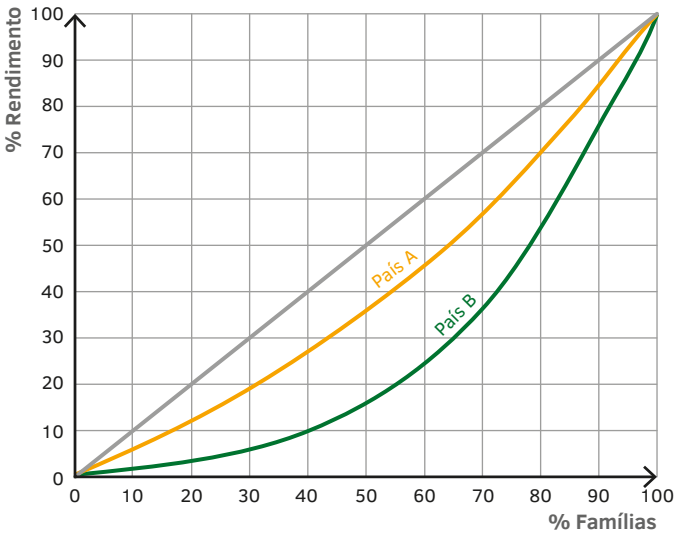
Curva de Lorenz

Curva de Lorenz
Representação gráfica que permite relacionar a percentagem de rendimento de um país com a percentagem de famílias que o obtêm.

A **curva de Lorenz** é uma representação gráfica que se utiliza para estudar as desigualdades que ocorrem na distribuição do rendimento pelas famílias. Trata-se de um método estatístico que permite analisar a repartição dos rendimentos da população de um país, possibilitando a comparação de dados entre vários países, em diferentes períodos, e outras comparações.



O gráfico é composto por dois eixos: o eixo das abcissas (eixo horizontal), que representa a percentagem acumulada de famílias, e o eixo das ordenadas (eixo vertical), que corresponde à percentagem acumulada dos rendimentos distribuídos. A bissetriz (diagonal) é a linha de referência para a medição do grau de concentração dos rendimentos das famílias. **Quanto maior for o afastamento de uma curva em relação à bissetriz, maior é o grau de concentração dos rendimentos das famílias**, o que significa que a desigualdade na repartição dos rendimentos também é maior.



Analisando o exemplo anterior, podemos concluir que: cerca de 30% das famílias recebem apenas 10% do total do rendimento distribuído; 20% do rendimento é entregue a 50% das famílias; 40% do rendimento vai para 70% da população; cerca de 60% do rendimento total é destinado a 80% dos agregados familiares e 90% das pessoas recebem 80% do rendimento entregue.

Assim, fazendo algumas contas, chegamos à conclusão de que os últimos 30% (100% – 70%) das famílias recebem cerca de 60% (100% – 40%) do rendimento repartido.

Podemos apresentar, num só gráfico, as curvas da repartição do rendimento de vários países, como se mostra no segundo gráfico, ou de períodos diferentes, relativamente ao mesmo país.

Atividade 14

1. Analisa a representação gráfica da repartição do rendimento do país A e do país B, através das respetivas curvas de Lorenz.
2. Comenta os principais aspetos atendendo ao grau de concentração dos rendimentos e em termos de desigualdade da repartição.

Índice de Gini

A análise da curva de Lorenz pode ser complementada com a informação de outro indicador. Trata-se do **índice de Gini**, que mede a dispersão de uma dada distribuição de rendimentos, permitindo aferir desigualdades na distribuição do rendimento de uma sociedade.

O índice de Gini apresenta o coeficiente de Gini em percentagem, isto é, multiplica o valor do coeficiente por 100.

O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1, correspondendo o valor 0 à menor concentração de rendimentos, havendo uma menor desigualdade na distribuição de rendimentos, e o valor 1 representa a concentração mais elevada, que corresponde à situação de maior desigualdade na distribuição de rendimentos.

Índice de Gini
Indicador estatístico complementar à Curva de Lorenz, que permite medir a dispersão da distribuição dos rendimentos de um país ou região.

Documento 10

"**Índice de Gini**
O Índice de Gini, ou coeficiente de Gini, é uma medida de dispersão estatística, usualmente utilizada para medir a desigualdade na distribuição de rendimento ou riqueza dentro de uma economia ou grupo social. Do ponto de vista gráfico, o índice de Gini será o rácio entre a área compreendida entre a linha da curva de Lorenz (que representa a distribuição de rendimento ou riqueza numa economia) e a linha de 45º (que representaria uma distribuição perfeita de rendimento).
Assim, pode assumir valores compreendidos entre 0 e 1*, sendo que um valor 0 representa uma distribuição perfeita do rendimento ou riqueza, enquanto um valor 1*, representa uma distribuição perfeitamente desigual, em que um indivíduo detém a totalidade da riqueza ou rendimento."

* ou 100

https://www.cfp.pt/pt/glossario/indice-de-gini [consult. 29 mar 2025]

Índice de Gini – Cabo Verde

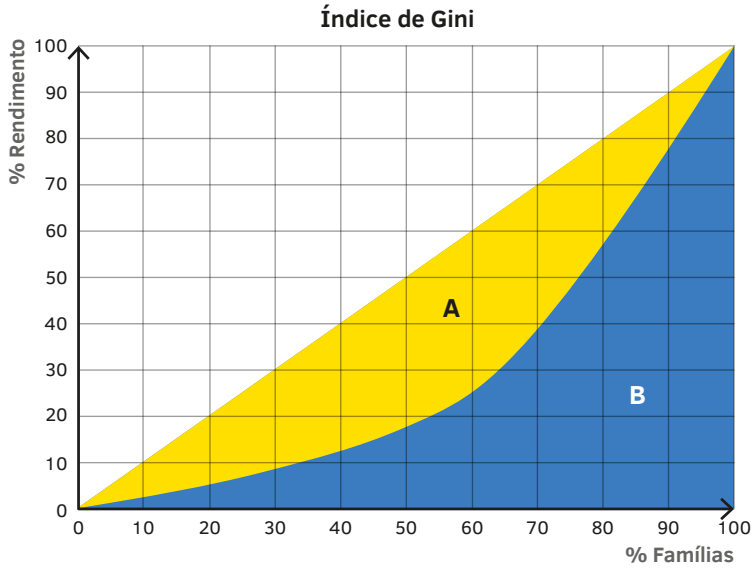
Ano	Índice de Gini
2015	42,4
2007	47,2
2002	50,5
2001	52,5

https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-de-gini/cabo-verde [consult. 29 mar 2025]

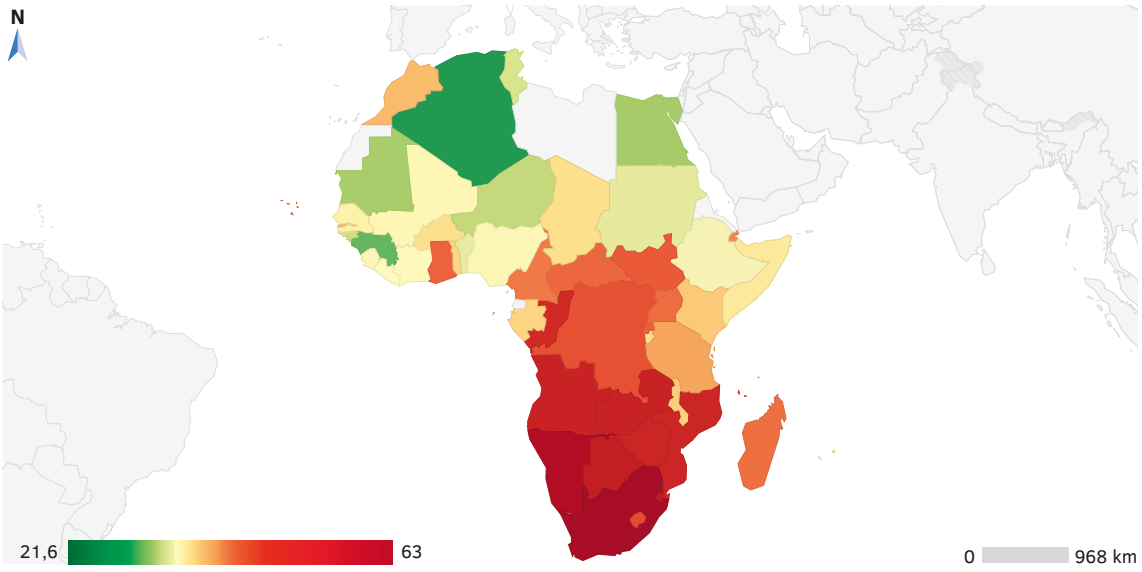
O coeficiente de Gini calcula-se através do seguinte quociente:

$$\text{Gini} = \frac{A}{A + B}$$

A – Área a amarelo
B – Área a azul



Índice de Gini 2023



https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-de-gini [consult. 29 mar 2025]

Atividade 15

1. Analisa a tabela do Índice de Gini de Cabo Verde, retirando conclusões sobre a sua evolução ao longo do tempo.

Limiar de pobreza

O limiar de pobreza é um indicador absoluto que ajuda a compreender a situação de privação de bem-estar de um país. O **limiar de pobreza** é o nível de rendimento abaixo do qual se considera que uma pessoa se encontra em risco de pobreza, isto é, não ter o suficiente para satisfazer as necessidades básicas, como habitação, alimentação ou vestuário.

Limiar de pobreza
Nível de rendimento abaixo do qual se considera que uma pessoa se encontra em risco de pobreza.

No entanto, o conceito de pobreza é relativo, varia consoante o nível e a distribuição dos rendimentos entre a população de cada país, podendo uma pessoa ser considerada pobre num país e não o ser noutro.

O limiar de pobreza varia de acordo com o país e o seu contexto económico-social, sendo habitual utilizar um valor de base, em dólares PPC (Paridade de Poder de Compra), para haver uma uniformização de critérios quando se efetuam comparações entre diferentes países.

Documento 11

"As Nações Unidas tinham definido, para a comparabilidade entre países, a pobreza extrema internacionalmente para toda a população vivendo com menos de 1,9 dólares por dia (PPC 2011). Recentemente, esse limiar foi atualizado para 2,15 dólares por dia (PPC 2017)."

INE, *Estimativas da Pobreza Extrema Internacional 2015-2022*, abril 2023

A observação do limiar de pobreza pode ser complementada com a análise da taxa de risco de pobreza do país, que indica a proporção de indivíduos que obtém rendimentos abaixo do respetivo limiar de pobreza. Dessa forma, ficamos a conhecer a percentagem de indivíduos do país que se encontra em risco de pobreza extrema.

Documento 12

"**Definição do limiar de pobreza extrema para Cabo Verde**
Segundo o INE, com base nos dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015, o limiar da pobreza extrema em Cabo Verde no ano de 2015 era de 49 699 e 49 205 CVE por ano, respetivamente nos meios urbano e rural, o equivalente a 136 escudos diários ou menos de 135 escudos diários. Em dólares americanos, por ano, seria o equivalente a cerca de 452 para o meio urbano e 447 no meio rural. Assim, no ano de 2015 em Cabo Verde cerca de 54 395 pessoas, ou seja 10,6% da população, viviam em agregados familiares extremamente pobres, ou seja, com níveis de consumo abaixo dos referidos limiares.

Documento 12 (cont.)

Em 2022, o INE realizou uma projeção para o ano de 2020, conforme a tabela seguinte:"

Dados sobre População e Taxas de Pobreza em Cabo Verde em 2020

População	483 628	
Pobreza global	152 826	(31,6%)
População em situação de pobreza extrema	63 355	(13,1%)

INE (2022) – Estimativa com dados referentes a 2020 + IDRF – Inquérito Despesas e Receitas das Famílias – INE, 2015

ENEPE – Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Extrema 2022-2026, Boletim Oficial, Resolução n.º 4/2023 de 26 de janeiro

Atividade 16

"A taxa de pobreza absoluta em Cabo Verde caiu de 35,5% em 2015 para 24,75% em 2023, uma diminuição de 10,75 pontos percentuais, em oito anos, anunciou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE) em comunicado de imprensa. O número faz parte da Estimativa de Pobreza calculada para 2023.
Noutro indicador, **a pobreza extrema foi reduzida pela metade, passando de 4,56% em 2015 para 2,28% em 2023, utilizando o limiar internacional de 2,15 dólares por dia e por pessoa**."

https://www.sapo.pt/noticias/economia/pobreza-absoluta-cai-de-um-terco-para-um_671110868656744252 9b88e2, 17 de outubro de 2024 [consult. 29 mar 2025]

1 **Comenta a afirmação destacada, tendo em atenção o conceito de limiar de pobreza.**

Rácios S80/S20 e S90/S10

Os rácios S80/S20 e S90/S10 também nos permitem aferir as desigualdades que existem na distribuição de rendimentos.

• S80/S20 (rácio dos quintis de rendimento)

O rácio S80/S20 é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que determina a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos (quintil 5) e a porção do rendimento auferido pelos 20% com menores rendimentos (quintil 1).

• S90/S10

Outro indicador de desigualdade na distribuição do rendimento é o rácio S90/S10, que, à semelhança do rácio S80/S20, nos indica a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos (decil 10) e a porção do rendimento recebido pelos 10% com menores rendimentos (decil 1).

A título de exemplo, apresenta-se a seguir um quadro sobre a desigualdade na distribuição do rendimento em Portugal, com os rácios S80/S20 e S90/S10[3].

Desigualdade na distribuição do rendimento – Portugal
Rácios S80/S20 | S90/S10

Anos	Rácio S80/S20	Rácio S90/S10
2023	5,2	8,9
2022	5,6	9,7
2021	5,1	8,5
2020	5,7	9,8
2019	5	8,1
2018	5,2	8,6
2017	5,2	8,7

INE Portugal, *Inquérito às condições de vida e rendimento*

Atividade 17

1 **Analisa a tabela da desigualdade na repartição do rendimento de Portugal.**
Sabendo que, nos anos 2017, 2018 e 2023, as pessoas que compunham os 20% da população portuguesa com maiores rendimentos receberam 5,2 vezes mais que os 20% com menores rendimentos, interpreta o significado do valor do rácio S90/S10, no ano 2023.

Rendimento *per capita*

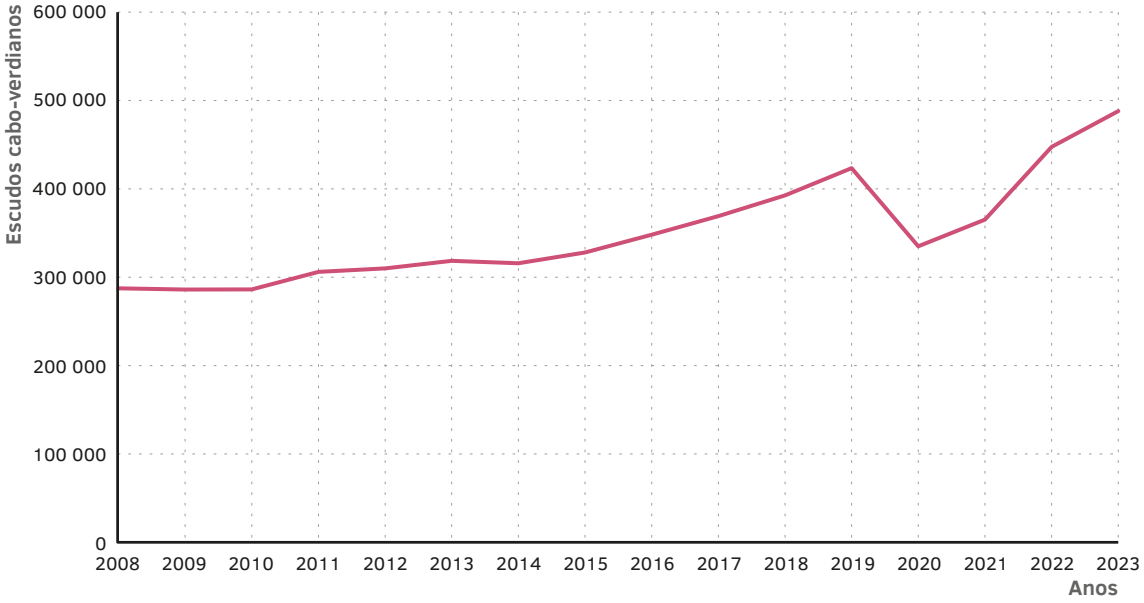
O rendimento *per capita* é um rácio que serve de indicador do nível médio de rendimento de uma população, podendo ser calculado através do quociente entre o rendimento nacional e o número total de indivíduos que compõem uma população.

Rendimento *per capita*
Indicador do nível médio de rendimento de uma população, que é calculado através do quociente entre o rendimento nacional e o número total de indivíduos dessa população.

[3] Na data em que o manual foi elaborado, não foi possível obter dados sobre os rácios cabo-verdianos.

$$\text{Rendimento } \textit{per capita} = \frac{\text{Rendimento nacional}}{\text{População total}}$$

Rendimento Nacional Bruto *per capita* a preços correntes – Cabo Verde



Banco Mundial, https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CN?end=2023&locations=CV&start=2007&view=chart [consult. 31 mar 2025]

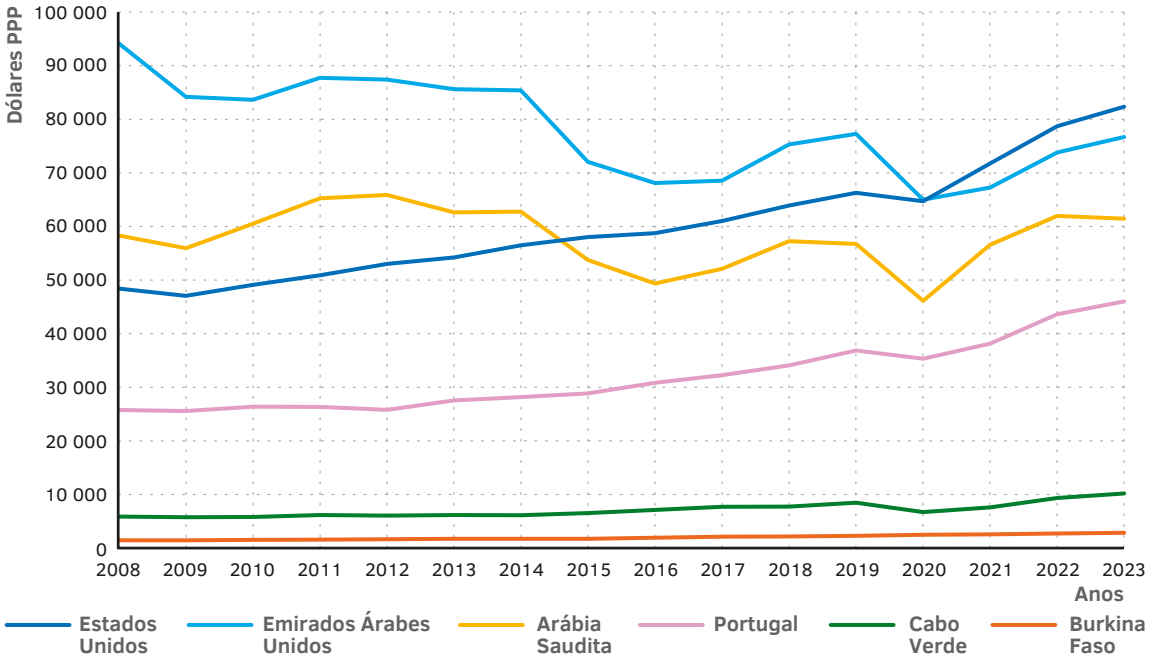
No entanto, como este cálculo representa o valor médio do nível de rendimento de um país, é um valor meramente indicativo, que deve ser usado com algumas reservas, pois pode levar a conclusões erróneas. Existem alguns países com um elevado rendimento nacional mas que têm pouca população, o que faz com que o seu rendimento *per capita* atinja valores muito altos.

Nesses casos, o que geralmente acontece é que o elevado rendimento do país é obtido por uma minoria de indivíduos, a quem, em troca, é entregue uma grande porção do rendimento total. Assim, à restante maioria de pessoas cabe uma pequena parcela do rendimento total que é repartida por um grande número de pessoas.

Se, na situação anterior, fosse calculado o rendimento médio de cada um dos exemplos apresentados, verificar-se-ia que, no primeiro caso, a minoria de elevado rendimento iria apresentar um rendimento médio muito alto, enquanto, no segundo caso, o rendimento médio revelar-se-ia muito baixo. Ora, se nos limitássemos apenas a calcular o rendimento *per capita*, poderíamos ser induzidos em erro e pensar que, em geral, essas populações viviam com rendimentos mais elevados do que acontece na prática, pois, na realidade, o seu rendimento é muito baixo.

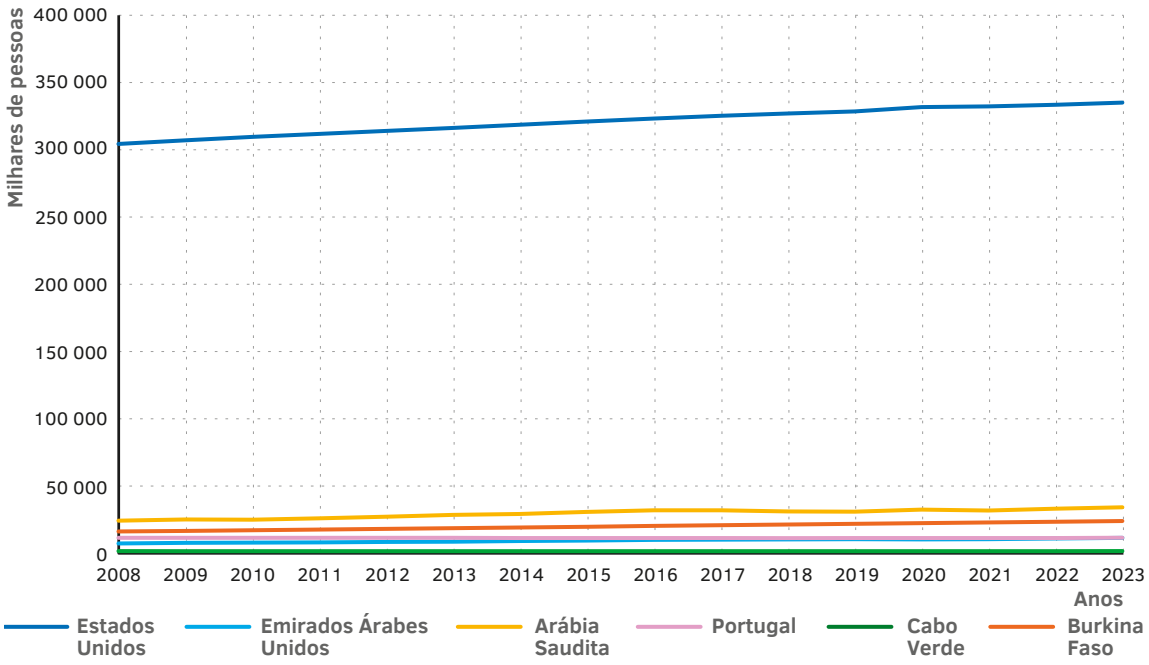
Em seguida, apresentam-se diversos documentos com dados sobre o rendimento *per capita* de Cabo Verde e de mais alguns países do resto do Mundo, referentes a diferentes épocas, para se poder tirar conclusões sobre a sua evolução e analisar as diferentes situações que existem.

RNB *per capita* em dólares PPP



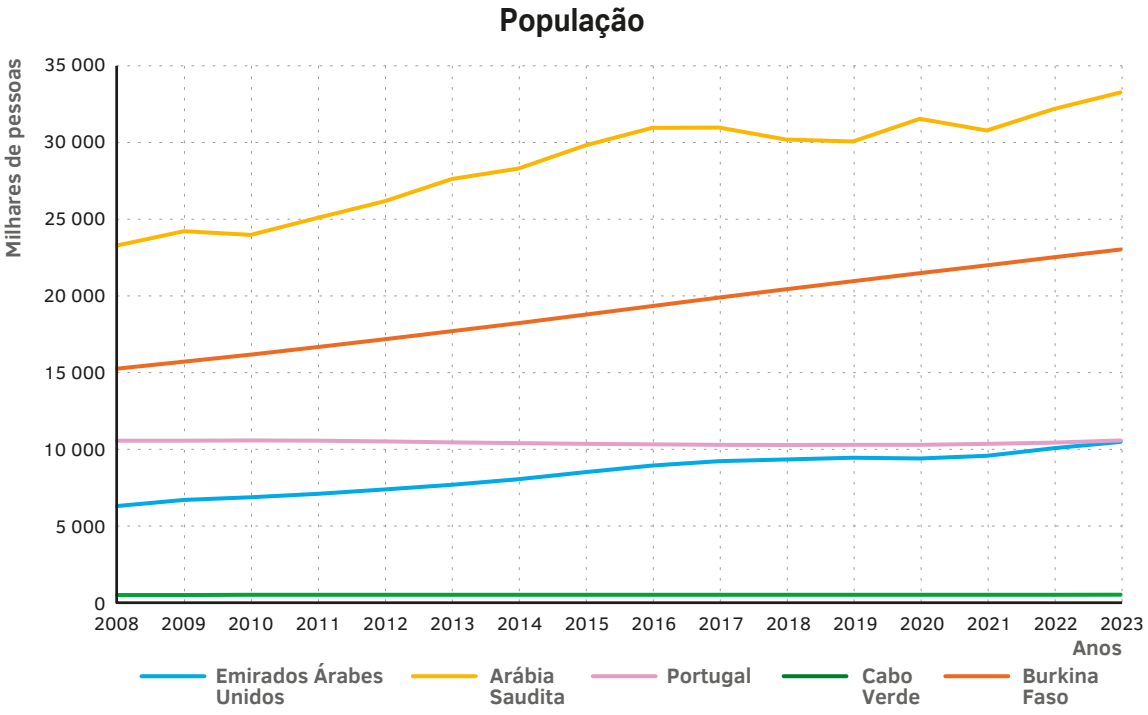
Banco Mundial, https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.PP.CD [consult. 31 mar 2025]

População



Banco Mundial, https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2023&start=2023&view=bar [consult. 31 mar 2025]

Neste gráfico, podemos observar uma grande diferença, em termos populacionais, entre os EUA e os restantes países, que, apesar de os seus valores parecerem próximos, quando se aumenta a perspetiva (gráfico da página a seguir), também revelam realidades diferentes.



Banco Mundial, https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2023&start=2023&view=bar [consult. 31 mar 2025]

O rendimento *per capita* não deixa de ser um útil indicador do nível de rendimento de um país, no entanto, o ideal é poder complementar a sua utilização com outros dados ou outros instrumentos de análise.

Atividade 18

1. **Analisa os gráficos anteriores, tendo em atenção o rendimento *per capita* dos países apresentados, referindo os aspetos de destaque das diferentes realidades observadas.**

10.4. Redistribuição do rendimento

Repartição primária
Repartição do rendimento que ocorre de forma espontânea, de acordo com a participação de cada um na atividade económica.

Relembrando o que vimos no 10.º ano, o Estado procura corrigir as desigualdades que resultam da **repartição primária** do rendimento, tentando atenuar as diferenças que advêm espontaneamente da distribuição de rendimentos pela participação de cada agente na economia. Através dessa forma de repartição, cada interveniente recebe salários, rendas, juros e/ou lucros em função do que contribuiu.

No entanto, a repartição primária do rendimento não abrange todos os indivíduos, havendo situações em que é necessário encontrar soluções adicionais para auxiliar a população mais carenciada, ou que sofra de alguma incapacidade ou invalidez e que não possa garantir o seu sustento.

Nessas situações, o Estado intervém, cobrando impostos e outras contribuições a quem tem fontes de rendimento, para depois os transformar em prestações sociais, que entrega aos indivíduos que mais precisam. Esta operação é a **repartição secundária**, a etapa onde se redistribuem os rendimentos gerados na repartição primária.

Repartição secundária
Segunda etapa da repartição dos rendimentos. Resulta da intervenção do Estado, pela qual procura atenuar as desigualdades decorrentes da primeira etapa.

A **redistribuição dos rendimentos** é o conjunto de operações, realizadas numa lógica social, com o objetivo de corrigir desigualdades ocorridas de modo espontâneo na repartição primária dos rendimentos.

Redistribuição do rendimento
Conjunto de operações realizadas com o objetivo de corrigir as desigualdades que ocorrem na repartição primária dos rendimentos.

A redistribuição desempenha um **papel de solidariedade**, sendo cobrados impostos à parte da população que recebe rendimentos, para posteriormente os entregar aos que não recebem, ou que recebem muito poucos rendimentos, sob a forma de prestações sociais. Além disso, também leva a que as gerações se solidarizem umas com as outras, cobrando-se contribuições à geração no ativo e entregando-as às gerações anteriores que já não estão no ativo.

Por outro lado, a **progressividade do imposto** sobre o rendimento também contribui para a redistribuição dos rendimentos. Nestes casos, o imposto aumenta à medida que aumenta o rendimento dos indivíduos, levando o Estado a cobrar mais impostos a quem recebe mais.

Finalmente, importa lembrar que o Estado também impõe **pagamentos obrigatórios** como forma de reduzir a disparidade e a dispersão de rendimentos. Os impostos sobre o rendimento ou as contribuições para a Segurança Social são exemplos disso. O Estado cobra-os para mais tarde os voltar a entregar à população de outra forma, através de transferências sociais, como subsídios e pensões, procurando, dessa maneira, atenuar as desigualdades existentes.

Atividade 19

1. **Explica em que consiste a redistribuição do rendimento.**
2. **Distingue repartição primária de repartição secundária dos rendimentos.**

Convém analisar com mais detalhe alguns conceitos relacionados com a redistribuição dos rendimentos, em especial os conceitos de imposto, taxa e transferências sociais.

Imposto
Prestação pecuniária obrigatória, sem contrapartida direta cobrada aos cidadãos em determinadas situações previstas por lei.

Imposto direto
Imposto que incide diretamente sobre o rendimento e o património das pessoas, como, por exemplo, o IRPS, o IRPC ou o IUP.

Imposto indireto
Imposto que recai sobre a utilização do rendimento dos indivíduos, como, por exemplo, o IVA, o ICE ou o IS.

Começando pelos **impostos**, podemos defini-los como sendo as prestações pecuniárias obrigatórias, sem contrapartida direta que o Estado cobra aos cidadãos em determinadas situações previstas na lei, como, por exemplo, quando obtêm rendimentos ou adquirem determinado tipo de bens. Os impostos não têm um carácter de sanção, porque não são cobrados com o objetivo de punir determinados comportamentos, como acontece no caso das multas exigidas aos cidadãos que infringem leis.

Os impostos podem ser qualificados como diretos ou indiretos, conforme o fenómeno que os origina.

Os impostos são **diretos** quando incidem diretamente sobre o rendimento e o património das pessoas, como, por exemplo, o IRPS (Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares), o IRPC (Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas) ou o IUP (Imposto Único sobre o Património), e são **indiretos** quando recaem sobre a utilização do rendimento, como os impostos sobre o consumo de bens e serviços: IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e ICE (Imposto sobre Consumos Especiais), ou o IS (Imposto de Selo).

Documento 13

"**A. Impostos sobre o Rendimento**

• **Pessoa Coletiva**

Para o efeito, os sujeitos passivos de IRPC enquadram-se em dois regimes:

a) O regime simplificado para micro e pequenas empresas;

b) O regime de contabilidade organizada.

• **Pessoa Singular**

Ficam sujeitos a IRPS as pessoas singulares que residem em território nacional e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos. O IRPS incide sobre o valor dos rendimentos das pessoas singulares provenientes das categorias seguintes:

Categoria A: Rendimento do trabalho dependente e pensões;

Categoria B: Rendimentos empresarias e profissionais;

Categoria C: Rendimentos prediais, os provenientes da cedência do uso de bens imóveis rústicos, urbanos ou mistos, ou de direitos reais que recaiam sobre os mesmos;

Categoria D: Rendimentos de capitais, os ganhos e de mais vantagens económicas, procedentes de elementos patrimoniais, bens, direitos ou situações jurídicas;

Categoria E: Ganhos patrimoniais, considerando com tal, a obtenção de ganhos de jogo, lotaria, apostas mútuas, prémios atribuídos em sorteiros ou concursos.

B. Impostos sobre o Consumo

• Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

O IVA incide sobre as transmissões de bens e as prestações de serviços, realizadas a título oneroso em território cabo-verdiano, e ainda sobre importação de bens. O IVA é devido pelas pessoas singulares ou coletivas, residentes, que, com carácter de habitualidade, pratiquem atividades de produção, comércio ou prestação de serviço.

• Imposto sobre os Consumos Especiais (ICE)

Trata-se de um imposto de natureza indireta, incidente numa única fase, sobre determinados bens produzidos, importados ou introduzidos no território cabo-verdiano, de acordo com as normas constantes no seu respetivo Regulamento.

C. Imposto de Selo (IS)

O Imposto de Selo incide sobre diferentes factos tributários, e, nomeadamente, sobre operações societárias, transmissões patrimoniais e atos jurídicos documentados.

D. Imposto Único sobre o Património (IUP)

O IUP é um imposto municipal que incide sobre: o valor patrimonial dos prédios situados no território de cada município, categorizando-se em harmonia com a classificação dos prédios em rústica e urbana; o valor das transmissões gratuitas ou onerosas de imóveis; o valor das operações societárias sujeitas à escritura pública, tais como as alterações de pactos sociais, cessão de quotas e outras de igual natureza; o valor de uso ou fruição dos veículos automóveis sujeitos a registos e, finalmente, as mais-valias originadas pela valorização dos terrenos para construção, transmissões de edifícios ou outros bens imóveis."

https://www.observatoriocanariasafrica.com/documentos/2021_-_TradeInvest_-_Guía_de_inversiones_en_CV.pdf [consult. 31 mar 2025]

Por outro lado, em determinadas situações, o Estado também pode cobrar taxas aos cidadãos. As **taxas** diferem dos impostos porque, embora também sejam prestações pecuniárias sem carácter de sanção, pressupõem a existência de uma contrapartida por parte de quem as recebe.

Assim, em troca do pagamento de uma taxa, é prestado um serviço ao utente. Geralmente, as taxas apresentam um custo inferior ao custo habitual dos serviços prestados. Podemos apontar, como exemplo, as taxas municipais e outras contribuições, como a Taxa de Segurança Aeroportuária (TSA) aplicada a passageiros.

Taxa

Prestação pecuniária cobrada aos cidadãos que requerem determinados serviços, nomeadamente serviços públicos. A taxa difere do imposto, porque pressupõe a prestação de um serviço como contrapartida do valor que é pago.

Atividade 20

"A política fiscal tem um papel importante na redistribuição do rendimento, ao criar impostos sobre bens e serviços ou sobre os rendimentos pessoais."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

1. Diz o que entendes por impostos.
2. Comenta a afirmação, tendo em atenção o papel dos impostos na redistribuição do rendimento.
3. Distingue imposto de taxa.

Transferências sociais
Prestações que o Estado entrega aos cidadãos como forma de suprir as desigualdades decorrentes da repartição primária do rendimento. Exemplos: pensões, subsídios de desemprego, abono de família, entre outros.

As contribuições sociais são as entregas obrigatórias que os trabalhadores e as entidades patronais fazem à Segurança Social. Essas contribuições têm como contrapartida as **transferências sociais** do Estado, que são as prestações de âmbito social que a Segurança Social entrega aos cidadãos, como os abonos de família, as pensões, os subsídios de desemprego, de doença, de maternidade, entre outros.

Segundo a lógica da redistribuição, o Estado cobra **contribuições sociais** aos cidadãos ativos, canalizando-as para quem mais necessita através da entrega de **prestações sociais**.

Documento 14

- "As **contribuições sociais** são tributos que incidem sobre salários, pagos pelas entidades empregadoras e pelos trabalhadores no âmbito do sistema previdencial da Segurança Social, com vista à formação de direitos à proteção social em caso de verificação de um dos eventos sociais típicos (doença, incluindo doença profissional, desemprego, parentalidade, velhice, invalidez e morte). As contribuições sociais podem ser classificadas como contribuições efetivas ou imputadas.
- As **prestações sociais** são as prestações a pagar às famílias pelos fundos da Segurança Social (exceto reembolsos). Estas prestações são fornecidas ao abrigo de regimes de Segurança Social e podem assumir a forma de prestações de doença e invalidez, subsídios de maternidade, abonos de família, subsídios de outros dependentes, desemprego, aposentação, pensões de sobrevivência, e outros subsídios e benefícios."

https://www.cfp.pt/pt/glossario/ [consult. 31 mar 2025]

Apresentam-se, em seguida, alguns dados estatísticos sobre os beneficiários das prestações sociais em Cabo Verde.

Beneficiários das prestações atribuídas, por mês – janeiro a outubro de 2024

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Beneficiários das prestações pecuniárias	**2134**	**2204**	**2216**	**2234**	**2212**	**2141**	**2 158**	**2168**	**2367**	**2691**
Subsídio de Doença (1)	1342	1445	1445	1501	1511	1512	1535	1490	1601	1846
Subsídio de Maternidade	637	604	616	586	570	522	495	515	569	649
Licença de Paternidade	154	154	154	147	131	107	128	163	197	196
Subsídio de adoção	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0

Nota: (1) Não inclui os beneficiários do Subsídio de Isolamento Profilático.

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Assistência médica e hospitalar (1)										
Estomatologia	2537	3079	3054	3417	3299	2664	3087	3117	2908	2878
Fisioterapia	763	941	898	942	887	742	865	774	723	814
Próteses e out. disp. de compensação	1810	1885	1932	2113	1837	1636	1712	1763	1721	1743
Exames clínicos	1244	1173	1306	1444	1445	1274	1396	1191	1209	1385

Nota: (1) Não inclui os beneficiários das estruturas públicas de saúde e da assistência medicamentosa.

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Pensionistas	**9625**	**9710**	**9738**	**9812**	**9918**	**10 005**	**10 060**	**10 092**	**10 156**	**10 181**
Pensão de Velhice	6608	6652	6670	6726	6806	6875	6943	6975	7014	7053
Pensão de Invalidez	570	575	573	568	575	580	568	574	582	568
Pensão de Sobrevivência	2439	2474	2486	2509	2528	2541	2540	2534	2551	2551
Pensão Complementar	8	9	9	9	9	9	9	9	9	9

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Abono de Família e Prestações Complementares	**65 383**	**65 754**	**65 900**	**66 254**	**66 594**	**66 692**	**66 577**	**66 547**	**66 154**	**64 968**
Abono de Família	64 605	65 064	65 231	65 541	65 949	66 044	65 928	65 840	65 453	64 182
Subsídios de Aleitação	346	247	226	261	199	191	196	241	222	321
Subsídio por Deficiência	398	402	410	411	415	423	416	427	438	441
Subsídio de Funeral	34	41	33	41	31	34	37	39	41	24

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Descrição	Ano 2024									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Beneficiários do subsídio de desemprego	**476**	**543**	**567**	**488**	**407**	**349**	**296**	**255**	**229**	**244**
Feminino	264	310	320	288	234	188	149	121	114	125
Masculino	212	233	247	200	173	161	147	134	115	119
Total	**476**	**543**	**567**	**488**	**407**	**349**	**296**	**255**	**229**	**244**
Santo Antão	7	8	9	9	8	4	2	2	2	2
São Vicente	261	308	287	195	101	59	46	43	52	54
São Nicolau	3	3	4	4	3	1	0	0	0	0
Sal	107	116	140	169	185	193	146	120	98	103
Boa Vista	35	42	38	36	44	39	41	36	29	29
Maio	4	4	4	4	3	0	0	0	0	0
Santiago	56	59	82	68	61	53	61	54	48	56
Fogo	2	2	2	2	2	0	0	0	0	0
Brava	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0

GEARI, INPS, fevereiro de 2025

Transferências sociais internas
Transferências sociais provenientes do Estado cabo-verdiano.

Transferências sociais externas
Transferências sociais provenientes de outros Estados.

As transferências sociais podem ser **internas** ou **externas** conforme sejam pagas pelo Estado de Cabo Verde ou por outro Estado, para o qual algum cabo-verdiano tenha trabalhado e feito os respetivos descontos.

Assim, por exemplo, qualquer cabo-verdiano que tenha trabalhado durante algum tempo em Portugal e tenha aí efetuado os respetivos descontos, regressando a Cabo Verde após estar reformado, tem direito a receber a sua pensão de reforma de Portugal. Neste caso, a pensão representa uma transferência externa.

Atividade 21

"**60% da população de Cabo Verde protegida com pelo menos uma prestação social, revela boletim estatístico**

O segundo boletim estatístico do Sistema de Proteção Social em Cabo Verde, apresentado esta segunda-feira, 15, revela que, entre 2021 e 2023, 60% da população cabo-verdiana, ou aproximadamente 307 219 pessoas, está protegida por, pelo menos, uma prestação de proteção social."

https://expressodasilhas.cv/pais/2024/07/21/60-da-populacao-de-cabo-verde-protegida-com-pelo-menos-uma-prestacao-social-revela-boletim-estatistico/92474, 21 de julho de 2024 [consult. 29 mar 2025]

1. **Diz em que consistem as prestações sociais do Estado e qual a sua finalidade. Apresenta exemplos.**
2. **Distingue prestações sociais de contribuições sociais.**

Rendimento pessoal disponível dos particulares

Os rendimentos resultantes da repartição primária não correspondem à totalidade do rendimento de que cada indivíduo pode efetivamente dispor, pois já sabemos que esses rendimentos sofrem alterações.

Depois de recebidos os rendimentos primários, provenientes dos fatores trabalho e capital, ainda é necessário descontar o valor dos pagamentos efetuados com os impostos e as contribuições sociais. Mas, para se apurar o valor do rendimento que fica verdadeiramente disponível, também devem ser acrescidas as transferências sociais eventualmente recebidas, quer sejam transferências internas ou externas.

Podemos, então, definir o **rendimento pessoal disponível dos particulares** como o conjunto dos rendimentos primários e secundários recebidos por cada indivíduo, depois de deduzidos os impostos e descontos obrigatórios por si efetuados.

A seguir, apresentamos a fórmula que nos permite calcular o rendimento pessoal disponível dos particulares.

Rendimento pessoal disponível dos particulares
Rendimento de cada indivíduo resultante do somatório dos rendimentos de capital e do trabalho com as transferências sociais, depois de deduzidos os impostos e contribuições sociais.

Rendimentos primários		**Rendimentos secundários**		**Impostos e Contribuições Sociais**		**Rendimento pessoal disponível dos particulares**
Salários Rendas Juros Lucros	+	Transferências internas Transferências externas	–		=	

Atividade 22

1. Distingue transferências internas de transferências externas.
2. Diz o que entendes por rendimento pessoal disponível dos particulares.
3. Explica o processo de cálculo do rendimento pessoal disponível dos particulares.

Conceitos-chave

- Rendimentos
- Valor acrescentado
- Repartição dos rendimentos
- Repartição funcional
- Rendimentos primários
- Rendimentos secundários
- Salário
- Salário ilíquido ou bruto
- Salário líquido
- Rendas
- Juros
- Lucros
- Repartição pessoal
- Preço de um bem
- Inflação
- Deflação
- Tipos de inflação
- Desinflação
- Estagflação
- Poder de compra
- Depreciação do valor da moeda
- Índice de preços
- Índice de Preços no Consumidor (IPC)
- Taxa de inflação
- Taxa de variação mensal
- Taxa de variação homóloga
- Taxa de variação média
- Taxa de variação acumulada
- Indicador de inflação subjacente
- Salário nominal
- Salário real
- Salário mínimo
- Curva de Lorenz
- Índice de Gini
- Limiar de pobreza
- Rácios S80/S20 e S90/S10
- Rendimento *per capita*
- Repartição primária
- Repartição secundária
- Redistribuição do rendimento
- Imposto
- Imposto direto
- Imposto indireto
- Taxa
- Transferências sociais
- Transferências internas
- Transferências externas
- Contribuições sociais
- Prestações sociais
- Rendimento pessoal disponível dos particulares

Síntese

- A **atividade económica** gera rendimentos que são distribuídos por todos os agentes participantes, sendo cada interveniente remunerado de acordo com a sua participação.
- Os **rendimentos** são os fluxos gerados na atividade económica através da utilização dos fatores produtivos e que posteriormente são distribuídos pelos agentes intervenientes.
- A forma como os rendimentos são distribuídos pelos vários agentes que contribuíram para a produção de um país designa-se por **repartição dos rendimentos**.
- A repartição dos rendimentos pode ser funcional ou pessoal. A **repartição funcional** ocorre de acordo com o papel desempenhado por cada agente interveniente e a **repartição pessoal** revela a composição dos rendimentos dos diversos agregados familiares da população.
- Os **rendimentos primários** incluem os salários, as rendas, os juros e os lucros. Os **rendimentos secundários** são gerados através da intervenção do Estado, surgindo sob a forma de prestações sociais.
- Os rendimentos do fator **trabalho** são os salários e os rendimentos do fator **capital** podem ser: rendas, juros ou lucros.
- O salário pode ser **ilíquido** (ou bruto) ou **líquido**, conforme se calcula antes ou depois de se descontarem os impostos e contribuições sociais, e pode ter uma **componente fixa** e outra **variável**.
- Alguns países, como é o caso de Cabo Verde, definem uma Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) – **salário mínimo**.
- As **rendas** representam a remuneração pela cedência temporária de bens imóveis, os **juros** são a remuneração pela cedência temporária de moeda e os **lucros** remuneram os capitais investidos nas unidades de produção. Os lucros também podem ser **brutos** ou **líquidos** conforme incluem, ou não, os encargos com a reposição do capital fixo.
- O **preço de um bem** representa a quantidade de moeda que é necessário entregar para se obter esse bem. Os preços dependem de diversos fatores, nomeadamente dos **custos de produção**, das **margens de lucro**, do **número de compradores e de produtores**, do tipo de **tecnologia** utilizada na produção e da existência de **intervenção estatal**.
- A **inflação** caracteriza-se como um aumento contínuo e generalizado dos preços dos bens, podendo ser de três tipos: **moderada**, **galopante** ou **hiperinflação**. A inflação geralmente reflete-se na vida dos indivíduos, podendo dar origem à **perda de poder de compra** e a uma **depreciação do valor da moeda**.
- **Deflação** é o oposto de inflação, ou seja, é uma quebra contínua e generalizada dos preços; e **desinflação** é a diminuição do ritmo de crescimento dos preços dos bens (diminuição da inflação).
- Os índices de preços usam-se para medir as variações dos preços. O principal índice de preços utilizado é o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**.

Síntese (cont.)

- A **taxa de inflação** mede a variação do Índice de Preços no Consumidor entre dois períodos diferentes. A taxa de inflação pode ser calculada mensalmente; em termos de variação homóloga (comparação do mesmo período em anos diferentes); pela média dos últimos 12 meses; de forma acumulada ou sem incluir os produtos energéticos e alimentares não transformados.
- O salário é **nominal** quando representa a quantidade de moeda recebida pelo trabalho prestado e é **real** se deduz o efeito da inflação ao salário nominal.
- Os principais indicadores usados na análise das disparidades da repartição dos rendimentos são a **curva de Lorenz**, o **Índice de Gini**, o **Limiar de Pobreza**, os **Rácios S80/S20** e **S90/S10** e o **Rendimento *per capita***, que apresentam, respetivamente, o grau de concentração dos rendimentos das famílias e a dispersão da distribuição dos seus rendimentos, o nível de rendimento abaixo do qual se considera estar em risco de pobreza, comparação dos 20% com maiores rendimentos vs. 20% com menores rendimentos, comparação dos 10% com maiores rendimentos vs. 10% com menores rendimentos e o nível médio do rendimento de uma população.
- A **repartição primária** do rendimento ocorre, espontaneamente, de acordo a participação de cada agente na atividade, gerando desigualdades que o Estado procura corrigir através de um conjunto de operações, a chamada **redistribuição do rendimento**. A intervenção estatal faz-se através da **repartição secundária**, pela qual são cobrados impostos e contribuições sociais a quem obtém rendimentos, para se entregarem prestações sociais a quem necessita.
- Os **impostos** são as prestações pecuniárias, sem contrapartida direta que são cobradas aos cidadãos em determinadas situações previstas por lei. Os impostos podem ser **diretos** ou **indiretos**, conforme incidem sobre o rendimento e o património ou sobre a utilização do rendimento.
- As **taxas** são prestações pecuniárias cobradas aos cidadãos que requerem determinados serviços, nomeadamente serviços públicos. As taxas diferem dos impostos, porque pressupõem a prestação de um serviço como contrapartida do valor que é pago.
- As **transferências sociais** são as prestações de âmbito social que o Estado entrega aos cidadãos com o objetivo de atenuar as desigualdades que resultam da repartição primária do rendimento. Estas transferências podem ser **internas**, se são entregues pelo Estado cabo-verdiano, ou **externas**, se são provenientes de outros países.
- Segundo a lógica da redistribuição, o Estado cobra **contribuições sociais** aos cidadãos ativos, canalizando-as para quem mais necessita através da entrega de **prestações sociais**.
- O **rendimento pessoal disponível dos particulares** é o conjunto dos rendimentos primários e secundários recebidos por cada indivíduo, depois de deduzidos os descontos obrigatórios por si efetuados.

Ficha de trabalho 10

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. O processo que visa corrigir as desigualdades provocadas pela repartição dos rendimentos designa-se

a) repartição primária.

b) redistribuição do rendimento.

c) leque salarial.

d) formação bruta de capital fixo.

1.2. O salário real

a) corresponde ao total das remunerações do trabalhador depois de se deduzirem os impostos e contribuições sociais.

b) corresponde ao poder de compra do salário nominal.

c) corresponde ao rendimento pessoal disponível.

d) corresponde à quantidade de moeda que um indivíduo recebe em troca de trabalho.

1.3. As curvas de Lorenz permitem estudar

a) o grau de concentração dos rendimentos.

b) o impacte da inflação no poder de compra de uma população.

c) o nível de endividamento dos indivíduos de uma região.

d) a evolução dos *stocks* de existências ao longo de um ano.

1.4. A repartição funcional do rendimento

a) permite analisar a composição dos rendimentos por agregado familiar.

b) considera a divisão do rendimento segundo a profissão do agente.

c) é a distribuição do rendimento que ocorre de acordo com as funções desempenhadas por cada interveniente na atividade económica.

d) considera a divisão do rendimento segundo o estrato social do agente.

1.5. O salário que resulta depois de se deduzirem os impostos e as contribuições sociais ao salário bruto denomina-se salário

a) ilíquido.

b) líquido.

c) real.

d) nominal.

1.6. A taxa de inflação

a) é a taxa de crescimento dos juros.

b) é o preço do dinheiro.

c) é a taxa de crescimento dos preços no consumidor.

d) é a taxa de referência dos câmbios.

Ficha de trabalho 10 (cont.)

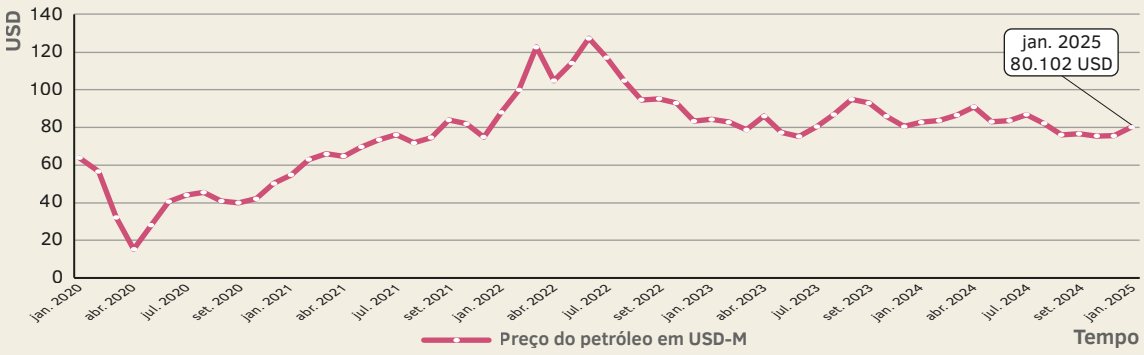
2 **Os rendimentos de um país são distribuídos pelos agentes que intervêm na atividade económica.**

2.1. Diz o que entendes por repartição dos rendimentos, indicando as duas formas de repartição que conheces.

2.2. Justifica a importância do estudo da repartição dos rendimentos.

3 **Observa o gráfico.**

Preço do petróleo (por barril) – USD



Banco de Portugal – janeiro de 2025, https://bpstat.bportugal.pt/serie/12645915 [consult. 21 fev 2025]

3.1. Indica os principais fatores de que depende o preço de um bem.

3.2. Analisa a evolução do preço do petróleo (por barril), explicando o impacto que os aumentos de preços dos combustíveis podem ter sobre os preços dos outros bens.

3.3. Estabelece uma relação entre a inflação e o poder de compra dos cidadãos.

3.4. Diz o que são os índices de preços, explicando como se calculam.

4 **Lê o texto que se segue.**

"O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) divulgou hoje que a taxa de pobreza absoluta em Cabo Verde passou de 35,5% em 2015 para 24,75% em 2023, o que representa uma redução de 10,75 pontos percentuais. Já a pobreza extrema, segundo o limiar internacional de 2,15 dólares por dia e por pessoa, foi reduzida para metade, passando de 4,56% em 2015 para 2,28% em 2023."

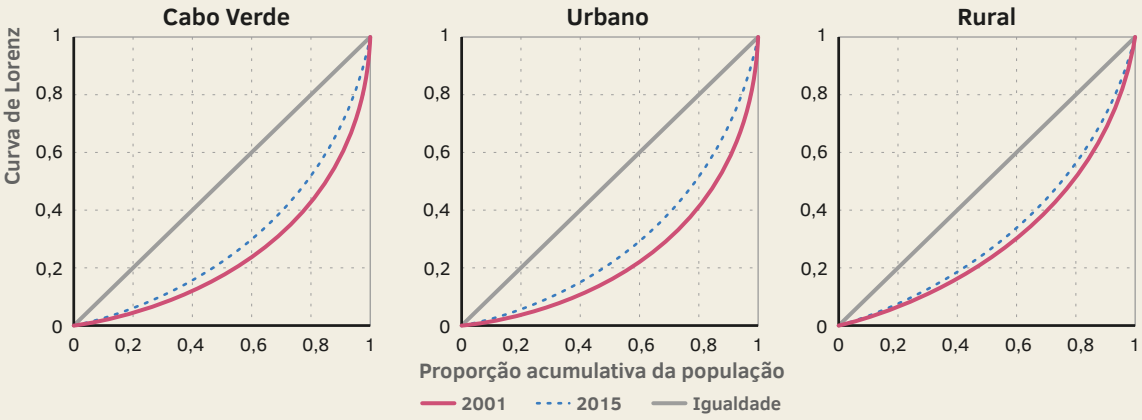
https://expressodasilhas.cv/topico/pobreza-absoluta, 17 de outubro de 2024 [consult. 29 mar 2025]

4.1. Refere o indicador de desigualdade na repartição pessoal dos rendimentos presente no texto, explicando em que consiste.

4.2. Explicita o sentido da última afirmação.

5 Analisa os seguintes gráficos sobre a distribuição do rendimento:

Curva de Lorenz, segundo o meio de residência – Cabo Verde 2015



INE, *Perfil da Pobreza em Cabo Verde. Evolução da Pobreza Monetária Absoluta: 2001/02, 2007 e 2015*

5.1. Compara as curvas de Lorenz, tirando algumas conclusões.

5.2. Explica porque é necessário usar com algumas reservas o rendimento *per capita* como indicador das desigualdades existentes entre países ou regiões.

6 Lê o texto seguinte.

"**Contribuições**

No terceiro trimestre de 2024, o número de contribuintes ativos foi de 19 897, diminuindo 0,3% em relação ao trimestre anterior. Em comparação com o trimestre homólogo, registou-se uma variação positiva de 8,4%."

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, Boletim Estatístico – 3.º trimestre 2024

6.1. Diz o que entendes por contribuições sociais.

6.2. Explicita o sentido do texto.

6.3. Indica como se calcula o rendimento pessoal disponível dos particulares.

4

Macroeconomia

Capítulo 11: O circuito económico e a Contabilidade Nacional

Capítulo 12: Relações económicas com o Resto do Mundo

Capítulo 13: Crescimento e desenvolvimento

11 O circuito económico e a Contabilidade Nacional

Objetivos de aprendizagem:

- Identificar os agentes económicos e explicar as suas funções.
- Identificar as principais atividades económicas e a sua complementaridade.
- Distinguir fluxo real de fluxo monetário.
- Representar graficamente os fluxos entre os agentes económicos.
- Compreender a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos.
- Apresentar os objetivos da Contabilidade Nacional.
- Clarificar os conceitos necessários à Contabilidade Nacional.
- Explicar em que consiste o Produto Interno Bruto (PIB).
- Apresentar as componentes do PIB na ótica da produção, na ótica da despesa e na ótica do rendimento.
- Compreender a igualdade básica da Contabilidade Nacional.
- Explicitar as limitações da Contabilidade Nacional.

11.1. Circuito económico

11.1.1. Atividade económica e agentes económicos

Atividade económica
Conjunto de operações que visam a produção de bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades humanas. Engloba as atividades de produção, distribuição, repartição e a utilização do rendimento, atividade na qual se incluem o consumo e a poupança.

Antes de iniciarmos o estudo de novos conteúdos, iremos aprofundar conceitos abordados previamente. Começamos por relembrar o conceito de **atividade económica**, isto é, o conjunto de operações que visam a produção de bens e serviços suscetíveis de satisfazer as necessidades humanas.

A atividade económica abrange quatro atividades principais: a produção, a distribuição, a repartição e a utilização do rendimento, compreendendo esta última o consumo e a poupança.

Os bens são criados através da **produção**, a atividade na qual são gerados *outputs* (produtos acabados) através da implementação de processos de transformação aplicados sobre os *inputs* (matérias-primas e subsidiárias).

A seguir, processa-se a **distribuição**, a etapa que engloba atividades de logística e comércio. Os bens são armazenados e transportados desde o produtor até ao consumidor, sendo colocados à sua disposição, de forma prática e acessível, de modo a poderem ser comercializados.

Por seu lado, a sua comercialização gera rendimentos que são distribuídos pelos agentes que participaram na atividade económica. Através da operação de **repartição dos rendimentos**, cada interveniente obtém rendimentos de acordo com a sua participação. Os trabalhadores são remunerados por meio de salários, os empresários recebem lucros, os proprietários de bens imóveis cobram rendas e os detentores de capital obtêm juros pela sua cedência temporária.

Os rendimentos distribuídos pelos agentes que participaram na atividade económica podem ter dois destinos: o **consumo** ou a **poupança**, sendo, em geral, uma grande parte dos mesmos canalizada novamente para a produção.

Atividade 1

"O alcance do bem-estar da população exige a realização de diversas atividades interdependentes, tais como consumo, produção, distribuição, repartição do rendimento e acumulação."

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

1 **Comenta a afirmação, tendo em atenção a noção de atividade económica.**

Agentes económicos

Outro conceito que importa aprofundar é a noção de agente económico. Como sabemos, os **agentes económicos** são todas as entidades individuais ou coletivas que são agregadas numa dada categoria por desempenharem uma determinada função na atividade económica, com autonomia de decisão. Os agentes económicos classificam-se de acordo com a principal função que exercem, nas seguintes categorias:

Agentes económicos
Entidades individuais ou coletivas que se agregam numa categoria, por desempenharem a mesma função na atividade económica com autonomia de decisão.

• Famílias

Nesta categoria incluem-se todos os agregados familiares de um país. Para este efeito, considera-se que a função principal das Famílias é a prática de atos de consumo com autonomia de decisão, apesar de os indivíduos que compõem este agente poderem contribuir de outras formas para a atividade produtiva, nomeadamente, através da força de trabalho ou da capacidade de empreendimento.

• Empresas não Financeiras

Neste caso englobam-se todos os agentes económicos que se dedicam à produção de bens e serviços não financeiros, sendo frequentemente chamadas apenas Empresas que a sua principal função é a produção.

• Instituições Financeiras

As Instituições Financeiras são entidades, como os bancos ou as seguradoras, cuja principal função é captar poupanças e financiar ou segurar a atividade produtiva através da comercialização de produtos financeiros.

• Estado

Este agente engloba a Administração Central, as Autarquias Locais e a Segurança Social, sendo a sua principal função promover a satisfação das necessidades coletivas. O Estado intervém na economia através da redistribuição dos rendimentos, assim como fornecendo serviços que promovam o bem-estar e a qualidade de vida da população, como acontece com a educação, a saúde, a justiça, a defesa, entre outros.

• Resto do Mundo

O Resto do Mundo abrange todos os agentes não residentes que efetuam transações com os agentes residentes de um país. Este agente reflete a abertura das economias nacionais à comunidade internacional, apresentando as relações económicas que se operam entre um país e o Resto do Mundo, podendo também ser denominado como Exterior.

Atualmente, praticamente já não existem **economias fechadas**, pois, nos dias de hoje, é quase impossível viver sem estabelecer relações de troca com outros povos. A maioria das nações estabelece relações económicas com outros países, vivendo, assim, em modelos de **economia aberta**.

Economia fechada
Economia que praticamente não estabelece relações de troca com agentes de outros países.

Economia aberta
Economia que estabelece relações económicas com agentes de outros países.

Documento 1

"Uma economia aberta é uma economia na qual as pessoas e empresas residentes, bem como o setor público, podem fazer trocas com pessoas, empresas e governos de outros países. Ou seja, é uma economia aberta ao comércio internacional e ao financiamento internacional.
As pessoas beneficiam, assim, da possibilidade de consumir uma maior variedade de bens e serviços e de investir as suas poupanças no exterior. As empresas beneficiam do acesso aos mercados internacionais, mas, por outro lado, enfrentam a concorrência internacional no mercado interno. Podem também obter financiamento do exterior.
Nem todos os bens e serviços podem ser transacionados internacionalmente. Por exemplo, uma refeição num restaurante não pode ser produzida num país e consumida noutro. Os bens que são suscetíveis de ser exportados ou importados, como os automóveis, designam-se por **bens transacionáveis**. Os que não o são, como a maior parte dos serviços, designam-se por **bens não transacionáveis**."

SILVA, João C. (2011), *Macroeconomia*, Lisboa, Verlag Dashöfer

Principais funções dos agentes económicos

- **Famílias:** consumir bens e serviços.
- **Empresas não Financeiras:** produzir bens e prestar serviços não financeiros.
- **Instituições Financeiras:** prestar serviços financeiros.
- **Estado:** promover a satisfação das necessidades coletivas da população e operar a redistribuição do rendimento.
- **Resto do Mundo:** efetuar transações com agentes residentes.

Atividade 2

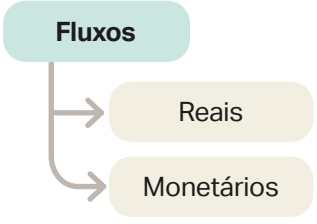
1. Diz o que entendes por agente económico.
2. Explica em que consiste uma economia aberta.
3. Identifica o agente económico em cada uma das situações seguintes:
   - **a)** Companhia IMPAR SEGUROS.
   - **b)** Presidente da Câmara Municipal da Praia.
   - **c)** Empresa portuguesa que efetua transações com Cabo Verde.

11.1.2. Fluxos reais e monetários

No desempenho das suas funções, os agentes económicos estabelecem numerosas relações uns com os outros. Vejamos alguns exemplos de relações que se estabelecem entre os diversos agentes.

- As Famílias, no seu dia a dia, adquirem às Empresas não Financeiras os bens e serviços de que necessitam para satisfazer as suas múltiplas necessidades e obtêm produtos e serviços financeiros, prestados pelas Instituições Financeiras. Essas Empresas, por seu lado, necessitam de mão de obra para produzir os bens e prestar os serviços. Assim, além de consumirem, as Famílias também entregam a sua força de trabalho em troca de uma remuneração.
- Os indivíduos que compõem o agente Famílias também pagam impostos e contribuições sociais ao Estado. O Estado utiliza as verbas que recebe dos cidadãos para redistribuir os rendimentos da população de forma mais equitativa e para produzir bens e prestar serviços, visando satisfazer o máximo de necessidades coletivas. Outro fluxo existente entre o Estado e as Famílias é o pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos. As pessoas que trabalham para a Administração Pública recebem do Estado os seus vencimentos.
- Mas o Estado não estabelece relações apenas com as Famílias, também mantém laços com os outros agentes. Basta pensar, por exemplo, na sua necessidade de comprar às Empresas todos os bens e serviços que não produz, efetuando em troca o respetivo pagamento. E, em sentido contrário, o Estado também cobra impostos e contribuições sociais às Empresas.

Estes são apenas alguns dos exemplos das relações que se estabelecem entre os diversos agentes económicos, um tema que iremos aprofundar mais à frente.



Fluxos

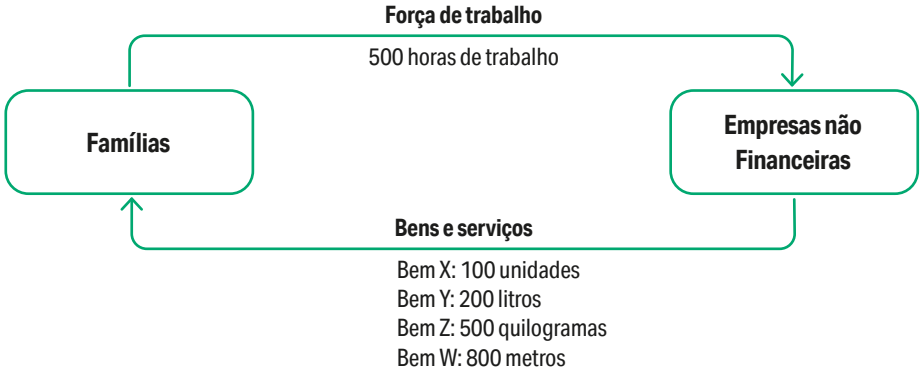
As relações de troca que se estabelecem entre os diferentes agentes económicos denominam-se **fluxos**. Os fluxos podem ser classificados como reais ou monetários, conforme dizem respeito à troca de bens e serviços ou ao valor monetário correspondente aos bens e serviços transacionados. Vejamos cada um destes fluxos de forma mais detalhada.

Fluxo real
Conjunto de bens e serviços transacionados entre dois ou mais agentes.

Começando pelos **fluxos reais**, podemos dizer que estes são os fluxos que representam o conjunto de bens e serviços efetivamente transmitidos entre diversos agentes económicos. Os fluxos reais identificam o tipo de bens e serviços transacionados, sendo, por essa razão, apresentados nas respetivas unidades de conta. Assim, se estivermos a analisar o fluxo correspondente à entrega da força de trabalho numa economia, poderemos usar como unidade de conta as horas

de trabalho prestadas. Por outro lado, se observarmos o fluxo real correspondente à aquisição de bens ou serviços produzidos pelas empresas, poderemos encontrar unidades de conta muito variadas. As unidades de conta podem ser apresentadas em medidas de capacidade, de comprimento, em quantidade, entre outras formas, variando de acordo com o tipo de produto ou serviço transacionado.

Analisemos o exemplo simplificado de uma comunidade local que entregou 500 horas de trabalho às empresas, tendo-lhes adquirido 100 unidades de bem X, 200 litros de bem Y, 500 quilogramas de bem Z e 800 metros de bem W.



Podemos constatar que, nesta situação, os fluxos reais apareceram representados em unidades de conta diferentes. Caso pretendêssemos quantificar todos os fluxos reais existentes num país, o esquema daí resultante seria muito difícil de analisar, pois, como os fluxos reais podem ser expressos de muitas formas diferentes, tornava-se demasiado confuso, não nos permitindo efetuar uma verdadeira comparação. No entanto, essa dificuldade pode ser ultrapassada se os fluxos reais forem convertidos em unidades monetárias, isto é, se forem transformados em fluxos monetários.

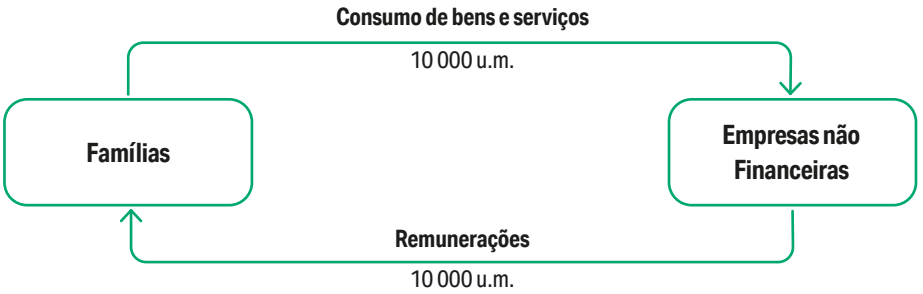
Os **fluxos monetários** revelam a quantidade de moeda que foi transacionada entre vários agentes económicos. Neste tipo de fluxos, as trocas são contabilizadas apenas em unidades monetárias. Os fluxos monetários apresentam uma enorme vantagem sobre os fluxos reais, pois permitem representar toda a situação de forma imediatamente comparável, já que a unidade de conta é sempre a mesma, isto é, unidades monetárias (escudos, euros, dólares, etc.). Assim, por esse motivo, quando pretendemos representar uma realidade económica em esquema, geralmente utilizamos os fluxos monetários.

Fluxo monetário
Quantidade de moeda transacionada entre dois ou mais agentes.

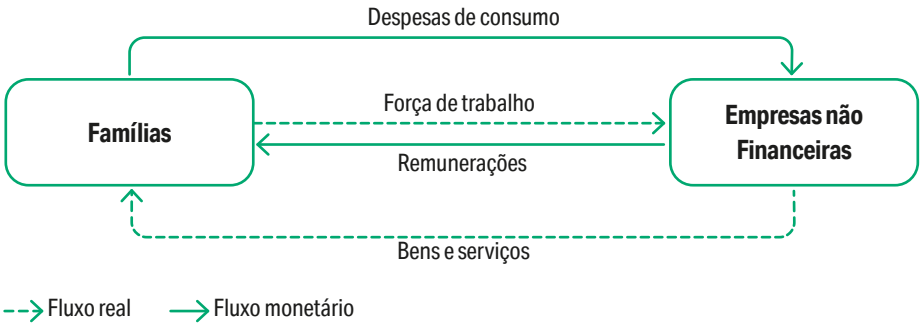
O esquema que se segue apresenta um exemplo de alguns dos fluxos monetários que se poderiam estabelecer entre os agregados familiares e as empresas da comunidade anteriormente referidos. As Empresas não Financeiras entregaram remunerações aos seus funcionários no valor de 10 000 unidades monetárias (u.m.) e as Famílias efetuaram despesas de consumo às Empresas não Financeiras no mesmo montante.

Manual Digital

Vídeo
Os agentes económicos e o circuito económico



Apresentamos agora um esquema com os principais fluxos reais e monetários que representam as relações existentes entre as Famílias e as Empresas não Financeiras, para se compreender melhor a diferença entre os dois tipos de fluxos.



Analisando o esquema, verificamos que as Famílias adquiriram os seus bens e serviços às Empresas não Financeiras, dando, em troca, moeda. Isso significa que as despesas de consumo, que são fluxos monetários, tiveram como contrapartida um fluxo real, isto é, a respetiva entrega de bens e serviços. Por outro lado, também se observa que as Famílias entregaram a sua força de trabalho às Empresas não Financeiras, recebendo, em troca, remunerações.

Assim, o fluxo real que representava a entrega da força de trabalho teve, como contrapartida, o fluxo monetário representado pelas remunerações.

Atividade 3

1. **Distingue fluxos reais de fluxos monetários.**
2. **Apresenta as principais vantagens da utilização de fluxos monetários.**
3. **Indica dois exemplos de fluxos monetários que se estabeleçam entre os agentes económicos Famílias e o Estado.**

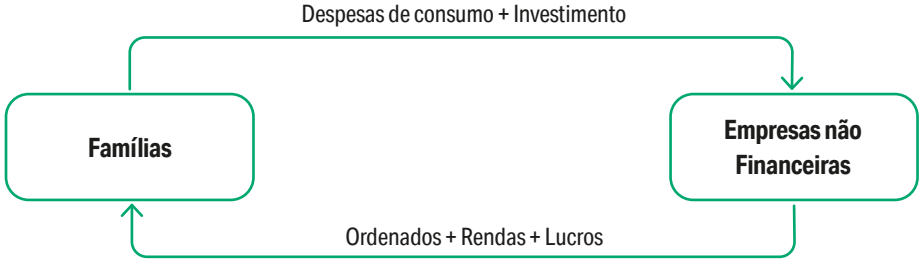
11.1.3. Recursos e empregos dos agentes económicos

Uma vez compreendido o conceito de fluxo e as vantagens da utilização dos fluxos monetários, passaremos a estudar os esquemas que se formam a partir da análise simultânea dos principais fluxos existentes entre os agentes económicos.

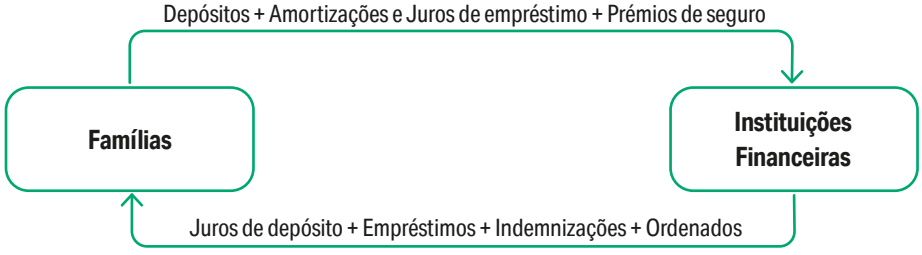
Primeiro, estudaremos os recursos e empregos (fluxos) do agente Famílias e, em seguida, iremos acrescentando os fluxos dos restantes agentes, passando pelas Empresas não Financeiras, as Instituições Financeiras, o Estado e o Resto do Mundo.

Fluxos do agente Famílias

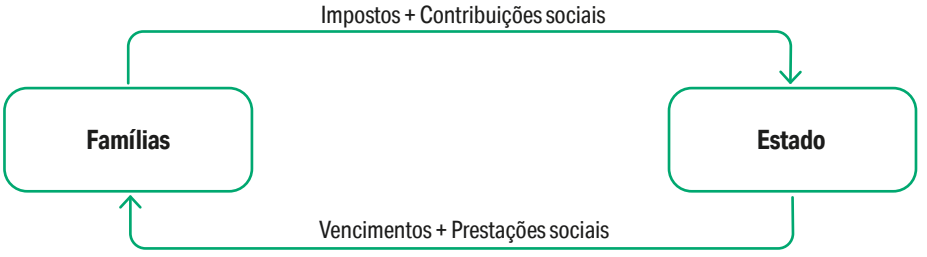
Como vimos anteriormente, a principal função do agente Famílias é a prática de atos de consumo. As Famílias consomem bens e serviços às **Empresas não Financeiras**, efetuando em troca o respetivo pagamento. Essas despesas de consumo correspondem a um fluxo de saída do agente Famílias com destino ao agente Empresas não Financeiras. Por outro lado, há investimento da parte das **Famílias** nas Empresas, uma vez que os empresários são indivíduos que nelas investem o seu capital. Em sentido contrário, as Empresas pagam nelas ordenados aos seus funcionários, entregam rendas pelos imóveis que arrendam aos seus proprietários e distribuem os lucros pelos sócios. Assim, os ordenados, as rendas e os lucros correspondem a fluxos de saída das Empresas não Financeiras para as Famílias, uma vez que os trabalhadores, os proprietários dos imóveis e os sócios pertencem ao agente Famílias.



No que respeita aos fluxos existentes entre as Famílias e as **Instituições Financeiras**, podemos dizer que as Famílias entregam às Instituições Financeiras os seus depósitos, recebendo juros em troca. Além disso, as Famílias amortizam o valor dos empréstimos que lhes foram concedidos pelas Instituições Financeiras, pagando também os respetivos juros. Por outro lado, os agregados familiares entregam às seguradoras o valor dos prémios de seguro, para assegurar o posterior recebimento de indemnizações pelos danos causados em caso de ocorrência de sinistros. Acrescenta-se ainda que os funcionários das Instituições Financeiras recebem o valor dos seus ordenados em troca do seu trabalho.



Analisando os laços estabelecidos entre as Famílias e o **Estado**, verificamos a existência de um fluxo de saída, das Famílias para a Administração Pública, relativo ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social dos agregados familiares. O Estado, por seu lado, efetua prestações sociais para os cidadãos, nomeadamente a entrega de subsídios e de pensões, assim como procede ao pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos.



Agente	
Empregos	**Recursos**
No lado esquerdo, inscrevem-se os pagamentos, os fluxos que correspondem às **saídas**.	No lado direito, inscrevem-se os recebimentos, os fluxos que correspondem às **entradas**.

Para sistematizar a informação, o estudo de cada agente (representado numa balança) será acompanhado de um quadro com a forma de um T, no qual serão inscritos dois tipos de fluxos monetários: os empregos e os recursos. No lado esquerdo do quadro, registam-se os **empregos**, que correspondem aos fluxos de saída, ou seja, os pagamentos que o agente tem de efetuar aos outros agentes. No lado direito, inscrevem-se os **recursos**, isto é, os fluxos de entrada que representam os recebimentos provenientes de outros agentes.

Assim, apresenta-se em seguida o quadro-síntese dos principais fluxos do agente **Famílias**, com os recursos registados à direita e os empregos registados à esquerda.

Famílias	
Empregos (Pagamentos)	**Recursos (Recebimentos)**
Às **Empresas não Financeiras**: • Despesas de consumo • Investimento (cedência de capital) Às **Instituições Financeiras**: • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro Ao **Estado**: • Impostos • Contribuições para a Segurança Social	Das **Empresas não Financeiras**: • Ordenados (funcionários) • Rendas (proprietários de imóveis) • Lucros (empresários) Das **Instituições Financeiras**: • Juros de depósito • Ordenados (dos funcionários) • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) Do **Estado**: • Vencimentos (dos funcionários públicos) • Prestações sociais (pensões, subsídios)

Manual Digital

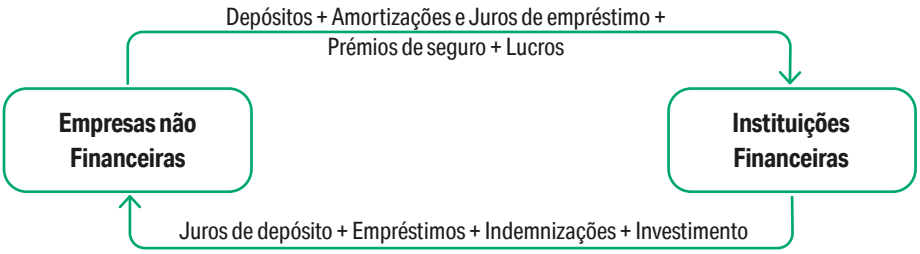
Vídeo
Agentes económicos

Atividade 4

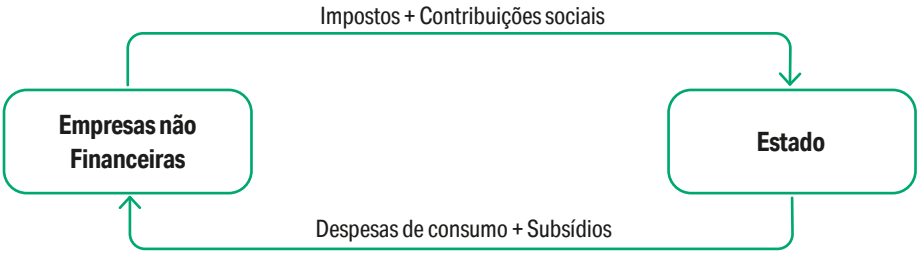
1. Apresenta dois exemplos de recursos do agente Famílias com proveniência das Empresas não Financeiras.
2. Indica duas formas de saída do agente Famílias com destino às Instituições Financeiras.

Fluxos do agente Empresas não Financeiras

Observando os fluxos do agente Empresas não Financeiras com as **Instituições Financeiras**, constatamos que as Empresas não Financeiras lhes depositam valores, recebendo, em troca, os respetivos juros de depósito. Por outro lado, como as Instituições Financeiras lhes concedem empréstimos, as Empresas não Financeiras têm de amortizar o capital emprestado e pagar os juros de empréstimo. As Empresas não Financeiras também pagam às Instituições Financeiras o valor dos prémios dos seguros que contratam, sendo indemnizadas pelas Instituições Financeiras sempre que ocorrem os sinistros cujos riscos haviam sido segurados. Acrescenta-se ainda que, por vezes, as Instituições Financeiras investem capital nas Empresas não Financeiras, recebendo em troca, nesses casos, os respetivos lucros.



No que respeita aos fluxos existentes entre as Empresas não Financeiras e o **Estado**, por um lado, estas entregam à Administração Pública o valor dos impostos e a respetiva parte das contribuições para a Segurança Social. Por outro lado, em determinadas circunstâncias, o Estado considera essencial atribuir às Empresas subsídios à produção e importação. Esses fluxos correspondem a uma saída do agente Estado em direção ao agente Empresas não Financeiras. Mas as Empresas não Financeiras também estabelecem relações comerciais com o Estado, vendendo-lhe os seus bens e serviços e recebendo, em troca, o valor das respetivas despesas de consumo.



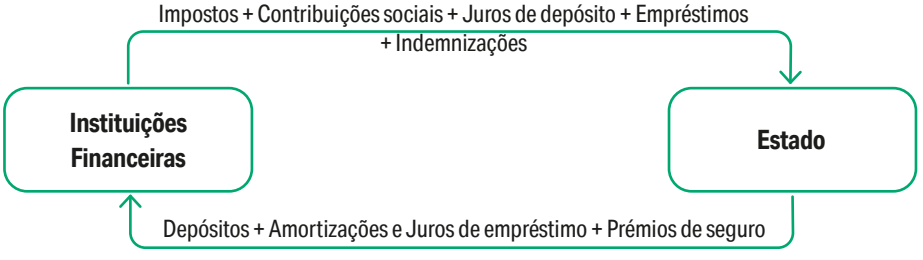
Falta ainda referir as relações existentes entre as Empresas não Financeiras e o **Resto do Mundo**. Estes fluxos serão abordados mais à frente, quando estudarmos o agente Resto do Mundo. Nesta fase, dizemos apenas que as vendas e as compras das Empresas nacionais ao estrangeiro se contabilizam, respetivamente, como fluxos monetários de entrada (exportações) e de saída (importações).

Face ao exposto, podemos sintetizar os principais fluxos do agente **Empresas não Financeiras** através do quadro que se segue.

Empresas não Financeiras	
Empregos (Pagamentos)	**Recursos (Recebimentos)**
Às **Famílias**: • Ordenados • Rendas (cedência de imóveis) • Lucros (retorno do investimento) Às **Instituições Financeiras**: • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro • Lucros (retorno do investimento) Ao **Estado**: • Impostos • Contribuições para a Segurança Social Ao **Resto do Mundo**: • Valor das importações nacionais	Das **Famílias**: • Despesas de consumo • Investimento (cedência de capital) Das **Instituições Financeiras**: • Investimento (cedência de capital) • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) Do **Estado**: • Despesas de consumo • Subsídios à produção e importação Do **Resto do Mundo**: • Valor das exportações nacionais

Fluxos do agente Instituições Financeiras

No que concerne às Instituições Financeiras, além do que já foi referido, podemos acrescentar que estas instituições também entregam os seus impostos e contribuições sociais à **Administração Pública**. Por outro lado, convém esclarecer que o Estado também recorre às Instituições Financeiras para efetuar depósitos, obter empréstimos e subscrever seguros. As Instituições Financeiras, por seu turno, remuneram os depósitos do Estado através de juros, cobram-lhe juros pelos empréstimos concedidos e indemnizam-no pelo valor dos seguros subscritos, em caso de ocorrência de sinistro.



No quadro seguinte, apresentam-se os fluxos entre as **Instituições Financeiras** e os restantes agentes.

Instituições Financeiras	
Empregos (Pagamentos)	**Recursos (Recebimentos)**
Às **Famílias**: • Ordenados • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) Às **Empresas não Financeiras**: • Investimento (cedência de capital) • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro) Ao **Estado**: • Impostos • Contribuições para a Segurança Social • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro)	Das **Famílias**: • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro Das **Empresas não Financeiras**: • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro • Lucros (retorno do investimento) Do **Estado**: • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro Do **Resto do Mundo**: • Fluxos de compensação

Nota: os fluxos de compensação com o Resto do Mundo serão explicados quando analisarmos esse agente.

Atividade 5

1 Elabora o esquema que a seguinte situação te sugere:

(milhões de escudos)

Empresas não Financeiras			
Empregos		**Recursos**	
Depósitos	**200**	Juros de depósito	**30**
Prémios de seguro	**80**	Indemnizações	**250**

Fluxos do agente Estado

No caso do agente Estado, como já foram mencionados anteriormente todos os fluxos que este estabelece com os outros agentes, iremos apenas apresentar um resumo dos seus fluxos através de um quadro.

Manual Digital

Vídeos
O circuito económico

O circuito económico

Estado	
Empregos (Pagamentos)	**Recursos (Recebimentos)**
Às **Famílias**: • Vencimentos (dos funcionários públicos) • Prestações sociais (pensões, subsídios) Às **Empresas não Financeiras**: • Despesas de consumo • Subsídios à produção e importação Às **Instituições Financeiras**: • Depósitos • Amortização de empréstimos • Juros de empréstimo • Prémios de seguro	Das **Famílias**: • Impostos • Contribuições para a Segurança Social Das **Empresas não Financeiras**: • Impostos • Contribuições para a Segurança Social Das **Instituições Financeiras**: • Impostos • Contribuições para a Segurança Social • Juros de depósito • Empréstimos concedidos • Indemnizações (em caso de sinistro)

Fluxos do agente Resto do Mundo

No que respeita ao agente Resto do Mundo, podemos dizer que, apesar de operar com todos os agentes, a maior parte das suas transações é efetuada com Empresas não Financeiras e Instituições Financeiras. Já sabemos que as **Empresas não Financeiras** nacionais, além de comercializarem os seus bens e serviços em território interno, também estabelecem relações de troca com as suas congéneres estrangeiras. Assim, a entrada de bens e serviços estrangeiros em território nacional corresponde a um fluxo monetário de saída, a que chamamos **valor das importações**. Este fluxo representa o valor que as empresas nacionais têm de pagar às empresas estrangeiras pelos bens e serviços importados. Por outro lado, a saída de bens e serviços de um país com destino ao Exterior corresponde a um fluxo monetário de entrada no país de origem. Esse fluxo denomina-se **valor das exportações**, uma vez que representa o montante recebido pelas vendas de bens e serviços ao Exterior, ou seja, o valor do que foi exportado pelas empresas nacionais.

Valor das importações
Valor pago pelos bens e serviços adquiridos por um país ao Exterior.

Valor das exportações
Valor recebido pela venda de bens e pela prestação de serviços de um país ao Exterior.

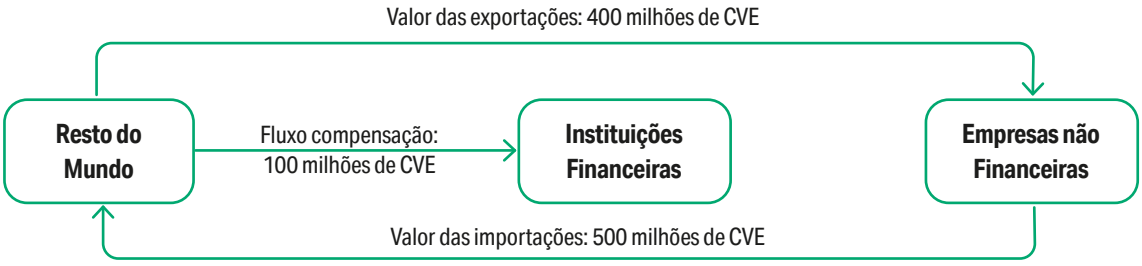
Quanto às transações existentes entre o Resto do Mundo e as **Instituições Financeiras**, podemos representá-las através de um fluxo único, designado por fluxo de

compensação. Este fluxo permite restabelecer o equilíbrio nos saldos das trocas entre os diferentes países.

A Balança de Pagamentos de um país deve manter-se sempre saldada, isto é, o documento contabilístico no qual se inscrevem os fluxos entre um país e o Resto do Mundo deve apresentar sempre um saldo nulo.

Na maioria dos casos, constata-se que há desequilíbrio nas transações com o Exterior, existindo uma diferença entre o montante de fluxos de entrada e de saída. Por esse motivo, é necessário haver um fluxo de compensação para colmatar a divergência de saldo, que, por sua vez, pode ser negativo ou positivo. Dizemos que estamos perante um saldo negativo quando o valor das importações ultrapassa o valor das exportações. Nesse caso, o país paga mais, ao Exterior, do que recebe. Para saldar o défice, o país em causa deverá obter um financiamento externo, de modo a permitir a entrada de divisas.

Vejamos um exemplo:



Observando a conta do agente Resto do Mundo, podemos concluir que o saldo negativo da balança do país, do ponto de vista do Resto do Mundo, constitui um excedente, devendo, por isso, ser equilibrado através de um fluxo de compensação de sentido positivo. Na conta Resto do Mundo, os empregos representam o que o Resto do Mundo entregou ao país e os recursos representam o que o Resto do Mundo recebeu do país.

(milhões de CVE)

Resto do Mundo			
Empregos (Pagamentos)		**Recursos (Recebimentos)**	
Valor das exportações	400	Valor das importações	500
Fluxos de compensação	100		

Por outro lado, dizemos que estamos perante um saldo positivo na situação oposta, ou seja, quando o valor das importações é inferior ao valor das exportações. Nesse caso, o montante que sai do país é inferior ao montante que entra, facto que constitui uma situação desfavorável, do ponto de vista do Resto do Mundo.

Quando há excedente, diz-se que o país tem capacidade de financiamento externo, devendo, por isso, efetuar uma colocação financeira no Exterior para fazer sair divisas. Observemos mais um exemplo.

Analisando a conta, podemos verificar que o excedente do saldo também é contrabalançado por um fluxo de compensação, mas agora de sentido negativo.

(milhões de CVE)

Resto do Mundo			
Empregos (Pagamentos)		**Recursos (Recebimentos)**	
Valor das exportações	250	Valor das importações	200
Fluxos de compensação	–50		

Finalmente, apresentamos o quadro com os principais fluxos que um país estabelece com o agente Resto do Mundo. Aqui, os registos são efetuados do ponto de vista do país em causa, o que quer dizer que os valores das exportações e das importações são os valores nacionais. Os fluxos de compensação registam-se no lado esquerdo do quadro, como empregos do agente Resto do Mundo. Quando os saldos são negativos, os valores do fluxo de compensação devem ser precedidos de um sinal negativo (–).

Resto do Mundo	
Empregos (Pagamentos)	**Recursos (Recebimentos)**
Às **Empresas não Financeiras**: • Valor das exportações nacionais Às **Instituições Financeiras**: • Fluxos de compensação	Das **Empresas não Financeiras**: • Valor das importações nacionais

11.1.4. Circuito económico em economia aberta

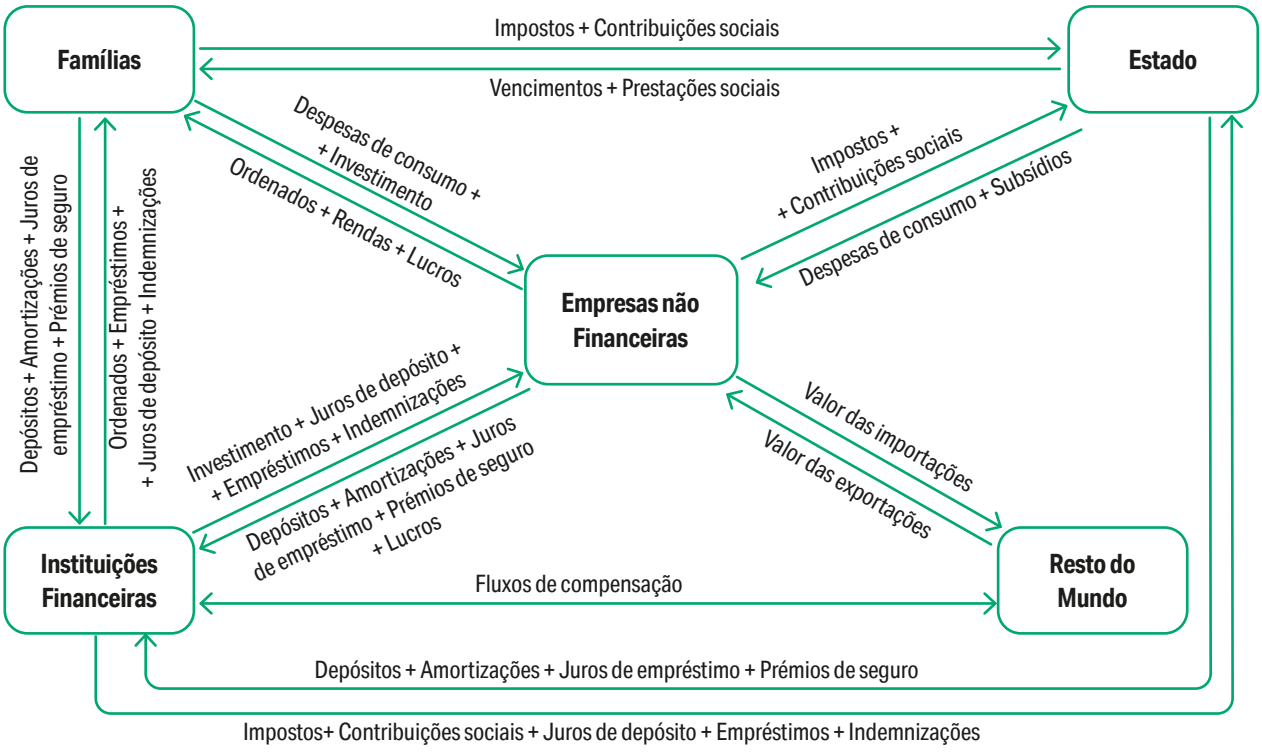
Circuito económico
Representação esquemática dos fluxos que se estabelecem entre os diferentes agentes de uma economia.

Após termos estudado os principais recursos e empregos de cada um dos agentes económicos, iremos agora agregar todas as informações num único esquema. Vamos construir um **circuito económico**, que é uma representação esquemática dos fluxos que se estabelecem entre os diferentes agentes de uma comunidade.

Uma vez que a maioria das nações estabelece relações de troca com o agente Resto do Mundo, geralmente utiliza-se um modelo de circuito económico em economia aberta, ou seja, um modelo que inclui os fluxos do agente Resto do Mundo. Para elaborar um circuito económico de uma economia fechada, basta excluir o agente Resto do Mundo.

Em seguida, agregaremos os principais fluxos de cada agente num circuito económico global. Reunindo todos os dados analisados, podemos construir um circuito económico em economia aberta, como se apresenta a seguir.

Circuito económico em economia aberta



Atividade 6

Lê atentamente o texto que se segue:

"As famílias de um país colocam à disposição das empresas um fator produtivo fundamental: o trabalho. Estas, naturalmente, remuneram-no, através dos salários que pagam mensalmente. Por outro lado, as empresas vendem bens e prestam serviços às famílias, recebendo em troca o produto dessas vendas (as despesas das famílias em consumo). Essas mesmas famílias colocam as suas poupanças nas instituições financeiras (bancos, seguradoras), que lhes "rendem" juros. Já as empresas adotam também o inverso: pedem dinheiro emprestado a essas instituições para financiar investimentos, pagando por isso juros. As famílias recebem ainda do Estado certas transferências, pagando impostos sobre os seus rendimentos (salários, juros dos depósitos bancários, etc.) e as contribuições para a Segurança Social que mensalmente lhes são "descontadas" nos vencimentos. Também ao Estado e a entidades externas (aqui representadas por "Exterior") as instituições financeiras emprestam dinheiro, recebendo por isso juros. Em relação ao Estado, pagam, como qualquer outra entidade, os seus impostos.

O Estado recebe impostos das empresas, concedendo-lhes subsídios. Adquire-lhes também certos bens, pelos quais paga a respetiva contrapartida monetária. Finalmente, qualquer país que mantenha relações comerciais com outros países (sendo, portanto, uma economia aberta) exporta para eles e importa deles mercadorias."

Porto Editora – *Circuito económico* na Infopédia, Porto, Porto Editora, [consult. 9 abr 2025]

Atividade 6 (cont.)

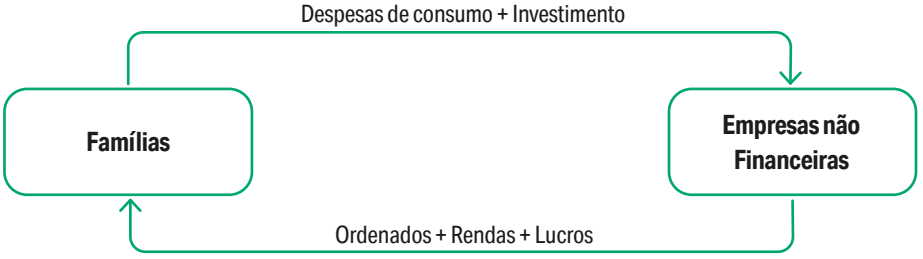
1. Identifica no texto um fluxo real.
2. Indica todos os fluxos mencionados no texto que dizem respeito ao agente Estado.
3. Comenta a última afirmação do texto.

11.1.5. Equilíbrio entre recursos e empregos

À medida que fomos apresentando os diversos agentes através de um sistema de contas (quadros), vimos que cada conta se decompunha em duas partes: os fluxos de saída (empregos) e os fluxos de entrada (recursos). Se analisarmos com atenção as contas de cada agente, podemos concluir que os empregos de um agente correspondem sempre aos recursos de outro agente. Isso acontece devido à necessidade de existência de um equilíbrio entre os empregos e os recursos dos agentes de uma economia.

Um fluxo de saída de um agente económico tem de corresponder sempre a um fluxo de entrada de igual valor de outro agente, pois só assim é possível verificar-se uma situação de equilíbrio económico.

A título de exemplo, vejamos o que acontece com os fluxos que se estabelecem entre as Famílias e as Empresas não Financeiras.



Desenhando as respetivas contas dos dois agentes, facilmente se constata que os empregos das Famílias são simultaneamente recursos das Empresas não Financeiras e vice-versa, pois os recursos das Famílias também correspondem aos empregos das Empresas não Financeiras.

Famílias	
Empregos	**Recursos**
Para as **Empresas**: • Despesas de consumo • Investimento	Das **Empresas**: • Ordenados • Rendas • Lucros

Empresas não Financeiras	
Empregos	**Recursos**
Para as **Famílias**: • Ordenados • Rendas • Lucros	Das **Famílias**: • Despesas de consumo • Investimento

No entanto, ainda existe mais um pressuposto para a existência de equilíbrio económico: é que **o total de empregos dos agentes tem de igualar o total dos seus recursos**. Para haver equilíbrio numa dada economia, os seus fluxos de saída têm de corresponder sempre aos seus fluxos de entrada.

Em síntese, dizemos que a existência de **equilíbrio económico** numa economia pressupõe, por um lado, que os recursos de cada agente sejam simultaneamente empregos de outros agentes; e, por outro, que o total dos empregos dos agentes seja igual ao total dos seus recursos.

Equilíbrio económico:
- O recurso de um agente é sempre, simultaneamente, emprego de outro agente.
- Total dos Empregos = Total dos Recursos

Manual Digital

Exercício
Os agentes económicos e o circuito económico

Atividade 7

1. **Explica em que consiste o equilíbrio económico, apresentando os seus pressupostos.**

11.2. A Contabilidade Nacional

11.2.1. Noção e objetivos

A complexidade das relações que se estabelecem entre os diversos agentes de um país leva à necessidade de se utilizarem ferramentas eficientes que permitam contabilizar corretamente a realidade do país. Os governantes necessitam de instrumentos de medição macroeconómica para levar a cabo as suas funções. Estes precisam de conhecer a realidade económica dos seus países para poderem decidir as estratégias de desenvolvimento mais adequadas a implementar, procurando, dessa forma, criar melhores condições de vida para os indivíduos. Nos dias de hoje, as Ciências Económicas desempenham um papel muito importante na atuação política de qualquer Governo, pois a maioria das decisões políticas que os governantes tomam está diretamente relacionada com medidas de natureza económica.

Para dar resposta a estas necessidades, surgiu a **Contabilidade Nacional**. Trata-se de uma forma de estruturar as contas de um país que permite quantificar e dar a conhecer as inúmeras relações que se estabelecem entre os vários agentes económicos.

Contabilidade Nacional
Conjunto de operações que permitem apurar o valor das diversas grandezas macroeconómicas de um país, articulando-as através de um sistema de contas (Contas Nacionais).

A Contabilidade Nacional é uma técnica que possibilita uma sistematização das grandezas macroeconómicas de uma nação, como, por exemplo, o seu Produto, Despesa e Rendimento. A Contabilidade Nacional constitui um importante instrumento de quantificação da realidade económica. Produz informação contabilística sobre um país, possibilitando o apuramento do valor da riqueza por ele gerada, em cada momento, bem como efetuar comparações entre diferentes períodos ou diferentes regiões, fazer previsões económicas que possibilitem o planeamento do futuro e planificar com rigor a atuação política que deve ser implementada para que possam ser atingidos os objetivos.

Documento 2

"**Contabilidade Nacional**
Conjunto articulado de contas e quadros, onde se registam as operações efetuadas pelos agentes económicos, durante um certo período. Dá uma visão geral de tudo aquilo que se passa na economia. A Contabilidade Nacional permite o cálculo de conceitos importantes em economia: a produção, a despesa e o rendimento. Os indicadores macroeconómicos apurados pela Contabilidade Nacional, o PNB, o PIB, o Rendimento Nacional, a Despesa Interna e os saldos das balanças que compõem a Balança de Pagamentos são frequentemente utilizados em economia, principalmente para avaliar a capacidade produtiva, a repartição do rendimento e o nível competitivo de um país. É, sobretudo, após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se desenvolve a Contabilidade Nacional, como consequência da crise capitalista, da complexidade da vida económica e da interdependência da economia. A complexidade das economias e a interdependência entre elas foram determinantes para o desenvolvimento da Contabilidade Nacional. O aparecimento de problemas económicos e sociais (dinamização da produção, aumento do desemprego, etc.) impunha a formulação de políticas globalizantes que possibilitassem a sua resolução. A solução dos problemas económicos e sociais passa pelo conhecimento desses problemas e pelos efeitos que as medidas possam ter na economia. A recolha e o tratamento de dados estatísticos, numa perspetiva macroeconómica, só são possíveis com o desenvolvimento da Contabilidade Nacional. Esta disciplina é útil porque é uma técnica de registo sistemático de informação básica sobre a atividade económica e que possibilita a realização de uma análise económica significativa. É uma base importante para a formulação de uma política económica e para quantificar as medidas tomadas em termos de objetivos atingidos e permite definir ou redefinir as melhores estratégias de desenvolvimento de um país e o alcance de melhores níveis de bem-estar para a população."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Em suma, podemos dizer que os **principais objetivos da Contabilidade Nacional** são:

- quantificar a atividade económica de um país;

- permitir efetuar comparações no tempo e no espaço;
- possibilitar a previsão de tendências económicas / acontecimentos futuros;
- permitir a tomada de decisões com base em informações rigorosas e de forma fundamentada.

Manual Digital

Vídeo
Conceitos necessários à Contabilidade Nacional

Atividade 8

Lê atentamente o texto seguinte.

"A Contabilidade Nacional é uma representação simplificada e numérica de todas as operações económicas realizadas durante um ano no interior de uma economia ou entre esta e o Resto do Mundo. Ela permite fazer comparações no tempo e no espaço e constitui um instrumento insubstituível de previsão económica."

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

1 **Apresenta uma noção de Contabilidade Nacional, atendendo ao texto.**

11.2.2. Conceitos necessários à Contabilidade Nacional

Estudámos a classificação dos agentes económicos segundo um critério funcional, isto é, de acordo com a principal função que cada um desempenha na atividade económica. No entanto, os sistemas de Contabilidade Nacional habitualmente utilizam um critério de classificação ligeiramente diferente. Usam o critério institucional que tem por base as unidades institucionais que lhes dão origem e a autonomia dos agentes na tomada de decisões. Para compreender melhor estes e outros assuntos que dizem respeito à Contabilidade Nacional, a seguir, iremos clarificar alguns conceitos importantes, nomeadamente, dar uma noção de território económico e de unidade residente, explicar os conceitos de unidade institucional e de setor institucional, apresentar a classificação dos setores institucionais e relembrar o que é um ramo de atividade.

Noção de território económico e de unidade residente

Em Economia, quando nos referimos ao território de um país, geralmente, estamos a falar do seu **território económico**. O território económico de um país abrange todo o seu espaço terrestre e aéreo, zonas francas, enclaves territoriais no estrangeiro, jazigos naturais em águas internacionais, bem como todos os meios de transporte marítimos e aéreos de agentes residentes em território nacional.

Território económico
Engloba o espaço terrestre, aéreo, zonas francas, enclaves territoriais no estrangeiro, jazigos naturais em águas internacionais e meios de transporte marítimos ou aéreos pertencentes a agentes residentes.

Unidade residente
Agente económico que mantém uma residência fixa em determinado território há, pelo menos, um ano.

Outro conceito que importa definir é o de unidade residente. Chamamos **unidade residente** de um país a todas a entidades que mantêm um centro de interesse predominante nesse país, nomeadamente, mantendo a posse de propriedades nesse país durante um período de tempo igual ou superior a um ano. Assim, para um agente ser considerado residente em determinado território, é preciso que resida há, pelo menos, um ano nesse território. Este conceito será particularmente útil quando analisarmos mais à frente o setor institucional Resto do Mundo.

Unidade institucional e setores institucionais

Unidade institucional
Unidade produtiva que dispõe de poder de decisão autónomo e que apresenta contabilidade organizada.

Setor institucional
Conjunto de unidades institucionais que apresentam características e comportamentos semelhantes.

Depois de estarem compreendidas as noções de território económico e de unidade residente, convém estudar o conceito de **unidade institucional**. As unidades institucionais são as entidades económicas que mantêm autonomia de decisão no exercício das suas funções e que dispõem de condições para elaborar um registo contabilístico completo da sua atividade. Em suma, dizemos que são unidades produtivas com poder de decisão autónomo e contabilidade organizada.

A partir do conceito de unidade institucional podemos deduzir a noção de setor institucional. Um **setor institucional** é formado por um conjunto de unidades institucionais com características e comportamentos similares. Assim, se agregarmos todas as unidades institucionais com características semelhantes obteremos o setor institucional respetivo, como, por exemplo, o setor institucional Sociedades não financeiras, que agrega todas as unidades que produzem bens e serviços comercializáveis de natureza não financeira.

Mas há exceções no que respeita à classificação dos setores segundo o critério institucional. As famílias constituem uma exceção. Os agregados familiares consideram-se setor institucional, porque, apesar de não possuírem contabilidade organizada, têm poder de decisão em atos de consumo.

Atividade 9

1 **Distingue os conceitos de unidade institucional e setor institucional.**

Classificação dos setores institucionais

Os principais sistemas de Contabilidade Nacional classificam os setores institucionais nas seguintes categorias: Sociedades não financeiras, Sociedades financeiras, Administrações públicas, Famílias, Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF) e Resto do Mundo.

- **Sociedades não financeiras**: inclui todas as sociedades públicas ou privadas, que têm residência em território nacional, cuja principal atividade é a produção de bens e serviços comercializáveis não financeiros. Neste setor, estão, portanto, abrangidas todas as empresas, filiais de multinacionais e unidades com contabilidade organizada, quer sejam controladas pelo Estado ou não, que produzam bens e/ou prestem serviços de natureza não financeira cuja comercialização pressupõe a entrega de uma determinada contraprestação.
- **Sociedades financeiras**: abrange todas as entidades residentes, de âmbito público ou privado, cuja principal função é a prestação de serviços financeiros, como é o caso das instituições de crédito que financiam a atividade económica através da captação das poupanças ou das seguradoras que contratam a cobertura de riscos mediante o pagamento de um prémio de seguro.
  Neste setor incluem-se os intermediários e os auxiliares financeiros que efetuam operações financeiras por conta própria ou em nome de terceiros, nomeadamente: banco central, bancos comerciais, sociedades de seguros, fundos de pensões, instituições de microfinanças, entre outros.
- **Administração públicas**: é o setor no qual se inscrevem as contas relativas às entidades públicas de um país de natureza não mercantil. Este setor é composto por diversos níveis de estruturas organizativas, englobando a Administração Central, na qual se incluem ministérios, secretarias de Estado, direções-gerais, entre outros organismos públicos; a Administração Local, onde se inserem, por exemplo, as câmaras municipais; fundos autónomos e institutos públicos, instituições autónomas controladas pelo Estado, como o Instituto Nacional de Previdência Social.
  As principais funções do setor Administrações públicas são, por um lado, a prestação de serviços não comercializáveis destinados a satisfazer o maior número de necessidades coletivas e, por outro lado, efetuar a redistribuição do rendimento do país, através da cobrança de impostos e quotizações sociais, com vista a promover uma diminuição das desigualdades sociais.
- **Famílias**: inclui todos os indivíduos que exercem a função de consumidores, trabalhadores por conta própria e pessoas que produzem bens para consumo próprio, como, por exemplo, o cultivo de alimentos. No caso dos trabalhadores por conta própria, embora os negócios sejam de natureza mercantil, na maioria das situações, trata-se de atividades de cariz familiar, não se conseguindo distinguir facilmente as contas particulares do empresário, enquanto indivíduo, das contas da sua atividade empresarial.

- **Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF)**: engloba todas as entidades privadas que não têm fins lucrativos e cuja principal função é a prestação de serviços de âmbito social, cultural ou recreativo. As ISFLSF são instituições dotadas de personalidade jurídica que prestam serviços gratuitos, ou de valor reduzido, às famílias, utilizando para isso fundos provenientes de contribuições voluntárias ou de rendimentos de propriedade. Importa salientar que, em determinadas circunstâncias, as ISFLSF podem comercializar certos bens e/ou serviços com o objetivo de angariar recursos, mas os resultados provenientes dessas vendas têm de reverter a favor das suas causas, não podendo haver distribuição de lucros pelos seus membros. Neste setor incluem-se instituições de beneficência e de solidariedade social, igrejas, associações de bombeiros, entre outras.
- **Resto do Mundo**: é o setor que agrega as contas respeitantes a todas as unidades institucionais que não são residentes em território nacional, mas que estabelecem relações económicas com as unidades residentes no país.
  O setor Resto do Mundo constitui assim outra exceção na classificação de setores institucionais segundo o critério institucional. Neste caso, as unidades institucionais do setor Resto do Mundo são classificadas em função do local de residência e não devido às unidades que o compõem terem características ou comportamentos idênticos. Dizemos, então, que, para fazerem parte deste setor, as unidades institucionais têm de residir fora do país e estabelecer relações de troca com unidades institucionais nacionais.

Atividade 10

Lê atentamente o texto seguinte.

"As unidades residentes realizam operações com unidades não residentes (isto é, unidades residentes de outras economias). Estas operações constituem as operações externas da economia e encontram-se agrupadas na conta Resto do Mundo. Por conseguinte, o Resto do Mundo desempenha um papel semelhante ao de um setor institucional, embora as unidades não residentes sejam incluídas apenas na medida em que realizam operações com unidades institucionais residentes."

Regulamento (UE) n.º 549/2013, de 21 de maio de 2013

1. **Estabelece a principal diferença existente entre as Sociedades não financeiras e as Sociedades financeiras. Identifica alguns exemplos do teu concelho.**
2. **Caracteriza o setor Instituições financeiras sem fins lucrativos ao serviço das famílias, referindo o seu papel junto das famílias.**
3. **Comenta o texto, tendo em atenção os principais motivos pelos quais se considera o Resto do Mundo como um setor institucional.**

Ramo de atividade

A Ciência Económica recorre a diversos critérios no que respeita à definição das unidades a utilizar para efeitos contabilísticos. Esses critérios variam de acordo com os objetivos que se pretendem atingir em cada análise. Assim, umas vezes poderá ser utilizado um critério de natureza territorial, identificando-se nesse caso os países, grupos de países ou regiões a analisar. Outras vezes, quando se observam as relações que se estabelecem entre os diversos agentes, é utilizado um critério que tenha por base as unidades institucionais e os respetivos setores institucionais a que pertencem. Pode ainda ser necessário utilizar outras unidades de medição quando se pretende contabilizar o processo de produção, nomeadamente os fluxos que se estabelecem entre as diferentes partes de cada unidade institucional.

Dada a complexidade de processos de produção e de fluxos de entrada e saída que se geram na atividade económica, os sistemas de Contabilidade Nacional têm necessidade de encontrar unidades de medição adequadas para poderem efetuar comparações eficientes. Assim, as unidades institucionais são decompostas em unidades de menor dimensão com características idênticas para que o conjunto de atividades económicas possa ser analisado com rigor.

Para efeitos de contabilização dos processos de produção, em termos de análise económica, pode ser utilizada como unidade de medição a unidade de produção homogénea (UPH). As unidades de produção homogénea são as unidades produtivas que utilizam o mesmo processo produtivo, ou processos produtivos semelhantes, no fabrico dos seus produtos.

Juntando todas as unidades de produção de cada produto, obteremos o **ramo de atividade**[1] correspondente a esse produto. Um ramo de atividade agrupa todas as unidades produtivas que exercem uma atividade económica semelhante. Cada ramo de atividade só pode ser associado a um produto. No entanto, se uma unidade produtiva produzir mais do que um produto, nesse caso, deverá fazer parte de mais do que um ramo de atividade.

Ramo de atividade
Conjunto de todas as unidades de produção de um produto que exercem o mesmo tipo de atividade produtiva.

Atividade 11

1 **Diz o que entendes por ramo de atividade.**

[1] Poderás rever as diferentes designações dos ramos de atividade cabo-verdianos consultando a Classificação das Atividades Económicas (CAE CV – REV.1) analisada anteriormente.

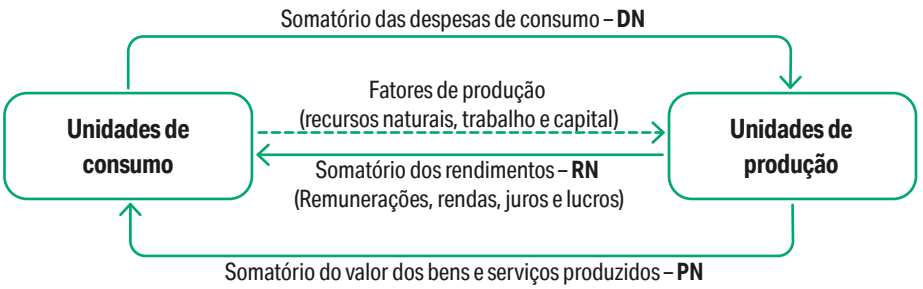
11.2.3. Óticas de cálculo do valor da produção

O equilíbrio económico de uma nação pode ser observado através da análise dos principais agregados macroeconómicos. O Produto Nacional (PN), a Despesa Nacional (DN) e o Rendimento Nacional (RN) são grandezas que revelam esse equilíbrio na medida em que nos demonstram que o total dos recursos de um país é igual ao total dos seus empregos, isto é, o Produto Nacional é igual à Despesa Nacional e ao Rendimento Nacional.

PN = DN = RN

Explicando essa igualdade de modo resumido, temos, por um lado, o **Produto Nacional**, que corresponde ao somatório de todos os bens e serviços produzidos por um país, durante um determinado período de tempo, geralmente, um ano. Por outro lado, sabemos que a atividade produtiva de cada economia permite gerar rendimentos, pela via do trabalho e/ou do capital, que são distribuídos pelos diversos agentes económicos de acordo com a participação de cada um na atividade económica. Assim, o **Rendimento Nacional** corresponde ao somatório dos rendimentos do país que posteriormente são direcionados pelos agentes para o consumo ou a poupança, que, por sua vez, pode ter como destino o investimento. A análise destas diferentes formas de utilização de rendimentos conduz-nos à **Despesa Nacional**, que corresponde ao somatório dos gastos do país.

A igualdade entre os três agregados representa o equilíbrio económico, conforme podemos observar no esquema seguinte.



As unidades de produção recebem os fatores de produção, que utilizam para produzir bens e serviços que se destinam a ser consumidos. A atividade produtiva permite gerar rendimentos, que posteriormente são distribuídos e utilizados pelos agentes.

Documento 3

"O circuito económico traduz uma situação de equilíbrio económico entre os recursos e empregos, conduzindo às igualdades:

- **Produto = Despesa** – As unidades de consumo adquirem o que as unidades de produção produzem;
- **Rendimento = Despesa** – Os rendimentos auferidos pelos elementos das unidades de consumo, que fornecem trabalho e iniciativa às unidades de produção, são iguais às despesas de consumo;
- **Produto = Despesa = Rendimento** – Em resultado das igualdades anteriores, os três agregados apresentam o mesmo valor.

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

Atividade 12

1 **Justifica sinteticamente a igualdade:**
Produto Nacional = Rendimento Nacional = Despesa Nacional

O conhecimento do valor da produção de cada nação constitui uma importante ferramenta de análise e medição da sua situação. Pelo facto de haver uma igualdade entre os três grandes agregados macroeconómicos, o cálculo do produto de um país pode ser efetuado segundo três perspetivas diferentes – três óticas. As óticas de cálculo são a ótica da produção, a ótica do rendimento e a ótica da despesa.

Óticas de cálculo do produto

- Ótica da produção
- Ótica do rendimento
- Ótica da despesa

Em linha gerais, dizemos que a **ótica da produção** permite dar a conhecer o conjunto de bens e serviços que foram produzidos durante um certo período de tempo num país, que a **ótica do rendimento** revela o modo como os rendimentos, de trabalho e de capital, gerados na atividade produtiva foram distribuídos pelos diversos agentes do país e que a **ótica da despesa** mostra a forma como foram aplicados os rendimentos distribuídos, isto é, se foram canalizados para consumo ou investimento.

Atividade 13

Lê atentamente o seguinte texto.

"Um único processo produtivo afinal, olhado "de cima", à escala nacional, é encarado de três ângulos diferentes que correspondem também a diferentes "papéis" desempenhados pelos atores ou agentes económicos: consumidores, produtores, investidores, empresários, trabalhadores..."

MURTEIRA, M. (2002), *A Economia em Vinte e Quatro Lições*, Lisboa, Editorial Presença

1 **Comenta o texto explicando em que consistem os "três ângulos diferentes".**

11.2.3.1. Ótica da produção

Produto
Valor correspondente à riqueza gerada pelas unidades institucionais de um país, ao longo de um certo período de tempo (geralmente, um ano ou um trimestre).

O produto de uma nação não é o mesmo que a sua produção total, pois uma parte da produção do país é utilizada para produzir outros bens, o designado consumo intermédio. O **produto** é o valor que foi efetivamente acrescentado pelas unidades institucionais de um país durante um determinado período de tempo. Geralmente, o período económico considerado corresponde a um ano ou a um trimestre.

O produto de um país representa a riqueza criada pelos seus agentes económicos durante esse período de tempo, sendo um importante indicador do nível de desenvolvimento económico do país, que permite analisar a sua evolução em diferentes períodos de tempo e efetuar comparações com outros países.

Um dos principais agregados que se utiliza para determinar o produto de uma nação é o **Produto Interno Bruto (PIB)**:

- o **produto** (**P**) é o valor gerado por todas as unidades produtivas do país, ao longo de um determinado período de tempo, que representa a riqueza criada pelo país durante esse período;
- o produto designa-se **interno** (**I**) quando é realizado em território económico nacional por agentes nacionais ou por agentes estrangeiros residentes em território nacional há mais de um ano;
- o produto considera-se **bruto** (**B**) quando inclui o valor das amortizações (também denominadas Consumo de Capital Fixo – CCF) que correspondem aos encargos que é necessário suportar com as reparações e substituições de capital fixo, como, por exemplo, máquinas ou outros equipamentos.

O PIB representa, então, o valor total de bens e serviços de consumo final que são produzidos num determinado território económico, durante um certo período de tempo.

Documento 4

"**Produto Interno Bruto (PIB)** é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos num país, num dado momento."

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, tradução da 2.ª edição americana, Rio de Janeiro, Elsevier

O cálculo do produto segundo a ótica da produção permite-nos apurar o valor dos bens e serviços que foram gerados num país durante um determinado período, geralmente, um ano ou um trimestre. No entanto, quando contabilizamos o valor dos bens e serviços produzidos pelos agentes de uma nação, é necessário acautelar um problema: deve ser evitada a possibilidade de duplicação contabilística dos consumos intermédios utilizados nos processos de fabrico, o chamado **problema da múltipla contagem**.

Este problema pode ocorrer se os bens que se incorporam no processo produtivo de outros (bens de consumo intermédio ou de produção) forem contabilizados mais do que uma vez na contagem total da produção. Isso acontecerá caso os bens de produção sejam contabilizados no momento em que são produzidos e mais tarde, por lapso, voltarem a ser contabilizados quando estiverem incorporados noutros bens, dando assim origem a um valor do produto incorreto.

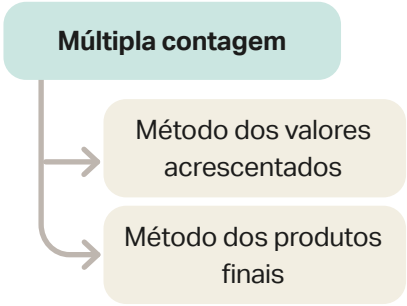
Documento 5

"Não podemos somar o valor de todos os bens produzidos por todas as empresas. Porquê? Porque existe um problema de **dupla contagem**: no valor do pão está incluído o valor da farinha. Se para calcular o produto somamos o produto do moinho (farinha) com o da padaria (pão), a farinha vem contada duas vezes: uma vez como produto final do moinho e outra vez como componente do valor do pão, somada a farinha. Assim, a soma do valor total das vendas das empresas todas (a sua produção) é muito superior ao valor realmente produzido no país (o produto), pois o valor das vendas de uma empresa não representa o que ela produziu, mas o valor que ela produziu e comprou produzido."

DAS NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

Múltipla contagem

Mas é possível evitar o problema da múltipla contagem. Para ultrapassar este problema podemos utilizar dois métodos diferentes. Pode-se calcular o produto tendo em atenção o valor acrescentado gerado pelas unidades produtivas, ou, então, apurar o valor total das vendas dos produtos finais de todos os agentes.



Seguindo o método dos valores acrescentados, apenas se apura o valor do que foi efetivamente gerado, isto é, o que foi criado de novo durante o período em análise. Já sabemos que o valor acrescentado é o valor adicional que é gerado em cada processo produtivo e que representa a riqueza efetivamente criada por cada unidade produtiva. As empresas acrescentam valor quando transformam as matérias-primas em produtos acabados, pois o valor que é atribuído aos bens após terem sido transformados é superior ao valor dos vários elementos que os compõem.

O valor acrescentado de cada unidade produtiva calcula-se subtraindo o valor das suas vendas (produção) pelo valor das compras, tais como encargos com a aquisição de matérias-primas e produtos intermédios – os designados consumos intermédios. Quando se somam os valores acrescentados de todos os agentes de uma economia, obtém-se o valor do produto dessa nação.

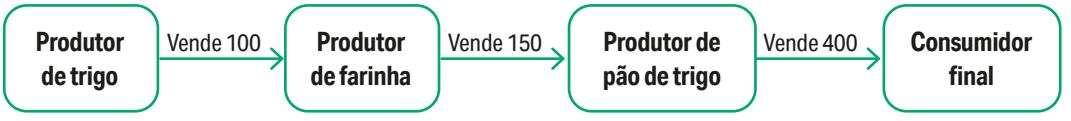
VAB[2] = valor das vendas (produção) – valor das compras (consumos intermédios)
Produto = ΣVAB de todas as unidades produtivas

Pelo **método dos produtos finais**, apenas se consideram os bens de consumo final para efeitos de cálculo. Assim, só se contabilizam os bens que já não vão sofrer mais transformações, isto é, aqueles que se destinam aos consumidores finais.

Produto = valor das vendas de produtos finais de todas as unidades produtivas

Exemplo

Observemos o processo produtivo de pão de trigo. O esquema e o quadro que se seguem apresentam informações relativas à produção de trigo, farinha e pão; aos consumos intermédios e aos valores acrescentados de todos os agentes intervenientes no processo de produção de pão de trigo.



Valores em unidades monetárias

Produtores	Vendas	CI	VA
Trigo	100	0	100
Farinha	150	100	50
Pão	**400**	150	250
Total	650	250	**400**

De acordo o **método dos valores acrescentados**, para apurar o valor da produção de pão de trigo, dever-se-iam somar todos os valores acrescentados dos agentes

[2] Valor Acrescentado Bruto

intervenientes (100 + 50 + 250 = 400 u.m.) ou então calcular a diferença entre o valor total da produção e o valor total dos consumos intermédios:

Produto = 650 u.m. – 250 u.m. = 400 u.m.

E, usando o **método dos produtos finais**, o valor da produção de pão de trigo obter-se-ia verificando o valor total de vendas do produto final, ou seja, do pão:

Produto = 400 u.m. (Valor das vendas de pão de trigo)

Nota: os métodos apresentados permitem evitar o denominado **problema da múltipla contagem**, ou seja, a duplicação contabilística que pode ocorrer se, ao contabilizarmos os bens que são incorporados no processo produtivo de outros (os bens de consumo intermédio ou de produção), os incluirmos mais do que uma vez na contagem da produção.

Atividade 14

1 **Imagina uma economia constituída por apenas três empresas: a empresa Alfa, a empresa Beta e a empresa Gama. A empresa Alfa recolhe da natureza as matérias-primas que vende à Beta. Por sua vez, a empresa Beta, depois de transformar as matérias-primas em produtos acabados, vende-os à empresa Gama que os comercializa ao público no seu estabelecimento comercial. Determina o valor do produto desta economia, segundo os dois métodos, sabendo que as vendas das empresas foram as seguintes:**

– vendas de Alfa: 10 000 u.m.

– vendas de Beta: 20 000 u.m.

– vendas de Gama: 50 000 u.m.

Importa ainda referir que, no cálculo do produto, o valor acrescentado indica o valor de base, contabilizando apenas o valor da produção gerada pelas unidades produtivas. Não inclui os impostos sobre produtos cobrados pelo Estado, como, por exemplo, o IVA, nem inclui apoios estatais, tais como subvenções ou subsídios concedidos sobre alguns produtos elementares, como a farinha ou o arroz, ou sobre serviços públicos essenciais, como, por exemplo, o acesso a água e eletricidade, entre outros.

Assim, para calcular o valor do PIB a preços de mercado, é necessário acrescentar o valor dos **impostos indiretos líquidos de subsídios sobre os produtos** ao VAB, isto é, adicionar os impostos indiretos sobre os produtos e subtrair os respetivos subsídios/subvenções ao somatório dos valores acrescentados de todas as unidades produtivas.

PIB = VAB + Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos[3]

[3] ou **PIB** = VAB + Impostos sobre os produtos – Subsídios sobre os produtos

PIB e seus componentes, a preços correntes

Milhões de CVE

Ótica da Produção	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Setor Primário	**11 145**	**11 642**	**10 498**	**9 316**	**9 843**	**10 917**	**11 422**	**11 673**
Agricultura, produção animal, caça e floresta	8 610	9 183	8 025	6 609	6 446	7 633	7 911	7 586
Pesca e aquacultura	2 535	2 459	2 473	2 708	3 397	3 284	3 510	4 087
Setor Secundário	**25 419**	**23 358**	**24 449**	**30 133**	**29 470**	**25 895**	**23 945**	**26 105**
Indústrias extrativas	517	458	493	498	615	566	569	555
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	4 909	5 630	5 661	5 796	6 513	5 847	6 263	7 099
Outras indústrias transformadoras	3 686	3 781	3 520	3 634	4 175	3 295	4 038	4 099
Eletricidade, gás, vapor e ar condicionado; captação, tratamento e distribuição de água	4 919	5 012	4 341	4 263	4 719	3 937	3 081	4 328
Atividade de construção	11 388	8 477	10 434	15 941	13 449	12 250	9 993	10 024
Setor Terciário	**116 785**	**127 763**	**135 939**	**138 895**	**154 893**	**116 342**	**131 095**	**162 596**
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	15 305	17 864	19 636	21 522	23 636	17 744	20 569	28 873
Transporte e armazenagem	14 639	18 541	21 997	19 176	22 537	12 864	18 730	22 095
Alojamento e restauração (restaurante e similares)	12 620	11 261	15 062	15 174	17 141	4 971	3 609	13 529
Atividade de informação e de comunicação	6 503	5 299	5 150	5 738	5 459	5 217	5 827	6 691
Atividades financeiras e de seguros	11 517	13 189	13 258	14 475	15 819	14 629	13 490	14 171
Atividades imobiliárias	16 335	19 129	17 269	16 473	18 096	16 508	17 888	20 338
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 091	2 041	2 176	2 145	2 168	1 747	2 749	2 515
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3 630	4 118	3 990	5 057	5 485	2 670	3 393	6 197
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	18 245	19 524	19 662	20 774	24 682	23 199	23 774	24 423
Educação	8 717	9 363	9 502	9 984	10 231	9 682	11 573	11 571
Saúde humana e ação social	3 201	3 544	4 268	4 137	4 423	4 529	5 725	5 967
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	1 740	1 494	1 637	1 563	2 201	453	1 020	2 979
Outras atividades de serviços	1 338	1 455	1 353	1 656	1 953	1 024	1 596	2 048
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	903	941	980	1 020	1 062	1 106	1 152	1 199
Total VA	**153 349**	**162 763**	**170 886**	**178 344**	**194 207**	**153 154**	**166 462**	**200 374**
Impostos e taxas líquidos de subsídios sobre os produtos	20 562	21 639	24 409	27 642	27 621	23 166	24 807	35 254
Produto Interno Bruto (PIB)	**173 911**	**184 402**	**195 295**	**205 986**	**221 829**	**176 320**	**191 269**	**235 628**

INE, *Contas Nacionais*

11.2.3.2. Ótica do rendimento

Vimos que através da ótica da produção é possível ficar a conhecer a origem da produção de um país observando o valor acrescentado por cada ramo de atividade. Por outro lado, também sabemos que a comercialização dessa produção permite gerar rendimentos aos agentes que nela contribuíram. Importa agora compreender o modo como os rendimentos gerados na atividade produtiva do país são distribuídos pelos diversos agentes. Essa perspetiva é-nos dada pela ótica do rendimento, pela qual se observa a repartição dos rendimentos primários de um país segundo os fatores produtivos que lhes deram origem.

A ótica do rendimento coloca em evidência a forma como se distribuem os rendimentos pelos diversos agentes. De acordo com esta ótica, o produto do país é repartido pelos empregados, pelos empregadores/detentores de capital e pelas administrações públicas, sendo este equivalente ao total dos rendimentos gerados pelos fatores trabalho e capital, acrescido dos impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios entregues ao Estado.

O rendimento é então composto por:

- **Remunerações**: rendimentos provenientes do fator trabalho, ou seja, remunerações que os empregadores pagam, em dinheiro ou em espécie, aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado, por exemplo, os ordenados.
- **Excedente Bruto de Exploração (EBE) / Rendimento misto**: o EBE corresponde aos rendimentos provenientes do fator capital, isto é, rendimentos de propriedade como juros, dividendos distribuídos, lucros, rendas, entre outros rendimentos de investimento. O rendimento misto abrange os rendimentos dos trabalhadores por conta própria não constituídos em sociedade, que não se enquadram bem nem como salários nem como lucros.
- **Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação**: pagamentos obrigatórios, depois de deduzidos os subsídios, que incidem sobre a produção e a importação de bens e serviços, o emprego, a propriedade ou utilização de terrenos, edifícios ou outros ativos utilizados na produção, que são cobrados pelo Estado.

PIB = Remunerações + EBE/Rend.^{to} misto + Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação

PIB e seus componentes, a preços correntes

Milhões de CVE

Ótica do Rendimento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Remuneração dos empregados	63 434	65 585	69 967	74 452	78 857	73 102	78 066	85 487
Excedente bruto de exploração / Rendimento misto bruto	88 635	95 634	99 027	102 608	113 469	79 066	87 781	114 154
Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos	20 562	21 639	24 409	27 642	27 621	23 166	24 807	35 254
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	1 279	1 543	1 892	1 284	1 881	986	614	732
Produto Interno Bruto (PIB)	**173 911**	**184 402**	**195 295**	**205 986**	**221 829**	**176 320**	**191 269**	**235 628**

Fonte: INE, Contas Nacionais

Uma vez que conhecemos a fórmula de cálculo do produto segundo a ótica do rendimento, poderemos deduzir a fórmula do **Rendimento Nacional Bruto (RNB)**, acrescentando ao valor do PIB o valor do Saldo dos Rendimentos primários com o Resto do Mundo (SRRM)[4].

RNB = PIB + SRRM

Documento 6

"O rendimento nacional bruto ou líquido (a preços de mercado) representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e a importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedente de exploração (bruto ou líquido) e rendimento misto (bruto ou líquido).
O rendimento nacional bruto (a preços de mercado) é igual ao PIB diminuído dos rendimentos primários pagos pelas unidades institucionais residentes a unidades institucionais não residentes e aumentado dos rendimentos primários recebidos do Resto do Mundo por unidades institucionais residentes.
O rendimento nacional não é um conceito de produção, mas de rendimento, que é mais significativo exprimir em termos líquidos, isto é, após dedução do consumo de capital fixo."

Regulamento (UE) n.º 549/2013, de 21 de maio de 2013

Atividade 15

Observa os dados do quadro relativos ao PIB de um país, num dado ano, segundo a ótica do rendimento:

Milhões de unidades monetárias

Remunerações do emprego	60 000
Excedente Bruto de Exploração / Rendimento misto	55 000
Impostos sobre a produção e a importação	19 000
Subsídios	1500
SRRM	2500

1. **Calcula o valor do PIB pela ótica do rendimento.**
2. **Determina o valor do RNB.**

[4] SRRM = Rendimentos primários recebidos do Resto do Mundo - Rendimentos primários enviados para o Resto do Mundo

11.2.3.3. Ótica da despesa

Por último, abordamos a ótica da despesa. Após termos analisado a proveniência da riqueza que é produzida num país e a forma como posteriormente é repartido o rendimento gerado pelos seus agentes, agora focaremos a nossa atenção no modo como esse rendimento distribuído vai sendo aplicado. A ótica da despesa permite compreender como é utilizado o resultado da produção de uma economia.

Manual Digital

Vídeo
Cálculo do valor do produto na ótica da despesa

Genericamente, podemos dizer que os rendimentos que são distribuídos pelos agentes de um país são canalizados para despesas de consumo ou investimento. No entanto, também é necessário ter em consideração as transações com o Resto do Mundo, devendo, por isso, ser contabilizadas as respetivas exportações e importações. Segundo a ótica da despesa, o PIB pode ser calculado somando-se as utilizações finais de bens e serviços com as exportações e deduzindo-se as importações. Assim, as componentes da despesa são: o consumo total, o investimento bruto, as exportações e as importações.

- O **consumo total** (**CT**) corresponde ao valor das despesas de consumo final efetuadas por agentes residentes em território nacional. O consumo total decompõe-se em duas categorias, abrangendo as despesas de consumo dos agentes privados, o **consumo privado** (**C**), e as despesas de consumo do Estado, o **consumo público** (**G**).

Consumo total = C. Privado + C. Público

- O **Investimento Bruto** (**I**), também conhecido por Formação Bruta de Capital, é, essencialmente, composto pela **Formação Bruta de Capital Fixo** (**FBCF**) e pela **variação de existências** (**VE**). Já vimos anteriormente que a FBCF corresponde ao valor do investimento com a aquisição de bens duradouros (capital fixo), incluindo o valor do capital fixo que foi consumido. A variação de existências representa as oscilações dos *stocks* de existências entre dois períodos diferentes, sendo contabilizadas as alterações nos *stocks* de existências entre o início e o fim do ano.

Investimento Bruto = FBCF + Variação existências

- As **exportações** (**X**) são as transações de venda de bens e serviços de unidades residentes para unidades não residentes. As vendas ao exterior constituem uma componente da despesa, pois, para ser possível transacionar esses bens e serviços, foi necessário produzi-los primeiro, tendo havido custos em território nacional com a sua produção.
  Neste contexto, as exportações representam encargos suportados pelas empresas nacionais com essa produção.
- As **importações** (**M**) são as aquisições de bens e serviços por parte de unidades residentes a unidades não residentes. Ao contrário das exportações, é necessário deduzir o valor dos bens e serviços comprados ao exterior, uma vez que os gastos com a produção desses bens foram suportados pelas empresas não residentes.

Depois de ficarmos a conhecer as componentes da despesa, vamos analisar o processo de formação da Despesa Interna de um país. Conforme veremos a seguir, existem dois conceitos fundamentais associados a este processo: o conceito de Procura Interna e o conceito de Procura Global.

Começando pela noção de **Procura Interna**, dizemos que esta corresponde às despesas que os agentes residentes têm de suportar com a produção de bens e serviços em território nacional. A Procura Interna abrange então o consumo total e o investimento bruto.

Procura Interna = Consumo total + Investimento bruto
ou
Procura Interna = C + G + FBCF + VE

Por outro lado, a **Procura Global** corresponde ao montante de encargos que as empresas residentes têm de suportar com a produção de bens e serviços comercializados a agentes residentes e não residentes. Obteremos a Procura Global adicionando a Procura Externa à Procura Interna, ou seja, se somarmos o valor das exportações ao consumo total e ao investimento bruto.

Procura Global = Procura Interna + Exportações

Finalmente, para se calcular a **Despesa Interna** (**DI**) é necessário deduzir o valor das importações ao valor da Procura Global. As importações não se incluem na DI, porque, conforme foi dito anteriormente, representam encargos com bens e serviços que não foram produzidos em território nacional, tendo os custos com a sua produção sido suportados por agentes não residentes.

DI = Procura Global – Importações
ou
DI = Consumo total + Investimento bruto + Exportações – Importações
ou
DI = C + G + FBCF + VE + X – M

A despesa é calculada pelos valores de mercado porque, segundo esta ótica, o que se contabiliza são as despesas com a aquisição de bens e serviços, sendo estas registadas ao preço de venda. Por outro lado, como também se inclui na despesa o valor do consumo de capital fixo, o seu valor é calculado em termos brutos, o que nos leva a obter uma igualdade entre a DI e o PIB.

DI = PIB

PIB e seus componentes, a preços correntes Milhões de CVE

Ótica da Despesa	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1. Despesa de Consumo Final	**142 654**	**154 671**	**169 186**	**178 486**	**192 460**	**174 283**	**195 105**	**230 317**
Família	107 033	117 729	133 978	140 389	147 760	128 210	143 412	176 707
Administração Pública	35 233	36 570	34 699	37 343	43 954	45 366	50 854	52 698
ISFL	388	371	510	754	746	707	840	912
2. FBCF	**47 078**	**47 761**	**58 113**	**57 385**	**55 650**	**51 210**	**50 058**	**49 261**
Privada	32 167	34 293	44 808	43 697	43 114	41 889	35 608	36 717
Pública	14 911	13 468	13 305	13 688	12 536	9 322	14 450	12 544
3. Variação de Existências	**4 592**	**4 896**	**-924**	**-767**	**-3 671**	**-145**	**3 019**	**2 293**
4. Investimento (2+3)	**51 671**	**52 657**	**57 189**	**56 618**	**51 979**	**51 066**	**53 077**	**51 554**
5. Exportações líquidas (6-7)	**-20 414**	**-22 925**	**-31 080**	**-29 117**	**-22 610**	**-49 029**	**-56 913**	**-46 243**
6. Exportações	**71 539**	**76 477**	**82 158**	**94 478**	**103 605**	**44 597**	**45 617**	**91 151**
Exportações de bens	13 903	12 413	13 944	23 164	22 442	10 519	14 338	27 042
Exportações de serviços	57 635	64 064	68 214	71 314	81 163	34 079	31 279	64 109
7. Importações	**91 952**	**99 402**	**113 239**	**123 595**	**126 215**	**93 626**	**102 530**	**137 394**
Importações de bens	68 101	72 905	87 222	93 938	96 214	75 897	85 969	117 900
Importações de serviços	23 851	26 497	26 017	29 657	30 001	17 728	16 561	19 494
PIB (1+4+5)	**173 911**	**184 402**	**195 295**	**205 986**	**221 829**	**176 320**	**191 269**	**235 628**

Fonte: INE, Contas Nacionais

Atividade 16

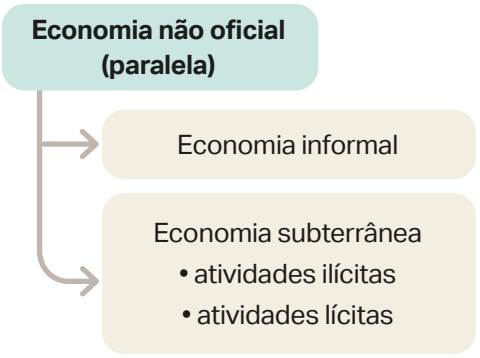
1. Identifica as componentes da Despesa.
2. Observa o quadro e indica a componente da Despesa com maior contributo no PIB cabo-verdiano.
3. Calcula o valor da Procura Interna no ano 2022, explicando o seu significado.

11.2.4. Limitações da Contabilidade Nacional

A Contabilidade Nacional visa quantificar a realidade económica através da produção de informação fidedigna que possibilite efetuar um adequado planeamento do futuro, facilitando assim a tomada de decisões por parte dos seus agentes. Por outro lado, a Contabilidade Nacional também procura averiguar o nível de bem-estar da população através da observação do comportamento dos seus três principais agregados:

Manual Digital

Vídeo
A Contabilidade Nacional



Economia não oficial ou paralela
Engloba as atividades que não são registadas oficialmente, incluindo as atividades não remuneradas que compõem a economia informal e as que constituem a economia subterrânea, aquelas que não são declaradas por serem ilegais ou que são legais, mas não são declaradas para fugir ao controlo das autoridades.

Produção, Rendimento e Despesa. No entanto, a Contabilidade Nacional não consegue contemplar todas as situações, havendo algumas limitações no seu processo de medição da atividade económica.

A Contabilidade Nacional não leva em consideração a natureza dos bens e serviços criados pelo país, apenas os contabiliza pelo seu valor monetário. Atividades que produzam resultados diferidos no tempo não são observadas, como, por exemplo, os resultados de I&D numa determinada área científica ou tecnológica ou, ainda, a aplicação de medidas educativas que contribuam para o desenvolvimento do país. Na prática, para a Contabilidade Nacional é indiferente se o país produziu armamento ou medicamentos, sendo, por vezes, impossível medir os efeitos de um aumento da produção do país em termos de aumento do seu nível de bem-estar.

Além disso, existem atividades que não são contabilizadas pela Contabilidade Nacional, nomeadamente, a chamada **economia não oficial** ou **paralela** que é composta pela economia informal e pela economia subterrânea. Mas vejamos com mais pormenor em que consiste cada um destes conceitos.

Economia não oficial ou paralela

As atividades que não fazem parte da economia oficial do país, ou seja, as que não são registadas para efeitos de Contabilidade Nacional, constituem aquilo que normalmente se designa por economia paralela, na qual se incluem duas categorias distintas:

- **Economia informal**: abrange o conjunto de atividades que são desempenhadas sem uma contrapartida monetária, como o trabalho de voluntariado ou a produção para autoconsumo, como, por exemplo, o cultivo de bens, atividades de bricolage ou tarefas domésticas realizadas para utilização própria.
- **Economia subterrânea**: engloba atividades ilícitas e atividades lícitas remuneradas que não são declaradas às Finanças. No primeiro caso, falamos de atividades ilegais, como o tráfico de estupefacientes ou de bens falsificados. No segundo caso, embora as atividades sejam legais, estas não são registadas deliberadamente com o intuito de se evitar o pagamento de impostos ou para não se ter de cumprir determinadas regras impostas pela legislação laboral.

Documento 7

"De acordo com as contas do INE, o setor informal representou 13,3% do Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde em 2023, "um peso considerável, mas não tão expressivo" como noutros países da África Subsaariana."

https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/cabo-verde-mulheres-na-economia-informal-recebem-menos-40-que-os-homens-ine/#goog_rewarded [consult. 23 abr 2025]

Outra limitação da Contabilidade Nacional é que não contempla as externalidades. As **externalidades** podem ser definidas como consequências da prática de determinadas atividades por parte de entidades coletivas ou individuais, que têm impacto sobre terceiros, podendo estas ser de natureza prejudicial ou benéfica. Assim, as externalidades podem ser classificadas como **positivas** ou **negativas**, conforme o seu resultado gera um benefício ou um custo para os outros.

Externalidades
Conjunto de efeitos que a atividade produtiva exerce sobre terceiros e que podem ser de carácter benéfico (positivas) ou prejudicial (negativas).

A Contabilidade Nacional não regista os efeitos resultantes da produção, ou do consumo de bens e serviços, que têm repercussões positivas ou negativas sobre terceiros, como, por exemplo, a melhoria da esperança média de vida, que pode ser proporcionada pela descoberta de novos medicamentos na indústria farmacêutica ou a poluição dos rios resultante das descargas de resíduos tóxicos e lixo das empresas.

Em suma, dizemos que as principais limitações são:

- **a Contabilidade Nacional não discrimina a natureza dos bens e serviços** produzidos por uma economia, sendo apenas registado o seu valor. Aspetos como a qualidade de vida da população ou as suas condições sociais não são avaliados pela Contabilidade Nacional.
- **a Contabilidade Nacional não contabiliza todas as atividades existentes**, a economia não oficial ou paralela. Por um lado, não é registado o trabalho não remunerado que é produzido pela via da chamada economia informal. Por outro lado, existem atividades que não são contabilizadas oficialmente porque constituem a designada economia subterrânea. A economia subterrânea abrange todas as atividades remuneradas que não são contabilizadas porque são ilegais ou, que embora sendo legais, não são declaradas para se evitar o controlo das respetivas autoridades.
- **a Contabilidade Nacional não regista as externalidades positivas e negativas**, isto é, não são considerados os efeitos que advêm da atividade produtiva de natureza benéfica, ou prejudicial, que recaem sobre terceiros, como os resultados de uma descoberta científica que permite aumentar a qualidade de vida dos indivíduos ou a poluição gerada pelo aumento da utilização de transporte próprio numa dada região.

De um modo geral, podemos afirmar que as limitações da Contabilidade Nacional se caracterizam, sobretudo, pela imagem incompleta com que a realidade económica é retratada, sendo esta apresentada segundo uma visão essencialmente economicista. Mas, apesar de a Contabilidade Nacional não permitir efetuar uma avaliação completa do nível de bem-estar da população, ainda assim, constitui um importante instrumento de análise e diagnóstico, pelo que deve ser complementada com outros instrumentos de medição. Dadas as suas limitações, a Contabilidade Nacional deve ser utilizada com alguma reserva, porém não deixa de ser uma das mais importantes ferramentas de análise macroeconómica, sendo, por isso, fundamental para qualquer nação.

Atividade 17

Lê, atentamente, o seguinte texto.

"**Mais de 95 mil pessoas trabalhavam no setor informal em Cabo Verde, em 2022, segundo as estatísticas do mercado de trabalho do Inquérito Multiobjetivo Contínuo (IMC), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística. No entanto, números têm baixado nos últimos sete anos.**

95 708 pessoas estavam empregadas no setor informal, no ano passado, em Cabo Verde, uma taxa de 53,8 por cento do total de empregos no arquipélago. A Praia, com 29 747 pessoas, é o concelho onde se regista maior número de empregados informais, seguido de São Vicente, com 15 744 e Santa Catarina, com 8951.

Apesar de serem a maioria dos empregos em Cabo Verde, os informais têm vindo a descer nos últimos anos. Em 2015, estes valores estavam nos 119 930, em 2016 atingiram um máximo de 125 048, em 2017 eram 112 756, em 2018 eram 106 975, em 2019 eram 110 888 e em 2020 foram 96 273.

[...] nos mercados emergentes, uma grande percentagem dos trabalhadores e empresas, que operam na informalidade, fazem-no longe da fiscalização dos governos. Ainda nas economias emergentes, o setor informal acolhe mais de 70% desses empregos – superior aos valores em Cabo Verde – e, em média, quase um terço do Produto Interno Bruto. São pessoas que não têm proteção social e que estão à margem de políticas de investimentos e auxílio."

https://expressodasilhas.cv/economia/2023/06/11/sector-informal-continua-responsavel-por-mais-de-metade-dos-empregos/86235#:~:text=A%20Praia%2C%20com%2029.747%20pessoas%2C%20é%20o,têm%20vindo%20a%20descer%20nos%20últimos%20anos, 11 de junho de 2023 [consult. 23 abr 2025]

1. Explica por que razão o texto está relacionado com as limitações da Contabilidade Nacional.

2. Apresenta outras limitações da Contabilidade Nacional.

Conceitos-chave

- Atividade económica
- Produção
- Distribuição
- Repartição do Rendimento
- Utilização do Rendimento
- Consumo
- Poupança
- Agentes económicos
- Famílias
- Empresas não Financeiras
- Instituições Financeiras
- Estado
- Resto do Mundo
- Economia aberta
- Economia fechada
- Fluxo real
- Fluxo monetário
- Circuito económico
- Valor das importações
- Valor das exportações
- Fluxo de compensação
- Empregos
- Recursos
- Equilíbrio económico
- Contabilidade Nacional
- Território económico
- Unidade residente
- Unidade institucional
- Setor institucional
- Sociedades não financeiras
- Sociedades financeiras
- Administrações públicas
- Famílias
- Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF)
- Resto do Mundo
- Ramo de atividade
- Ótica da produção
- Ótica do rendimento
- Ótica da despesa
- Problema da múltipla contagem
- Método dos valores acrescentados
- Métodos dos produtos finais
- Produto
- Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos
- Produto Interno Bruto (PIB)
- Remunerações
- Excedente bruto de exploração
- Rendimento misto
- Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação
- Rendimento Nacional Bruto
- Consumo público
- Consumo privado
- Consumo total
- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)
- Variação de existências
- Investimento bruto
- Exportações
- Importações
- Procura interna
- Procura global
- Despesa Interna
- Limitações da Contabilidade Nacional
- Economia paralela
- Economia informal
- Economia subterrânea
- Externalidades

Síntese

- Os **agentes económicos** são entidades individuais, ou coletivas, que se agregam em categorias por desempenharem a mesma ocupação na atividade económica. Os agentes económicos são organizados de acordo com a principal função que exercem, nas seguintes categorias: Famílias, Empresas não Financeiras, Instituições Financeiras, Estado e Resto do Mundo.
- O agente **Famílias** engloba todos os agregados familiares de um país. As Famílias constituem um agente económico porque representam uma importante função económica, o consumo.
- No agente **Empresas não Financeiras** estão incluídas todas as unidades produtivas de um país que contribuem para a criação de bens e serviços não financeiros, sendo a produção a sua principal função.
- O agente **Instituições Financeiras** abrange todas as entidades que comercializam produtos financeiros, como os bancos ou as seguradoras, tendo como função principal a captação de poupanças, o financiamento da atividade económica e a garantia da cobertura de riscos.
- O agente **Estado** engloba a Administração Central, as Autarquias Locais e a Segurança Social e tem como principal função promover a satisfação das necessidades coletivas, nomeadamente efetuando uma redistribuição dos rendimentos da sociedade.
- O agente **Resto do Mundo** representa as entidades não residentes num país, com as quais este estabelece relações de troca. Este agente reflete a abertura das economias nacionais à comunidade internacional, representando as relações económicas que se operam entre um país e o Resto do Mundo. Também pode ser denominado como **Exterior**.
- Os **agentes económicos interagem uns com os outros** no desempenho das suas funções.
- As relações de troca que se estabelecem entre os diversos agentes económicos designam-se por **fluxos**. Os fluxos podem ser **reais** ou **monetários**, conforme correspondem à troca de bens e serviços ou ao valor monetário dos bens e serviços transacionados.
- Os fluxos monetários apresentam vantagens em relação aos fluxos reais, por possibilitarem uma melhor compreensão e comparação da realidade, devido a ser utilizada apenas uma unidade de conta – unidades monetárias.
- O **circuito económico** é uma representação esquemática dos fluxos que se estabelecem entre os diferentes agentes económicos de uma sociedade.
- Os **empregos** correspondem aos pagamentos que um agente efetua a outros agentes (fluxos de saída). Os **recursos** representam os recebimentos provenientes de outros agentes (fluxos de entrada).

- Para haver **equilíbrio económico** numa economia, é necessário que os recursos de cada agente sejam simultaneamente empregos de outros agentes e que o total dos empregos dos diversos agentes seja igual ao total dos seus recursos.
- A **Contabilidade Nacional** (**CN**) é uma técnica de sistematização das contas de uma nação, cujo principal objetivo é dar a conhecer e quantificar as relações que se estabelecem entre os vários agentes económicos.
- O **território económico** de um país inclui todo o seu espaço terrestre e aéreo, zonas francas, enclaves territoriais no estrangeiro, jazigos naturais em águas internacionais, assim como todos os meios de transporte marítimos e aéreos de agentes residentes em território nacional.
- Um agente económico considera-se **residente** num país se mantém residência fixa no território desse país há, pelo menos, um ano.
- Uma unidade institucional é uma unidade produtiva que dispõe de poder de decisão autónomo e que apresenta contabilidade organizada. O conjunto de unidades institucionais que apresentam características e comportamentos semelhantes constitui um **setor institucional**.
- Consideram-se setores institucionais as **Sociedades não financeiras**, as **Sociedades financeiras**, as **Administrações públicas**, as **Famílias**, as **Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias** (**ISFLSF**) e o **Resto do Mundo**.
- O conjunto de todas as unidades de produção de um produto que exercem uma atividade económica semelhante denomina-se **ramo de atividade**.
- Pela **ótica da produção** ficamos a conhecer os bens e serviços produzidos num país durante um certo período de tempo, pela **ótica do rendimento** compreendemos o modo como os rendimentos gerados na atividade produtiva foram distribuídos pelos agentes do país e pela **ótica da despesa** sabemos como foram aplicados os rendimentos distribuídos.
- O **problema da múltipla contagem** deriva da possibilidade de se contabilizarem mais do que uma vez os consumos intermédios no cálculo do produto. Este problema pode ser ultrapassado através do **método dos valores acrescentados**, pelo qual se somam os valores acrescentados de todas as unidades produtivas, ou do **método dos produtos finais**, pelo qual apenas se considera o valor das vendas dos produtos de consumo final.
- A Contabilidade Nacional constitui uma importante ferramenta de medição da realidade económica de um país, no entanto, apresenta algumas **limitações**. A CN não discrimina a natureza dos bens e serviços produzidos. A CN não contabiliza todas as atividades existentes, nomeadamente, as atividades da **economia informal** para autoconsumo e da **economia subterrânea**, quer se trate de atividades lícitas não declaradas, quer sejam atividades ilícitas. E a CN também não regista as externalidades positivas e negativas.

Ficha de trabalho 11

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. A atividade económica é composta pelas operações de

a) produção de bens e prestação de serviços.

b) distribuição e publicidade.

c) logística, transporte e consumo.

d) produção, distribuição, repartição e utilização dos rendimentos.

1.2. Considera-se um fluxo real

a) o trabalho que as Famílias prestam às Empresas.

b) os juros dos empréstimos entregues pelas Famílias às Instituições Financeiras.

c) os subsídios atribuídos pelo Estado às empresas.

d) os lucros distribuídos pelas Empresas.

1.3. Os vencimentos dos funcionários públicos

a) constituem uma receita do agente Estado.

b) constituem um emprego do agente Famílias.

c) constituem um emprego do agente Administração Pública.

d) constituem um recurso do agente Administração Pública.

1.4. As Empresas não Financeiras contabilizam como recurso

a) as rendas pagas aos proprietários dos imóveis.

b) os prémios de seguro entregues às seguradoras.

c) os impostos devidos ao Estado.

d) as despesas de consumo dos seus clientes.

1.5. Em Contabilidade Nacional, o equilíbrio económico pode ser verificado pela igualdade

a) Compras = Vendas

b) Importações = Exportações

c) Total de recursos = Total de empregos

d) Produto = Redistribuição = Consumo

1.6. Constituem fluxos monetários de entrada nas Instituições Financeiras

a) os depósitos dos clientes.

b) as indemnizações devidas.

c) os empréstimos concedidos.

d) os juros de depósito pagos.

2 Lê com atenção o seguinte texto.

"A análise da atividade económica centra-se na compreensão do comportamento dos agentes económicos e nas atividades que desenvolvem, de modo a ter uma visão de conjunto de toda a economia, nomeadamente sobre o seu funcionamento e o efeito das medidas de política económica.
Esta visão global pode ser dada pelo circuito económico, que não é mais do que um esquema representativo das relações económicas entre agentes económicos.
O circuito económico, ao exprimir a atividade económica, permite determinar os montantes da produção e o consumo, assim como saber como se faz a distribuição do rendimento pelos diversos agentes económicos. Essas relações entre os agentes económicos designam-se por fluxos reais e fluxos monetários."

NABAIS, C. e FERREIRA, R.V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

2.1. Comenta o primeiro parágrafo do texto, apresentando uma noção de atividade económica.

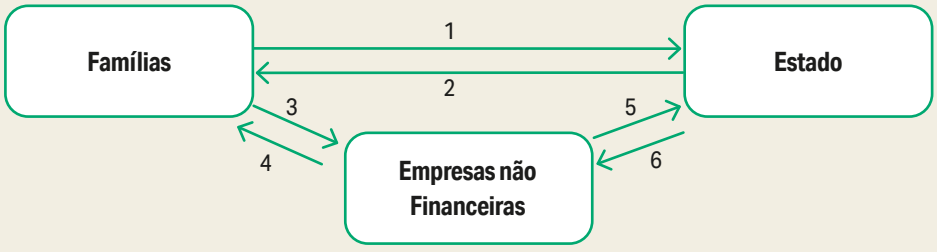
2.2. Explica o que entendes por agente económico, identificando os diversos agentes económicos estudados e as suas principais funções.

2.3. Distingue fluxos reais de fluxos monetários.

2.4. Diz em que consiste um circuito económico.

2.5. Tendo em atenção o segundo parágrafo do texto, explica como se pode observar o equilíbrio macroeconómico de uma nação num circuito económico.

3 Identifica os fluxos do esquema.



4 **As Instituições Financeiras receberam das Empresas não Financeiras 10 000 u.m. referentes a depósitos, tendo-lhes atribuído juros de depósito no valor de 250 u.m. e concedido empréstimos num total de 9 550 u.m. As Empresas não Financeiras venderam ao Exterior bens no montante de 700 u.m., valor que ultrapassou em 200 u.m. o montante das suas importações.**

Representa a situação descrita num circuito económico simplificado.

Ficha de trabalho 11 (cont.)

5 **Indica os pressupostos para a existência de equilíbrio económico numa comunidade.**

6 **"Produto Interno Bruto aumentou 15,8% no ano 2022**

Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) evoluiu positivamente, traduzindo-se num aumento de 15,8% face ao ano precedente. Do lado da procura, esta evolução é explicada, sobretudo, pelos aumentos nas despesas de consumo final das famílias (+13,8%) e nas Exportações (+78,9%). Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços de base apresentou uma evolução homóloga positiva de 12,4%, destacando-se para o efeito as atividades do Comércio, do Transporte e armazenagem e a do Alojamento e restauração. Os impostos líquidos de subsídios apresentaram uma evolução homóloga positiva de 39,1%".

https://ine.cv/notas_imprensas/contas-nacionais-anuais-definitivas-2022/ [consult. 11 abr 2025]

6.1. Apresenta o conceito de Produto Interno Bruto.

6.2. Explica em que consiste o método dos valores acrescentados utilizado na resolução do problema da múltipla contagem do Produto.

6.3. Diz como se calcula a Procura Global, explicando o seu significado.

7 **Observa com atenção o seguinte quadro.**

PIB a preços de mercado (preços correntes): componentes e variação homóloga, 2019 – 2022

	(Milhões de escudos)				Taxa de Variação Homóloga (%)		
Ótica da Despesa	**2019**	**2020**	**2021^{P}**	**2022^{P}**	**2020**	**2021^{P}**	**2022^{P}**
1. Despesa de Consumo Final	192 460	174 283	181 509	231 056	-9,4	4,1	27,3
Privada	148 506	128 917	133 516	181 683	-13,2	3,6	36,1
Publica	43 954	45 366	47 994	49 374	3,2	5,8	2,9
2. Investimento	51 979	51 066	59 499	40 970	-1,8	16,5	-31,1
3. Exportações	103 605	44 597	45 685	96 247	-57,0	2,4	110,7
Exportações de Bens	22 793	10 519	14 004	24 997	-53,9	33,1	78,5
Exportações de Serviços	80 812	34 079	31 681	71 250	-57,8	-7,0	124,9

	(Milhões de escudos)				Taxa de Variação Homóloga (%)		
4. Importações	126 215	93 626	100 455	133 270	-25,8	7,3	32,7
Importações de Bens	96 480	75 897	82 606	111 573	-21,3	8,8	35,1
Importações de Serviços	29 735	17 728	17 850	21 697	-40,4	0,7	21,6
PIB (1+2+3 - 4)	**221 829**	**176 320**	**186 237**	**235 003**	**-20,5**	**5,6**	**26,2**

P – Provisório

Nota: os dados de 2015 a 2020 são definitivos e os de 2021 e 2022 são estimativas resultantes do acumulado dos respetivos trimestres.

INE, *Contas Nacionais Trimestrais – 2.º Trimestre 2023*

7.1. Indica, com base nos valores do quadro, como evoluíram as despesas de consumo final de Cabo Verde, no período de 2019 a 2022.

7.2. Apresenta as componentes da Despesa Interna.

8 **"O setor informal representa uma parte importante na economia e, certamente, no mercado de trabalho, na criação de emprego, produção e geração de renda em muitos países. Em países de baixo rendimento, com altas taxas de crescimento populacional ou urbanização, o setor informal tende a absorver a maior parte da força de trabalho em expansão nas áreas urbanas."**

https://ine.cv/publicacoes/relatorio-sobre-o-iii-inquerito-ao-setor-informal-isi-2023/ [consult. 23 abr 2025]

8.1. Refere os principais objetivos da Contabilidade Nacional.

8.2. Indica a limitação da Contabilidade Nacional patente no texto, explicando o conceito de economia paralela.

8.3. Diz o que entendes por externalidades, apresentando exemplos.

12 Relações económicas com o Resto do Mundo

Objetivos de aprendizagem:

- Compreender a necessidade do comércio internacional.
- Distinguir protecionismo de livre-cambismo.
- Apresentar os objetivos da Organização Mundial do Comércio.
- Distinguir vantagem absoluta de vantagem comparativa.
- Apresentar as componentes da balança de pagamentos.
- Calcular e interpretar os saldos das balanças.
- Relacionar saldos das balanças com a capacidade ou necessidade de financiamento (endividamento).
- Calcular e interpretar indicadores do comércio internacional.
- Compreender a necessidade de operações de câmbio.
- Distinguir as diferentes formas de integração económica.
- Compreender a importância e o processo de integração da economia de Cabo Verde na CEDEAO e/ou noutros espaços comerciais.
- Conhecer diferentes formas de organização económica internacionais.

12.1. As relações económicas internacionais

12.1.1. Comércio internacional e comércio externo

Grande parte dos produtos que utilizamos no dia a dia tem proveniência estrangeira. Isso acontece porque, por um lado, a produção nacional é insuficiente para assegurar as necessidades da população e, por outro, porque muitos bens que consumimos não se produzem no nosso país. Geralmente, os bens são produzidos nos países que têm maior facilidade de acesso às matérias-primas, que dispõem de mão de obra ou de outras condições que favorecem a produção desses bens. Os países necessitam assim de efetuar trocas uns com os outros para conseguirem obter os bens de que carecem.

Comércio interno
Comércio realizado dentro de território nacional.

Comércio externo
Comércio estabelecido entre um país e o Resto do Mundo.

Comércio internacional
Conceito genérico relativo ao comércio que é praticado entre os diversos países do mundo.

O comércio é a atividade de troca que permite o escoamento dos bens. Esta atividade pode ser realizada entre agentes nacionais ou entre agentes de vários países. Quando é realizada dentro de território nacional por agentes residentes nesse país, designa-se **comércio interno**, e denomina-se **comércio externo** quando a atividade de troca é efetuada entre agentes nacionais e agentes de outros países.

No entanto, é necessário distinguir o conceito de comércio externo com outro semelhante, o comércio internacional. Enquanto o comércio externo diz respeito à análise do ponto de vista de um país concreto, ou seja, das relações que este estabelece com o exterior, o **comércio internacional** é um conceito genérico que abrange o comércio praticado entre quaisquer dois ou mais países.

Atividade 1

"O comércio internacional envolve as trocas comerciais realizadas entre diferentes países, englobando fatores económicos, políticos e culturais no contexto global. Por outro lado, o comércio exterior diz respeito às operações de exportação e importação realizadas por um país com outras nações.
Enquanto o comércio exterior está restrito às negociações comerciais de uma nação, o comércio internacional **envolve a análise de como as economias se relacionam entre si**, os fluxos de capital, o impacto de acordos bilaterais e multilaterais e a regulação de organismos internacionais.
O comércio internacional observa tendências globais e busca integrar mercados, enquanto o comércio exterior foca na execução de operações comerciais conforme as normas locais."

https://exchangenow.net/blog/comex/comercio-internacional [consult. 21 mai 2025]

1. **Diz o que entendes por comércio interno.**
2. **Comenta a expressão destacada, explicando a diferença entre comércio internacional e comércio exterior.**

Nas últimas décadas, o comércio internacional tem vindo a desenvolver-se de forma muito acelerada. A mundialização das trocas e a globalização têm originado grandes alterações no modo como os países se relacionam uns com os outros. Os interesses económicos associados às relações comerciais fazem com que se criem laços e os países se aliem de modo a promover o comércio entre si. Assim, iremos agora estudar o contributo fundamental da criação do Acordo Geral dos Direitos Aduaneiros e Comércio/Organização Mundial do Comércio no desenvolvimento e liberalização do comércio internacional.

12.1.2. Organização Mundial do Comércio e políticas comerciais

A **Organização Mundial do Comércio** (**OMC**) surgiu no seguimento do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio), com o objetivo de promover a liberalização e a regulamentação do comércio internacional, contrariando assim algumas posturas demasiado protecionistas. O posicionamento do Estado em relação ao comércio internacional pode ser visto segundo duas perspetivas diferentes: uma perspetiva protecionista ou livre-cambista. De acordo com a primeira, o Estado deve assumir um papel interventivo no comércio internacional, promovendo medidas que possam beneficiar o país, como, por exemplo, aquelas que conduzem à redução das importações. Por outro lado, uma visão livre-cambista defende

Organização Mundial do Comércio (OMC)
Sucessora do GATT, esta organização tem como objetivo principal promover a liberalização do comércio a nível mundial.

a livre atuação dos agentes económicos no comércio internacional com vista a aumentar o grau de satisfação das necessidades através do funcionamento do mecanismo de mercado.

Protecionismo

Protecionismo
Corrente que defende a intervenção do Estado no que respeita à proteção das indústrias nacionais contra a concorrência externa.

O **protecionismo** surgiu associado ao mercantilismo, uma corrente dos séculos XVI e XVII que defendia a relação entre a riqueza de um país e a quantidade de metal precioso detido. Importava reduzir ao mínimo o montante das importações para evitar a saída de metal precioso, fazendo com que este ficasse nos cofres do Estado. Mais tarde, especialmente no período que mediou as duas guerras mundiais do século XX, o protecionismo voltou a ser adotado, adaptando-se à nova realidade. Agora era dada prioridade à proteção das indústrias nacionais relativamente à concorrência externa.

As principais medidas protecionistas atualmente utilizadas para fomentar a redução das importações são as barreiras alfandegárias e os subsídios à exportação.

Barreiras alfandegárias

- **Tarifárias**
  - Direitos alfandegários
- **Não tarifárias**
  - Contingentação
  - Regulamentos especiais

- **Barreiras alfandegárias:** obstáculos criados à entrada de bens num país, com o objetivo de fazer diminuir as suas importações para proteger as indústrias nacionais. Estas barreiras podem ser de natureza tarifária ou não tarifária.
  - **a)** As barreiras tarifárias consistem em **direitos alfandegários** cobrados aos produtos importados. Através da aplicação de impostos alfandegários os bens tornam-se mais caros para quem os compra, levando assim a uma diminuição das importações.
  - **b)** As barreiras não tarifárias abrangem a contingentação e a aplicação de regulamentos especiais. A **contingentação** consiste na fixação de limites máximos para a importação de determinados produtos. Estes limites podem ser fixados em função do valor ou da quantidade de bens importados. Existem outras barreiras técnicas que se podem aplicar, nomeadamente **regulamentos especiais** com determinadas exigências no que respeita à segurança, higiene, entre outras, que dificultam a entrada de produtos vindos do exterior que não cumpram as condições exigidas.

Direitos alfandegários
Impostos cobrados aos bens importados.

Contingentação
Restrição quantitativa fixada relativamente à entrada de certos bens importados.

Regulamentos especiais
Exigências técnicas que funcionam como entrave à entrada de produtos importados.

- **Subsídios à exportação:** outra medida de protecionismo utilizada frequentemente. Estes subsídios servem para encorajar as empresas exportadoras a produzir mais bens para o Resto do Mundo. Ao atribuir subvenções às exportações, o Estado incentiva as empresas que se dedicam à exportação de bens.

Subsídios à exportação
Verbas atribuídas pelo Estado às empresas exportadoras com o objetivo de fomentar as exportações.

Existem ainda práticas como o *dumping* que, embora se considerem desleais, fomentam as exportações. O ***dumping*** consiste na venda de produtos ao exterior a preços inferiores aos que são praticados em território nacional.

Dumping
Venda no mercado externo a preços inferiores aos que são praticados no mercado interno.

Livre-cambismo

O **livre-cambismo** (ou liberalismo económico) nasceu em França, no século XVIII, com os fisiocratas que consideravam que toda a riqueza provinha da terra, opondo-se assim ao intervencionismo mercantilista. No entanto, foi na Grã-Bretanha que o livre-cambismo mais floresceu, devido ao facto de aí ter emergido a Revolução Industrial e sentir necessidade de poder expandir as suas exportações. Este contexto foi amplamente sustentado por autores como Adam Smith (considerado o pai da Economia), e já no século XIX, apareceu outro seguidor, David Ricardo, o autor da teoria das vantagens comparativas.

Livre-cambismo
Corrente que defende que o comércio internacional deve funcionar segundo as leis de mercado, sem intervenção.

De acordo com esta corrente, o protecionismo impedia a livre concorrência, fazendo reduzir a eficiência das indústrias. Por sua vez, uma quebra na eficiência produtiva conduzia a um aumento dos preços dos bens que faria diminuir a liberdade de escolha dos consumidores. Segundo os livre-cambistas, o Estado não deveria intervir nas trocas, mas sim deixar que elas se processassem livremente.

David Ricardo

Atividade 2

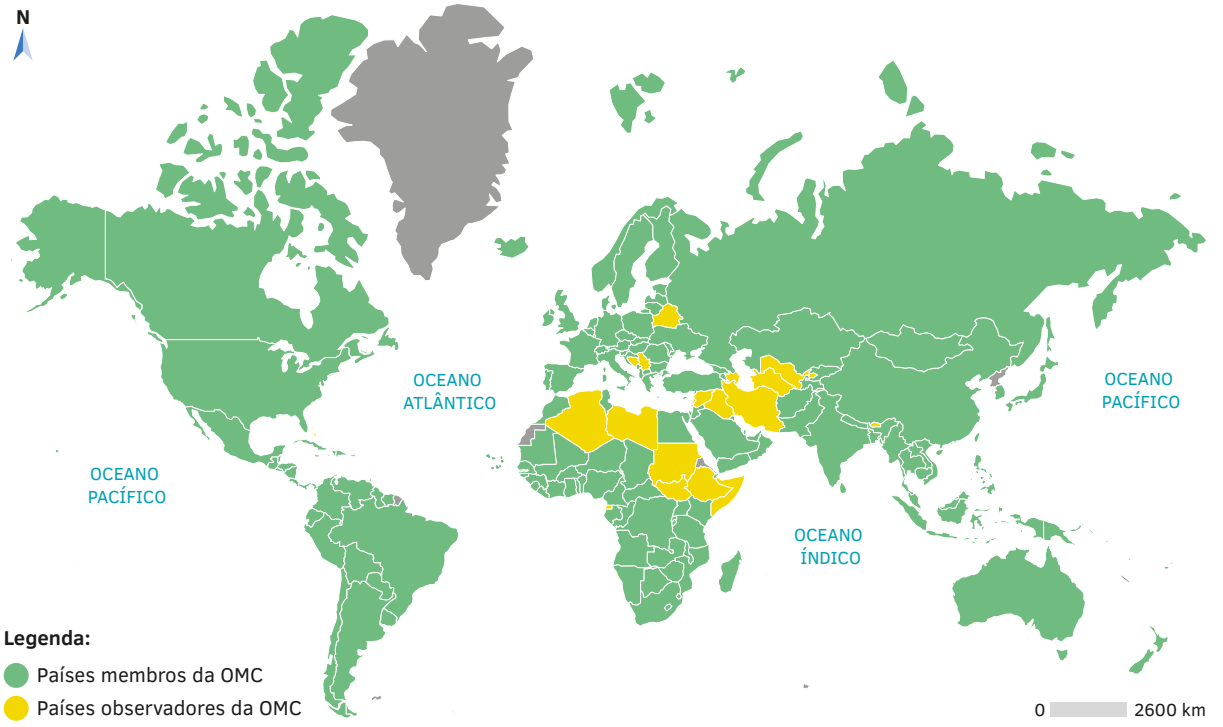
O protecionismo defende a limitação das importações mediante o recurso a diversas barreiras, tarifárias e não tarifárias, o livre-cambismo defende que a liberalização das trocas é vantajosa para a economia mundial.

1. **Comenta a afirmação anterior, caracterizando sucintamente as duas teorias referidas.**

As ideias de liberalização do comércio voltaram a ser defendidas após a Segunda Guerra Mundial. Nesta altura foi assinado o GATT com o objetivo de impulsionar a liberalização comercial, combater práticas protecionistas e regular as relações comerciais internacionais. Em 1995, o GATT foi substituído pela **Organização Mundial do Comércio** (OMC), instituição com um estatuto de organismo internacional com um campo de ação mais alargado. A OMC passou a ocupar-se das questões relacionadas não apenas com as trocas de mercadorias, mas também das transações com serviços, propriedade intelectual, telecomunicações, informática, produtos financeiros, entre outros.

Ao longo dos tempos, o GATT, e a partir de 1995, a OMC, tem vindo a promover uma série de negociações (rondas) nas quais se debatem temas como a descida de tarifas, medidas anti-*dumping* e outras barreiras não tarifárias, regulamentação das trocas comerciais e dos serviços, facilitação do comércio e solução de controvérsias. A última ronda concluída foi a Ronda do Uruguai, negociada entre 1986 e 1994, abordando um grande número de matérias comerciais e abrangendo 123 países. Em 2001, teve início uma nova negociação em Doha, no Qatar, com vinte e um temas propostos, mas até aos dias de hoje ainda não foi possível chegar a um acordo. A Agenda de Desenvolvimento de Doha incluía um programa de negociações ambicioso, abrangendo temas como: comércio e ambiente, medidas anti-*dumping* e regras quanto a subsídios, investimento direto estrangeiro (IDE), liberalização do comércio de produtos agrícolas e de serviços, transparência nas compras públicas e política de concorrência, direitos de propriedade intelectual, entre outros. As prioridades atuais incluem uma reforma do sistema de solução de controvérsias, o comércio digital, a sustentabilidade ambiental e a inclusão de países menos desenvolvidos.

A OMC tem sede em Genebra, na Suíça, e desde 2024 conta com 166 membros e mais de duas dezenas de países observadores.



Documento 1

"A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi estabelecida em 1 de janeiro de 1995, na sequência das negociações da Ronda do Uruguai, em 1994. A OMC tem sede em Genebra, Suíça, e é dirigida por um Diretor-Geral.
A OMC é o sucessor do Acordo Geral dos Direitos Aduaneiros e Comércio (GATT). Desde então, ambos têm tido por objetivo a redução dos direitos aduaneiros e a eliminação de barreiras ao comércio dos seus membros. Aquando da fundação do GATT, em 1947, era constituído por apenas 23 membros. Atualmente, a OMC já conta com 166 membros, o que representa 98% do comércio mundial.
A OMC tem por função elaborar diplomas globais para o comércio, a fim de aumentar a transparência e previsibilidade do comércio internacional."

https://www.dsedt.gov.mo/pt_PT/web/public/pg_eetr_ieto_wto [consult. 21 mai 2025]

Documento 2

"A OMC é uma organização intergovernamental cujo regime de decisão é por consenso.
Conferência Ministerial: órgão de decisão supremo da OMC, composto pelos seus membros. Reúne-se, pelo menos, cada dois anos para decidir sobre matérias específicas no contexto dos acordos do comércio multilateral.

Conferências Ministeriais:

- 13.ª Conferência Ministerial, de 26 de fevereiro a 2 março de 2024, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos;
- 12.ª Conferência Ministerial, de 12 a 17 de junho de 2022, em Genebra, Suíça;
- 11.ª Conferência Ministerial, de 10 a 13 de dezembro de 2017, em Buenos Aires, Argentina;
- 10.ª Conferência Ministerial, de 15 a 18 de dezembro de 2015, em Nairobi, Quénia;
- 9.ª Conferência Ministerial, de 3 a 6 de dezembro de 2013, em Bali, Indonésia;
- 8.ª Conferência Ministerial, de 15 a 17 de dezembro de 2011, em Genebra, Suíça;
- 7.ª Conferência Ministerial, de 30 de novembro a 2 dezembro de 2009, em Genebra, Suíça;
- 6.ª Conferência Ministerial, de 13 a 18 de dezembro de 2005, em Hong Kong, China;
- 5.ª Conferência Ministerial, de 10 a 14 de setembro de 2003, em Cancun, México;
- 4.ª Conferência Ministerial, de 9 a 13 de novembro de 2001, em Doha, Qatar;
- 3.ª Conferência Ministerial, de 30 de novembro a 3 dezembro de 1999, em Seattle, EUA;
- 2.ª Conferência Ministerial, de 18 a 20 de maio de 1998, em Genebra, Suíça;
- 1.ª Conferência Ministerial, de 9 a 13 de dezembro de 1996, em Singapura."

https://www.dsedt.gov.mo/pt_PT/web/public/pg_eetr_ieto_wto [consult. 21 mai 2025]

A Organização Mundial do Comércio tem como **objetivos prioritários** o fomento das trocas internacionais, do crescimento económico e do emprego numa perspetiva de longo prazo, assim como facilitar o acesso dos países menos desenvolvidos ao comércio internacional. Mas o principal objetivo da Organização Mundial do Comércio continua a ser a **liberalização do comércio a nível mundial**. Assim, a OMC orienta-se por um conjunto de princípios que visam promover a abertura das fronteiras, nomeadamente, através da cláusula da nação mais favorecida, inscrita no princípio da não discriminação, do compromisso de transparência e da concorrência leal, acompanhados de políticas nacionais e internacionais adequadas de modo a contribuir para o crescimento e desenvolvimento de cada país.

Documento 3

"A OMC é guiada por uma série de princípios fundamentais que visam promover um comércio internacional justo e previsível.

1) **Princípio da não Discriminação**
   Este princípio é composto por dois subprincípios importantes: o Princípio da Nação Mais Favorecida e o Princípio do Tratamento Nacional.
   O primeiro exige que qualquer benefício concedido a um país seja automaticamente estendido a todos os outros membros da OMC, garantindo igualdade de tratamento entre as nações. Já o segundo subprincípio assegura que produtos importados sejam tratados da mesma forma que os produtos nacionais, evitando práticas protecionistas.

2) **Princípio da Previsibilidade**
   Este princípio busca garantir transparência e estabilidade nas políticas comerciais, permitindo que os agentes económicos tenham segurança jurídica ao realizar transações internacionais. Isso inclui a consolidação de compromissos e a adoção de tarifas claras e previsíveis.

3) **Princípio da Concorrência Leal**
   O objetivo aqui é promover um comércio justo, livre de práticas desleais como *dumping* e subsídios que possam prejudicar a concorrência justa entre os países. Isso ajuda a garantir condições equitativas para todos os membros da OMC.

4) **Princípio da Proibição de Restrições Quantitativas**
   Este princípio impede que os países usem quotas ou proibições para limitar a importação de produtos, exceto em casos específicos previstos pela OMC. Assim, as tarifas são a principal forma permitida de proteção comercial.

5) **Princípio do Tratamento Especial e Diferenciado para Países em Desenvolvimento**
   Este princípio oferece vantagens tarifárias e outras medidas favoráveis aos países em desenvolvimento, permitindo que eles tenham mais flexibilidade nas suas políticas comerciais e se possam integrar melhor no comércio global.

6) **Solução de Controvérsias**
   A OMC oferece um sistema estruturado para resolver disputas comerciais. Dessa forma, evita-se retaliações unilaterais e promove-se o diálogo."

https://investidorsardinha.r7.com/geral/omc-organizacao-mundial-do-comercio/ [consult. 21 mai 2025]

Atualmente, para levar a cabo os seus objetivos, a OMC desempenha essencialmente as seguintes funções:

– dirigir acordos comerciais;

– dinamizar negociações comerciais;

– moderar disputas comerciais;

– contribuir para a revisão de políticas comerciais nacionais;

– apoiar políticas de exportação com assistência técnica e formação;

– cooperar com outras organizações.

Cabo Verde aderiu à OMC em 2008, através de um processo complexo iniciado no ano 1999, que envolveu importantes reformas legislativas quanto às relações comerciais e ao acesso ao mercado dos bens e serviços, bem como a implementação de políticas, para assegurar o cumprimento dos requisitos necessários. A adesão à OMC tem sido importante para Cabo Verde, contribuiu para o seu desenvolvimento económico e a integração no sistema comercial global, dando acesso aos mercados internacionais e a possibilidade de desenvolver relações comerciais e parcerias estratégicas com outros membros, atrair investimento estrangeiro e beneficiar em termos de segurança jurídica dos princípios e acordos negociados em nome de todos os membros.

Documento 4

"O Governo cabo-verdiano pediu hoje à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma "maior compreensão" das especificidades dos Estados insulares no comércio mundial, no dia em que a organização inicia a segunda revisão da política comercial do país.

"Na construção desse mercado global, Cabo Verde defende e tem defendido sempre maior compreensão às especificidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês)", pediu o ministro da Indústria, Comércio e Energia cabo-verdiano, Alexandre Monteiro.

O governante falava, na Praia, no arranque de uma missão preparatória da OMC para a Revisão da Política Comercial de Cabo Verde, a segunda, depois da primeira em 2015, desde a adesão do país à organização, em 2008.

O governante constatou que os SIDS representam menos de 1% da população global, contribuem com apenas 0,4% para o PIB global, mas são cerca de 20% do número dos países no mundo e controlam cerca de 30% da dimensão oceânica.

No caso de Cabo Verde, um mercado reduzido em termos geográficos e demográfico, o ministro disse que é "altamente dependente" do mercado internacional, de onde importa mais de 80% dos produtos que consome, e é "altamente vulnerável" a choques externos.

"A diversificação da economia constitui uma das prioridades do Governo para aumentar a resiliência socioeconómica do país", afirmou.

Documento 4 (cont.)

Em declarações à imprensa, Robson Fernandes, analista de políticas comerciais da OMC, disse que a organização tem "considerações especiais" para com as economias mais vulneráveis, para que todos possam tirar os melhores benefícios da participação no comércio internacional e possibilitar investimento estrangeiro.
O responsável elogiou as políticas comerciais de Cabo Verde para superar a crise provocada pela pandemia da Covid-19 e disse que "está aberto" ao comércio internacional e é um "polo de atração de investimentos", sobretudo no turismo."

https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/cabo-verde-pede-a-omc-maior-compreensao-das-especificidades-dos-estados-insulares/, 20 de julho de 2024 [consult. 2 jun 2025]

Atividade 3

"A OMC potenciou a cooperação económica a nível mundial; introduziu uma maior solidez no sistema internacional de comércio e uma maior eficácia nas disposições que o disciplinam; estabeleceu um quadro de relacionamento comercial entre as diferentes nações muito mais estável, seguro e previsível."

http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/EI/EI_13_OMC.pdf [consult. 21 mai 2025]

1. Caracteriza a OMC, referindo a importância do seu contributo no comércio internacional.
2. Apresenta os principais objetivos da OMC.
3. Refere algumas vantagens da adesão de Cabo Verde à OMC.

12.1.3. Vantagens absolutas e vantagens comparativas

Ao longo dos tempos, os países foram-se especializando na produção de determinados bens sobre os quais detêm uma maior aptidão ou para os quais possuem características que lhes permitem produzir de forma mais eficiente que os outros países. Surgiu, assim, o conceito de **divisão internacional do trabalho (DIT)**. Segundo este conceito, o processo de especialização deu origem a uma distribuição desigual das atividades produtivas pelos diversos países do mundo, fazendo com que, por exemplo, os países mais desenvolvidos produzam bens com maior incorporação tecnológica do que os países em vias de desenvolvimento.

As **principais razões que levam à especialização dos países** são:

- a desigualdade que existe na distribuição dos recursos do planeta;
- o facto de existirem diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico nos diversos países;
- a existência pelo mundo fora de uma grande variedade de fatores de natureza geográfica (clima, relevo, o tipo de solo, etc.) que condiciona a produção e conduz à sua diversificação;
- o facto de haver diferentes níveis de disponibilidade de capital e de formação da mão de obra.

A divisão internacional do trabalho, resultante da especialização da produção pelas diversas regiões do planeta, faz com que os países sejam cada vez mais interdependentes e necessitem de trocar entre si os bens que não produzem. O comércio internacional funciona então como um modo de proporcionar a cada país a possibilidade de ter acesso aos bens que não produz, bem como escoar os bens que produz para o mercado externo.

Os países divergem bastante uns dos outros, apresentando capacidades e características muito diferentes. Por um lado, nem todos possuem as mesmas riquezas naturais, os seus climas são distintos, a produtividade e o tipo de solos também diferem uns dos outros. Por outro lado, cada país evoluiu de modo próprio em termos históricos, culturais, sociais, religiosos e económicos, fazendo com que, presentemente, todos se encontrem em patamares de desenvolvimento diferentes. Além disso, os múltiplos processos de desenvolvimento originaram uma grande variedade de situações, quer no que respeita ao tipo de mão de obra existente, quer no que concerne ao capital disponível, ao nível de evolução tecnológica, etc.

Podemos assim dizer que há inúmeras razões para a existência do comércio internacional. O comércio internacional leva os países a competirem uns com os outros, pois geralmente vende mais quem consegue produzir de modo mais eficiente. Este confronto faz com que, sistematicamente, se comparem as vantagens que cada país oferece relativamente aos bens que produz, podendo estas ser de natureza diversa. Assim, diz-se que um país tem uma **vantagem absoluta** na produção de um bem ou

Vantagem absoluta
Um país tem vantagem absoluta na produção de um bem quando é capaz de produzir esse bem de forma mais eficiente que os outros países. Uma vantagem absoluta pode ser natural ou adquirida.

serviço quando é capaz de produzir esse bem ou serviço de forma mais eficiente que os outros países. Essa vantagem pode ser de dois tipos: natural ou adquirida. A vantagem é **natural** quando aparece nesse país de forma espontânea, como o caso dos minérios ou de outras riquezas naturais, e é **adquirida** se resulta de um investimento feito em áreas concretas, como a formação ou o desenvolvimento tecnológico.

No entanto, um país pode ter vantagem absoluta relativamente a muitos (ou todos) os produtos e, mesmo assim, optar por se especializar apenas na produção de alguns. Neste caso, o país vai especializar-se na produção daqueles bens em que é mais eficiente e passará a adquirir os restantes produtos a outros países. Ao dedicar-se à produção dos bens em que é comparativamente mais eficiente, o país consegue obter maiores rendimentos que, por sua vez, lhe permitem comprar a outros países os bens que deixou de produzir, ficando ainda a ganhar dinheiro. Nisto consiste a **teoria das vantagens comparativas**.

Vantagem comparativa
Um país deve-se especializar na produção dos bens em que é comparativamente menos ineficiente, independentemente de ter, ou não, vantagem absoluta na produção de alguns bens.

Documento 5

"Trocas internacionais

O comércio internacional é o resultado de uma divisão do trabalho que se realiza à escala mundial. A troca internacional é necessária porque os países não podem produzir o conjunto dos bens e serviços de que têm necessidade. Os países europeus têm necessidade de matérias-primas que eles não possuem, enquanto outros países desejam obter os seus produtos de alta tecnologia. Cada país pode, portanto, especializar-se na produção de certo tipo de bem e realizar trocas com os países que disponham de uma outra especialização.

A repartição das diferentes especializações entre todos os países do mundo constitui a DIT, a divisão internacional do trabalho.

Procurando defender a ideia do comércio livre, Adam Smith mostrou, no final do século XVIII, que um país não deve hesitar em comprar ao exterior o que os produtores estrangeiros podem produzir a melhor custo que os produtores nacionais. O país que vende um certo produto menos caro que todos os outros países possui assim uma vantagem absoluta para esse produto. Smith sugeria então que um país se especializasse na produção de bens para os quais possuísse esta vantagem absoluta e comprar todos os outros bens.

Esta análise apresentava entretanto o inconveniente de excluir do comércio internacional as nações que não dispunham de qualquer vantagem absoluta. Foi um outro economista inglês, David Ricardo, que demonstrou, no início do século XIX, que, mesmo que um país estivesse mais mal colocado que os outros (em todos os bens), ele deveria especializar-se na produção para a qual a sua desvantagem fosse menor. Trata-se da teoria das vantagens comparativas."

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

Atividade 4

Lê atentamente o texto que se segue.

"**A vantagem comparativa**

Esta teoria defende que o comércio internacional beneficia mutuamente os intervenientes, mesmo quando um deles pode produzir qualquer mercadoria mais barata que o outro.

Um exemplo tradicionalmente utilizado na explicação deste paradoxo da vantagem comparativa é o caso da melhor advogada da cidade, que é também a melhor datilografa. Irá ela especializar-se em advocacia e deixar o trabalho de datilografia para uma secretária? Como poderá dar-se ao luxo de desviar o seu precioso tempo do campo das leis, em que a sua vantagem comparativa é muito grande, para escrever à máquina, tarefa em que é eficiente mas onde não desfruta de uma vantagem comparativa?

Ou, então encare-se a situação do ponto de vista da secretária. Ela é menos eficiente do que a advogada em ambas as atividades, mas comparando a sua desvantagem relativa com a da advogada, ela é menor no domínio da datilografia.

A chave para esta discussão está nas palavras 'absoluto' e 'comparativa'. Mesmo que determinados países, ou pessoas, sejam em absoluto mais ou menos eficientes que outros, cada um terá uma vantagem comparativa nalguns bens e uma desvantagem comparativa noutros."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

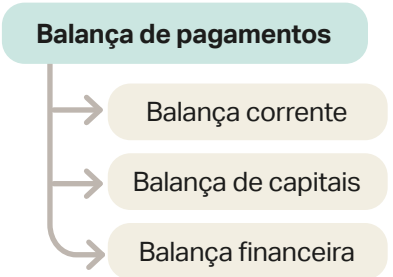
1. **Apresenta as principais razões que levam os países a especializar-se.**
2. **Explica o que é uma vantagem absoluta.**
3. **Explicita o conceito de vantagem comparativa, tendo em atenção o texto.**
4. **Investiga vantagens absolutas/comparativas da economia cabo-verdiana.**

Nas últimas décadas, o comércio internacional tem vindo a desenvolver-se de forma muito acelerada. A mundialização das trocas e a globalização têm provocado profundas alterações na forma como os países se relacionam uns com os outros. Os interesses económicos associados às relações comerciais fazem com que se criem laços e os países se aliem de modo a promover o comércio entre si. O aumento das trocas internacionais tem gerado um **aumento dos fluxos migratórios**, fazendo que cada vez circulem mais pessoas de uns países para os outros.

Além dos motivos tradicionais, como a emigração, com o objetivo de obter melhores condições de vida, surgem outros motivos para o aumento dos fluxos migratórios registados a nível mundial. Atualmente, desenvolvem-se muitos negócios a nível internacional, fazendo com que os indivíduos se tenham de deslocar a outros países com bastante frequência. Por outro lado, existem pessoas que trabalham num país e residem noutro,

deslocando-se muitas vezes de um para o outro. Outra razão é o aumento das viagens de turismo internacional resultante das facilidades de crédito concedidas, da diminuição de preços em virtude do aumento do número de passageiros e das mudanças de mentalidade, nomeadamente, as que decorrem da sociedade de consumo em que vivemos.

12.2. Balança de pagamentos

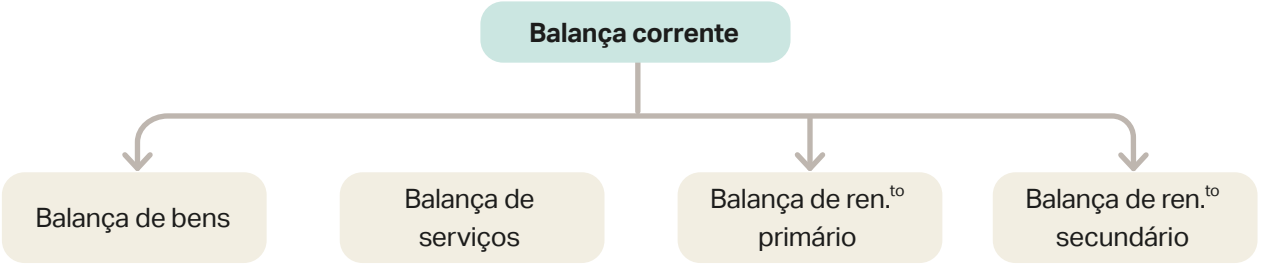


A Contabilidade Nacional também observa as relações que se estabelecem ao nível do comércio internacional, procedendo ao registo das operações económicas realizadas entre os diversos agentes. Os fluxos de entrada e de saída entre um país e os restantes são registados a crédito ou a débito na **balança de pagamentos**, que é o mapa onde se registam todas as transações económicas operadas entre um país e o Resto do Mundo. Este registo é feito sob a forma de um sistema de contas, em equilíbrio permanente, de modo a permitir que a balança de pagamentos esteja sempre saldada (saldo igual a zero).

A balança de pagamentos decompõe-se em três: **balança corrente**, **balança de capital** e **balança financeira**. Mas a balança de pagamentos inclui ainda uma rubrica, denominada **erros e omissões**, que serve para registar as divergências nos fluxos decorrentes da diferença de conceitos e de fontes de informação. Esta rubrica destina-se a corrigir os desvios ocorridos nas balanças corrente, de capital e financeira.

12.2.1. Balança corrente

A balança corrente compreende, de uma forma geral, todas as transações correntes efetuadas entre agentes residentes e não residentes no âmbito do comércio internacional. Esta balança engloba os fluxos que se estabelecem entre diferentes países relativos a pagamentos e recebimentos de transações com bens, serviços, rendimentos primários e secundários, decompondo-se, assim, em quatro balanças.



Balança de bens

A balança de bens engloba as transações de mercadorias entre os agentes de um país e o Resto do Mundo. Nesta balança são registadas as **importações**, as entradas de bens

que correspondem a uma saída de moeda, e as **exportações**, as saídas de bens que dão origem a uma entrada de moeda, possibilitando, desse modo, efetuar o apuramento do saldo da balança de bens, que pode ser deficitário, superavitário ou nulo. Este saldo obtém-se subtraindo as entradas de bens (débitos) às saídas de bens (créditos).

Saldos da balança de bens	
Défice	Exportações (C) < Importações (D)
Superavit	Exportações (C) > Importações (D)
Nulo	Exportações (C) = Importações (D)
Saldo = Crédito (C) – Débito (D)	

Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Bens)	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Bens [(1)]	**-63 832,2**	**-66 368,1**	**-82 054,2**	**-90 902,2**	**-86 185,6**
Crédito	12 495,6	16 624,1	29 650,6	26 191,3	33 416,7
Débito	76 327,8	82 992,2	111 704,8	117 093,5	119 602,3

Banco de Cabo Verde

([P]) Provisório

([1]) Dados de exportações e importações de bens, segundo estatísticas de comércio exterior da DGA, ajustados com dados reportados pelas empresas nos inquéritos trimestrais.

Balança de serviços

A balança de serviços compreende as transações associadas à prestação de serviços entre residentes e não residentes. Esta balança engloba serviços como viagens e turismo, transportes, seguros, direitos de utilização, como, por exemplo, direitos de autor, serviços de intermediação financeira, comunicações ou informática.

Os saldos da balança de serviços calculam-se, conforme vimos na balança de bens, obtendo a diferença entre o total de créditos e de débitos.

Milhões de CVE

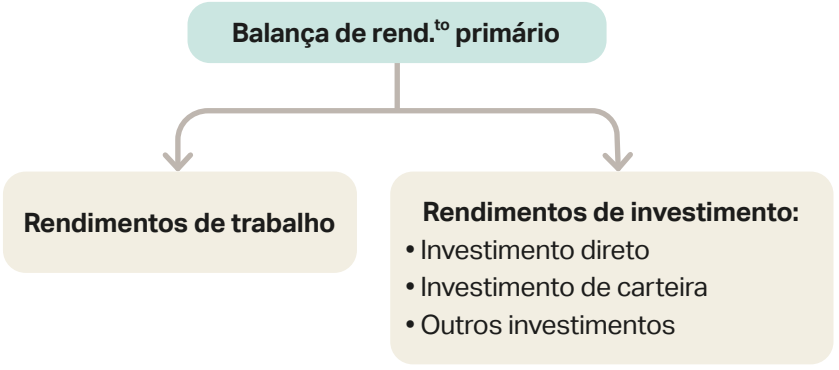
Balança corrente (rubrica: Serviços)	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Serviços	**7 752,2**	**5 633,0**	**33 833,6**	**44 544,5**	**54 084,3**
Crédito	28 960,3	26 982,2	59 849,6	72 875,9	84 654,0
Débito	21 208,1	21 349,2	26 016,0	28 331,3	30 569,7

Banco de Cabo Verde

([P]) Provisório

Balança de rendimento primário

A balança de rendimento primário inclui os rendimentos de trabalho e de investimento que um país recebe ou paga ao Resto do Mundo. Na rubrica de **rendimentos de trabalho** incluem-se os salários e outros benefícios recebidos pelo trabalho prestado num país, por indivíduos não residentes a agentes residentes. Quanto aos **rendimentos de investimento**, estes resultam da propriedade de ativos financeiros externos ou da emissão de passivos financeiros detidos por não residentes, como dividendos e juros recebidos por cidadãos residentes provenientes de investimentos no exterior ou recebidos por cidadãos não residentes que detêm investimentos em Cabo Verde. Esta rubrica compreende os rendimentos de investimento direto, de investimento de carteira e de outros investimentos.



Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Rendimento primário)	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Rendimento Primário	**-3 719,1**	**-2 643,4**	**-2 942,8**	**-3 039,2**	**-5 289,4**
Rendimentos de trabalho	428,5	462,3	1 014,3	1 257,1	992,4
Rendimentos de investimento	-4 147,3	-3 106,0	-3 957,1	-4 296,3	-6 281,9
Rendimentos de investimento direto	-1 481,6	-1 273,9	-1 540,6	-2 740,3	-4 440,5
Rendimentos de investimento de carteira	-19,6	-7,6	2,8	-21,1	-189,5
Outros investimentos	-2 960,0	-1 927,8	-2 535,5	-2 299,7	-3 211,0

(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

Balança de rendimento secundário

Esta balança inclui os valores correspondentes a transferências unilaterais, ou seja, mudanças de propriedade sem contrapartida, que sejam de natureza corrente. Engloba assim as transferências oficiais, como os fluxos relativos à cooperação entre Estados; as remessas dos emigrantes e imigrantes, como os rendimentos de cabo-verdianos a viver no estrangeiro enviados regularmente para Cabo Verde e outras transferências privadas, como, por exemplo, doações de organizações não governamentais estrangeiras com destino a projetos sociais cabo-verdianos.

Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Rendimento secundário)	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Rendimento secundário	**32 455,3**	**40 189,0**	**42 817,2**	**42 886,2**	**47 724,7**
Transferências oficiais	5 295,4	4 476,4	3 099,6	4 136,3	5 841,8
Remessas dos emigrantes	18 536,8	25 602,0	28 925,4	27 908,4	29 572,9
Outras transferências privadas	8 623,1	10 110,7	10 792,2	10 841,5	12 310,0

(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

E, reunindo as quatro balanças anteriores, obtemos a balança corrente.

Milhões de CVE

	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Balança corrente	**-27 343,8**	**-23 189,5**	**-8 346,2**	**-6 510,7**	**10 334,0**
Bens	-63 832,2	-66 368,1	-82 054,2	-90 902,2	-86 185,6
Serviços	7 752,2	5 633,0	33 833,6	44 544,5	54 084,3
Rendimento primário	-3 719,1	-2 643,4	-2 942,8	-3 039,2	-5 289,4
Rendimento secundário	32 455,3	40 189,0	42 817,2	42 886,2	47 724,7

(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

Documento 6

"De acordo com informações ainda provisórias, a balança corrente registou, em 2024, um *superavit* de 10 334 milhões de escudos (3,7 por cento do PIB), o que se compara com um défice de 6 510,7 milhões de escudos (2,5 por cento do PIB) registado no ano anterior. Para esta evolução concorreram, sobretudo, os aumentos verificados nas exportações de serviços de turismo (em 19,1 por cento), nas reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais (em 23,9 por cento), nas exportações de mercadorias (em 41 por cento), nas remessas dos emigrantes (em 6,3 por cento), nas transferências correntes oficiais (em 41,2 por cento), associado à entrada da ajuda orçamental da União Europeia e do Luxemburgo, e nas outras transferências correntes privadas (em 13,5 por cento), em particular, donativos de individualidades e instituições sem fins lucrativos, bem como o abrandamento registado nas importações de bens e serviços, que passaram de um crescimento de 5,6 por cento em 2023 para 3,3 por cento em 2024, em linha com a moderação da procura interna). Entretanto, a contribuir negativamente para a evolução da balança corrente, destaca-se o aumento dos rendimentos de investimento direto expatriados e dos pagamentos de juros da dívida externa pública."

BCV, *Relatório de Política Monetária | Evolução Recente do Estado da Economia*

Nota: o termo *reexportação* significa que um país importa produtos e exporta-os em seguida, sendo os produtos reexportados geralmente vendidos sem qualquer transformação adicional.

Documento 7

"O turismo constitui um dos setores com maior dinâmica no crescimento económico e social dos países na medida em que, contribui consideravelmente para a entrada de divisas, bem como para a promoção do emprego. No caso concreto de Cabo Verde, representa um dos principais eixos de desenvolvimento económico sustentado e com efeitos macroeconómicos importantes, sobretudo, na formação do Produto Interno Bruto (PIB)."

https://turismo.cplp.org/sector-do-turismo/cabo-verde/ [consult 4 set 2025]

Atividade 5

Observa o quadro com a decomposição da balança de serviços entre 2020 e 2024.

Milhões de CVE

Balança corrente (rubrica: Serviços)	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Serviços	**7 752,2**	**5 633,0**	**33 833,6**	**44 544,5**	**54 084,3**
Transporte	-282,0	-2 336,0	-1 861,6	135,1	405,2
Marítimo	-3 274,8	-4 046,4	-6 121,0	-5 424,7	-5 330,4
Aéreo	2 929,2	1 671,1	4 270,4	5 570,9	5 755,0
Viagens	10 768,3	8 426,1	35 981,9	47 719,0	57 479,9
Negócios	819,3	867,7	1 508,6	1 612,4	2 273,4
Turismo	12 844,5	10 057,3	36 896,7	48 640,6	58 120,3
Outros Serviços	-2 734,2	-457,1	-286,7	-3 309,6	-3 800,8
Transformação de Bens	2,8	28,5	75,7	75,0	91,7
Reparação de Bens	-512,5	-428,3	-298,0	-771,6	-668,3
Serviços de Construção	538,6	474,5	138,0	184,6	47,3
Serviços de Seguros e Pensões	-201,2	-124,7	-133,7	-164,9	-155,2
Serviços Financeiros (excluindo seguros)	-390,1	-403,4	-509,2	-440,5	-706,2
Uso de Propriedade Intelectual	-362,4	-122,5	-124,6	-195,7	-194,6
Serviços de Comunicação, Informática e Informação	-674,0	-1 093,4	-917,7	-1 088,2	-1 186,2
Outros Serviços Empresariais	-2 393,5	-181,7	-473,7	-1 610,4	-1 585,5
Serviços Pessoais, Culturais e de Lazer	65,2	70,8	79,5	31,7	25,0
Bens e Serviços Governamentais n.i.o.p.	1 155,8	1 323,0	1 876,9	670,5	531,2

(P) Provisório; (n.i.o.p.) não incluídos noutras partidas.

Banco de Cabo Verde

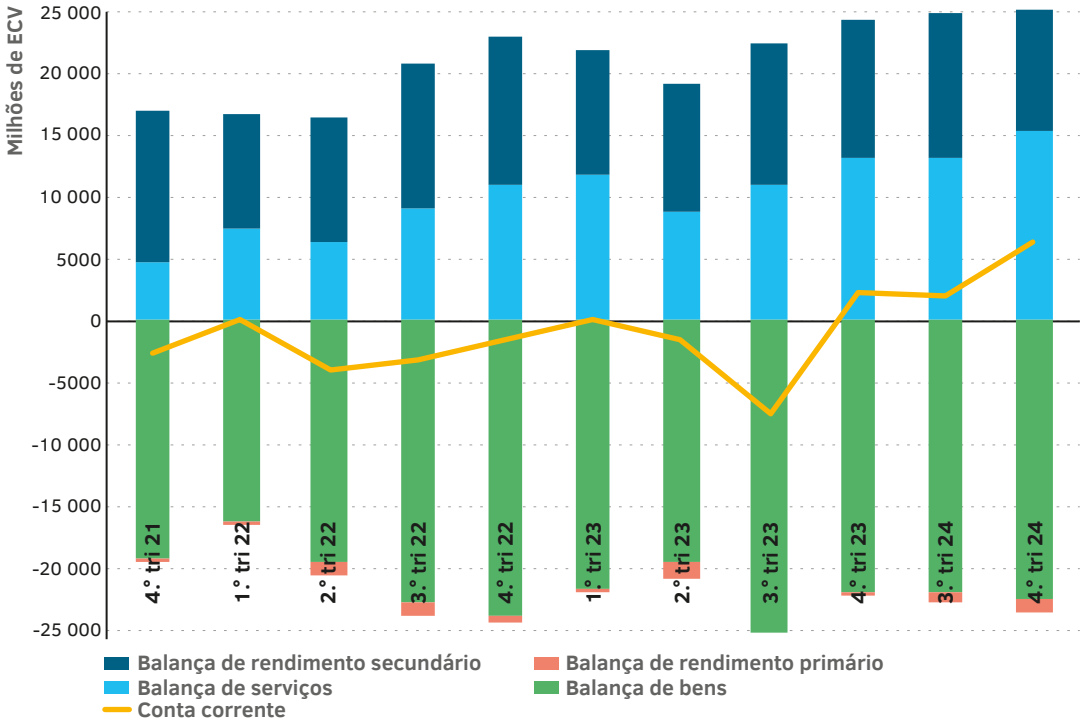
1. Analisa a evolução da rubrica turismo na balança de serviços entre 2020 e 2024.
2. Reflete sobre a importância do turismo na balança de serviços e na balança corrente.

Atividade 6

"Balança corrente

O comportamento da balança corrente traduziu o aumento da balança de rendimento secundário (em 33%) e o excedente da balança de serviços (em 16%), não obstante um aumento do défice da balança de rendimento primário (em 1 113 milhões de escudos) e da balança de bens (em 3%)."

Balança corrente



BCV, *Nota de informação estatística – 4.º trimestre de 2024*

1 **Explicita o sentido da afirmação anterior, referente ao 4.º trimestre de 2024 comparativamente com o período homólogo do ano anterior, tendo em atenção o gráfico trimestral da balança corrente cabo-verdiana entre o final de 2021 e 2024.**

Complementarmente, convém analisar alguns **indicadores do comércio internacional**: a taxa de cobertura, a estrutura setorial e geográfica e o grau de abertura ao exterior.

- **Taxa de cobertura**

A taxa de cobertura revela a percentagem de importações que são pagas (cobertas) pelas exportações. A taxa de cobertura permite calcular o peso das exportações sobre

as importações. Esta percentagem é inferior a 100 nos casos em que o valor das exportações é menor que o valor das importações, é igual a 100 quando as exportações e as importações têm o mesmo valor, e é superior a 100 quando o valor das exportações ultrapassa o valor das importações.

$$\textbf{Taxa de cobertura das exportações pelas importações} = \frac{\textbf{Exportações}}{\textbf{Importações}} \times 100$$

Documento 8

"Dados provisórios do Comércio Externo relativos ao 1.º trimestre de 2025, indicam um aumento das Exportações de 16,9%, relativamente ao 1.º trimestre de 2024. As Importações diminuíram -1,0% face ao 1.º trimestre de 2024. [...] No período em análise, o *déficit* da balança comercial diminuiu 1,7% e a taxa de cobertura aumentou 0,7 pontos percentuais (p.p.)."

INE, *Estatísticas do Comércio Externo – 1.º trimestre de 2025*

Atividade 7

"No primeiro trimestre de 2025, Cabo Verde importou 50,5 mil milhões de escudos de mercadorias e exportou 2,2 mil milhões de escudos, mantendo-se o perfil de país insular importador."

https://www.sapo.pt/noticias/economia/exportacoes-de-cabo-verde-aumentaram-17-no_68123409b180eb5adf597948 [consult. 27 mai 2025]

1 **Determina a taxa de cobertura cabo-verdiana do primeiro trimestre de 2025, atendendo aos dados do texto. Comenta o resultado obtido.**

- **Estrutura setorial e geográfica**

A estrutura da balança comercial[1] é um importante indicador do nível de desenvolvimento de um país que permite comparar a sua situação em diferentes períodos de tempo ou com a situação de outros países. Ao falarmos em estrutura da balança comercial, referimo-nos à sua composição, isto é, aos vários tipos de bens e serviços que um país exporta e importa, em maior e menor quantidade, os setores de atividade a que pertencem, se os bens são muito ou pouco transformados, os principais fornecedores e clientes externos, a sua localização geográfica, etc.

[1] A expressão "balança comercial" pode ser aplicada em relação aos bens e aos serviços, representando as trocas comerciais de bens e/ou serviços.

O tipo de bens que cada economia exporta e importa do Resto do Mundo revela a natureza das relações comerciais que esse país estabelece com o exterior. O nível de tecnologia incorporada nos produtos exportados e importados está diretamente relacionado com o valor acrescentado que o país consegue criar, na medida em que os bens que sofrem menos transformações geram um valor acrescentado menor do que aqueles bens que requerem muita tecnologia. Assim, um país que exporte bens com elevado nível tecnológico consegue obter um rendimento superior ao de outro país cujos bens vendidos ao exterior envolvam menos tecnologia.

Os países que exportam produtos com baixo nível tecnológico incorporado, além de receberem pouco retorno em termos de valor acrescentado dos bens que vendem, geralmente, importam muitos bens de equipamento que não conseguem produzir no seu país, sendo, por isso, tecnologicamente dependentes dos países que os fornecem.

A seguir, apresentam-se elementos para análise relativos às exportações e importações de Cabo Verde.

Exportação de Mercadorias por Tipo de Produtos

	2022[P]	2023[P]	2024[P]	2025[P]				
				jan	fev	mar	abr	mai
em milhões de escudos								
Produtos Tradicionais	**3 796,8**	**4 391,1**	**6 404,4**	**844,2**	**593,8**	**163,6**	**628,3**	**402,0**
Produtos do Mar	3 796,8	4 391,1	6 404,4	844,2	593,8	163,6	628,3	402,0
Peixe Enlatado	3 589,1	4 195,5	6 402,6	844,2	593,8	163,6	628,3	402,0
Peixe Congelado	207,8	195,6	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Peixe Fresco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crustáceos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Transformados	**827,6**	**853,1**	**833,5**	**48,8**	**56,3**	**82,2**	**42,6**	**94,9**
Calçado	295,1	319,2	279,0	21,7	26,9	26,4	9,0	43,5
Vestuário	532,4	533,9	554,4	27,1	29,4	55,7	33,6	51,4
Outros Produtos	**392,1**	**349,3**	**650,9**	**352,6**	**43,9**	**8,1**	**584,6**	**40,6**
Total	**5 016,5**	**5 593,5**	**7 888,8**	**1 245,6**	**694,0**	**253,8**	**1 255,4**	**537,4**
estrutura em percentagem								
Produtos Tradicionais	**75,7**	**78,5**	**114,5**	**67,8**	**85,6**	**64,4**	**50,0**	**74,8**
Produtos do Mar	75,7	78,5	114,5	67,8	85,6	64,4	50,0	74,8
Peixe Enlatado	71,5	75,0	114,5	67,8	85,6	64,4	50,0	74,8
Peixe Congelado	4,1	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Peixe Fresco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crustáceos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Transformados	**16,5**	**15,3**	**14,9**	**3,9**	**8,1**	**32,4**	**3,4**	**17,7**
Calçado	5,9	5,7	5,0	1,7	3,9	10,4	0,7	8,1
Vestuário	10,6	9,5	9,9	2,2	4,2	22,0	2,7	9,6
Outros Produtos	**7,8**	**6,2**	**11,6**	**28,3**	**6,3**	**3,2**	**46,6**	**7,5**
Total	**100,0**	**100,0**	**141,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: dados das exportações de mercadorias de acordo com as estatísticas de comércio externo.

(P) Provisório

BCV, Boletim de Estatísticas – maio 2025

Importação de Mercadorias por Categoria Económica

Milhões de escudos

	2022[P]	2023[P]	2024[P]	2025[P]				
				jan	fev	mar	abr	mai
Bens de Consumo	**38 950,0**	**40 705,6**	**43 651,0**	**4 139,1**	**3 133,8**	**3 418,9**	**3 786,7**	**4 217,9**
Produtos alimentares primários	6 462,8	6 731,6	6 172,1	753,4	338,5	472,2	640,5	488,0
Produtos alimentares transformados	21 965,4	22 514,3	23 016,3	2 162,3	1 901,4	1 960,3	1 906,4	2 047,0
Material de transporte	2 431,9	2 802,6	4 971,3	415,4	302,8	249,1	357,1	442,3
Outros bens consumo duradouros	2 957,2	3 089,8	3 315,3	356,8	280,0	340,8	408,7	602,2
Outros bens consumo semi-duradouros	2 079,3	2 121,4	2 332,5	193,7	133,8	168,6	186,2	251,7
Outros bens consumo não duradouros	3 053,4	3 445,9	3 843,6	257,4	177,4	227,9	287,8	386,7
Bens Intermédios	**21 357,6**	**21 100,3**	**20 767,8**	**1 958,7**	**1 500,2**	**1 865,7**	**1 788,3**	**1 902,7**
Produtos alimentares primários	1 107,2	710,0	600,8	148,7	1,7	0,5	1,5	152,7
Produtos alimentares transformados	515,7	667,4	644,8	54,7	44,4	33,6	59,8	51,1
Produtos primários não especificados	156,9	172,5	166,7	4,9	16,1	36,4	15,9	6,4
Produtos transformados p/ agricultura	69,8	80,4	71,2	3,6	3,1	10,3	6,2	4,2
Prod. transf. p/ indústria alimentar	861,0	803,1	895,5	115,3	40,2	75,8	68,1	80,4
Prod. transf. p/ confeção e calçado	145,1	131,0	148,8	15,3	8,9	16,7	8,1	8,3
Prod. transf. p/ indústrias várias	851,9	924,1	883,4	45,4	62,6	60,4	92,2	58,5
Prod. transformados p/ construção	9 275,5	8 881,0	8 810,3	901,5	745,3	848,0	723,5	771,4
Cimento	2 877,6	2 633,2	2 903,7	248,2	321,4	387,2	198,3	260,7
Ferro	4 051,9	3 530,8	3 553,0	387,0	239,3	246,8	295,9	294,9

	2022[P]	2023[P]	2024[P]	2025[P]				
				jan	fev	mar	abr	mai
Produtos transformados p/ carpintaria	1 767,6	1 980,7	1 553,9	118,2	97,0	128,5	153,7	132,5
Material elétrico	1 944,1	1 915,4	2 416,0	192,0	141,2	139,0	209,1	297,1
Produtos transformados não especificados	4 325,2	4 486,5	4 191,4	316,8	294,4	463,3	403,1	312,2
Peças e acessórios p/mat. transporte	337,6	348,4	385,1	42,3	45,4	53,3	46,9	28,0
Bens de Capital	**8 280,5**	**14 292,5**	**11 672,4**	**1 082,9**	**860,2**	**1 081,4**	**928,2**	**913,2**
Máquinas	5 808,5	6 649,8	7 751,0	810,2	558,8	753,2	607,0	624,3
Máquinas agrícolas	66,2	41,4	13,6	1,7	0,1	1,9	0,5	2,2
Máquinas industriais	285,8	544,0	355,3	59,6	47,3	211,6	19,3	62,0
Máquinas para construção	586,6	268,1	581,4	160,6	35,4	48,0	115,5	37,1
Instrumento de telecomunicações	871,3	856,8	945,0	103,3	67,3	125,2	30,0	125,5
Outras Máquinas e Instrumentos	3 998,6	4 939,5	5 855,7	485,0	408,7	366,6	441,7	397,5
Meios de transporte	2 164,0	7 365,0	3 472,5	253,3	275,7	254,2	304,9	267,5
Autocarros	230,7	382,7	453,9	20,8	18,8	26,2	102,1	42,6
Aviões	0,2	5 024,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcos	221,4	142,3	770,4	28,3	23,1	14,7	5,1	4,2
Tratores e veículos p/transp. carga	1 044,6	1 218,2	1 602,8	147,9	184,6	156,3	116,8	149,5
Motores	307,9	277,6	448,8	19,4	25,8	74,0	16,2	21,5
Combustíveis	**18 368,8**	**14 678,3**	**14 069,3**	**963,0**	**1 577,2**	**1 149,7**	**948,3**	**1 056,0**
Diesel oil	8 899,8	6 986,0	6 652,8	470,7	584,1	774,8	346,5	480,9
Fuel-oil	6 147,1	4 908,6	4 549,9	293,3	715,6	136,3	318,4	293,9
Gasolina	1 585,0	1 408,5	1 421,5	58,5	152,4	106,7	111,9	122,2
Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Artigos diversos não especificados	**9 118,6**	**9 840,5**	**10 557,9**	**874,0**	**1 024,1**	**824,9**	**845,7**	**878,8**
Total Geral	**96 075,5**	**100 617,1**	**100 718,4**	**9 017,6**	**8 095,5**	**8 340,6**	**8 297,1**	**8 968,6**

Nota: dados das importações de mercadorias em valor CIF *(cost insurance and freight)*, de acordo com as estatísticas de comércio externo.
(P) Provisório

BCV, *Boletim de Estatísticas – maio 2025*

Importação de Mercadorias por Categoria Económica – estrutura em percentagem

%

	2022[P]	2023[P]	2024[P]	2025[P]				
				jan	fev	mar	abr	mai
Bens de Consumo	**40,5**	**40,5**	**43,3**	**42,8**	**38,7**	**41,0**	**45,6**	**47,0**
Produtos alimentares primários	6,7	6,7	6,1	10,2	4,2	5,7	7,7	5,4
Produtos alimentares transformados	22,9	22,4	22,9	18,5	23,5	23,5	23,0	22,8
Material de transporte	2,5	2,8	4,9	3,3	3,7	3,0	4,3	4,9
Outros bens de consumo duradouros	3,1	3,1	3,3	4,8	3,5	4,1	4,9	6,7
Outros bens de consumo semi--duradouros	2,2	2,1	2,3	2,7	1,7	2,0	2,2	2,8
Outros bens de consumo não duradouros	3,2	3,4	3,8	3,3	2,2	2,7	3,5	4,3
Bens Intermédios	**22,2**	**21,0**	**20,6**	**26,3**	**18,5**	**22,4**	**21,6**	**21,2**
Produtos alimentares primários	1,2	0,7	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
Produtos alimentares transformados	0,5	0,7	0,6	0,7	0,5	0,4	0,7	0,6
Produtos primários não especificados	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,1
Produtos transformados p/ agricultura	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Prod. transf. p/ indústria alimentar	0,9	0,8	0,9	1,2	0,5	0,9	0,8	0,9
Prod. transf. p/ confeção e calçado	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
Prod. transf. p/ indústrias várias	0,9	0,9	0,9	0,7	0,8	0,7	1,1	0,7
Prod. transformados p/ construção	9,7	8,8	8,7	13,0	9,2	10,2	8,7	8,6
Cimento	3,0	2,6	2,9	4,2	4,0	4,6	2,4	2,9
Ferro	4,2	3,5	3,5	5,7	3,0	3,0	3,6	3,3
Produtos transformados p/ carpintaria	1,8	2,0	1,5	2,0	1,2	1,5	1,9	1,5
Material elétrico	2,0	1,9	2,4	3,4	1,7	1,7	2,5	3,3

	2022[P]	2023[P]	2024[P]	2025[P]				
				jan	fev	mar	abr	mai
Produtos transformados não especificados	4,5	4,5	4,2	4,5	3,6	5,6	4,9	3,5
Peças e acessórios p/mat. transporte	0,4	0,3	0,4	0,3	0,6	0,6	0,6	0,3
Bens de Capital	**8,6**	**14,2**	**11,6**	**10,8**	**10,6**	**13,0**	**11,2**	**10,2**
Máquinas	6,0	6,6	7,7	7,4	6,9	9,0	7,3	7,0
Meios de transporte	2,3	7,3	3,4	3,2	3,4	3,0	3,7	3,0
Motores	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	0,2	0,2
Combustíveis	**19,1**	**14,6**	**14,0**	**9,3**	**19,5**	**13,8**	**11,4**	**11,8**
Diesel oil	9,3	6,9	6,6	3,5	7,2	9,3	4,2	5,4
Fuel-oil	6,4	4,9	4,5	3,7	8,8	1,6	3,8	3,3
Gasolina	1,6	1,4	1,4	0,5	1,9	1,3	1,3	1,4
Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Artigos diversos não especificados	**9,5**	**9,8**	**10,5**	**10,8**	**12,7**	**9,9**	**10,2**	**9,8**
Total Geral	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: dados das importações de mercadorias em valor CIF (*cost insurance and freight*), de acordo com as estatísticas de comércio externo.

(P) Provisório

BCV, *Boletim de Estatísticas – maio 2025*

Distribuição Geográfica de Comércio Externo de Mercadorias

Milhões de escudos

	2022[P]	2023[P]	2024[P]	2025[P]
				1.º trim
Exportação de Mercadorias				
EUA	261,4	263,8	294,7	34,4
Área do Euro dos quais:	4 708,5	5 264,6	7 206,7	1 793,9
Alemanha	0,0	0,0	0,0	1,0
Espanha	2 813,4	3 372,9	5 069,7	1 375,5
França	6,8	6,1	3,2	0,0
Países Baixos	40,5	35,0	24,4	3,0
Portugal	898,0	894,3	856,5	187,4
CEDEAO dos quais:	1,5	26,1	82,5	70,3

	2022[P]	2023[P]	2024[P]	2025[P]
				1.º trim
Gana	0,1	0,2	0,0	0,0
Guiné-Bissau	0,9	5,2	0,2	8,5
Outros Países	45,1	39,0	304,8	294,7
Total	**5 016,5**	**5 593,5**	**7 888,8**	**2 193,4**
Importação de Mercadorias				
EUA	1 956,4	6 630,3	1 662,7	456,2
Área do Euro dos quais:	60 554,2	66 014,6	68 833,2	16 500,8
Alemanha	383,1	317,1	712,8	244,8
Espanha	8 547,6	10 947,4	10 239,9	2 144,8
França	1 667,8	4 081,1	1 749,5	348,9
Itália	1 721,5	919,2	2 617,4	1 619,5
Países Baixos	5 054,4	4 737,2	5 383,9	910,2
Portugal	43 179,8	45 012,5	48 129,7	11 232,7
Reino Unido	526,7	261,8	63,4	33,0
Suécia	80,1	34,3	100,3	6,6
Brasil	3 882,8	4 538,3	4 704,9	1 531,4
CEDEAO dos quais:	9 114,6	4 561,6	3 583,1	926,7
Costa do Marfim	7,8	15,4	12,9	0,0
Gana	48,4	223,1	1,7	0,0
Guiné-Bissau	12,3	8,5	9,7	0,5
Senegal	2 181,7	795,6	1 447,2	444,4
Togo	6 674,5	3 476,9	2 106,4	476,1
Outros Países	19 960,7	18 576,2	21 770,8	5 999,1
Total	**96 075,5**	**100 617,1**	**100 718,4**	**25 453,7**

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

(P) Provisório

BCV, *Boletim de Estatísticas – maio 2025*

Atividade 8

1. **Analisa os documentos anteriores, retirando algumas conclusões relativamente à estrutura das trocas comerciais cabo-verdianas.**
2. **Explica a importância do estudo da estrutura das trocas comerciais de um país.**

- **Grau de abertura ao exterior**

O grau de abertura ao exterior é outro indicador indispensável para se analisar a importância do comércio externo. Calcula-se este indicador determinando a percentagem do valor das exportações e das importações no total do PIB a preços de mercado, refletindo, assim, o peso do comércio externo relativamente ao valor da produção realizada pelo país.

$$\text{Grau de abertura ao exterior} = \frac{\text{Exportações + Importações}}{\text{PIB}} \times 100$$

Quanto maior é o grau de abertura de um país, maior é a sua dependência relativamente ao exterior, podendo um acontecimento a nível internacional ter um grande impacte sobre o país. Numa situação de crise internacional, por exemplo, são mais vulneráveis à crise os países que têm um grau de abertura ao exterior mais elevado, pois qualquer alteração na situação económica dos fornecedores e clientes internacionais vai-se fazer sentir com maior intensidade do que num país com menor grau de abertura ao exterior.

Atividade 9

1. **Diz o que entendes por grau de abertura de uma economia.**
2. **Determina o grau de abertura com base nos valores do seguinte quadro:**

Milhões de unidades monetárias

	Ano X
PIB	235 628
Exportações	91 151
Importações	137 394

Operações de câmbio

No âmbito do comércio internacional, é importante abordar as operações de câmbio, pois para Cabo Verde efetuar um pagamento a outro país, é necessário trocar escudos pela moeda do país em causa, o processo de troca de uma moeda por outra designa-se por **câmbio**. Quando nos referimos ao comércio internacional, podemos encontrar muitas moedas diferentes de aceitação generalizada. As moedas que servem como meio de pagamento no âmbito do comércio internacional denominam-se **divisas**. O euro, o dólar americano e o iene japonês são alguns exemplos de divisas.

Divisa
Moeda internacionalmente aceite como meio de pagamento.

Taxa de câmbio
Valor que exprime a relação de troca entre duas moedas.

A **taxa de câmbio** exprime a relação de troca que se estabelece entre duas moedas diferentes. Importa compreender dois sistemas de taxas de câmbio: o sistema de **taxas de câmbio fixas** e o sistema de **taxas de câmbio flexíveis** ou **flutuantes**. No primeiro sistema, as taxas de câmbio são fixadas pelas autoridades monetárias, que intervêm sempre que é necessário alterar o valor estabelecido. No segundo sistema, funciona o mecanismo de mercado sem intervenção da autoridade monetária ou havendo intervenção apenas em situações especiais.

Cabo Verde mantém um regime cambial de paridade fixa com a moeda portuguesa desde 1998. Inicialmente, o escudo cabo-verdiano (CVE) estava indexado ao escudo português (PTE) e, a partir 1999, passou a estar indexado ao euro quando a moeda portuguesa passou a ser o euro (EUR).

As variações cambiais influenciam as trocas comerciais porque têm repercussões nos preços dos bens transacionados. Quando a moeda de um país se desvaloriza, os produtos que esse país vende para o exterior tornam-se mais baratos, gerando um aumento das exportações. Por outro lado, os bens adquiridos ao Resto do Mundo ficam mais dispendiosos, levando a uma diminuição das importações. Podemos então concluir que uma **desvalorização monetária** tem um impacte positivo na balança comercial, na medida em que faz aumentar as exportações e diminuir as importações. E acontece o oposto quando há uma **valorização monetária**, isto é, o impacte na balança comercial é negativo porque as exportações diminuem e as importações aumentam.

Documento 9

"O escudo cabo-verdiano encontra-se indexado ao euro, o que significa que a sua cotação em relação a outras moedas depende da variação cambial do euro. A cotação do escudo cabo-verdiano em relação ao euro é fixa, sendo que é 1 EUR = 110,265 CVE.
A taxa de câmbio do escudo cabo-verdiano em relação ao dólar norte-americano (USD) varia, portanto, de acordo com a variação do euro em relação ao dólar."

https://aai.gov.cv/cat-cv/59-economia [consult. 28 mai 2025]

Atividade 10

1. **Indica quantos escudos necessitas de entregar para obteres 150 dólares americanos, ao câmbio 1 USD = 98,08 CVE.**
2. **Explicita o impacte de uma desvalorização monetária sobre a balança de bens.**

12.2.2. A balança de capital

A balança de capital regista as operações entre agentes residentes e agentes não residentes num país, relativas a fluxos de capital unilaterais que não exigem um pagamento futuro como contrapartida ou a fluxos de capital referentes a transações de *ativos não produzidos, não financeiros*[2], como a compra ou venda de ativos intangíveis (patentes, marcas, *copyrights*, *franchises*) e outras transações de ativos tangíveis (aquisição de terrenos ou habitações por parte de embaixadas e instituições internacionais).

De acordo com o Manual da Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional, 6.ª edição (BPM6) do Fundo Monetário Internacional, orientação internacional seguida pelo Banco de Cabo Verde, incluem-se nesta balança transferências de capital, como doações ao investimento provenientes de entidades estrangeiras e perdão de dívida (transferências oficiais) ou transferências de património resultantes do regresso definitivo de emigrantes.

[2] Geralmente nulos, ou muito baixos, em Cabo Verde. ***Ativos não produzidos***: bens que surgem de forma espontânea sempre que se verificam determinadas condições favoráveis à sua criação, não resultando, assim, de processos de transformação; ***não financeiros***: bens que não são de natureza financeira, excluindo-se, por esse motivo, os produtos financeiros (depósitos a prazo, ações, obrigações, bilhetes do tesouro, fundos de investimento, entre outros). Os ativos sem existência física dizem-se intangíveis, enquanto os bens materiais ou corpóreos se consideram tangíveis.

Milhões de CVE

	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Balança de capital	**2 243,1**	**2 671,6**	**2 308,9**	**1 903,6**	**4 202,7**
Transferências oficiais	1 118,9	792,1	944,3	991,9	2 989,9
Remessas dos emigrantes	238,2	300,7	192,3	127,0	114,4

(P) Provisório

Banco de Cabo Verde

Documento 10

"O excedente da balança de capital aumentou 120,8 por cento em 2024, fixando-se nos 4 202,7 milhões de escudos, impulsionado pelo acréscimo registado tanto nas transferências de capital oficiais (donativos), como nas transferências de capital privadas (de emigrantes e de outras individualidades) em 201,4 e 31,8 por cento, respetivamente. Refira-se, em particular, as transferências de capital oficiais, o contributo do donativo concedido pelo Reino de Marrocos ao governo de Cabo Verde."

BCV, *Relatório de Política Monetária | Evolução Recente do Estado da Economia*

O resultado do somatório dos saldos da balança corrente e da balança de capital permite avaliar a existência de uma necessidade de financiamento externo ou de um excesso de liquidez por parte da nossa economia em relação ao Resto do Mundo. No caso de o saldo ser negativo, isso significa que há **necessidade líquida de financiamento externo**, fazendo com que o país necessite de recorrer a capitais estrangeiros para se financiar; por outro lado, quando o saldo é positivo, acontece o contrário, isto é, o país tem **capacidade líquida para financiar o exterior**, colocando o seu capital à disposição do Resto do Mundo.

Saldo da Balança corrente + Balança de capital

Saldo negativo ⇒ Necessidade líquida de financiamento externo

Saldo positivo ⇒ Capacidade líquida de financiamento externo

Milhões de CVE

	2024[P]			
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.
Balança corrente	3 727,90	-1 871,50	2 094,20	6 383,40
Balança de capital	971	476,4	569,7	2 185,50
Balança corrente + Balança de capital	4 698,90	-1 395,10	2 663,90	8 568,90

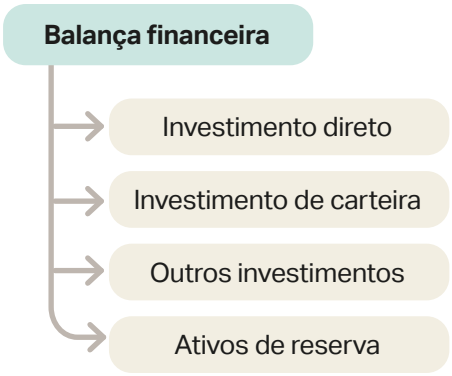
(P) Provisório

Calculado com dados do Banco de Cabo Verde

Em suma, a balança corrente regista as transações correntes com o exterior respeitantes à troca de bens, serviços e rendimentos, enquanto a balança de capital regista as transações de capital com o exterior que envolvem mudança de propriedade e transferência de património. E o saldo conjunto das duas indica a capacidade ou necessidade de financiamento externo do país.

12.2.3. A balança financeira

A **balança financeira** regista as transações com não residentes relativas à mudança de propriedade de ativos e passivos financeiros do exterior.



A balança financeira inclui, assim, todos os fluxos associados à mudança de titularidade de ativos e passivos financeiros, entre agentes residentes e agentes não residentes num país, bem como os fluxos de criação e extinção de ativos ou passivos financeiros sobre o Resto do Mundo.

Nesta balança, de acordo com a metodologia BPM6 do FMI, considera-se que há um aumento líquido de ativos ou uma diminuição líquida de passivos quando o sinal é positivo, e vice-versa, ou seja, um sinal negativo corresponde a uma diminuição líquida de ativos ou a um aumento líquido de passivos.

A balança financeira engloba o investimento direto, o investimento de carteira, outro investimento e os ativos de reserva. Mas vejamos com mais pormenor em que consiste cada uma destas rubricas.

- **Investimento direto** – esta categoria de investimento diz respeito ao investimento de agentes de um país sobre empresas de outros países. O investimento direto pressupõe uma participação duradoura, de pelo menos 10%, no capital da empresa investida. Assim, regista-se a crédito o investimento direto do exterior em Cabo Verde (IDE), como a aquisição ou criação de empresas no nosso país por parte de agentes não residentes, e inscrevem-se a débito os fluxos referentes ao investimento de Cabo Verde no exterior, como a compra ou criação de empresas no Resto do Mundo.
- **Investimento de carteira** – esta rubrica de investimento pressupõe uma participação inferior a 10% no capital das empresas investidas e abrange as transações com não residentes de ativos financeiros como ações, obrigações ou títulos de dívida. Incluem-se os fluxos relativos às transações de produtos financeiros efetuadas entre agentes residentes e não residentes, como, por exemplo, a aquisição, por parte de não residentes, de valores mobiliários (ações, obrigações) na bolsa de valores cabo-verdiana ou quando os agentes residentes adquirem produtos financeiros nas bolsas de valores do Resto do Mundo.

- **Outros investimentos** – nesta rubrica registam-se todas as transações financeiras efetuadas entre os agentes de vários países não abrangidas pelas restantes categorias.
- **Ativos de reserva**[3] – esta rubrica serve para registar posições em moeda estrangeira (como o dólar e o euro), ouro monetário ou direitos de saque especiais, detidas por autoridades monetárias, como o Banco de Cabo Verde. Os ativos de reserva servem como reserva de valor, estando à disposição das autoridades monetárias para satisfazer necessidades de financiamento da balança de pagamentos ou para lidar com crises cambiais.

Milhões de CVE

	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Balança financeira	**-22 684,6**	**-17 360,4**	**-6 319,8**	**-3 005,3**	**14 433,4**
Investimento direto	-6 154,4	-8 554,1	-10 877,9	-15 380,3	-8 884,9
Investimento de carteira	-22,7	77,6	13,2	-0,6	-0,3
Outros investimentos	-8 224,9	-9 971,9	1 941,8	7 261,7	17 701,1
Ativos de reserva	-8 282,6	1 087,9	2 603,0	5 113,9	5 617,5

Calculado com dados do Banco de Cabo Verde

(P) Provisório

Documento 11

"O investimento [direto estrangeiro] realizado no país destinou-se, sobretudo, aos setores do turismo e imobiliária turística, nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boavista. O capital investido proveio, maioritariamente, de Portugal, Reino Unido, Espanha e Itália."

BCV, *Nota de informação estatística – Setor Externo, Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas* (4.º trimestre de 2024)

Como vimos, a balança de pagamentos decompõe-se em três: balança corrente, balança de capital e balança financeira. No entanto, a balança de pagamentos inclui ainda uma rubrica, denominada **erros e omissões**, que serve para registar as divergências nos fluxos decorrentes da diferença de conceitos e de fontes de informação.

Balança financeira = Balança corrente + Balança de capital + Erros e omissões

[3] Na metodologia anterior (BPM5), os ativos de reserva eram apresentados separadamente.

Milhões de CVE

Balança de pagamentos	2020[P]	2021[P]	2022[P]	2023[P]	2024[P]
Balança corrente	-27 343,8	-23 189,5	-8 346,2	-6 510,7	10 334,0
Balança de capital	2 243,1	2 671,6	2 308,9	1 903,6	4 202,7
Balança financeira	-22 684,6	-17 360,4	-6 319,8	-3 005,3	14 433,4
Erros e omissões	2 416,0	3 157,4	-282,4	1 601,8	-103,3

(P) Provisório

Calculado com dados do Banco de Cabo Verde

A balança de pagamentos cabo-verdiana tem vindo a recuperar nos últimos anos, diminuindo consideravelmente o défice da balança corrente e reforçando a sua posição em relação ao exterior. No entanto, ainda revela alguma fragilidade sendo uma economia pouco diversificada e bastante dependente de setores como o turismo.

Atividade 11

"A natureza da balança de pagamentos é o **equilíbrio**. No entanto, dada a dificuldade de calcular com precisão o total das exportações e importações de um país, é comum que ocorram desequilíbrios que deem origem a erros e omissões. Estes são geralmente o resultado de imperfeições nos dados de origem e na compilação."

https://www.sage.com/pt-pt/blog/balanca-de-pagamentos-o-que-e-e-para-que-serve/#gate-56228f27-e58f-435b-9b72-a561d684e263 [consult. 2 jun 2025]

1 **Comenta a primeira afirmação, atendendo à necessidade de a balança de pagamentos estar sempre saldada.**

12.3. A integração económica

12.3.1. Noção e formas de integração económica

Nos dias de hoje, os países procuram cada vez mais eliminar os obstáculos que limitam as suas relações comerciais, havendo tendência para colocar de lado as medidas protecionistas que dificultam a liberalização do comércio a nível mundial. Essas barreiras conferiam algumas vantagens aos países envolvidos, pois, por um lado, permitiam arrecadar as receitas provenientes dos direitos aduaneiros e, por outro lado, implicavam a existência de uma autonomia que é perdida quando os países decidem abolir, entre si, essas barreiras. Mas estas também apresentam desvantagens, pois a não abertura das economias ao exterior faz perder a possibilidade de fomentar o crescimento, de favorecer a existência de economias de escala, de aumentar a capacidade produtiva e o poder negocial.

Integração económica
Processo de supressão de barreiras entre agentes económicos de vários países, que pode apresentar diferentes graus de intensidade.

Os benefícios obtidos pelos países que se decidem associar ultrapassam, em larga medida, as vantagens dos que não se aliam. Por essa razão, os países passaram a relacionar-se cada vez mais em sistemas de parceria, criando laços que conduzem à sua integração económica. A **integração económica** é um processo de abolição de discriminações entre os agentes económicos de países diferentes. Existem várias formas de integração económica, correspondendo cada uma delas a um grau diferente.

Documento 12

"**Integração, para quê?**
Esta será a pergunta mais pertinente na abordagem deste tema. Porque é que os países aderem a determinados espaços económicos? Será que a sua integração em espaços económicos irá resolver os seus problemas de desenvolvimento? Será que esta adesão irá por si só ser suficiente para a sua resolução?
A integração por si só não resolve nada. Os aspetos principais são as transformações de carácter nacional e o aproveitamento ao máximo das vantagens do comércio internacional que deverão acontecer. Assim, a integração não pode considerar-se como o caminho que leva à superação de todos os males das economias subdesenvolvidas. Para alcançar essa meta do desenvolvimento integral, a integração económica deve ser completada com uma série de medidas de transformação económica.
Os argumentos utilizados em prol da integração são vastos e abrangentes, podendo ir desde o aproveitamento das economias derivadas da produção em grande escala (ou simplesmente, economias de escala), à intensificação da concorrência dentro de um mercado ampliado, passando pelo aumento do poder de negociação perante países terceiros."

https://www.members.tripod.com/espacos_economicos/formas.html [consult. 29 mai 2025]

As principais formas de integração económica que existem são o sistema de preferências aduaneiras, a zona de comércio livre, a união aduaneira, o mercado comum, a união económica e a integração económica total.

Sistema de preferências aduaneiras
Forma de integração económica mais fraca de todas, pela qual se concedem algumas vantagens aduaneiras aos países membros.

• Sistema de preferências aduaneiras

Corresponde à forma mais fraca de integração económica que pode haver, consistindo na concessão mútua de vantagens aduaneiras aos países membros. Um exemplo de um sistema de preferências aduaneiras é a *Commonwealth*.

• Zona de comércio livre

Trata-se de um acordo em que os países membros aceitam abolir entre si todos os direitos aduaneiros e restrições quantitativas ao comércio de mercadorias. No entanto, cada país mantém as suas próprias tarifas no que respeita ao comércio com países terceiros. Um exemplo de uma zona de comércio livre é a EFTA.

Zona de comércio livre
Acordo existente entre um conjunto de países que aceitam abolir entre si todos os direitos aduaneiros e restrições quantitativas ao comércio de mercadorias.

• União aduaneira

Nesta forma de integração, para além das condições das zonas de comércio livre, os países membros ficam obrigados à aplicação da mesma pauta tarifária no que respeita ao comércio com países terceiros. A CEDEAO é um exemplo de uma união aduaneira.

União aduaneira
Forma de integração que acrescenta à forma de integração anterior – o mercado comum – a adoção de políticas económicas e sociais comuns a todos os países membros.

• Mercado comum

Esta forma de integração corresponde a uma união aduaneira com menos restrições, passando a existir liberdade de circulação não só para as mercadorias, mas também para capitais, pessoas e serviços. Um exemplo de mercado comum é o Mercado Único criado pelo Ato Único Europeu em 1987.

Mercado comum
Forma de integração que corresponde a uma união aduaneira sem restrições à livre circulação de capitais, pessoas e serviços.

• União económica

Ao mercado comum passam a ser acrescidas políticas económicas e sociais comuns a todos os países membros. O Tratado de Maastricht transformou a Comunidade Europeia numa União Económica. Numa fase mais avançada, esta forma de integração pode transformar-se em União Económica e Monetária, acrescentando-se à União Económica uma moeda comum, como aconteceu na União Europeia, a partir de 1 de janeiro de 1999, com o aparecimento do euro.

União económica
Forma de integração que inclui a abolição de barreiras alfandegárias, sujeitando os países membros à aplicação de uma pauta tarifária comum relativamente ao comércio com outros países.

• Integração económica total

A integração económica total pressupõe que a União Económica e Monetária também unifique as políticas económicas, monetárias, fiscais e sociais através da existência de órgãos supranacionais com poder de soberania relativamente a todos os países membros.

Integração económica total
Forma de integração que pressupõe a unificação das políticas económicas, monetárias, fiscais e sociais através de órgãos supranacionais soberanos a todos os países membros.

Documento 13

"A integração pode desenrolar-se de diversas formas e pode assumir diferentes formas, que traduzem diferentes graus de integração, a saber:

- Zona de comércio livre
- União aduaneira
- Mercado comum
- União económica
- Integração económica total

Cada uma destas integrações representa uma forma mais abrangente de integração e união. As zonas de comércio livre podem considerar-se como um termo intermédio entre as preferências aduaneiras e a união aduaneira.

Uma zona de comércio livre é uma área formada por dois ou mais países que, de forma imediata ou gradual, suprimem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si, mas mantendo cada um deles para com terceiros a sua própria pauta aduaneira. A sua constituição encontra-se presente no GATT, onde se estabelecem as condições básicas para que se eliminem as barreiras entre os países membros. De entre as várias zonas de comércio livre existentes salientamos a EFTA (European Free Trade Association) e a zona de comércio livre latino-americano.

Por outro lado, a união aduaneira, que constitui uma forma de integração mais abrangente e profunda que a zona de comércio livre, constitui uma área em que, para além da supressão das discriminações no que diz respeito aos movimentos de mercadorias no interior da união, existe uma pauta exterior comum em relação ao comércio com países terceiros. É precisamente isto que distingue claramente a união aduaneira da zona de comércio livre, onde face ao exterior subsistem as diferentes pautas aduaneiras dos Estados-membros. Esta pauta aduaneira comum designa-se por Tarifa Externa Comum (TEC) e encontra-se regulamentada no art.º 24.º do GATT que define claramente a formação do TEC e explica que este não poderá ter direitos, como a média, mais elevados do que os existentes nas anteriores pautas dos países membros da união.

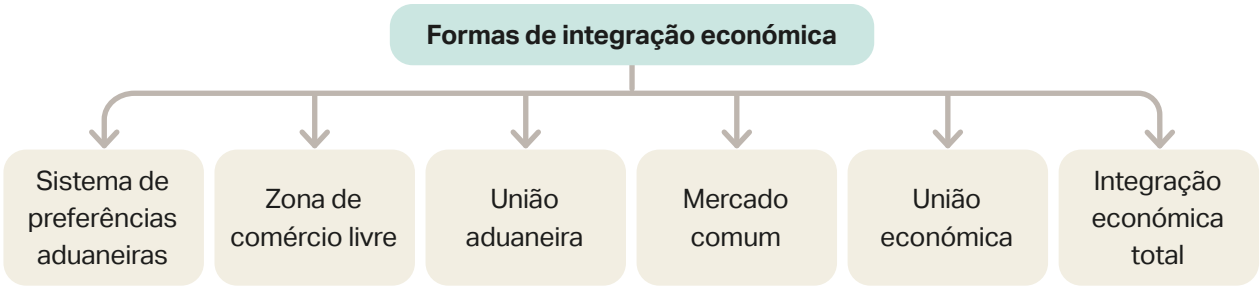
A CEE, criada em 1957, e o MCAC (Mercado Comum da América Central), criado em 1960, são dois exemplos de uniões aduaneiras criadas e verificamos que, no caso da CEE, a união aduaneira esteve nas bases da formação de uma união económica (União Europeia) que é a mais importante do nosso tempo.

O mercado comum, que representa uma forma mais elevada de integração económica em relação à união aduaneira, tendo por base a abolição não só das restrições comerciais mas também das restrições aos movimentos de fatores produtivos, como o trabalho e o capital.

A união económica, que se distingue do mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores produtivos com certa harmonização das políticas económicas com vista a um espaço de maior coesão.

A integração económica total, que implica, em acumulação das anteriores formas, uma unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, com o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são de acatamento obrigatório para os Estados-membros."

https://www.members.tripod.com/espacos_economicos/formas.html [consult. 29 mai 2025]



Atividade 12

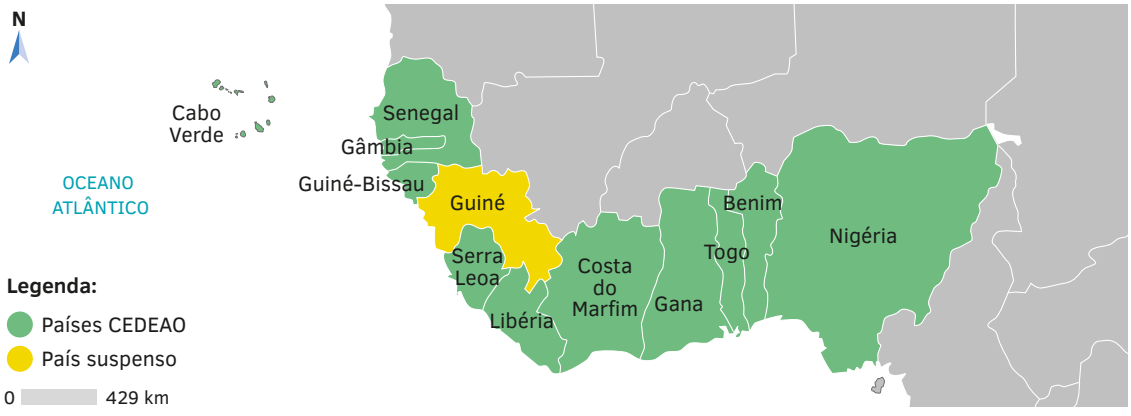
1. Diz o que entendes por integração económica.
2. Identifica duas formas de integração económica.
3. Distingue zona de comércio livre de união aduaneira.
4. Caracteriza o mercado comum.

12.3.2. A economia cabo-verdiana e a sua integração na CEDEAO

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi criada em 1975, pelo Tratado de Lagos, com o objetivo de promover a cooperação e a integração económica na África Ocidental, elevar os padrões de vida dos cidadãos, reforçar a estabilidade económica, fomentar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e o desenvolvimento do continente africano.

A CEDEAO é composta por quinze países da África Ocidental, havendo, no entanto, três países que solicitaram a sua saída (Burkina Faso, Mali e Níger) e outro encontra-se atualmente suspenso (Guiné). Cabo Verde aderiu à CEDEAO em 1977.

CEDEAO



Região CEDEAO, ©CEDEAO

Em 1993, foi revisto o tratado da CEDEAO tendo em vista o reforço dos órgãos de decisão, a criação de mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, o desenvolvimento do processo de integração e cooperação regional, entre outros tópicos. Visando consolidar a integração económica, foram adotadas diversas estratégias setoriais de desenvolvimento para promover a paz, a segurança, a integração monetária, a cooperação industrial, o setor privado e o meio ambiente. Por outro lado, houve uma harmonização de políticas e regulamentos, tendo-se criado projetos de infraestruturas entre as diferentes ligações regionais.

A CEDEAO pretendia criar uma região sem fronteiras, com livre circulação de bens e pessoas, tendo alcançado uma união aduaneira, com a introdução de uma tarifa externa comum. Entretanto, tem em curso a implementação de uma moeda única, como já aconteceu, com alguns dos seus membros, no âmbito da União Económica e Monetária do Oeste Africano.

Documento 14

"Em termos de **integração económica**, a CEDEAO visa criar um mercado comum para permitir o livre fluxo de mercadorias, serviços, capital e mão de obra. Isso é alcançado por meio da remoção de barreiras comerciais, da harmonização de tarifas e regulamentações alfandegárias e da promoção de projetos de investimento conjuntos. Ao criar um espaço económico competitivo, a CEDEAO visa promover o crescimento dos países membros e criar empregos.

Para garantir a **paz e a estabilidade política** na região, a CEDEAO desenvolveu vários mecanismos. Esses mecanismos incluem esforços diplomáticos, prevenção de conflitos, mediação em crises políticas e o envio de forças de paz para áreas de conflito. Os esforços de manutenção da paz ficaram conhecidos principalmente por meio das sanções impostas a Mali em 2021. A força de intervenção da CEDEAO também alcançou a imprensa mundial no conflito em torno do golpe no Níger.

A fim de **melhorar o padrão de vida e o desenvolvimento social**, a CEDEAO iniciou programas para combater a pobreza, promover a educação e a saúde, bem como a agricultura sustentável. O objetivo é melhorar as condições de vida das pessoas na região. As áreas rurais são o foco desses esforços.

A CEDEAO também contribuiu para a promoção da cooperação regional no campo das **infraestruturas**. Foram implementados projetos de fornecimento de energia, conexões de transporte e telecomunicações.

Suspensões

Em janeiro de 2024, os estados-membros Burkina Faso, Mali e Níger anunciaram sua retirada da comunidade. Entretanto, como a retirada formalmente não pode ocorrer imediatamente, os 3 países são atualmente considerados suspensos. A Guiné já havia sido suspensa em setembro de 2021 devido a um golpe militar.

https://www.dadosmundiais.com/acordos-comerciais/cedeao-africa-ocidental.php [consult. 9 jun 2025]

O processo de integração da economia cabo-verdiana na CEDEAO tem-se dado de modo seletivo e cauteloso. Cabo Verde ainda não integrou a zona monetária comum, tendo mantido a sua moeda indexada ao euro. Por ser uma economia insular, a distância ao continente africano faz aumentar os custos de transporte, o que se traduz numa perda de competitividade face aos restantes estados-membros.

O quadro seguinte apresenta dados trimestrais sobre o comércio de Cabo Verde com os países da CEDEAO, em 2024. Como se pode observar, a participação da CEDEAO no total das trocas comerciais cabo-verdianas ainda não é muito expressiva.

Milhões de escudos

Comércio com os países da CEDEAO	1.º tri 24		2.º tri 24		3.º tri 24		4.º tri 24	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
Total	**1 286,19**	**0,01**	**653,50**	**1,35**	**891,01**	**1,77**	**752,41**	**79,35**
Benim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa do Marfim	0,00	0,00	10,60	0,00	0,00	0,00	2,30	0,00
Gana	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	1,70	0,00
Gâmbia	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,68
Guiné-Bissau	0,51	0,00	4,92	0,00	2,53	0,18	1,77	0,00
Guiné-Conacri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	1,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	1,47	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	1,54	0,00
Senegal	760,21	0,00	210,69	1,35	262,90	1,57	213,43	1,67
Serra Leoa	0,00	0,00	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	523,99	0,00	425,21	0,00	625,58	0,00	531,60	0,00
Total do Comércio Externo	**22 868,95**	**1 872,15**	**24 539,57**	**1 981,08**	**25 943,06**	**1 720,41**	**27 366,87**	**2 315,11**
Participação da CEDEAO no Comércio Externo (%)	5,624	0,000	2,663	0,068	3,434	0,103	2,749	3,427

Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística

Nota: exportações e importações de mercadorias, segundo Estatísticas de Comércio Externo.

No entanto, um mercado composto por mais de 400 milhões de cidadãos representa enorme potencial para Cabo Verde, podendo vir a beneficiar setores como os serviços, a logística ou o transporte marítimo e aéreo. Além disso, convém ainda referir que a CEDEAO oferece cooperação política e segurança regional.

Apesar de haver alguns desafios estruturais e geográficos à integração plena de Cabo Verde, a CEDEAO constitui uma oportunidade de diversificação económica a médio e longo prazo.

Atividade 13

1 **Reflete sobre a importância da integração da economia cabo-verdiana na CEDEAO e/ou noutros espaços comerciais.**

12.4. Blocos económicos de integração regional

Bloco económico
Grupo de países que se associam com o objetivo de fazer face à concorrência internacional.

Atualmente, verifica-se que a maioria dos países do mundo procura desenvolver as suas relações de cooperação associando-se a países que partilham interesses comuns, para formar **blocos económicos de integração regional**. Nas últimas décadas, têm surgido, em todos os continentes, blocos económicos de integração regional, representando diferentes formas de integração económica.

Em linhas gerais, os blocos económicos contribuem para o fomento do comércio externo e o desenvolvimento económico dos países que os integram. Através da eliminação de barreiras comerciais e da simplificação dos processos alfandegários, as empresas conseguem reduzir custos e, consequentemente, aumentar a sua competitividade. Por outro lado, há um alargamento natural dos mercados que impulsiona o crescimento económico e a atração de investimento dos seus membros.

Apresentam-se, em seguida, alguns dos principais blocos económicos de integração regional atualmente existentes.

Blocos económicos de integração regional	
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela
APEC – Cooperação Económica Ásia-Pacífico	Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Singapura, Tailândia, Taiwan, Vietname
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático	Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Vietname
CARICOM – Comunidade do Caribe	Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trindade e Tobago

Blocos económicos de integração regional	
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	Benim, Burquina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Nigéria, Níger, Senegal, Serra Leoa e Togo
Comunidade Andina	Bolívia, Colômbia, Peru e Equador
EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre	Islândia, Noruega, Listenstaine e Suíça
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (suspensa)
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	Angola, Botsuana, Comores, República Democrática do Congo, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue
UMA – União do Magrebe Árabe	Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia
União Europeia	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Chéquia, Roménia e Suécia
USMCA (substitui o NAFTA) – Acordo Estados Unidos--México-Canadá	Canadá, EUA, México

Nota: grafia dos países de acordo com VOP – Vocabulário Ortográfico do Português, https://voc.cplp.org/index.php?action=von&von=pt

Atividade 14

1 Indica o papel dos blocos económicos na economia mundial.

Conceitos-chave

- Comércio interno
- Comércio externo
- Comércio internacional
- Organização Mundial do Comércio / *General Agreement ou Tariffs and Trade* (OMC/GATT)
- Protecionismo
- Barreiras alfandegárias
- Direitos alfandegários
- Contingentação
- Regulamentação especial
- Subsídios à exportação
- *Dumping*
- Livre-cambismo
- Especialização dos países
- Vantagem absoluta
- Vantagem comparativa
- Balança de pagamentos
- Balança corrente
- Balança de bens
- Importações
- Exportações
- Saldo da balança
- Balança de serviços
- Balança de rendimento primário
- Rendimentos de trabalho
- Rendimentos de investimento
- Balança de rendimento secundário
- Taxa de cobertura
- Estrutura setorial e geográfica
- Grau de abertura ao exterior
- Operações de câmbio
- Divisas
- Taxa de câmbio (fixa ou flexível/ flutuante)
- Balança de capital
- Necessidade/capacidade líquida de financiamento externo
- Balança financeira
- Investimento direto
- Investimento de carteira
- Outros investimentos
- Ativos de reserva
- Integração económica
- Sistema de preferências aduaneiras
- Zona de comércio livre
- União aduaneira
- Mercado comum
- União económica
- Integração económica total
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Blocos económicos de integração regional

Síntese

- O comércio é a atividade que disponibiliza os bens necessários ao consumo, podendo ser realizado entre agentes do mesmo país – **comércio interno**, ou entre agentes de diferentes países. No segundo caso, pode ser denominado como **comércio externo** ou **comércio internacional**, conforme diga respeito às relações comerciais entre um país e o resto do mundo ou designe, de forma genérica, as transações entre os diversos países do mundo.
- A **Organização Mundial do Comércio** (**OMC**) sucedeu, em 1995, ao Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio – GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), tendo como objetivo principal promover a liberalização do comércio a nível mundial.
- Um país pode adotar diferentes formas de estar relativamente ao seu posicionamento no comércio internacional. As principais teses defendidas são o **livre-cambismo** e o **protecionismo**, deixando o comércio funcionar livremente, sem intervenção, ou protegendo-se as indústrias nacionais da concorrência externa com **barreiras alfandegárias** e **subsídios à exportação**.
- **Cabo Verde aderiu à OMC em 2008**, através de um processo complexo iniciado no ano 1999, que envolveu importantes reformas legislativas em termos de relações comerciais e acesso ao mercado dos bens e serviços, bem como a implementação de políticas de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos necessários.
- Ao longo dos tempos, **os países foram-se especializando** na produção de determinados bens sobre os quais detêm mais vantagens, passando a comprar a outros países os bens que não produzem.
- Diz-se que um país tem uma **vantagem absoluta** quando consegue produzir bens de forma mais eficiente que outros países. As vantagens absolutas podem ser **naturais** ou **adquiridas**. No entanto, um país pode ter vantagem absoluta relativamente a certos bens, mas especializar-se apenas na produção de alguns, aqueles bens em que tem uma **vantagem comparativa**, isto é, em que é comparativamente mais eficiente.
- A **balança de pagamentos** é o mapa onde se registam, por meio de um sistema de contas, as transações existentes entre um país e o Resto do Mundo. A balança de pagamentos cabo-verdiana é composta pela **balança corrente**, a **balança de capital**, a **balança financeira** e por uma rubrica designada **erros e omissões**.
- A balança corrente regista as transações correntes entre agentes residentes e não residentes, englobando a **balança de bens**, a **balança de serviços**, a **balança de rendimento primário** e a **balança de rendimento secundário**.

Síntese (cont.)

- Os principais **indicadores de comércio internacional** habitualmente utilizados são: a taxa de cobertura, a estrutura setorial e geográfica e o grau de abertura ao exterior.
- O processo de troca de uma moeda por outra designa-se por **câmbio**. A **taxa de câmbio** exprime a relação de troca que se estabelece entre duas moedas diferentes. Existem dois sistemas de taxas de câmbio: o sistema de taxas de câmbio **fixas** e o sistema de taxas de câmbio **flexíveis** ou **flutuantes**.
- Uma **desvalorização monetária** tem um impacte positivo na balança comercial, fazendo aumentar as exportações e diminuir as importações. Uma **valorização monetária** tem um impacte negativo na balança comercial porque as exportações diminuem e as importações aumentam.
- A balança de capital regista as operações entre agentes residentes e agentes não residentes num país, relativas a fluxos de capital unilaterais que não exigem um pagamento futuro como contrapartida, como doações ao investimento provenientes de entidades estrangeiras e perdão de dívida ou transferências de património resultantes do regresso definitivo de emigrantes, abrangendo as **transferências de capitais** e as **aquisições e cedências de ativos não financeiros, não produzidos**.
- O resultado do somatório dos saldos da balança corrente e da balança de capital permite avaliar a existência de uma **necessidade de financiamento externo** ou de um excesso de liquidez em relação ao Resto do Mundo (**capacidade de financiamento externo**).
- A balança financeira regista as transações com o Resto do Mundo relativas à mudança de propriedade de ativos e passivos financeiros do exterior, englobando as rubricas de **investimento direto**, **investimento de carteira**, **outro investimento** e **ativos de reserva**.
- Atualmente, os países procuram eliminar os obstáculos que restringem as suas transações comerciais, criando laços que conduzem a processos de integração económica. A **integração económica** consiste numa união entre os agentes económicos de países diferentes, pela qual se vão suprimindo os impedimentos à livre troca e estabelecendo elementos de cooperação entre os países. As principais formas de integração económica que existem são o **sistema de preferências aduaneiras**, a **zona de comércio livre**, a **união aduaneira**, o **mercado comum**, a **união económica** e a **integração económica total**.

- A **Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental** (**CEDEAO**) foi criada em 1975, pelo Tratado de Lagos, com o objetivo de promover a cooperação e a integração económica na África Ocidental, elevar os padrões de vida dos cidadãos, reforçar a estabilidade económica, fomentar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e o desenvolvimento do continente africano.
- **Cabo Verde aderiu à CEDEAO em 1977**. Apesar de haver alguns desafios estruturais e geográficos à integração plena de Cabo Verde, a CEDEAO constitui uma oportunidade de diversificação económica a médio e longo prazo.
- Grande maioria dos países do mundo estabelece relações de cooperação associando-se a países que partilham interesses comuns, para formar **blocos económicos de integração regional**. Os blocos económicos contribuem para fomentar o comércio externo e o desenvolvimento económico dos países que os integram.

Ficha de trabalho 12

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. Quando a taxa de cobertura é superior a 100%, significa que o valor

a) das importações excede o total das exportações.

b) das exportações excede o total das importações.

c) das exportações é igual ao valor das importações.

d) dos serviços prestados ao exterior permite pagar os serviços prestados pelo exterior.

1.2. Na balança de serviços registam-se, entre outros, os fluxos relativos a

a) transferências unilaterais de organismos de cooperação económica.

b) transações de títulos entre residentes e não residentes.

c) seguros, transportes e direitos de utilização.

d) transações de ativos não produzidos, não financeiros.

1.3. Na balança de rendimento primário englobam-se

a) as remessas de emigrantes.

b) os rendimentos das viagens e do turismo.

c) os rendimentos dos direitos de utilização.

d) os rendimentos do trabalho e de investimento.

1.4. Consideram-se barreiras alfandegárias

a) os direitos alfandegários e os subsídios às importações.

b) os postos fronteiriços.

c) os direitos alfandegários e a contingentação.

d) a contingentação e o imposto de selo.

1.5. Uma zona de comércio livre caracteriza-se por ser um conjunto de países que

a) decidem eliminar entre si todas as barreiras alfandegárias.

b) aplicam a mesma pauta aduaneira aos restantes países.

c) garantem, entre si, a liberdade de circulação de bens, serviços, pessoas e capitais.

d) concedem entre si algumas vantagens alfandegárias.

2 **Enuncia as principais funções desempenhadas pela OMC.**

3 **Identifica os vários tipos de barreiras alfandegárias que conheces.**

4 Lê com atenção o seguinte texto.

"Dados provisórios do Comércio Externo relativos ao ano de 2024 indicam um aumento das Exportações de 40,7%, relativamente ao ano de 2023. As Importações aumentaram 2,0% face ao ano de 2023.
No período em análise, o *déficit* da balança comercial aumentou 0,8% e a taxa de cobertura aumentou 1,2 pontos percentuais (p.p.)."

INE, *Estatísticas do Comércio Externo – Anual 2024*

4.1. Diz o que entendes por comércio internacional.

4.2. Comenta a última afirmação, explicando o significado da taxa de cobertura.

5 Lê com atenção o seguinte texto.

"Os dez principais produtos importados atingiram 73%" do valor do cabaz adquirido ao estrangeiro, numa tabela liderada pelos combustíveis (50%), veículos automóveis (4%) e reatores e caldeiras (4%), anunciou o INE.
O continente europeu "continua a ser o principal fornecedor de Cabo Verde, com um peso de 60% do montante total (contra 64% do 1.º trimestre do ano transato), seguido da Ásia/Oceânia (22%), África (11%) e América (7%)", acrescentou.
Em termos de países, Portugal é o fornecedor líder de Cabo Verde, com 23% do total das importações, seguindo-se Itália, Nigéria e Kuwait.
Do lado das exportações, "a Europa continua a ser o principal cliente de Cabo Verde, absorvendo 95% do total das exportações", concentradas em "preparados e conservas de peixes" (71% das exportações de mercadorias), seguindo-se os selos postais (13%) e com o vestuário e calçado a ocupar parcelas mais reduzidas (5% e 3%, respetivamente)."

https://www.sapo.pt/noticias/economia/exportacoes-de-cabo-verde-aumentaram-17-no_68123409b180eb5adf597948 [consult. 27 mai 2025]

5.1. Explica a importância da análise da estrutura setorial e geográfica das trocas comerciais.

5.2. Comenta os principais aspetos do texto, atendendo à estrutura das trocas comerciais.

6 Lê o seguinte texto.

"A balança corrente registou um *superavit* no primeiro semestre de 2024 face ao semestre homólogo. O aumento das exportações de serviços de turismo e das remessas dos emigrantes e o abrandamento das importações foram determinantes."

BCV, *Relatório de política monetária* – outubro 2024

6.1. Explicita o sentido da primeira afirmação do texto.

Ficha de trabalho 12 (cont.)

6.2. Caracteriza a balança de pagamentos, referindo as suas componentes.

6.3. Comenta a última afirmação do texto, atendendo ao importante papel que o turismo e as remessas de emigrantes desempenham na economia cabo-verdiana.

7 "A UEMOA é uma união aduaneira e união monetária entre os membros da CEDEAO."

https://pt.wikipedia.org/wiki/União_Econômica_e_Monetária_do_Oeste_Africano#:~:text=UEMOA%20é%20uma%20união%20aduaneira,de%20políticas%20e%20indicadores%20macroeconômicos [consult. 3 jun 2025]

7.1. Explica em que consiste uma união aduaneira.

7.2. Caracteriza o processo de integração cabo-verdiano na CEDEAO, referindo a sua importância.

7.3. Diz o que entendes por taxa de câmbio, indicando o sistema de taxas de câmbio vigente em Cabo Verde.

8 **Justifica o surgimento de blocos económicos de integração regional um pouco por todo o mundo.**

Crescimento e desenvolvimento 13

Objetivos de aprendizagem:

- Distinguir e relacionar crescimento económico e desenvolvimento.
- Interpretar indicadores de desenvolvimento simples e compostos.
- Explicar as fontes de crescimento económico.
- Explicar as caraterísticas do crescimento económico.
- Compreender o conceito de ciclo económico e as suas fases.
- Apresentar o conceito de desenvolvimento humano e sustentável.
- Compreender os efeitos do consumo sobre o meio ambiente e o esgotamento dos recursos.
- Analisar os indicadores de desenvolvimento e avaliar o nível de desenvolvimento de diferentes regiões/países.

13.1. Crescimento económico e desenvolvimento

As sociedades evoluíram de forma lenta ao longo dos séculos, apresentando geralmente padrões de desenvolvimento muito semelhantes. Mas, a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial iniciada no Reino Unido, começaram a revelar-se diferentes ritmos de crescimento económico que conduziram à existência de uma maior disparidade de níveis de desenvolvimento entre os diversos países do mundo.

Isso verificou-se de tal forma que, atualmente, é costume dividir os diferentes países do mundo em dois grandes grupos quanto ao seu desenvolvimento: países desenvolvidos (PD) e países em desenvolvimento (PED).

Os **países desenvolvidos** situam-se maioritariamente no hemisfério norte, caracterizando-se pelos seus elevados padrões de vida e níveis de industrialização. Nestes países, geralmente, predominam os setores secundário e terciário, estando a maioria dos seus agentes económicos associados a atividades como a indústria e os serviços. Por norma, as populações dos países desenvolvidos obtêm um rendimento médio mais elevado e beneficiam de melhores condições de vida do que os países em desenvolvimento, nomeadamente, o acesso à educação, saúde, justiça, boas condições sanitárias, proteção social, entre outras.

Países desenvolvidos (PD)
Países com alto nível de industrialização e um elevado padrão de vida.

Os **países em desenvolvimento** são aqueles que tiveram o seu processo de industrialização mais tardiamente, tendo este começado quase sempre apenas na segunda metade do século XX. De um modo geral, estes países mantêm padrões de vida bastante baixos, localizando-se essencialmente no hemisfério sul. Normalmente, nos PED

Países em desenvolvimento (PED)
Países com fraco nível de industrialização que apresentam diversas carências estruturais.

predomina o setor primário, estando as principais atividades dos seus agentes ligadas à agricultura, pecuária, pesca, comércio de artesanato, entre outras atividades de baixo valor acrescentado. As suas populações obtêm usualmente um nível médio de rendimento baixo, não dispondo também de grandes condições de vida. Regra geral, as populações destes países possuem um fraco nível de escolarização, más condições sanitárias e beneficiam de poucos cuidados de saúde.

No entanto, como veremos mais à frente, convém salientar que dentro de cada um destes dois grupos de países há uma grande heterogeneidade de situações. Existem realidades de desenvolvimento muito diferentes no grupo dos países desenvolvidos, assim como também encontramos situações muito desiguais, em termos de desenvolvimento, no conjunto dos chamados Países do Sul.

13.1.1. Crescimento económico e desenvolvimento – noção e precisão de conceitos

Antes de iniciarmos o estudo do crescimento económico e do desenvolvimento, importa primeiro compreender os conceitos com mais precisão.

Documento 1

"É comum fazer-se a distinção entre crescimento económico e desenvolvimento. O crescimento é o processo através do qual as unidades produtivas combinam fatores, nomeadamente trabalho, capital e tecnologia, no sentido de aumentar a riqueza material. Na análise do crescimento, não há qualquer juízo de valor sobre que bens são produzidos ou sobre o modo como a sociedade no seu conjunto ou grupos sociais específicos podem aceder a esses bens. A noção de desenvolvimento tem um carácter relativamente mais qualitativo. Não interessa apenas quanto se produziu a mais, mas se essa produção foi orientada para as necessidades de vária ordem dos indivíduos e de grupos de indivíduos."

GOMES, Orlando (2015), *Dicionário Prático de Economia*, Edições Sílabo

Por vezes, os conceitos de crescimento e desenvolvimento são encarados como sinónimos, contudo, em Economia entendemo-los como realidades um pouco diferentes. Enquanto o conceito de **crescimento económico** se relaciona com o aumento sustentado da produção de um país, durante um determinado período, o conceito de **desenvolvimento** vai um pouco mais além, correspondendo a um acréscimo da produção nacional acompanhado de uma transformação das estruturas económicas, sociais, demográficas e culturais do país. Por isso, muitas vezes se diz que o desenvolvimento é o "crescimento mais a mudança".

O crescimento centra-se essencialmente no que é criado pelo país em termos quantitativos, correspondendo a uma variação real do nível de produção de bens e serviços, entre dois períodos.

O principal indicador utilizado na medição do crescimento económico é o PIB, que, como sabemos, representa o valor total de bens e serviços de consumo final que são produzidos num determinado território económico, durante um certo período de tempo. No entanto, este indicador pode ser complementado com outros indicadores económicos, como o rendimento por habitante, a estrutura do PIB, o consumo de energia, entre outros indicadores, que veremos a seguir.

Documento 2

"**Crescimento económico**
Termo económico que traduz o aspeto quantitativo de uma economia e que corresponde ao aumento da produção total de um país durante um certo período."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Documento 3

"**Desenvolvimento económico**
Termo económico que se define pela capacidade de uma sociedade satisfazer as suas necessidades e atingir determinado nível de bem-estar. Haverá desenvolvimento económico quando o crescimento económico se traduzir no aspeto qualitativo, ou seja, quando se estender às várias regiões de um país, contribuir para a redução das assimetrias da repartição pessoal do rendimento, respeitar os cidadãos, independentemente da sua raça, sexo e classe social, e promover o bem-estar social."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Documento 4

"O crescimento de uma economia é medido através do cálculo da taxa de variação, entre anos consecutivos, do produto interno bruto, com este avaliado a preços constantes, ou seja, em termos reais. Uma economia que cresce consistentemente ao longo do tempo cria as condições para aumentar o bem-estar da sua população em termos globais, generalizando o acesso à saúde, à educação e à participação dos indivíduos na vida económica e social. Uma economia que, por via do crescimento, acumula riqueza poderá melhor desenvolver políticas que promovam a equidade e combatam a pobreza."

GOMES, Orlando (2015), *Dicionário Prático de Economia*, Edições Sílabo

Atividade 1

"Um crescimento amigo do desenvolvimento é aquele em que o maior rendimento permite combater a pobreza, melhorar os sistemas de educação e saúde, promover a sustentabilidade ambiental e estimular a inclusão social. Sendo o crescimento do PIB uma condição necessária para que o desenvolvimento económico se concretize, ele não será uma condição suficiente. Outras dimensões do bem-estar humano têm de ser consideradas, para além do aumento do rendimento, para se poder efetivamente falar em desenvolvimento."

GOMES, Orlando (2015), *Dicionário Prático de Economia*, Edições Sílabo

1 **Comenta o texto apresentando o conceito de crescimento económico.**

O desenvolvimento, por seu turno, centra-se nos aspetos qualitativos da mudança, sendo o seu processo de medição muito mais complexo, uma vez que abrange realidades de natureza social. A alteração das estruturas deve conduzir a uma evolução a longo prazo, ao progresso do ser humano, implicando uma melhoria geral das condições de vida dos indivíduos (saúde, educação, habitação, entre outras).

O conceito de desenvolvimento não pode ser analisado apenas do ponto de vista económico, deve ser estudado pelas diversas ciências sociais. Para se compreender verdadeiramente o fenómeno do desenvolvimento num país, deverão ser observados indicadores simples e compostos, não apenas económicos, mas também demográficos, socioculturais e políticos.

Documento 5

"O desenvolvimento é o processo através do qual as economias geram progressivamente mais riqueza e com ela conseguem melhorar o acesso da generalidade dos cidadãos aos bens e serviços que lhes proporcionam bem-estar e qualidade de vida."

GOMES, Orlando (2015), *Dicionário Prático de Economia*, Edições Sílabo

Atividade 2

"O objetivo final de qual qualquer país é, na realidade, o desenvolvimento económico, e o crescimento económico é um meio para o alcançar."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora.

1 **Explicita o sentido da afirmação.**

13.1.2. Indicadores simples e compostos

Os níveis de desenvolvimento de cada país podem ser analisados por meio de diversos indicadores. Estes indicadores podem ser simples ou compostos. Os **indicadores simples** revelam um aspeto isolado da realidade socioeconómica, sociocultural, sociopolítica e demográfica do país, enquanto os **indicadores compostos**, criados a partir de um conjunto de indicadores simples, sistematizam a informação dos diversos indicadores simples e oferecem uma visão mais abrangente da realidade.

Indicadores simples

- **Indicadores socioeconómicos**: PIB *per capita*; RNB *per capita*; repartição da população ativa por setores de atividade; taxa de inflação; taxa de crescimento anual do PIB; consumo de energia por habitante, entre outros.

- **Indicadores socioculturais**: taxa de analfabetismo; taxa de alfabetização de adultos; número de anos de escolaridade obrigatória; número de alunos por professor; consumo de jornais por habitante; número de médicos por 1000 habitantes; número de habitantes por cama de hospital; consumo de proteínas por habitante; número de televisões por 1000 habitantes; número de automóveis por 1000 habitantes; número de utilizadores da Internet por 1000 habitantes; número de telemóveis por 1000 habitantes, entre outros.
- **Indicadores sociopolíticos**: cumprimento dos direitos humanos; cumprimento dos direitos da criança; existência ou não existência da pena de morte; grau de participação na vida política; estabilidade das instituições, entre outros.
- **Indicadores demográficos**: taxa de crescimento anual da população; taxa de natalidade; taxa de mortalidade; taxa de mortalidade infantil; esperança média de vida; taxa de emigração, entre outros.

Indicadores compostos

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem apresentado vários indicadores compostos importantes ao longo das últimas décadas, sendo o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** um dos mais utilizados. Trata-se de uma medida do desenvolvimento médio de um país que observa três dimensões básicas do ser humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno.

Documento 6

"O RDH[1] de 1990 articulava claramente o conceito de desenvolvimento humano. O primeiro capítulo, "Definição e Medição do Desenvolvimento Humano", abria com a declaração direta de que:

> *As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação. O objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente habilitador para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas. Isto pode parecer uma verdade simples. Mas é frequentemente esquecido, com a preocupação imediata de acumulação de bens e riqueza financeira.*

Documento 6 (cont.)

Este objetivo não era novo. Desde Aristóteles que houve pensadores a exprimirem posições semelhantes. O Relatório defendia uma atenção renovada às pessoas, tendo em conta o progresso assimétrico dos países em matéria de desenvolvimento humano nos anos 1980, uma década de crise económica, estabilização e ajustamento.

A secção sucinta sobre a "Definição de desenvolvimento humano" começava com o que se tornou uma formulação modelar:

> *O desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. As mais vitais são as de levar uma vida longa e saudável, de receber instrução e de desfrutar de um padrão de vida digno. As escolhas adicionais incluem a liberdade política, os direitos humanos garantidos e o respeito próprio – o que Adam Smith designava como a capacidade de alguém se associar a outros sem sentir "vergonha de aparecer em público".*

O RDH de 1990 realçava que o desenvolvimento tem a ver com liberdade, tanto nas escolhas humanas (liberdades de oportunidade) como nos processos participativos (liberdades de processo). Sublinhava o facto de que o desenvolvimento humano, devido à sua amplitude e generalidade, diz respeito a todos os países:

> *O desenvolvimento humano... reúne a produção e distribuição de bens e a expansão e utilização das capacidades humanas. Também se centra nas escolhas – sobre o que as pessoas devem ter, ser e fazer para assegurarem a sua própria subsistência. Além disso, o desenvolvimento humano preocupa-se não apenas com a satisfação das necessidades básicas, mas também com o desenvolvimento humano como um processo participativo e dinâmico. Aplica-se de forma igual aos países menos desenvolvidos e aos altamente desenvolvidos.*"

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010

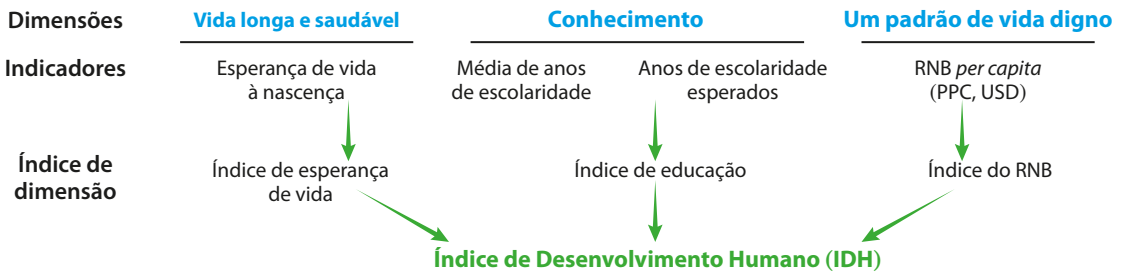
[1]RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

As metodologias de cálculo do IDH foram-se reformulando ao longo do tempo, com vista a melhorar cada vez mais a qualidade da informação fornecida, tendo-se desenvolvido complementarmente mais alguns indicadores compostos. Atualmente, o PNUD apresenta os seguintes indicadores compostos nos seus relatórios anuais de desenvolvimento humano:

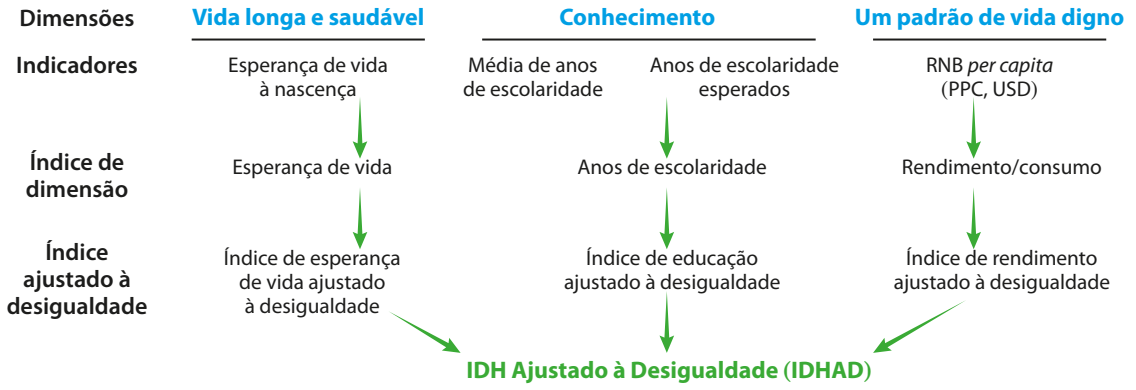
- Índice de Desenvolvimento Humano (**IDH**);
- Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (**IDHAD**);
- Índice de Desigualdade de Género (**IDG**);
- Índice de Pobreza Multidimensional (**IPM**);
- Índice de Desenvolvimento Humano por Género (**IDHG**);
- Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (**IDHP**).

Cálculo dos índices de desenvolvimento humano

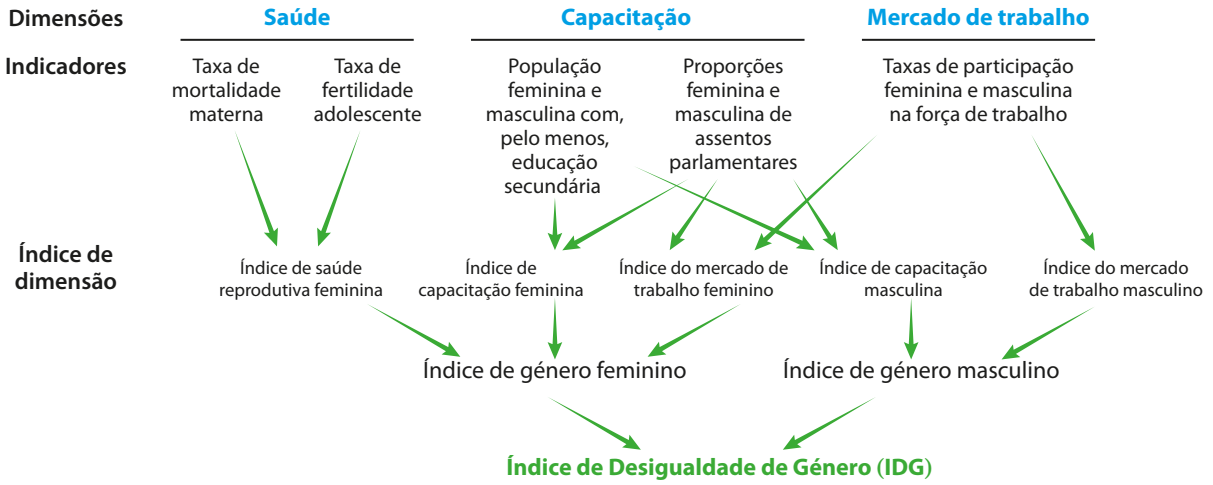
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



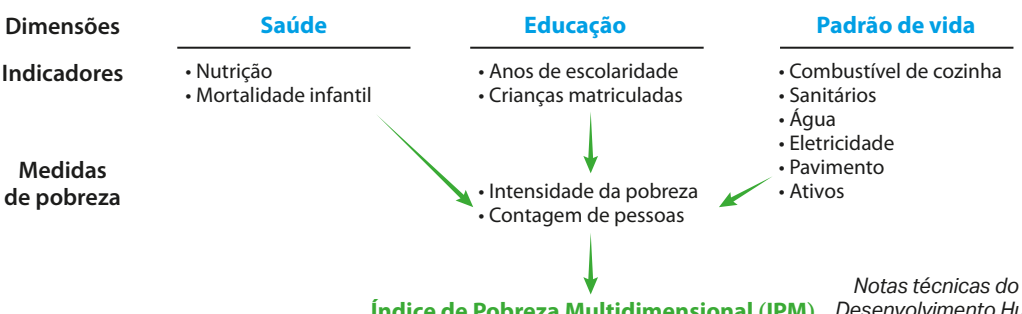
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)



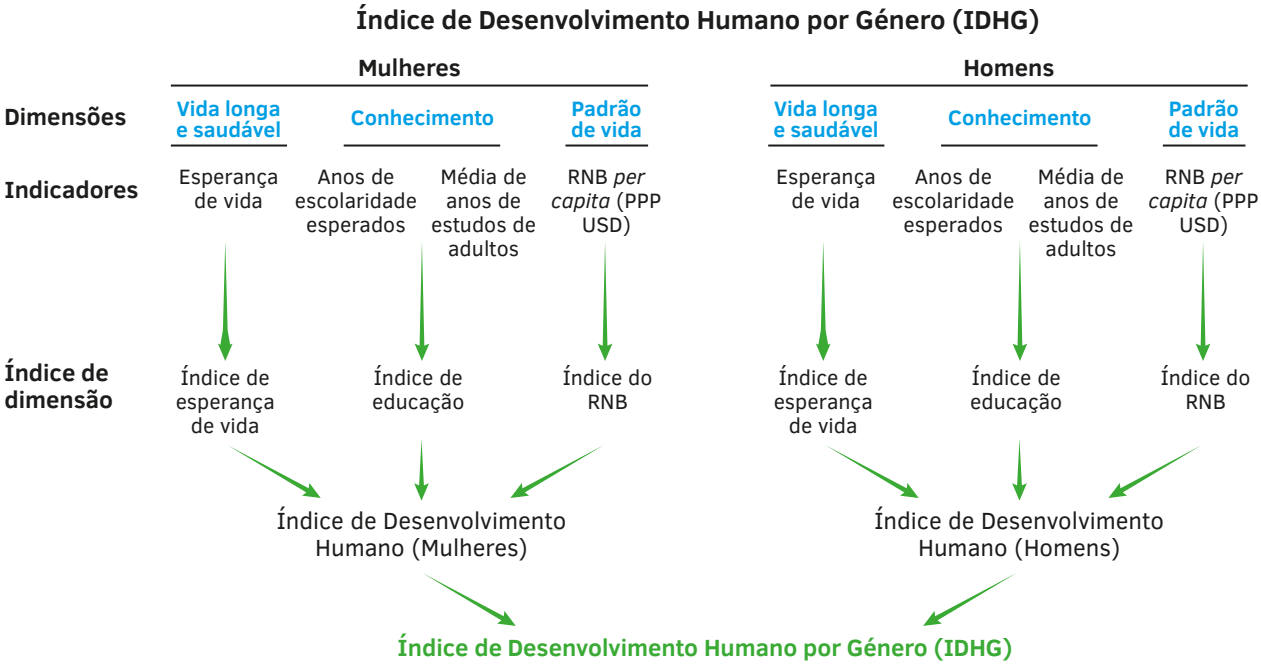
Índice de Desigualdade de Género (IDG)

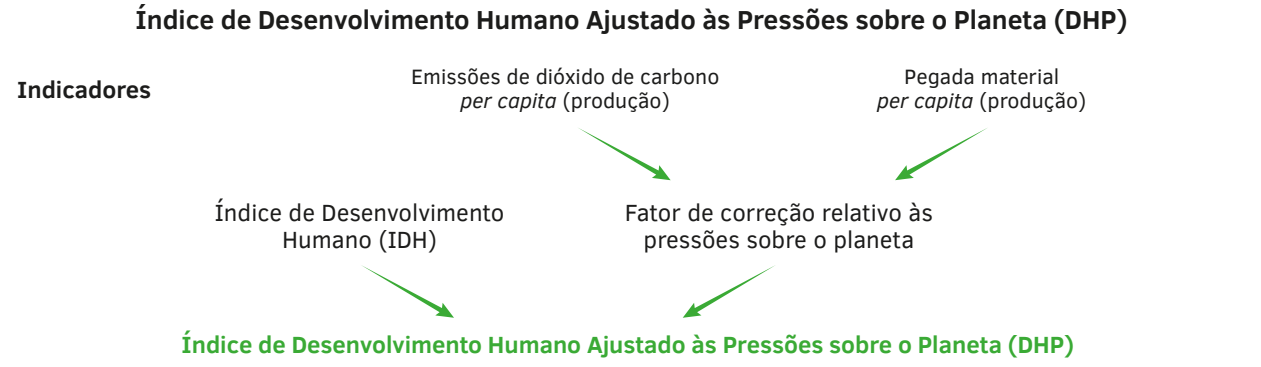


Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)



Notas técnicas do Relatório de Desenvolvimento Humano, 2011





Notas técnicas do Relatório de Desenvolvimento Humano, 2023/2024

Vejamos um pouco mais sobre cada um destes indicadores.

• **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

O **Índice de Desenvolvimento Humano** é uma medida do desenvolvimento médio de um país que observa três dimensões essenciais ao ser humano através de quatro indicadores:

1.ª) **Vida longa e saudável**, medida pela esperança de vida à nascença;

2.ª) **Conhecimento**, medido pelo número médio de anos de escolaridade e pelo número de anos de escolaridade esperado para uma criança em início da vida escolar;

3.ª) **Padrão de vida digno**, medido pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* convertido em paridade de poder de compra (PPP) em dólares americanos (USD). O PPP é uma medida de comparação do padrão de vida que ajusta as diferenças de preços entre nações, em termos de custo de vida.

O IDH é um indicador frequentemente utilizado por investigadores, governos e organismos internacionais para observar a evolução do desenvolvimento humano no mundo.

Surgindo como alternativa de medição do bem-estar humano, o IDH permite monitorizar o progresso do desenvolvimento humano em cada país, oferecendo uma perspetiva mais abrangente do que a mera medição do nível de produção ou rendimento nacionais. Contudo, para se revestir de simplicidade, por uma questão de aplicação prática e se tratar de uma medida de comparação internacional, o IDH não é um indicador perfeito, capta apenas uma parte do conceito de desenvolvimento, devendo por isso ser complementado com os outros indicadores.

O IDH é calculado numa escala de 0 a 1, sendo 0 o valor mais baixo e 1 o valor mais alto. Segundo os critérios de classificação do IDH, os países dividem-se em quatro grupos distintos:

- **Desenvolvimento humano muito elevado**: IDH superior ou igual a 0,800;
- **Desenvolvimento humano elevado**: IDH apresenta valores entre 0,700 e 0,799;
- **Desenvolvimento humano médio**: IDH situado entre 0,550 e 0,699;
- **Desenvolvimento humano baixo**: IDH com valores inferiores a 0,550.

A tabela que se segue apresenta alguns exemplos de países de cada grupo.

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

		Índice de desenvolvimento Humano (IDH) (valor)	Esperança de vida à nascença (anos)	Anos de escolaridade previstos (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* (2021 PPP $)
Classificação do IDH		**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**
	Desenvolvimento humano muito elevado					
1	Islândia	0,972	82,7	18,9	13,9	69 117
2	Noruega	0,970	83,3	18,8	13,1	112 710
2	Suíça	0,970	84,0	16,7	13,9	81 949
4	Dinamarca	0,962	81,9	18,7	13,0	76 008
5	Alemanha	0,959	81,4	17,3	14,3	64 053
5	Suécia	0,959	83,3	19,0	12,7	66 102
	Desenvolvimento humano elevado					
75	Irão (República Islâmica do)	0,799	77,7	14,0	10,8	16 096
76	São Vicente e Granadinas	0,798	71,2	16,3	11,3	17 247
76	Tailândia	0,798	76,4	15,4	9,0	20 570
78	China	0,797	78,0	15,5	8,0	22 029
79	Peru	0,794	77,7	14,9	10,2	14 339

		Índice de desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita
		Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2021 PPP $)
	Desenvolvimento humano médio					
125	Butão	0,698	73,0	13,2	5,8	13 843
126	Essuatíni (Reino de)	0,695	64,1	15,2	8,7	9 919
126	Iraque	0,695	72,3	12,4	6,8	12 654
128	Tajiquistão	0,691	71,8	10,8	11,3	5 747
129	Tuvalu	0,689	67,1	12,4	10,8	7 006
130	Bangladesh	0,685	74,7	12,3	6,8	8 498
130	Índia	0,685	72,0	13,0	6,9	9 047
132	El Salvador	0,678	72,1	11,1	7,3	10 595
133	Guiné Equatorial	0,674	63,7	12,5	8,3	12 762
133	Palestina (Estado da)	0,674	65,2	13,0	10,1	6 547
135	**Cabo Verde**	**0,668**	**76,1**	**11,4**	**6,1**	**8 165**
	Desenvolvimento humano baixo					
168	Paquistão	0,544	67,6	7,9	4,3	5 501
169	Senegal	0,530	68,7	9,1	2,9	4 202
170	Gâmbia	0,524	65,9	9,0	4,7	2 812
171	Congo (República Democrática do)	0,522	61,9	10,9	7,4	1 431
172	Maláui	0,517	67,4	9,9	5,2	1 634

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Como se pode observar, em 2023, a Islândia liderava a tabela do IDH, com uma classificação de 0,972, no grupo de países com desenvolvimento humano muito elevado, seguido pela Noruega e pela Suíça, em segundo lugar, *ex aequo*. No grupo de países com desenvolvimento humano elevado, surgia o Irão, seguido por São Vicente e Granadinas e a Tailândia, o primeiro com um IDH de 0,799 e os dois últimos com 0,798. O grupo de países com desenvolvimento humano médio era comandado pelo Butão, com 0,698 de IDH, seguido por Essuatíni e Iraque, ambos com 0,695. Por fim, os primeiros países do grupo com a classificação de desenvolvimento humano baixo eram o Paquistão, o Senegal e a Gâmbia, respetivamente, com 0,544, 0,530 e 0,524 de IDH.

Denota-se ainda que Cabo Verde ocupava a posição 135 do *ranking* da classificação nesse ano, com um IDH de 0,668, integrando o grupo de países com desenvolvimento humano médio.

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 2000-2023

		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							iterações na classificação do IDH
		Valor							
Classificação do IDH		2000	2010	2015	2020	2021	2022	2023	2015-2023
	Desenvolvimento humano médio								
135	Cabo Verde	0,585	0,648	0,658	0,647	0,651	0,664	0,668	-7

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Analisando a evolução das tendências de IDH de 2000 a 2023, patente na segunda tabela, podemos constatar que Cabo Verde tem vindo a melhorar significativamente a sua classificação de IDH, passando de 0,585, em 2000, para 0,668, em 2023, relevando um enorme progresso em termos de desenvolvimento humano.

Por outro lado, vendo os dados das iterações na classificação do IDH, entre 2015 e 2023, verificamos que o país baixou 7 posições no *ranking* do IDH. Isso indica que, em termos relativos, sete países ultrapassaram Cabo Verde no *ranking*, apesar de o país ter melhorado o seu IDH, em termos absolutos. No entanto, importa perceber que a descida em si não representa um retrocesso, significa apenas que houve outros países que progrediram mais depressa.

Atividade 3

1 **Analisa a tabela do IDH e compara os dados da Islândia e do Maláui quanto às diferentes componentes, retirando algumas conclusões.**

• Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)

O IDHAD é um indicador complementar que também observa as três dimensões essenciais: **vida longa e saudável**, **conhecimento** e **padrão de vida digno**, mas que **desconta o impacto da desigualdade**. Além de medir o nível médio de desenvolvimento humano, como o IDH, o IDHAD também entra em linha de conta com as desigualdades internas do país, analisando a distribuição do desenvolvimento pela sociedade ajustada à desigualdade aí existente. Este indicador dá a conhecer o impacto real das desigualdades sobre o nível de desenvolvimento humano dos indivíduos, refletindo as disparidades que existem no país.

Documento 7

"O IDHAD considera não apenas a média de desenvolvimento humano de um país, conforme medido pelos indicadores da saúde, da educação e do rendimento, mas também a forma como está distribuído. Podemos considerar cada indivíduo de uma sociedade como tendo um "IDH pessoal". Se todos os indivíduos tivessem a mesma esperança de vida, escolaridade e rendimento, e que seria assim o nível médio da sociedade em cada variável, o IDH para esta sociedade seria igual a cada nível pessoal de IDH e esse seria o IDH da "pessoa média". Na prática, claro, existem diferenças entre as pessoas e o IDH médio é diferente dos níveis de IDH pessoais. O IDHAD incorpora as desigualdades da esperança de vida, da escolaridade e do rendimento, ao "descontar" o valor médio de cada dimensão de acordo com o respetivo nível de desigualdade. O IDHAD será igual ao IDH quando não existirem desigualdades entre as pessoas, mas situa-se mais abaixo do IDH à medida que a desigualdade aumenta. Neste sentido, o IDH pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano "potencial" (ou o IDHAD máximo que poderia ser atingido caso não houvesse nenhuma desigualdade), enquanto o IDHAD é o nível de desenvolvimento humano real (incorporando a desigualdade). A diferença entre o IDH e o IDHAD mede a "perda" de desenvolvimento humano potencial, imputável à desigualdade. [...] Geralmente, os países com menor desenvolvimento humano apresentam maior desigualdade multidimensional e, assim, maiores perdas no desenvolvimento humano, embora exista uma variação significativa. [...]

As pessoas nos países desenvolvidos são as que vivem com a desigualdade de desenvolvimento humano mais reduzida. A Ásia oriental e o Pacífico também apresentam um bom desempenho, especialmente no que toca aos cuidados de saúde e à educação, e as ex-repúblicas socialistas da Europa e Ásia central ainda fazem uma distribuição relativamente equitativa nas três dimensões. [...]

O IDHAD capta a desigualdade que o IDH não consegue medir. Porém, devido a problemas técnicos e relacionados com os dados, ainda não capta as desigualdades sobrepostas – se as mesmas pessoas sofrem uma ou várias privações."

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

		IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento	Índice de rendimento ajustado à desigualdade
		Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH		(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor
CLASSIFICAÇÃO DO IDH		**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2022**	**2022**
	Desenvolvimento humano muito elevado										
1	Islândia	0,923	5,0	0	5,0	2,0	0,945	2,3	0,942	10,7	0,882
2	Noruega	0,909	6,3	0	6,2	2,4	0,950	1,8	0,921	14,3	0,857
2	Suíça	0,894	7,8	-2	7,5	3,1	0,953	1,8	0,912	17,7	0,823
4	Dinamarca	0,909	5,5	2	5,5	3,1	0,924	2,3	0,913	11,0	0,890
5	Alemanha	0,890	7,2	-3	7,1	3,2	0,914	3,7	0,922	14,3	0,836
5	Suécia	0,886	7,6	-4	7,4	2,6	0,948	2,6	0,901	16,9	0,815

		IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento	Índice de rendimento ajustado à desigualdade
		Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH		(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor
CLASSIFICAÇÃO DO IDH		**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2022**	**2022**
	Desenvolvimento humano elevado										
75	Irão (República Islâmica do)	0,643	19,5	-8	19,1	7,9	0,817	21,9	0,586	27,5	0,556
76	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	10,3	0,707	6,1	0,778	..	..
76	Tailândia	0,677	15,2	1	15,0	7,3	0,804	16,0	0,612	21,7	0,630
78	China	0,670	15,9	1	15,2	5,1	0,846	10,3	0,626	30,3	0,568
79	Peru	0,633	20,3	-10	19,9	9,7	0,802	19,3	0,608	30,6	0,520
	Desenvolvimento humano médio										
125	Butão	0,478	31,5	-10	30,0	13,1	0,708	48,2	0,290	28,6	0,532
126	Essuatíni (Reino de)	0,431	38,0	-21	35,1	23,7	0,518	21,0	0,564	60,5	0,274
126	Iraque	0,534	23,2	0	22,8	13,3	0,698	29,7	0,400	25,5	0,545
128	Tajiquistão	0,594	14,0	14	13,9	15,7	0,671	6,0	0,636	19,9	0,490
129	Tuvalu	0,578	16,1	10	15,8	13,1	0,630	9,2	0,638	25,1	0,480
130	Bangladesh	0,482	29,6	-3	29,0	15,8	0,709	35,3	0,368	35,9	0,430
130	Índia	0,475	30,7	-10	29,9	15,5	0,676	36,9	0,372	37,4	0,426
132	El Salvador	0,555	18,1	10	17,8	8,9	0,730	21,3	0,435	23,3	0,540
133	Guiné Equatorial	..	..	..	..	28,9	0,478	..	..	..	..
133	Palestina (Estado da)	0,538	20,2	10	19,7	18,2	0,569	9,5	0,632	31,4	0,433
135	**Cabo Verde**	**0,478**	**28,4**	**-1**	**26,8**	**7,6**	**0,797**	**27,4**	**0,377**	**45,4**	**0,363**
	Desenvolvimento humano baixo										
168	Paquistão	0,364	33,1	7	32,6	26,0	0,542	43,5	0,205	28,2	0,435
169	Senegal	0,340	35,8	-2	34,8	18,0	0,614	47,0	0,186	39,3	0,343
170	Gâmbia	0,329	37,2	-4	36,4	22,2	0,549	47,0	0,215	40,1	0,302
171	Congo (República Democrática do)	0,341	34,7	2	34,1	30,8	0,446	26,8	0,402	44,8	0,222
172	Maláui	0,365	29,4	12	29,0	19,8	0,584	28,0	0,324	39,3	0,256

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Observando a tabela, concluímos que o IDHAD de Cabo Verde era 0,478, em 2023, ocupando uma posição abaixo relativamente à classificação do IDH, que representava uma perda global de 28,4% devido à desigualdade, ou seja, o país perdia mais do que um quarto do seu desenvolvimento potencial devido às suas desigualdades internas, nomeadamente, as desigualdades relacionadas com a educação e a repartição do rendimento.

Atividade 4

1 **Analisa um país à tua escolha na tabela do IDHAD, salientando os aspetos de destaque.**

• Índice de Desigualdade de Género (IDG)

O IDG é outro indicador composto que considera as **desigualdades entre homens e mulheres** medindo cinco indicadores relativos a três dimensões onde essa disparidade é mais acentuada:

1.ª) **Saúde reprodutiva**, medida pela taxa de mortalidade materna e pela taxa de fecundidade adolescente;

2.ª) **Capacitação**, medida pela percentagem de mulheres com assento parlamentar e pela percentagem de mulheres com pelo menos algum ensino secundário ou superior;

3.ª) **Participação no mercado de trabalho**, medida pela taxa de participação na força de trabalho.

À semelhança do IDHAD, o IDG visa quantificar a perda de desenvolvimento humano que ocorre devido às desigualdades de género.

Documento 8

"A desigualdade entre os géneros continua a ser a principal barreira ao desenvolvimento humano. As raparigas e as mulheres deram passos importantes desde 1990, mas ainda não alcançaram a igualdade de género. Esta secção analisa os meios de medir e monitorizar a desigualdade de género e estendem-se ao género os métodos aplicados à medição da desigualdade multidimensional. O IDG, introduzido como mais uma série experimental, é único a incluir o sucesso educativo, a participação económica e política e os problemas de saúde especificamente femininos, bem como a dar conta das desigualdades sobrepostas ao nível nacional. É assim um avanço importante nas medidas globais existentes da igualdade de género. [...]

Inclui três dimensões críticas para as mulheres – saúde reprodutiva, capacitação e participação no mercado de trabalho. Capta estas dimensões num índice sintético, visto que a consideração conjunta da capacitação e do desenvolvimento reflete complementaridades importantes. E nenhuma das medidas subjacentes corresponde ao nível de desenvolvimento geral de um país, podendo os países em desenvolvimento apresentar um desempenho relativamente bom se as desvantagens de género forem limitadas. [...]

Documento 8 (cont.)

O IDG aumenta quando são associadas as desvantagens em todas as dimensões – ou seja, quanto maior for a correlação das disparidades entre os géneros em todas dimensões, maior será o índice. Esta ocorrência reconhece que as dimensões são complementares e que a desigualdade na escolaridade apresenta a tendência para se correlacionar com, por exemplo, o acesso a oportunidades de trabalho e com a mortalidade materna. As desvantagens sobrepostas constituem um aspeto importante da desigualdade de género e a captação destas é uma vantagem essencial do IDG.

Este fator contrasta com o IDHAD, em que as restrições dos dados impedem a captação de associações entre as dimensões. O método também garante que um progresso reduzido numa dimensão não possa ser inteiramente compensado por um progresso maior noutra dimensão. [...]

O IDG não é perfeito. Entre as suas limitações, conta-se uma tendência para as elites que permanece em alguns indicadores (como na representação parlamentar). Mesmo assim, os ajustes de desigualdade lançam uma luz nova importante sobre a posição das mulheres em quase 140 países. O trazer de novas perspetivas sobre as disparidades entre os géneros no bem-estar e na capacitação sublinha também a importância da política pública pró-ativa para a resolução de desvantagens sistémicas."

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010

Os valores do IDG variam entre 0 e 1, aumentando a desigualdade à medida que o IDG se aproxima de 1. Quanto menor for o IDG, menores são as disparidades entre homens e mulheres.

Índice de Desigualdade de Género

Classificação do IDH		Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Percentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos algum ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
		Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres) Feminino	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
							Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
		2023	2020	2020	2023	2023	2023	2023	2023	2023
	Desenvolvimento humano muito elevado									
1	Islândia	0,024	7	3	3,4	47,6	99,9	99,6	70,5	79,3
2	Noruega	0,004	2	2	1,4	46,2	95,9	98,5	62,1	69,2
2	Suíça	0,010	4	7	1,5	37,8	98,0	98,3	62,6	72,9
4	Dinamarca	0,003	1	5	1,1	43,6	91,0	92,5	59,7	67,7
5	Alemanha	0,057	21	4	5,5	35,3	93,6	94,3	56,4	66,7
5	Suécia	0,007	3	5	1,8	46,4	94,9	94,1	64,4	70,6

Classificação do IDH		Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Percentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos algum ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
		Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres) Feminino	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
							Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
		2023	2020	2020	2023	2023	2023	2023	2023	2023
	Desenvolvimento humano elevado									
75	Irão (República Islâmica do)	0,482	123	22	26,2	5,6	59,1	69,5	13,6	67,5
76	São Vicente e Granadinas	..	..	62	42,3	18,2	46,3	41,5	..	..
76	Tailândia	0,288	73	29	26,1	16,0	51,9	56,7	60,6	76,6
78	China	0,132	41	23	5,2	26,5	68,3	77,9	54,6	75,6
79	Peru	0,340	83	69	43,6	38,8	65,9	73,9	65,1	80,5
	Desenvolvimento humano médio									
125	Butão	0,278	71	60	9,4	15,5	26,7	34,3	56,8	72,4
126	Essuatíni (Reino de)	0,484	124	240	68,7	25,0	45,8	53,0	47,1	52,3
126	Iraque	0,558	148	76	58,0	29,1	24,5	39,8	10,7	67,2
128	Tajiquistão	0,258	68	17	40,4	26,6	93,7	93,6	34,4	52,7
129	Tuvalu	..	..	..	27,5	6,3	61,1	60,6	35,2	52,4
130	Bangladesh	0,487	125	123	73,2	20,9	43,2	48,0	43,4	80,8
130	Índia	0,403	102	103	14,1	14,8	43,5	61,1	35,1	76,4
132	El Salvador	0,362	92	43	54,2	27,4	46,4	52,8	48,8	78,1
133	Guiné Equatorial	..	..	212	150,4	27,0	..	..	..	..
133	Palestina (Estado da)	..	..	20	36,0	..	70,6	68,3	18,6	70,7
135	**Cabo Verde**	**0,298**	**77**	**42**	**38,8**	**41,7**	**30,2**	**34,8**	**44,9**	**61,9**
	Desenvolvimento humano baixo									
168	Paquistão	0,536	145	154	41,1	20,1	27,8	48,4	25,0	81,1
169	Senegal	0,490	127	261	60,2	46,1	15,4	24,8	39,2	68,7
170	Gâmbia	0,578	154	458	58,1	8,6	35,5	49,5	45,4	50,1
171	Congo (República Democrática do)	0,604	162	547	106,9	14,8	40,8	66,7	59,7	66,0
172	Maláui	0,581	155	381	113,6	20,7	13,4	26,9	63,8	74,9

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Analisando os dados do IDG de Cabo Verde, podemos concluir que o país apresenta um IDG de 0,298. Trata-se de um valor relativamente baixo, e isso é positivo, que indica o potencial de desenvolvimento humano que o país perde devido a desigualdades de género, isto é, o desenvolvimento humano em Cabo Verde não é tão afetado por desigualdades de género como acontece noutros países com maior desigualdade. Cabo Verde ocupa o 77.º lugar da classificação do IDG, encontrando-se na primeira metade da tabela de países, em termos de igualdade de género.

Em comparação com outros países africanos, Cabo Verde demonstra avanço na igualdade de género, destacando-se a sua taxa de mortalidade materna, a percentagem

feminina de assentos parlamentares e de participação laboral. Os principais desafios nesta área ainda são a prevenção da gravidez na adolescência e a qualificação de ensino.

Atividade 5

1 **Caracteriza sucintamente o IDG, referindo o que este indicador tem em comum com o IDHAD.**

• Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Conforme vimos no 10.º ano, o IPM é um indicador que avalia a pobreza nas suas várias dimensões, atendendo não apenas ao rendimento dos cidadãos, mas entrando também em linha de conta com as privações reais que as pessoas sentem habitualmente. O IPM agrega vários fatores que influenciam a qualidade de vida dos indivíduos, analisando três áreas específicas, por meio de diversos indicadores:

1.ª) **Saúde**, medindo a nutrição e a mortalidade infantil;

2.ª) **Educação**, observando o número de anos de escolaridade e a frequência escolar;

3.ª) **Nível de vida**, atendendo ao acesso à água potável, eletricidade, saneamento, combustível para cozinhar, condições da habitação, bens, entre outros.

Considera-se multidimensionalmente pobre, uma pessoa que sofra privações em pelo menos um terço dos indicadores do IPM. Este é um indicador complexo que mede a incidência e a intensidade da pobreza, dando uma maior visibilidade às desigualdades ocultas dos países.

Documento 9

"O Índice de Pobreza Multidimensional capta as privações múltiplas enfrentadas pelas pessoas nos países em desenvolvimento no que diz respeito à saúde, educação e nível de vida. O IPM mostra tanto a incidência de pobreza multidimensional não referente aos rendimentos (uma contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional) como a respetiva intensidade (a pontuação média de privação experimentada por pessoas multidimensionalmente pobres). Com base em limiares de pontuação de privação, as pessoas são classificadas como multidimensionalmente pobres, em pobreza multidimensional grave ou vulneráveis à pobreza multidimensional. Esta tabela inclui a contribuição da privação em cada dimensão para a pobreza multidimensional global e apresenta ainda medidas de pobreza monetária, população a viver abaixo do limiar nacional de pobreza e população a viver com menos de 2,15 $ em termos de paridade do poder de compra por dia."

Relatório do Desenvolvimento Humano, 2023/2024

Apresenta-se a seguir uma tabela para análise, com dados do Relatório Global do Índice de Pobreza Multidimensional, do PNUD, de alguns países em desenvolvimento[1].

Índice de Pobreza Multidimensional: países em desenvolvimento

			População em pobreza multidimensional							Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global			População a viver abaixo do limiar de pobreza monetária (%)	
	Índice de Pobreza Multidimensional		Contagem de pessoas			Intensidade da privação	Desigualdade entre as pessoas pobres	População em pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional	Saúde	Educação	Nível de vida	Limiar nacional de pobreza	PPP $2.15 por dia
	Ano (inquérito)			(milhares)										
Países	2012-2023	Valor	(%)	No ano do inquérito	2022	(%)	Valor	(%)	(%)	(%)			(2012-2023)	(2012-2023)
Estimativas baseadas em inquéritos relativos a 2018-2023														
Afeganistão	2022/2023	0,360	64,9	26 897	26 329	55,5	0,020	39,1	19,9	24,1	42,5	33,4	54,5	..
Albânia	2017/2018	0,003	0,7	20	20	39,1	..	0,1	5,0	28,3	55,1	16,7	22,0	0,0
Argélia	2018/2019	0,005	1,4	598	628	39,2	0,007	0,2	3,6	31,2	49,3	19,5	..	..
Argentina	2019/2020	0,001	0,4	195	196	34,0	..	0,0	1,6	69,7	21,4	8,9	39,2	0,6
Bangladesh	2019	0,104	24,6	40 636	41 737	42,2	0,010	6,5	18,2	17,3	37,6	45,1	18,7	5,0
Benim	2021/2022	0,290	55,9	7 695	7 695	51,8	0,021	30,8	17,8	18,9	38,8	42,3	38,5	12,7
Butão	2022	0,039	9,8	76	76	39,4	0,008	1,6	8,3	65,4	17,5	17,1	12,4	0,0
Burkina Faso	2021	0,343	64,5	14 181	14 513	53,2	0,022	38,3	15,8	19,6	39,2	41,1	43,2	25,3
Camboja	2021/2022	0,070	16,6	2 863	2 863	42,3	0,009	4,1	20,5	21,5	48,0	30,5	17,7	..
Camarões	2018	0,232	43,6	10 814	12 046	53,2	0,026	24,6	17,6	25,2	27,6	47,1	37,5	23,0
República Centro-Africana	2018/2019	0,461	80,4	3 976	4 100	57,4	0,025	55,8	12,9	20,2	27,8	52,0	68,8	65,7
Chade	2019	0,517	84,2	14 045	15 535	61,4	0,024	64,6	10,7	19,1	36,6	44,3	42,3	30,8
Comores	2022	0,084	19,2	160	160	43,9	0,013	5,7	19,4	22,7	34,4	42,9	42,4	18,6
Congo (República Democrática do)	2017/2018	0,331	64,5	58 097	66 064	51,3	0,020	36,8	17,4	23,1	19,9	57,0	63,9	78,9
Costa Rica	2018	0,002	0,5	27	27	37,1	..	0,0	2,4	40,5	41,0	18,5	25,5	0,9
Costa do Marfim	2021	0,210	42,8	12 678	13 001	49,1	0,018	19,7	19,6	21,3	42,1	36,6	37,5	9,7
Cuba	2019	0,003	0,7	79	78	38,1	..	0,1	2,7	10,1	39,8	50,1	..	..
República Dominicana	2019	0,009	2,3	247	255	38,8	0,006	0,2	4,8	14,6	46,2	39,2	23,9	0,8
Equador	2018	0,008	2,1	357	373	38,0	0,004	0,1	5,9	33,9	27,3	38,8	25,2	3,2
Essuatíni (Reino de)	2021/2022	0,033	7,9	96	96	41,3	0,008	1,3	19,0	31,1	28,6	40,3	58,9	36,1
Etiópia	2019	0,367	68,7	79 554	86 185	53,3	0,022	41,9	18,4	14,0	31,5	54,5	23,5	27,0
Fiji	2021	0,006	1,5	14	14	38,1	..	0,2	7,4	38,0	17,4	44,6	24,1	1,3
Gabão	2019/2021	0,037	8,6	206	210	42,4	0,010	2,3	14,9	34,6	24,4	41,0	33,4	2,5
Gâmbia	2019/2020	0,198	41,7	1 049	1 100	47,5	0,016	17,3	28,0	32,7	33,0	34,3	53,4	17,2
Geórgia	2018	0,001	0,3	13	13	36,6	..	0,0	2,1	47,1	23,8	29,1	15,6	5,5
Gana	2022	0,113	24,8	8 221	8 221	45,5	0,016	8,4	20,0	25,1	28,9	46,0	23,4	25,2
Guiné	2018	0,373	66,2	8 412	9 306	56,4	0,025	43,5	16,4	21,4	38,4	40,3	43,7	13,8
Guiné-Bissau	2018/2019	0,341	64,4	1 267	1 356	52,9	0,021	35,9	20,0	19,1	35,0	45,8	47,7	26,0
Guiana	2019/2020	0,007	1,8	15	15	39,3	0,007	0,2	6,5	30,4	22,4	47,2	..	..
Honduras	2019	0,051	12,0	1 191	1 253	42,7	0,011	3,0	14,8	18,8	39,2	42,0	48,0	12,7

[1] Cabo Verde não consta nesta tabela devido à falta de dados internacionalmente comparáveis, não tendo sido divulgado até à data de elaboração deste manual o IPM de Cabo Verde, calculado com base no último inquérito às despesas e receitas familiares.

			População em pobreza multidimensional							Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global			População a viver abaixo do limiar de pobreza monetária (%)	
	Índice de Pobreza Multidimensional		Contagem de pessoas			Intensidade da privação	Desigualdade entre as pessoas pobres	População em pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional	Saúde	Educação	Nível de vida	Limiar nacional de pobreza	PPP $2.15 por dia
	Ano (inquérito)			(milhares)										
Países	2012-2023	Valor	(%)	No ano do inquérito	2022	(%)	Valor	(%)	(%)	(%)			(2012-2023)	(2012-2023)
Estimativas baseadas em inquéritos relativos a 2018-2023														
Índia	2019/2021	0,069	16,4	231 828	233 667	42,0	0,010	4,2	18,7	32,2	28,2	39,7	..	12,9
Iraque	2018	0,033	8,6	3 477	3 806	37,9	0,005	1,3	5,2	33,1	60,9	6,0	18,9	0,1
Jamaica	2018	0,011	2,8	78	79	38,9	0,005	0,2	5,0	52,2	20,9	26,9	19,9	0,3
Jordânia	2017/2018	0,002	0,4	45	49	35,4	..	0,0	0,7	37,5	53,5	9,0	15,7	..
Quénia	2022	0,113	25,4	13 754	13 754	44,7	0,015	7,5	26,4	25,6	15,6	58,8	36,1	36,1
...														

PNUD, *Relatório Global do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)*, 2024

Documento 10

"O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e o Banco Mundial estão a trabalhar numa proposta para um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nacional para Cabo Verde. Esta iniciativa é a culminação de um processo multifásico envolvendo uma diversidade de instituições nacionais e internacionais, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e os ministérios de Educação e Família e Desenvolvimento Social do país.

Cerca de 17,2% da população em Cabo Verde era multidimensionalmente pobre em 2015. As privações enfrentadas pelos cabo-verdianos estavam concentradas em condições de habitação, educação de adultos e nutrição. Aproximadamente um terço da população não tinha acesso a saneamento adequado ou combustível de cozinha melhorado em 2015, e mais de um quarto da população vivia em moradias excessivamente lotadas. Além disso, cerca de um terço da população vivia em uma família onde nenhum dos adultos completou 8 anos de educação ou mais. Finalmente, quase um quarto dos cabo-verdianos em 2015 vivia em uma família com pelo menos uma pessoa desnutrida."

https://www.brava.news/caminho-de-cabo-verde-para-a-reducao-da-pobreza-adotando-uma-abordagem-multidimensional-reportagem-da-world-bank, 23 de julho de 2024 [consult. 29 jun 2025]

Atividade 6

"Duas famílias com o mesmo nível de consumo podem experimentar padrões de vida diferentes se diferirem no acesso ao sistema público de esgoto ou a uma escola próxima. Isso motivou a medição da pobreza não monetária por países em desenvolvimento e em escala global."

https://www.brava.news/caminho-de-cabo-verde-para-a-reducao-da-pobreza-adotando-uma-abordagem-multidimensional-reportagem-da-world-bank [consult. 29 jun 2025]

1 **Comenta o excerto, tendo em atenção o conceito de IPM.**

• Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG)

O Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG) é um índice que compara o IDH calculado de forma separada para os dois géneros, permitindo ver se homens e mulheres têm o mesmo nível de desenvolvimento humano.

O IDHG também observa as três dimensões básicas do ser humano: **vida longa e saudável**, **conhecimento** e **padrão de vida**, mas analisa-as por género. Com este indicador, é possível detetar discrepâncias de género no IDH, como acontece, por exemplo, quando um dos géneros tem uma maior média de anos de escolaridade ou maior longevidade do que o outro género.

O IDHG é calculado através do rácio entre o IDH feminino e o IDH masculino. Valores mais baixos de IDHG representam uma maior disparidade de género, havendo menos discrepâncias entre homens e mulheres, quanto mais os valores se aproximarem de 1. Além disso, o IDHG subdivide-se em 5 grupos, grupo 1 a 5, respetivamente, com igualdade elevada, média-alta, média, média-baixa ou reduzida, conforme o grau de igualdade de cada país[2].

Índice de Desenvolvimento Humano por Género

		Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano		Esperança de vida à nascença		Anos de escolaridade previstos		Média de anos de escolaridade		Rendimento nacional bruto estimado *per capita*	
				Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(2021 PPP $)	
		Valor	Grupo	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	Classificação do IDH	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**
	Desenvolvimento humano muito elevado												
1	Islândia	0,983	1	0,959	0,975	84,5	81,0	20,2	17,6	14,0	13,8	56 441	81 199
2	Noruega	0,995	1	0,967	0,972	84,8	81,7	19,7	17,9	13,3	13,0	94 569	130 573
2	Suíça	0,977	1	0,954	0,976	85,8	82,0	16,8	16,5	13,6	14,3	60 385	103 808
4	Dinamarca	0,990	1	0,953	0,963	83,9	80,0	19,3	18,1	13,2	12,8	63 412	88 753
5	Alemanha	0,975	1	0,946	0,970	83,8	79,0	17,4	17,3	14,0	14,6	52 189	76 218
5	Suécia	0,988	1	0,950	0,961	85,1	81,4	20,7	17,4	12,9	12,6	55 665	76 391

[2] Ver na nota da tabela do IDHG para mais detalhe.

		Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano		Esperança de vida à nascença		Anos de escolaridade previstos		Média de anos de escolaridade		Rendimento nacional bruto estimado *per capita*	
				Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(2021 PPP $)	
		Valor	Grupo	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Classificação do IDH		**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**
	Desenvolvimento humano elevado												
75	Irão (República Islâmica do)	0,875	5	0,724	0,828	79,6	75,8	14,1	13,9	10,9	10,8	4 433	27 375
76	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	74,3	68,7	16,4	16,1	11,4	11,2	..	..
76	Tailândia	1,008	1	0,802	0,795	80,9	72,2	15,5	15,2	8,9	9,2	18 717	22 519
78	China	0,976	1	0,786	0,806	80,9	75,2	16,0	15,1	7,8	8,3	16 257	27 580
79	Peru	0,959	2	0,777	0,810	80,1	75,4	15,0	14,8	9,6	10,7	11 653	17 053
	Desenvolvimento humano médio												
125	Butão	0,958	2	0,681	0,711	75,0	71,3	13,7	12,6	5,2	6,3	10 750	16 531
126	Essuatíni (Reino de)	0,964	2	0,682	0,708	67,0	61,2	14,7	15,8	8,5	8,9	8 446	11 447
126	Iraque	0,793	5	0,592	0,747	74,1	70,4	11,8	12,9	5,6	8,0	2 909	22 332
128	Tajiquistão	0,926	3	0,662	0,715	74,0	69,6	10,5	11,2	10,9	11,6	4 051	7 504
129	Tuvalu	0,969	2	0,675	0,697	70,7	63,8	12,6	12,1	10,6	10,9	4 963	8 957
130	Bangladesh	0,918	4	0,650	0,708	76,4	73,0	12,4	11,9	6,2	7,3	5 280	11 820
130	Índia	0,874	5	0,631	0,722	73,6	70,5	13,0	12,9	5,8	8,0	4 543	13 273
132	El Salvador	0,983	1	0,670	0,682	76,3	67,5	11,5	10,7	7,0	7,6	7 699	13 795
133	Guiné Equatorial	..	..	..	..	65,7	62,0	12,1	12,9	..	..	..	..
133	Palestina (Estado da)	0,945	3	0,638	0,676	71,5	59,7	13,8	12,2	10,2	10,0	2 339	10 806
135	**Cabo Verde**	**0,964**	**2**	**0,653**	**0,677**	**79,2**	**72,9**	**11,6**	**11,1**	**5,8**	**6,3**	**5 998**	**10 259**
	Desenvolvimento humano baixo												
168	Paquistão	0,838	5	0,485	0,579	70,2	65,3	7,3	8,6	4,0	4,6	2 173	8 724
169	Senegal	0,924	4	0,509	0,550	70,8	66,8	9,9	8,4	2,5	3,8	2 665	5 686
170	Gâmbia	0,959	2	0,515	0,537	67,5	64,2	9,9	8,1	3,9	5,8	2 561	3 065
171	Congo (República Democrática do)	0,886	5	0,491	0,554	64,0	59,8	10,4	11,5	6,1	9,0	1 215	1 650
172	Maláui	0,925	3	0,497	0,537	70,6	64,1	10,0	9,8	4,3	6,4	1 356	1 925

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Nota:
Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Género: os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH. **Grupo 1**: países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%; **Grupo 2**: países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%; **Grupo 3**: países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%; **Grupo 4**: países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%; **Grupo 5**: países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Observando a tabela podemos concluir que, por vezes, este indicador pode ultrapassar a unidade, como no caso da Tailândia. Em 2023, o seu valor de IDHG era 1,008, indicando neste caso que o IDH feminino da Tailândia (0,802) era ligeiramente superior ao masculino (0,795). Além disso, constata-se que aquele país integrava o grupo 1 do IDHG, o grupo de países com uma elevada igualdade entre homens e mulheres.

Atividade 7

1 **Analisa os dados do IDHG de Cabo Verde e as suas componentes, comentando os principais aspetos.**

• Indice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)

O IDHP é um indicador mais recente que reflete o impacto ambiental sobre o desenvolvimento humano, ajustando o IDH em função das **emissões de dióxido de carbono** e da **pegada material *per capita***, tendo em conta a pressão humana excessiva sobre o planeta. Os dois principais fatores a ajustar são as emissões de gases que provocam o efeito estufa e o consumo de recursos naturais.

Assim, ainda que um país possa ter um IDH elevado, se gerar muita poluição ou consumir demasiados recursos, o seu IDHP irá refletir essa pressão exercida sobre o planeta, registando um valor mais baixo.

Este indicador permite medir o desenvolvimento de um modo mais abrangente, observando o nível de bem-estar humano e a sustentabilidade do planeta.

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta

		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)			Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	Emissões de dióxido de carbono *per capita* (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	Pegada material *per capita*	Índice de pegada material
		Valor	Valor	Diferença do valor do IDH (%)	Diferença da classificação do IDH	Valor	(toneladas)	Valor	(toneladas)	Valor
CLASSIFICAÇÃO DO IDH		**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**
	Desenvolvimento humano muito elevado									
1	Islândia	0,972	0,735	24,4	-40	0,756	10,0	0,869	32,2	0,643
2	Noruega	0,970	0,723	25,5	-49	0,746	7,1	0,907	37,5	0,584
2	Suíça	0,970	0,732	24,5	-41	0,755	3,7	0,951	39,8	0,559
4	Dinamarca	0,962	0,792	17,7	-6	0,824	4,6	0,940	26,4	0,708
5	Alemanha	0,959	0,785	18,1	-9	0,819	7,2	0,907	24,3	0,730
5	Suécia	0,959	0,810	15,5	2	0,845	3,4	0,955	24,0	0,734
	Desenvolvimento humano elevado									
75	Irão (República Islâmica do)	0,799	0,725	9,3	14	0,907	9,2	0,880	5,9	0,934
76	São Vicente e Granadinas	0,798	..	..	..	..	2,3	0,970	..	..
76	Tailândia	0,798	0,726	9,0	18	0,910	3,7	0,952	11,9	0,869
78	China	0,797	0,644	19,2	-27	0,808	8,3	0,891	24,9	0,724
79	Peru	0,794	0,757	4,7	43	0,953	1,6	0,979	6,6	0,927

		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)			Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	Emissões de dióxido de carbono *per capita* (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	Pegada material *per capita*	Índice de pegada material
		Valor	Valor	Diferença do valor do IDH (%)	Diferença da classificação do IDH	Valor	(toneladas)	Valor	(toneladas)	Valor
	Classificação do IDH	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**
	Desenvolvimento humano médio									
125	Butão	0,698	0,593	15,0	-8	0,849	2,2	0,972	24,7	0,727
126	Essuatíni (Reino de)	0,695	..	..	..	..	0,9	0,988	..	..
126	Iraque	0,695	0,665	4,3	13	0,957	3,9	0,949	3,2	0,964
128	Tajiquistão	0,691	0,673	2,6	21	0,974	0,9	0,988	3,6	0,960
129	Tuvalu	0,689	..	..	..	..	1,0	0,987	..	..
130	Bangladesh	0,685	0,666	2,8	18	0,972	0,7	0,991	4,3	0,952
130	Índia	0,685	0,656	4,2	14	0,957	2,1	0,972	5,2	0,942
132	El Salvador	0,678	0,638	5,9	9	0,941	1,3	0,983	9,1	0,899
133	Guiné Equatorial	0,674	0,644	4,5	14	0,955	3,6	0,953	3,9	0,957
133	Palestina (Estado da)	0,674	0,653	3,1	16	0,969	0,7	0,992	4,9	0,946
135	**Cabo Verde**	**0,668**	**..**	**..**	**..**	**..**	**0,9**	**0,988**	**..**	**..**
	Desenvolvimento humano baixo									
168	Paquistão	0,544	0,529	2,8	2	0,973	0,8	0,989	3,9	0,956
169	Senegal	0,530	0,512	3,4	0	0,966	0,7	0,991	5,4	0,940
170	Gâmbia	0,524	0,514	1,9	2	0,982	0,3	0,997	3,0	0,966
171	Congo (República Democrática do)	0,522	0,517	1,0	4	0,990	0,0	0,999	1,8	0,980
172	Maláui	0,517	0,507	1,9	2	0,980	0,1	0,999	3,5	0,961

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Ainda não existem dados sobre o IDHP de Cabo Verde, constando apenas na tabela elementos referentes às emissões de dióxido de carbono.

Documento 11

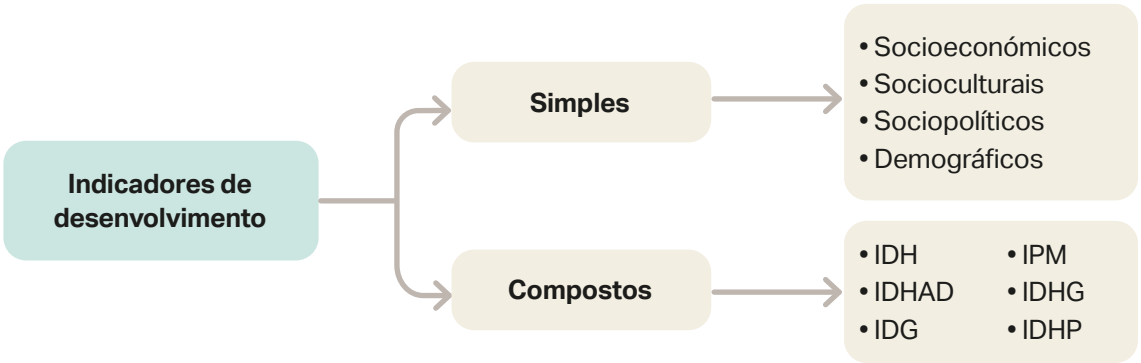
"Cabo Verde, um pequeno país insular no Oceano Atlântico, enfrenta um momento decisivo no seu processo de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. O Relatório sobre o Clima e Desenvolvimento de Cabo Verde (CCDR) revela uma dupla realidade – por um lado, vulnerabilidades gritantes e, por outro, oportunidades de inovação e sustentabilidade. O relatório traça um rumo ousado e necessário para que o país não só sobreviva como prospere face à transformação. [...]

Embora os desafios sejam imensos, a CCDR salienta que uma ação climática rápida e ambiciosa pode colher grandes dividendos para Cabo Verde. Ao investir em energia verde, turismo sustentável, gestão integrada da água e da terra e economia azul, Cabo Verde pode compensar os efeitos negativos das alterações climáticas e estimular o crescimento e a inovação. Estes esforços também melhorarão a resiliência externa da nação, reduzindo a sua dependência das importações de combustíveis e alimentos e criando novas oportunidades de emprego."

https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/publication/ambitious-climate-action-will-reap-large-dividends-for-cabo-verde [consult. 30 jun 2025]

Atividade 8

1. Compara os dados do IDHP da Noruega com os da Tailândia, comentando as suas principais diferenças.



Limitações dos indicadores

De uma forma geral, podemos dizer que, apesar das suas limitações, os indicadores constituem ferramentas de trabalho muito úteis para a observação das diferentes realidades de desenvolvimento das economias. Basta lembrar que **os indicadores são um meio de quantificar realidades que muitas vezes são difíceis de apreender e transformar em termos numéricos**, como as limitações do PIB enquanto indicador que não contempla o teor do que é produzido, mas apenas o valor do que é produzido, assim como deixa de fora o que é produzido pela economia informal e as externalidades. Por outro lado, às vezes também não é fácil efetuar comparações entre as diversas economias do mundo devido aos **diferentes processos de recolha dos dados estatísticos, variedade de moedas e até a alguma eventual falta de dados, o que inviabiliza a possibilidade de se efetuar uma comparação rigorosa**.

No entanto, desde que se leve em conta as limitações dos indicadores de desenvolvimento, estes podem constituir importantes fontes de observação das realidades de cada país e para a comparação de países, sendo aconselhável a análise de um grande número de indicadores para se obter uma visão mais completa.

Atividade 9

1. Indica alguns indicadores simples de desenvolvimento que conheças.
2. Identifica os principais indicadores compostos utilizados pelo PNUD.
3. Diz o que entendes por IDH.
4. Apresenta algumas limitações dos indicadores.

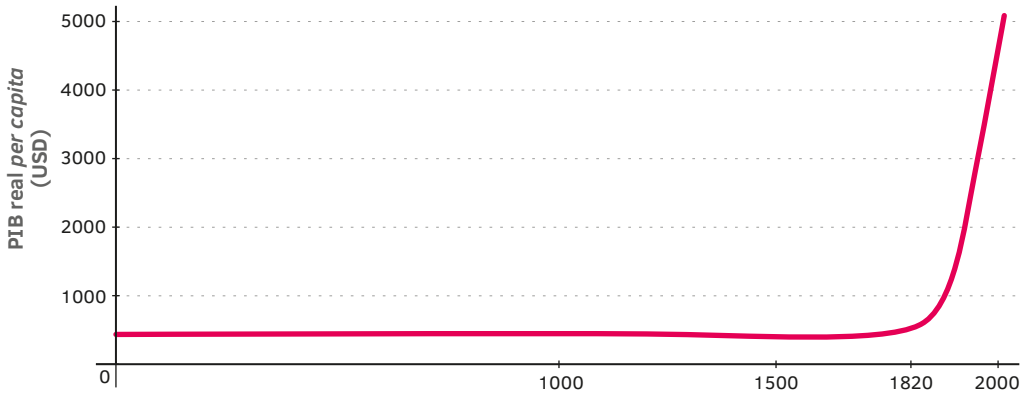
13.2. Crescimento económico moderno

Documento 12

"O nível de vida das populações nunca conheceu uma evolução tão favorável e tão rápida como aquela que teve lugar nos últimos 200 anos. Antes de 1800 as mudanças económicas eram quase impercetíveis e a maior parte da população esperaria morrer na mesma condição em que tinha nascido. A partir do século XIX o crescimento económico começou a gerar mudanças para melhor no padrão de vida das pessoas, conseguindo estas duplicar o seu rendimento *per capita* numa só geração."

DINIZ, Francisco (2010), *Crescimento e desenvolvimento económico*, Edições Sílabo

Evolução do PIB *per capita* mundial



DINIZ, Francisco (2010), *Crescimento e desenvolvimento económico*, Edições Sílabo

Os avanços tecnológicos possibilitados pelas novas invenções que surgiram com a Revolução Industrial trouxeram um grande progresso, conduzindo, em especial, as indústrias dos países da Europa e da América do Norte a um aumento sem precedentes da sua capacidade produtiva. Os progressos na produção fabril, associados a novas técnicas de produção, levaram aqueles países a uma grande acumulação de capital, fazendo com que se começasse a criar um fosso entre eles e os restantes países do mundo.

Documento 13

"As diferenças de nível de vida bastante significativas que hoje se encontram entre diferentes nações são resultado de trajetórias de crescimento muito díspares, o que conduz a uma questão decisiva: o que leva uns países a crescer mais que outros? A resposta direta a esta pergunta encontra-se na forma como é potenciada a acumulação de fatores produtivos. As economias crescem porque são capazes de combinar eficientemente os recursos que conseguem acumular. Estes são, essencialmente, a força de trabalho humana, devidamente enriquecida pelas suas qualificações, o capital físico, ou seja, o conjunto de máquinas, equipamentos e infraestruturas disponíveis para produzir, e a tecnologia. Assim, as economias crescem porque fazem aumentar a qualidade da sua mão de obra via educação e formação, porque os agentes mostram disponibilidade para renunciar ao consumo presente, via poupança, para assim acumular capital que permite produzir mais riqueza e aumentar o consumo futuro, e também porque investem na inovação e no progresso técnico."

GOMES, Orlando (2015), *Dicionário Prático de Economia*, Edições Sílabo

O conceito de crescimento económico do período moderno pressupõe a existência de um aumento sustentado, ao longo do tempo, dos níveis de produção de um país. Esse aumento da produção poderá ser motivado, entre outras razões, pelo aumento da dimensão dos mercados, como, por exemplo, quando se verifica um aumento da população, ou então ser motivado pelo aumento da produtividade do trabalho fruto de um aumento dos níveis de investimento em capital físico e humano e/ou do progresso tecnológico. Assim, para uma melhor compreensão deste tema importa analisar as fontes de crescimento económico.

13.2.1. Fontes de crescimento económico

As três principais fontes de crescimento económico são:

- aumento da dimensão dos mercados;
- investimento em capital;
- progresso tecnológico.

Começando pelo **aumento da dimensão dos mercados**, antes de mais, é necessário reconhecer que o crescimento económico está fortemente relacionado com a capacidade de aquisição dos consumidores do mercado interno e externo, como também está ligado com a crescente acessibilidade dos indivíduos aos bens de todas as partes do mundo.

Hoje em dia, podemos ter acesso a uma infinidade de bens de maior ou menor nível tecnológico, que nos são disponibilizados a partir de qualquer parte do globo.

Mas nem sempre foi assim. Os mercados foram aumentando ao longo dos séculos, inicialmente de forma muito lenta e, mais recentemente, de forma muito acelerada. Nos **mercados internos**, o aumento moderno da procura deveu-se sobretudo ao aumento da população e do seu poder de compra, associado à crescente aproximação das povoações de cada país, fruto da melhoria das vias de comunicação e da Internet, que permitiram aumentar exponencialmente o número de transações comerciais nacionais.

Por outro lado, as economias nacionais passaram a estar mais abertas ao exterior, face ao incremento das trocas comerciais e à crescente globalização em que vivemos. O aumento da dimensão do **mercado externo** possibilita o aumento das exportações e do investimento estrangeiro, geradores de crescimento económico. A sociedade atual é cada vez mais global, caracterizando-se pela maior proximidade entre as várias regiões do globo, pelo fácil acesso e rapidez na transmissão de informação e conhecimentos entre os cidadãos no mundo. Assim, as empresas crescem e fundem-se, os negócios aumentam e os bens são difundidos a uma grande velocidade.

Contudo, o crescimento económico também pode ser impulsionado pelo **investimento em capital** (físico e humano). Quando se investe capital nas empresas, geralmente estas conseguem aumentar a sua produção, gerando, na maioria das vezes, ganhos de produtividade. Assim, as empresas procuram aumentar o seu volume de negócios com vista a aumentar o retorno financeiro – situação que se traduz em crescimento económico para o país.

Nesse caso, falamos de **investimento em capital físico**, o investimento que é aplicado na aquisição, renovação e/ou substituição de capital fixo, como, por exemplo, bens de equipamento, viaturas ou edifícios, ou o investimento que é aplicado na compra de matérias-primas e matérias subsidiárias. Mas também podemos referir o **investimento em capital humano** como fonte de crescimento económico. Esta é a forma de investimento que recai sobre os recursos humanos, nomeadamente, na melhoria da sua formação e das condições de trabalho.

Constata-se que, quando se aposta na educação e formação profissional dos indivíduos, implementando conjuntamente condições de trabalho adequadas, geralmente as empresas veem os seus trabalhadores a aumentar a produtividade, auxiliando assim tanto as empresas como o país a crescer.

Por último, apresentamos o **progresso tecnológico** como fonte de crescimento económico. Este conceito está associado à capacidade de inovação de cada país, patente na constante introdução de novos produtos e processos de produção. O progresso tecnológico tem vindo a ganhar cada vez mais importância nas sociedades atuais. Durante muitos séculos os processos de descoberta decorreram de forma muito lenta. O ritmo das invenções aumentou muito com a Revolução Industrial, tendo acelerado, ainda mais, a partir da segunda metade do século XX. Hoje em dia, os processos de descoberta desenrolam-se de forma muito rápida, pois deles depende a sociedade de consumo em que vivemos.

"O primeiro quadro indica que foram necessários quase 19 séculos para que o PIB real *per capita* mundial duplicasse. Embora o PIB real *per capita* mundial tenha sido multiplicado por 10 nesse período, a população mundial era em 1850 5 vezes maior do que no início da cristandade. O processo de crescimento da população conheceu uma aceleração rápida entre 1500 e 1820. Desta data até aos nossos dias, a população cresceu mais do que 5 vezes. Em igual período o PIB real mundial cresceu 40 vezes, o que significa que o PIB real *per capita* mundial cresceu 8 vezes.

PIB real *per capita* 0 – 1995

Ano	População Mundial (Milhões)	PIB Mundial (1990, Milhares de milhões EUA$)	PIB Mundial *per capita* (1990, Milhares de milhões EUA$)
0	250	106	425
1000	273	115	420
1500	425	240	565
1820	1 068	695	651
1870	1 260	1 128	895
1913	1 772	2 726	1 539
1950	2 512	5 372	2 138
1973	3 897	16 064	4 123
1995	5 672	29 423	5 188

O segundo quadro apresenta as taxas de crescimento da população, do PIB e do PIB *per capita* a nível mundial agora até 1998. O período dourado do crescimento económico foi de 1950 a 1973, em que o crescimento destas grandezas foi de 1,93%, 4,88% e 2,90%, respetivamente."

Crescimento do PIB real *per capita* (Taxas de crescimento médias anuais em %)

Ano	População Mundial	PIB Mundial	PIB Mundial *per capita*
0 - 1000	0,01%	0,01%	0,00%
1000 - 1500	0,09%	0,15%	0,06%
1500 - 1820	0,29%	0,33%	0,04%
1820 - 1870	0,33%	0,97%	0,64%
1870 - 1913	0,80%	2,07%	1,27%
1913 - 1950	0,95%	1,85%	0,89%
1950 - 1973	1,93%	4,88%	2,90%
1973 - 1995	1,72%	2,79%	1,05%
1820 - 1995	1,00%	2,20%	1,20%
1991 - 1998	1,50%	3,20%	1,70%

DINIZ, Francisco (2010), *Crescimento e desenvolvimento económico*, Edições Sílabo

PIB real (%)

	2022	2023	2024e	2025f	2026f	2027f
Mundo	**3,3**	**2,8**	**2,8**	**2,3**	**2,4**	**2,6**
Economias avançadas	**2,9**	**1,7**	**1,7**	**1,2**	**1,4**	**1,5**
Estados Unidos	2,5	2,9	2,8	1,4	1,6	1,9
Zona do Euro	3,5	0,4	0,9	0,7	0,8	1,0
Japão	0,9	1,4	0,2	0,7	0,8	0,8
Mercados emergentes e economias em desenvolvimento	**3,8**	**4,4**	**4,2**	**3,8**	**3,8**	**3,9**
Leste Asiático e Pacífico	3,6	5,2	5,0	4,5	4,0	4,0
Europa e Ásia Central	1,5	3,6	3,6	2,4	2,5	2,7
América Latina e Caribe	4,0	2,4	2,3	2,3	2,4	2,6
Oriente Médio e Norte da África	5,4	1,6	1,9	2,7	3,7	4,1
Sul da Ásia	6,0	7,4	6,0	5,8	6,1	6,2
África Subsaariana	3,9	2,9	3,5	3,7	4,1	4,3

Nota: e = estimativa; f = previsão.

Banco Mundial, *Perspetivas Económicas Globais* – junho 2025

Atividade 10

1. Apresenta sucintamente cada uma das fontes de crescimento económico que estudaste.
2. Explica a importância do capital humano como fator de crescimento económico.
3. Comenta os documentos sobre a evolução do PIB mundial atendendo ao aumento da dimensão dos mercados.

13.2.2. Características do crescimento económico moderno

Como já se disse anteriormente, o fenómeno do crescimento económico moderno remonta aos finais do século XVIII, início do século XIX, partindo daquilo que hoje se chama Revolução Industrial. A partir desse momento a indústria e os serviços começaram a ter um papel dominante na atividade económica dos países mais desenvolvidos, retirando à agricultura parte da sua antiga posição de destaque. O crescimento económico moderno conduziu estes países a uma série de acontecimentos e resultados semelhantes que importa analisar.

As principais **características do crescimento económico moderno** que os países desenvolvidos apresentam em comum são:

- Alteração da estrutura da atividade económica
- Inovação tecnológica
- Aumento da produção e da produtividade
- Diversificação da produção
- Modificação do modo de organização económica
- Melhoria do nível de vida

A estrutura setorial de um país normalmente reflete o nível de desenvolvimento desse país. A estrutura setorial representa a forma como a população ativa do país está distribuída pelos três setores de atividade (primário, secundário e terciário). A maior ou menor predominância de cada setor na **estrutura da atividade económica** do país permite-nos tirar conclusões sobre o seu nível de desenvolvimento. Os países que têm grande parte da população ativa inserida no setor primário geralmente são menos desenvolvidos do que aqueles com uma forte componente nos setores secundário e terciário. Por norma, as atividades associadas ao setor primário conduzem à produção de bens de menor valor acrescentado, enquanto as atividades da indústria ou dos serviços permitem gerar mais valor ao país. À medida que um país cria mais valor, vai enriquecendo, passando a poder criar melhores condições de vida para as suas populações e, assim, gerar mais desenvolvimento.

O crescimento económico moderno conduziu à **terciarização** da economia, isto é, à passagem gradual da predominância dos setores primário e secundário para o setor terciário, setor em que geralmente é possível obter maior valor acrescentado. Numa primeira fase, o intenso processo de industrialização fez com que houvesse uma transição de grande parte da população ativa do setor primário para o setor secundário. Mais tarde, o forte desenvolvimento do setor terciário levou-o a sobrepor-se ao setor secundário, nomeadamente, devido a grandes melhorias introduzidas em serviços como os transportes, o comércio, a banca e os seguros, que passaram a assumir um papel de maior relevo na vida ativa das populações. Através do fenómeno da terciarização da economia, nos países desenvolvidos o setor terciário tem-se vindo a expandir até aos outros setores, passando a haver cada vez mais serviços associados a atividades dos setores primário e secundário.

Documento 14

"A terciarização pode ser abordada a partir de duas perspetivas diferentes. Por um lado, representa a expansão do setor terciário, que agrupa as atividades produtoras de bens imateriais. Simultaneamente, corresponde ao processo de transformação intersectorial, à reestruturação dos sistemas de produção, à crescente integração das atividades agrícolas, industriais e dos serviços. Segundo esta última abordagem, as barreiras entre os setores primário, secundário e terciário tendem a atenuar-se, dando lugar a uma economia integrada. Um bom exemplo desta articulação são as empresas agroindustriais.

Este fenómeno corresponde à principal característica das sociedades da atualidade e que se tem refletido no espaço. Tem vindo a impor a reorganização e reestruturação das economias e produzido grandes impactos na organização do território. Assim, os espaços têm sofrido intensos processos de reconfiguração funcional, quer em meio urbano quer em meio rural, concordantes com as alterações económicas, políticas e sociais observadas na atualidade."

https://www.infopedia.pt/artigos/$terciarizacao [consult. 30 jun 2025]

Atividade 11

1. **Comenta o documento 14, atendendo ao conceito de tercialização.**
2. **Identifica, em linhas gerais, as alterações comuns da estrutura da atividade económica dos países que ocorreram devido ao crescimento económico moderno.**

O crescimento económico moderno também está fortemente associado à **inovação tecnológica**. A inovação tecnológica tem permitido a introdução de inúmeras melhorias que aceleraram o ritmo do crescimento económico, nomeadamente, através do desenvolvimento de novos processos de fabrico e de gestão que permitiram **aumentar a produção e a produtividade** das empresas, mantendo, simultaneamente, os custos de produção unitários mais baixos.

As empresas das economias modernas apostam cada vez mais em I&D[3] como forma de se tornarem mais competitivas. À medida que a investigação vai gerando resultados, a sua produtividade vai melhorando, pois as inovações permitem-lhes agir de forma mais eficiente. Por outro lado, constata-se que a inteligência artificial também tem vindo a desempenhar um papel cada vez maior no aumento da eficiência das empresas e dos

[3] Investigação e Desenvolvimento

sistemas, trazendo consigo a possibilidade de uma aceleração sem precedentes. Mas não são só as empresas que apostam na inovação, o Estado também procura estimular a descoberta atribuindo verbas para a investigação a universidades, laboratórios, etc., e concedendo patentes aos autores das descobertas como forma de incentivo.

A inovação tecnológica também tem contribuído para a **diversificação da produção**. Hoje em dia, as empresas mantêm uma grande preocupação com o desenvolvimento de produtos, tendo vindo a gerar um fluxo constante de criação de novos produtos e de melhoramento dos produtos já existentes. Auxiliadas pelo *marketing*, as pessoas integradas nas atuais sociedades de consumo são cada vez mais convidadas a comprar novos produtos. Estes produtos são geralmente concebidos para durar menos tempo e existem em grande variedade, sendo selecionados pela qualidade, elementos diferenciadores, marca, entre muitas outras características. A massificação do consumo surgiu como consequência da expansão da produção. Com a industrialização da atividade económica, os bens passaram a ser produzidos em grande escala e, para escoar o excesso dessa produção, as empresas começaram a fazer com que os consumidores sentissem necessidade de comprar mais bens. O consumismo é um fenómeno que assume grandes proporções nas sociedades desenvolvidas, fazendo com que os consumidores sejam levados a consumir de forma irracional através de inúmeras técnicas comerciais e facilidades de crédito.

A **modificação do modo de organização económica** é outra característica comum das sociedades modernas desenvolvidas. Por um lado, as pequenas e médias empresas (PME) começaram a associar-se umas às outras, para melhorarem a sua competitividade e fazerem face à concorrência. As empresas passaram a adotar estratégias de concentração como forma de aumentar a sua dimensão, reduzir encargos comuns e eliminar intermediários. Através de processos de fusões e aquisições, aumentaram a sua dimensão, passando, consequentemente, a ter mais poder negocial junto dos fornecedores, facto que lhes permitiu reduzir os custos unitários e aumentar as margens de lucro. As empresas passaram também muitas vezes a deslocalizar as suas produções para os países onde conseguem ser mais eficientes e rentáveis, podendo assim vender os seus bens a preços cada vez mais baixos, sem perder rentabilidade. As PME têm contribuído bastante para o crescimento económico moderno dos países, auxiliando a desenvolver a capacidade produtiva do país que permite criar riqueza e fomentando as trocas com outros países.

Por outro lado, o papel do Estado também foi evoluindo, passando, nos séculos XVIII e XIX, por uma fase liberal em que não era sentida a necessidade de intervir muito na esfera económica, para uma nova forma de atuação, a partir do século XX, quando entendeu ser necessário passar a intervir de forma ativa para procurar atenuar os efeitos das crises económicas e sociais. O Estado passou a assumir um papel mais intenso na vida económica e social, procurando atuar mais como agente regulador e garantir a satisfação das necessidades básicas da população.

Atividade 12

1. Relaciona a inovação tecnológica com o crescimento económico moderno.
2. Indica as principais modificações da organização económica das sociedades desenvolvidas, referindo o papel do Estado e das PME.
3. Reflete sobre a importância do consumo privado enquanto indicador do nível de vida.

Mas o crescimento económico moderno também conduziu a uma **melhoria do nível de vida** das populações. Os aspetos mais visíveis desta melhoria são normalmente o maior acesso à educação e formação ao longo da vida, melhores condições sanitárias e de saúde, mais e melhores infraestruturas, um maior respeito pelos direitos e liberdades humanos, acesso a um maior número de bens culturais, entre muitos outros elementos geradores de bem-estar do ser humano. O crescimento económico permitiu, em geral, um aumento do rendimento das populações que lhes tornou possível aumentar o consumo, adquirindo um maior número de bens para satisfazer as suas necessidades. E é por isso que o consumo privado é um dos indicadores do nível de vida frequentemente utilizados.

Como vimos, o crescimento económico é um fator potencialmente gerador de desenvolvimento. Em linhas gerais, podemos concluir que o crescimento económico moderno trouxe uma mudança sem precedentes, caracterizando-se pelo aumento sustentado do nível de vida dos indivíduos das sociedades desenvolvidas. Ao longo dos séculos, o crescimento económico não evoluiu sempre da mesma forma, inicialmente cresceu devagar e, mais tarde, de forma mais acelerada. A atividade económica sofreu uma enorme evolução, sobretudo a partir do século XVIII, alcançando um ritmo verdadeiramente vertiginoso nos nossos dias. No entanto, o crescimento económico nem sempre gera desenvolvimento. Para haver desenvolvimento é necessário acrescentar uma mudança de mentalidade e centrar a atenção na melhoria integral da qualidade de vida do ser humano.

Documento 15

"Já sabemos que um crescimento desmedido, sem uma política de desenvolvimento capaz que o suporte, leva a situações que negam o próprio crescimento; a poluição, o desperdício das riquezas naturais, as situações de conflitos mundiais, a insustentável acumulação de bens, as desigualdades sociais, são exemplos de gritos de alarme dados pelos teóricos do desenvolvimento, que atribuem ao crescimento económico o papel de assegurar a repartição mais equilibrada dos recursos para garantir a satisfação das necessidades vitais dos homens e, assim, prosseguir a erradicação da pobreza e da miséria. Estas são formas de exclusão social que se tornam cada vez mais visíveis, a nível mundial, à medida que o crescimento económico prossegue de forma discrepante."

https://www.infopedia.pt/artigos/$crescimento-economico [consult. 1 jul 2025]

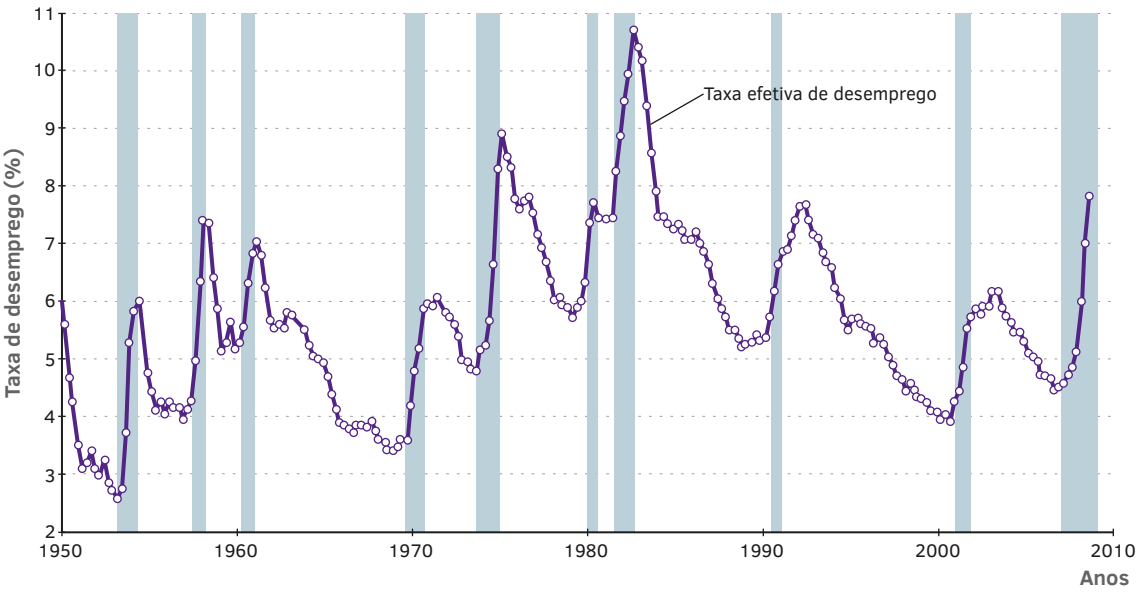
Atividade 13

1. **Justifica a existência de situações de crescimento económico sem desenvolvimento.**
2. **Compara situações concretas de desenvolvimento de países desenvolvidos e países em desenvolvimento.**

13.2.3. Ciclos de crescimento económico

Se observarmos os padrões de crescimento económico das sociedades ao longo do tempo, geralmente conseguimos detetar a sua natureza cíclica. Analisando a produção, o rendimento ou o emprego de cada país durante um determinado número de anos, é possível constatar que por norma os resultados da atividade económica não apresentam sempre os mesmos padrões de crescimento.

Taxa de desemprego e épocas de recessão (EUA)



SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William (2012), *Economia* (19.ª edição), Lisboa, McGraw-Hill

O ritmo de crescimento das economias geralmente vai-se alterando, apresentando flutuações cíclicas que podem ser observadas ao longo do tempo – ciclos económicos.

Ciclos económicos
Flutuações do produto, rendimento e emprego, de natureza ascendente e descendente, que têm impacto sobre a atividade económica.

Os **ciclos de crescimento económico** são flutuações recorrentes do produto, rendimento e emprego de um país, que se traduzem em variações ascendentes ou descendentes desses mesmos agregados. Cada ciclo económico é composto por uma fase ascendente **(expansão)** e por uma fase descendente **(recessão)**. Uma recessão geralmente é uma fase em que se verifica uma diminuição dos níveis de investimento, de produção, de consumo e de emprego. Em épocas de expansão, é frequente verificar-se o contrário, havendo uma maior propensão para o aumento dos níveis de investimento, de produção, de consumo e de emprego. Quando ocorre uma recessão grave e prolongada, dizemos que estamos perante uma **depressão**.

Documento 16

"**Ciclos económicos**

São desvios cíclicos ocorridos no decurso da atividade económica e correspondem a oscilações do produto, do rendimento e do emprego, e são caracterizados pela expansão ou pela contração generalizada na maioria dos setores económicos. As oscilações retratam movimentos ascendentes e descendentes do produto, das taxas de juro, das taxas de desemprego e dos preços. Um ciclo económico é constituído por fases entre as quais destacamos: recessão, depressão, expansão e prosperidade. Os pontos de viragem dos ciclos são designados por picos (pontos de viragem de uma expansão para uma recessão) e por fundos (pontos de viragem de uma recessão para uma expansão).

Podemos sistematizar os comportamentos cíclicos desenvolvidos na teoria dos ciclos por Schumpeter (1939) e que originaram a classificação dos ciclos económicos segundo a sua duração. Temos os ciclos de Kondratieff com uma duração de 40 a 60 anos, os ciclos de Juglar com uma duração de 7 a 11 anos e os de Kitchin com uma duração de 2 a 4 anos."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Atividade económica desde 1919

SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William (2012), *Economia* (19.ª edição), Lisboa, McGraw-Hill

O período de flutuação cíclica corresponde ao intervalo de tempo que decorre entre dois pontos mínimos (baixas ou fundos) ou dois pontos máximos (picos) consecutivos, sendo este período variável. Existem diversas teorias quanto ao período de duração de cada ciclo. Há quem considere ciclos com duração mais curta, de 2 a 4 anos, e ciclos com duração mais longa, podendo estes chegar até 40 a 60 anos.

Documento 17

"Desde os primórdios da humanidade, na luta pela subsistência, que a atividade económica apresenta movimentos ondulatórios, quer devido à repercussão de acontecimentos (por vezes, independentes uns dos outros), quer resultante de fatores endógenos ou exógenos; que constituem causas cumulativas e interativas que se conjugam em processos de simbiose, tudo isto tornando impossível o descortinar da essência determinante da flutuação. Os homens são componentes da realidade evolutiva, pagando a fatura resultante daquela.

As flutuações da atividade económica podem ser de natureza diferente, distinguindo-se três tipos:

- O movimento *secular*, vulgarmente designado pela expressão anglo-saxónica «trend», para representar a *tendência* histórica de longo prazo;
- O movimento *sazonal*, normalmente ligado a alterações físicas ocasionais, de carácter aleatório;
- O movimento *cíclico*, que representa o elemento ondulatório de natureza económica, por vezes cumulativa, e que em si mesmo contém o fenómeno da evolução do enquadramento combinatório da atividade complexa.

Documento 17 (cont.)

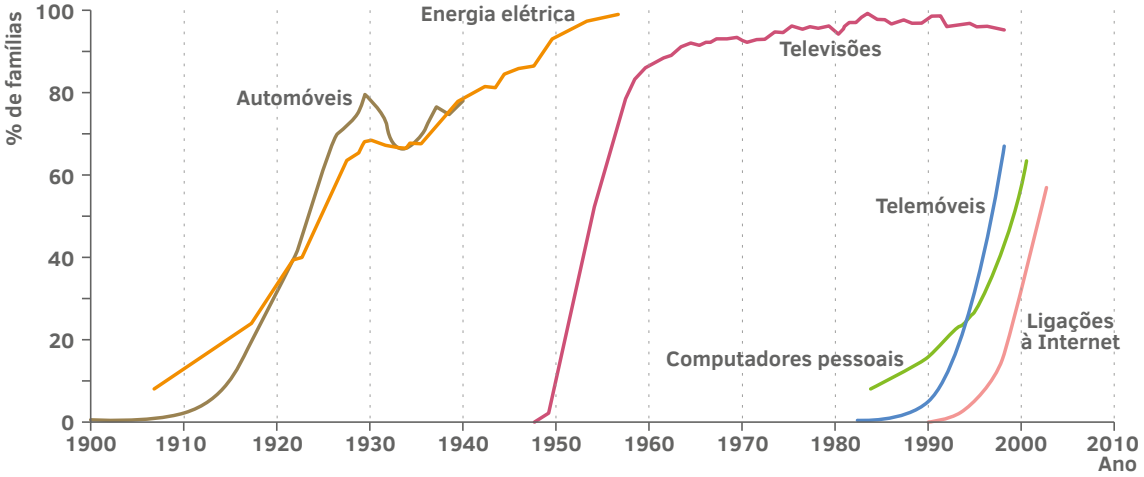
Da existência destes movimentos, os que maior perturbação causam são os de natureza cíclica, que se projetam em curvas ao longo do tempo (imagem geométrica de dados estatísticos), balizados por máximos (picos) e mínimos. Dentro desta análise do comportamento da atividade económica, e indo para além do quadro temporal, há que apreciar a estrutura e a intensidade do ciclo. A primeira destas reporta-se ao tipo de curva (arredondada; triangular; em ponta), com exemplos nas variações de preços, de produção ou bolsista. A segunda diz respeito à intensidade da oscilação, podendo ser calculadas pela diferença entre máximos e mínimos, valor do desvio, expresso geralmente em percentagem.

Face ao exposto, é fácil descortinar que, quer em termos de processo, quer na resultante concreta e final, não existem crises iguais. Cada crise é específica, situada historicamente no tempo e no espaço.

Os ciclos comportam simultaneamente elementos económicos e sociais. Os primeiros podem ser exemplificados através das variáveis de preços, de produção, de comércio externo. Os segundos tipificam-se nos fenómenos de pobreza, de desemprego, de desigualdade de rendimento, de poder de compra da classe média, e outros."

Medeiros, Eduardo (2013), *Economia Internacional – Comércio e Finanças*, Escolar Editora

Difusão das principais tecnologias



SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William (2012), *Economia* (19.ª edição), Lisboa, McGraw-Hill

Atividade 14

"Não há dois ciclos económicos totalmente iguais. Não há fórmulas exatas – como as que se aplicam às translações dos planetas, ou ao movimento de um pêndulo – que possam ser usadas para prever a duração e o momento de ocorrência dos ciclos económicos. Em vez disso, os ciclos económicos assemelham-se muito mais às variações irregulares da meteorologia."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia* (19.ª edição), Lisboa, McGraw-Hill

1. **Diz o que entendes por ciclo económico.**
2. **Caracteriza sucintamente as fases de um ciclo económico.**
3. **Comenta o gráfico sobre a difusão das principais tecnologias, atendendo ao conceito de período de flutuação cíclica.**

13.3. Desenvolvimento humano e sustentável

Como vimos, o desenvolvimento humano vai para além do crescimento económico, centrando-se no bem-estar humano com vista a melhorar as condições de vida das pessoas em três grandes dimensões: vida longa e saudável, acesso a conhecimento e um padrão de vida digno. No entanto, o crescimento económico tem trazido consigo uma excessiva utilização dos recursos do planeta, colocando em risco as gerações futuras.

Importa, então, acrescentar ao conceito de desenvolvimento humano aquilo a que chamamos desenvolvimento sustentável.

13.3.1. Noção e importância

O **desenvolvimento sustentável** é um desenvolvimento que entra em linha de conta com a sustentabilidade do planeta, no qual se procura satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer o acesso futuro aos recursos do planeta por parte das gerações vindouras.

Este é o modelo de desenvolvimento que está na base da Agenda 2030, da ONU, como veremos mais à frente, e envolve três pilares: sustentabilidade ambiental, social e económica, visando a preservação dos recursos naturais e o combate às alterações climáticas; a promoção da justiça e coesão social; e crescimento económico inclusivo e equitativo.

Documento 18

"O conceito de **desenvolvimento sustentável** foi definido pela primeira vez no Relatório Brundtland de 1987 «O nosso futuro comum» da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento como «desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades»."

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:sustainable_development#:~:text=O%20conceito%20de%20desenvolvimento%20sustentável,das%20gerações%20futuras%20às%20suas [consult. 30 jun 2025]

A **integração do desenvolvimento humano e sustentável** conduz as sociedades à verdadeira forma de progresso, aquela onde o crescimento económico proporciona benefícios de modo justo e inclusivo, sem colocar o planeta em risco.

Assim, no âmbito da Agenda 2030, a ONU definiu um conjunto de 17 objetivos globais, denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vista a alcançar maior justiça, equidade e sustentabilidade planetária até ao ano 2030. Estes objetivos são de extrema importância devido à capacidade de promover a coordenação de ações entre diversas regiões do mundo, apelando à atuação com vista a erradicar a pobreza, proteger o ambiente e assegurar o bem-estar coletivo.

Documento 19

"**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

"Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos. São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta e um plano para o sucesso".

Ban Ki-moon (antigo Secretário-Geral das Nações Unidas)

O que são

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, e que entrou oficialmente em vigor em 2016, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global. Os ODS reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico – ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas. Os ODS definem as prioridades e aspirações globais para 2030 em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir.

Estes objetivos globais assumidos pelos 193 países das Nações Unidas têm como ambição "não deixar ninguém para trás", através do estabelecimento de uma linguagem comum para todos os

stakeholders[1], fixam metas de sustentabilidade, com foco em áreas críticas para a humanidade, e estruturam-se em torno de 5 Princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias.
Os ODS foram desenvolvidos a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que estiveram em vigor entre 2000 e 2015. O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015 concluiu que o esforço de 15 anos para alcançar oito metas ambiciosas estabelecidas pela Declaração do Milénio, em 2000, teve um grande sucesso a nível global, mas há muito mais a fazer. Os ODS pretendem ir mais longe e espoletar novas parcerias para o efeito."

[1] Expressão abrangente que, neste contexto, equivale a dizer "todas as partes interessadas".

https://ods.pt/ods/ [consult. 30 jun 2025]

Cabo Verde tem dado passos importantes na implementação dos ODS, nomeadamente, trabalhando em cooperação com as Nações Unidas para dar respostas a áreas fundamentais relacionadas com aspetos sociais, a economia, o meio ambiente, entre outras. No entanto, apesar dos avanços, ainda é necessário ultrapassar alguns desafios, nomeadamente, em relação à pobreza, saúde e educação.

Documento 20

"A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) oferecem uma oportunidade para Cabo Verde adotar um caminho transformador que leva ao desenvolvimento sustentável. Cabo Verde tem vindo a investir recursos e a fortalecer parcerias para a implementação dos ODS com vista a responder aos desafios a longo prazo e emergentes. Sendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas em todos os lugares possam desfrutar de paz e prosperidade, as Nações Unidas em Cabo Verde têm trabalhado com os seus parceiros, nacionais e internacionais, de forma conjunta e coordenada, visando identificar repostas às prioridades nacionais dos desafios do desenvolvimento sustentável do país. Cabo Verde precisa de fortes parcerias e intervenções sustentáveis com claro impacto no fortalecimento das capacidades das instituições e provisões de serviços para as comunidades locais, famílias, incluindo mulheres, crianças, jovens e pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade. Neste sentido, o atual Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF) 2018-2022 está ancorado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS), tendo o objetivo comum de garantir melhor qualidade de vida às populações, reduzindo as desigualdades e iniquidades, de forma que ODS tenham impacto real nas pessoas."

https://caboverde.un.org/pt/sdgs#:~:text=Como%20as%20Nações%20Unidas%20apoiam%20os%20Objetivos,caminho%20transformador%20que%20leva%20ao%20desenvolvimento%20sustentável [consult. 26 jun 2025]

Documento 21

"**Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde**
Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), Cabo Verde e os seus parceiros têm trabalhado e continuarão na direção de redução das suas vulnerabilidades, construção da sua resiliência às mudanças climáticas, colmatando assim as distâncias geográficas entre as suas ilhas; redução das disparidades regionais, custo de energia, água e transporte; aumento da sua produtividade; investimento no seu capital humano; promoção do uso sustentável e da conservação de seus recursos naturais – recursos terrestres e marinhos; e de impulsionamento da sua integração dinâmica no sistema económico global. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estes são os objetivos que as Nações Unidas estão a contribuir para a sua realização em Cabo Verde:"

https://caboverde.un.org/pt/sdgs#:~:text=Como%20as%20Nações%20Unidas%20apoiam%20os%20Objetivos,caminho%20transformador%20que%20leva%20ao%20desenvolvimento%20sustentável [consult. 26 jun 2025]

Em 2023, no âmbito da participação de Cabo Verde na cimeira dos ODS, foram definidos cinco temas prioritários:

- Erradicação da pobreza e o combate à insegurança alimentar em Cabo Verde
- Capital humano: emprego jovem, educação, saúde, proteção social, igualdade de género e desporto
- Economia digital
- Transição energética e alterações climáticas

- Sistemas e instituições fortes e eficazes: justiça e paz social, administração pública, setor privado, sociedade civil e comunicação social

ODS	Indicador	Tendência	Meta
1 ERRADICAR A POBREZA	1.1.1 População abaixo da linha de pobreza internacional (%)	↗↗↗↗	
	1.2.1 População abaixo da linha de pobreza nacional (%)	↗↗↗↗	
	1.3.1 População abrangida por sistemas de proteção social (%)	↗↗↗	
2 ERRADICAR A FOME	2.1.2 Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave (%)	↗↗	
	2.2.1 Prevalência de nanismo em crianças menores de 5 anos (%)	↗↗	
	2.2.2 Prevalência de desnutrição em crianças menores de 5 anos (%)	↗↗	
3 SAÚDE DE QUALIDADE	3.1.1 Razão de mortalidade materna por 100 000 nados-vivos	↗↗↗↗	
	3.2.1 Taxa de mortalidade de menores de cinco anos por 1000 nados-vivos	↗↗↗↗	
	3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1000 nados-vivos	↗↗↗↗	
	3.3.1 Número de novas infeções por HIV por 1000 habitantes não infetados	↗↗↗↗	
	3.3.3 Incidência de malária por 1000 habitantes	↗↗↗↗	
	3.4.1 Número de mortes atribuída às DCNT (cárdio, cancro, respiratórias)	↘	
	3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (OMS)	↗↗	
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	4.1.2 Taxa de conclusão – Ensino (Ensino primário – 6.º ano) (%)	•	
	(Ensino secundário inferior – 8.º ano) (%)	•	
	(Ensino secundário – 12.º ano) (%)	•	
	4.5.1 Taxas de paridade (meninas/meninos) na educação	↗↗↗	
	4.a.1 Proporção de escolas que oferecem serviços básicos (%)	↗↗↗↗	
	4.c.1 Professores com as qualificações mínimas exigidas (%)	↗↗↗↗	
5 IGUALDADE DE GÉNERO	5.2.1 Mulheres submetidas à violência física/sexual/psicológica (%)	•	
	5.2.2 Mulheres submetidas à violência sexual não por parceiro íntimo (%)	•	
	5.5.1(a) Mulheres no parlamento nacional (%)	↗↗↗	
	5.5.2 Mulheres em cargos gerenciais (%)	↗↗↗↗	

ODS	Indicador	Tendência	Meta
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	6.1.1 População que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura (%)	↗↗↗	
	6.2.1 População que utiliza serviços de saneamento geridos de forma segura (%)	↗↗↗	
	6.5.1 Grau de gestão integrada de recursos hídricos	•	
7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	7.1.1 Proporção da população com acesso à eletricidade (%)	↗↗↗	
	7.1.2 Dependência primária de combustíveis e tecnologia limpos (%)	↗↗	
	7.2.1 Energias renováveis na produção de eletricidade (%)	↘	
8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	8.2.1 Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada	•	
	8.3.1 Proporção de emprego informal no emprego total	↘	
	8.5.2 Taxa de desemprego por género e idade	↗↗	
	8.6.1 Jovens (15-24 anos) que não estudam, não trabalham nem seguem qualquer formação	↗↗	
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	9.2.1 Valor acrescentado da indústria transformadora em proporção do PIB	→	
	9.2.2 Emprego industrial como proporção do emprego total	↗↗	
	9.b.1 Valor agregado da indústria de média/alta tecnologia no valor agregado total	→	
	9.c.1 Proporção da população coberta por uma rede móvel	↗↗↗	
10 REDUZIR AS DESIGUALDADES	10.1.1 Crescimento da despesa/rendimento *per capita* dos 40% mais pobres (%)	↗↗↗	
	10.2.1 Pessoas que vivem abaixo de 50% do rendimento médio (%)	↗↗↗	
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	11.1.1 População urbana que vive em habitações inadequadas	↘	
14 PROTEGER A VIDA MARINHA	14.5.1 Áreas marinhas protegidas (%)	•	

ODS	Indicador	Tendência	Meta
15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	15.1.1 Área florestal como proporção da área total da terra (%)	↗↗	
	15.7.1 Vida selvagem que foi caçada ou traficada ilicitamente – Tartarugas	↘	
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	16.1.1 Vítimas de homicídio doloso por 100 000 habitantes	↗↗	
	16.9.1 Nascimentos registados em autoridade civil	↘	
17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	17.1.1 Receita total do governo em proporção do PIB	↗↗	
	17.1.2 Proporção do orçamento interno financiado por impostos nacionais	↗↗↗	
	17.3.1 Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, em % do PIB	↘	
	17.3.2 Remessas de Emigrantes em % do PIB	↗↗↗	
	17.4.1 Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços	↘	

Legenda

Tendência

- ↗↗↗↗ **Ritmo acelerado**
- ↗↗↗ **Ritmo positivo**
- ↗↗ **Ritmo insuficiente**
- ↘ **Ritmo negativo**
- → **– Estagnação**
- • **– Dados insuficientes que não permitem identificar todas as tendências**

Meta (2030)

- Atingida ou praticamente atingida
- Com possibilidade de atingir
- Dificuldades para atingir
- Dificuldades mais profundas
- Meta não está definida

https://caboverde.un.org/sites/default/files/2024-12/241205_Apresentacao%20Resultados%202024%20%2B%20Prioridades%202025%20-%20ONE%20UN%20SC_draft6_COM_VIDEO.pdf [consult. 26 jun 2025]

Atividade 15

"A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.
São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global."

https://ods.pt/#:~:text=Os%20ODS%20constituem%20uma%20oportunidade%20única%20e,biodiversidade%20e%20às%20desigualdades%20e%20assimetrias%20sociais [consult. 30 jun 2025]

Atividade 15 (cont.)

1. Comenta a última afirmação, atendendo à importância de as sociedades promoverem o progresso com base no desenvolvimento humano e sustentável.
2. Aprofunda o tema, pesquisando mais sobre a Agenda 2030 e os ODS, nomeadamente através do *site* das Nações Unidas em Cabo Verde (https://caboverde.un.org/pt/sdgs).

13.3.2. Os problemas ambientais e o esgotamento dos recursos

O crescimento económico moderno conduziu a um aumento exponencial dos níveis da produção que levou, por um lado, a um **aumento da poluição e degradação ambiental** e, por outro, a uma **diminuição da base de recursos disponíveis no planeta**. Uma das principais consequências do crescimento económico moderno, associado ao forte desenvolvimento dos países, é a crescente utilização de recursos naturais que tem sido necessário canalizar para se poder produzir os atuais níveis de produção de bens. Além disso, podemos constatar que muitas das técnicas utilizadas para levar a cabo essa mesma produção conduzem a um empobrecimento ambiental, poluindo a atmosfera, as águas e os solos de forma muitas vezes irreversível.

Poluição e degradação ambiental

Documento 22

"**Poluição**
Perturbações no ambiente causadas pela atividade humana. Existem diversas formas de poluição: poluição atmosférica, causada pelo fumo e gases industriais e pela circulação automóvel; poluição dos rios e mares devido ao lançamento de produtos poluentes (efluentes industriais, esgotos, derrames petroleiros, etc.) e aquela que se verifica no solo devido ao abuso da utilização de fertilizantes químicos e pesticidas."

BATOUXAS, Mariana e VIEGAS, Julieta (1998), *Dicionário de Geografia*, Edições Sílabo

A poluição ambiental consiste na contaminação atmosférica, das águas e dos solos, através de algumas atividades humanas que geram a libertação de lixo orgânico, industrial, gases poluentes, detritos materiais, produtos químicos, etc., que conduzem à eliminação de certas espécies vegetais e animais, à destruição dos ecossistemas naturais e à deterioração da qualidade do ar, dos recursos hídricos e dos solos.

- **Poluição atmosférica**
  A poluição atmosférica é causada pela contaminação do ar através do lançamento de substâncias poluentes, como elementos químicos, gases e poeiras provenientes da circulação rodoviária e das indústrias. As principais consequências da poluição atmosférica são as chuvas ácidas, a diminuição da camada de ozono e aumento do efeito estufa.
- **Poluição das águas**
  A poluição das águas ocorre quando os recursos hídricos são contaminados de forma química, física ou biológica, deixando assim de poder ser utilizados para o consumo humano e perturbando os ecossistemas, afetando a fauna e a flora. A poluição das águas pode ser localizada em determinados cursos de água específicos, como a que resulta do lançamento de descargas tóxicas nos mares e rios, ou pode ser realizada de forma difusa, como acontece com as chuvas ácidas, que não têm uma proveniência localizada.
- **Poluição dos solos**
  O ser humano também tem vindo a provocar a degradação dos solos, fazendo com que estes se tornem cada vez mais improdutivos. As principais razões dessa degradação são a desflorestação gerada pela extração de madeira e pelos incêndios florestais; a agricultura intensiva que tem conduzido à elevada utilização de fertilizantes químicos e pesticidas; a agricultura em monocultura provocando o esgotamento dos solos; o excessivo pastoreio; a expansão urbana que tem intensificado a ocupação dos solos com construção; as descargas de resíduos e as chuvas ácidas, entre outras. Por outro lado, também se tem verificado uma maior desertificação dos solos em determinadas regiões áridas, geralmente próximas de desertos. O aumento da dimensão da superfície deserta no planeta prejudica grandemente as populações, especialmente as que são mais dependentes da terra para o desenvolvimento de atividades como a agricultura ou a pecuária.

Esgotamento dos recursos

Outra consequência ecológica do crescimento económico moderno das sociedades é a **diminuição da base de recursos disponíveis no planeta**. O ritmo de consumo das sociedades atuais tem sido demasiado acelerado para a Natureza, que, sendo cada vez mais pressionada pelo Homem, não é capaz de repor em tempo útil os recursos naturais desenfreadamente consumidos.

Os principais sintomas da diminuição da base de recursos disponíveis são a redução de:

- água potável;
- solos produtivos;
- zonas verdes e florestas;
- biodiversidade.

Assim, por um lado, constatamos que tem havido uma **diminuição da quantidade de água potável** no planeta devido ao aumento contínuo da poluição, nomeadamente, a contaminação das águas através do lançamento de efluentes e das chuvas ácidas.

Por outro lado, verificamos que a utilização intensiva dos solos, a elevada construção de infraestruturas como estradas e pontes, a poluição e a desflorestação têm vindo a contribuir para uma **redução da produtividade dos solos**, fazendo com que seja cada vez menor e de pior qualidade a superfície de solo arável na Terra.

Além disso, a elevada extração de madeira, os incêndios florestais, a expansão das zonas urbanas, o aumento das superfícies de cultivo, entre outros, têm levado a uma forte **redução das zonas verdes e das florestas**.

E, por último, todos estes factos têm conduzido a uma **perda de biodiversidade** ao afetarem os ecossistemas do planeta. As cadeias alimentares são ameaçadas, havendo inclusivamente diversas espécies de animais e vegetais que se têm vindo a extinguir ou a ficar em risco de extinção.

Face ao exposto, é fundamental realçar a necessidade imperiosa de os seres humanos se responsabilizarem por uma utilização racional dos recursos e adotarem medidas que permitam inverter os processos de contaminação do planeta, de forma a devolver à Terra as suas potencialidades originais. Assim, é necessário **promover um desenvolvimento sustentável**, que defenda a manutenção dos ecossistemas e a proteção das espécies em risco, mantendo uma atitude de respeito pela Natureza e pelos seus ciclos naturais de reposição. Os indivíduos deverão modificar os seus comportamentos e estilos de vida, nomeadamente, alterando os seus padrões de consumo de modo a respeitar os ritmos da Natureza.

Atividade 16

1. **Caracteriza sucintamente as principais consequências da poluição atmosférica.**
2. **Estabelece uma relação entre o esgotamento dos recursos e os padrões culturais e estilos de vida das sociedades.**

13.3.3. As desigualdades atuais de desenvolvimento

Documento 23

"O desenvolvimento humano a nível global está em recuperação, mas esse desempenho tem sido parcial, incompleto e desigual. A situação piora a distância entre países ricos e pobres e alimenta a polarização política, segundo o Relatório do Índice do Desenvolvimento Humano de 2023/24.

Impacto da polarização no desenvolvimento

O PNUD destaca que os países ricos registam níveis recorde de desenvolvimento humano, no entanto, metade dos países mais pobres do mundo retrocederam, permanecendo abaixo do nível de progresso anterior à crise da Covid-19.

Conforme mencionado no relatório, quase 40% do comércio mundial de bens está concentrado em três ou menos países. Além disso, em 2021 a capitalização de mercado de cada uma das três maiores empresas de tecnologia do mundo ultrapassou o valor do PIB de mais de 90% dos países naquele ano.

O secretário-geral da ONU afirmou que o mundo vive uma "era de polarização" que está a afastar a possibilidade de cooperação em temas urgentes como a resolução de conflitos e a crise climática e tem um "impacto devastador no desenvolvimento sustentável".

António Guterres disse que o relatório revela que a "melhor esperança para o futuro é combater a retórica divisionista e destacar objetivos comuns que unem a grande maioria das pessoas em todo o mundo"."

ONU News, https://news.un.org/pt/story/2024/03/1829072, 13 de março de 2024 [consult. 30 jun 2025]

Como vimos ao longo deste capítulo, nos últimos dois séculos o crescimento económico mundial teve uma evolução sem precedentes. Mas, a partir de meados do século XX, o mundo começou a dividir-se. As economias desenvolvidas e em desenvolvimento começaram a registar diferentes ritmos de crescimento. Os países que até então apresentavam padrões de vida semelhantes passaram a revelar ritmos de crescimento bastante diferentes uns dos outros, repercutindo-se assim numa maior clivagem entre os níveis de bem-estar das populações.

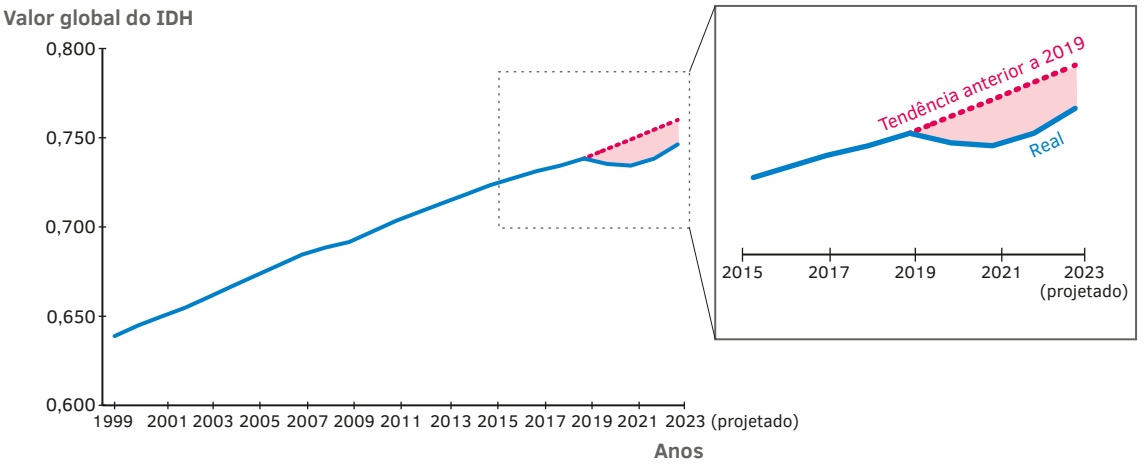
Atividade 17

1 **Explica o sentido da afirmação:**

O mundo atual é marcado por fortes contrastes. Nem todos os países apresentam o mesmo nível de riqueza e de bem-estar da sua população.

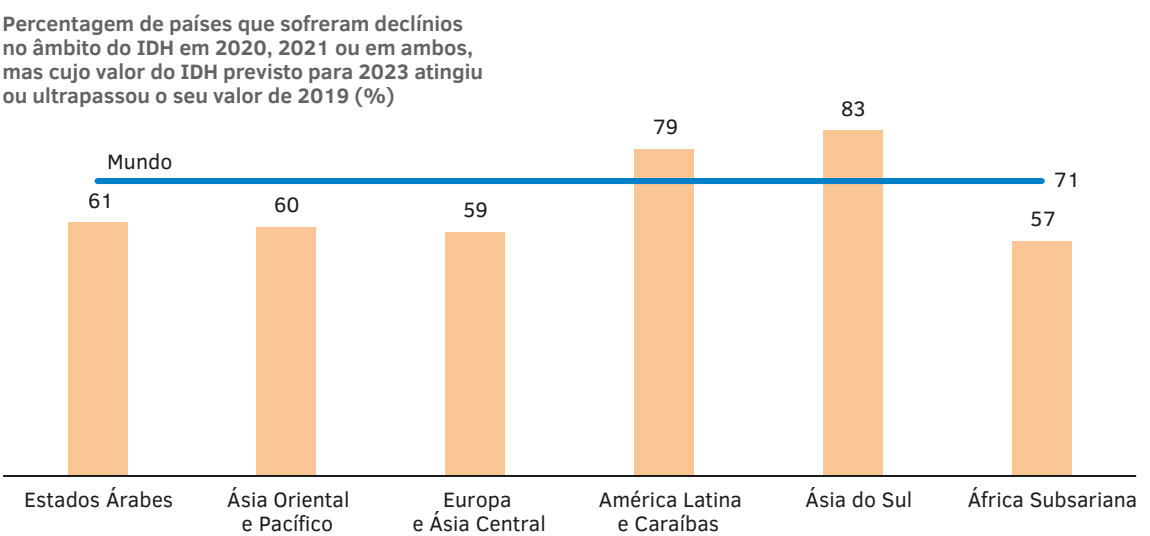
Vejamos alguns documentos sobre as atuais desigualdades de desenvolvimento dos países.

O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à sua tendência anterior a 2019



PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024*

A recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está incompleta

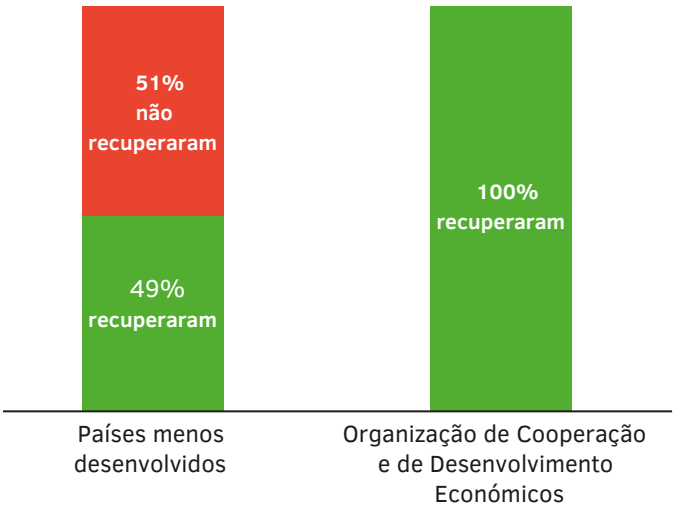


Nota: a recuperação significa que os países que sofreram um declínio no valor do IDH em 2020 ou 2021 deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH anterior ao declínio até 2023.

Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024*

Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja altamente desigual

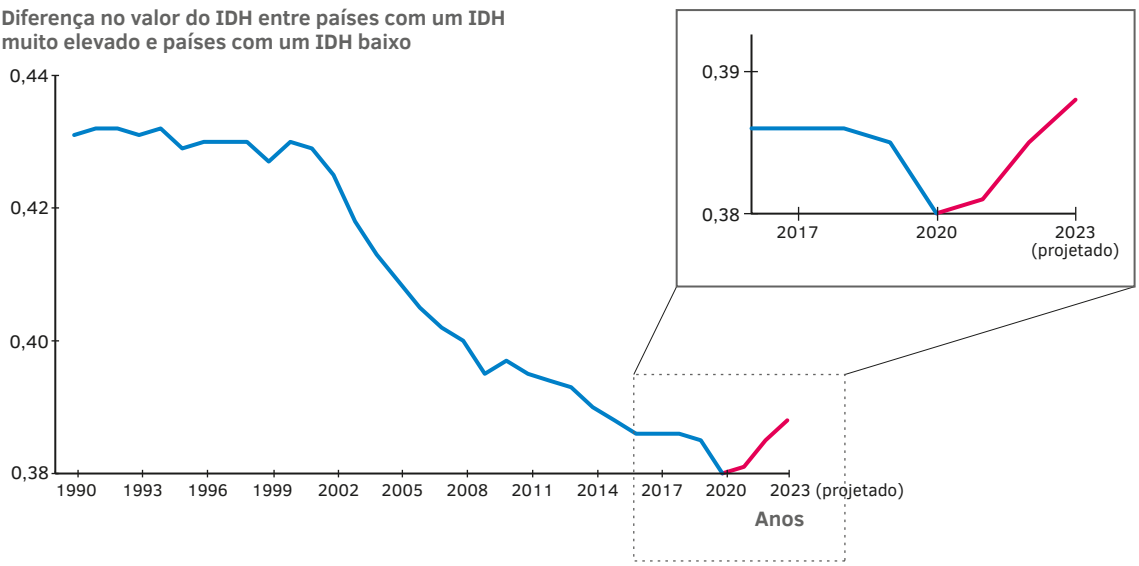


Nota: os países menos desenvolvidos têm baixos níveis de rendimento e enfrentam vulnerabilidades que os tornam "o segmento mais pobre e mais fraco" da comunidade internacional (https://www.un.org/ohrlls/content/about-least-developed--countries). A recuperação significa que os países que sofreram um declínio no valor do IDH em 2020 ou 2021 deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH anterior ao declínio até 2023.

Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024*

Os países com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram deixados para trás

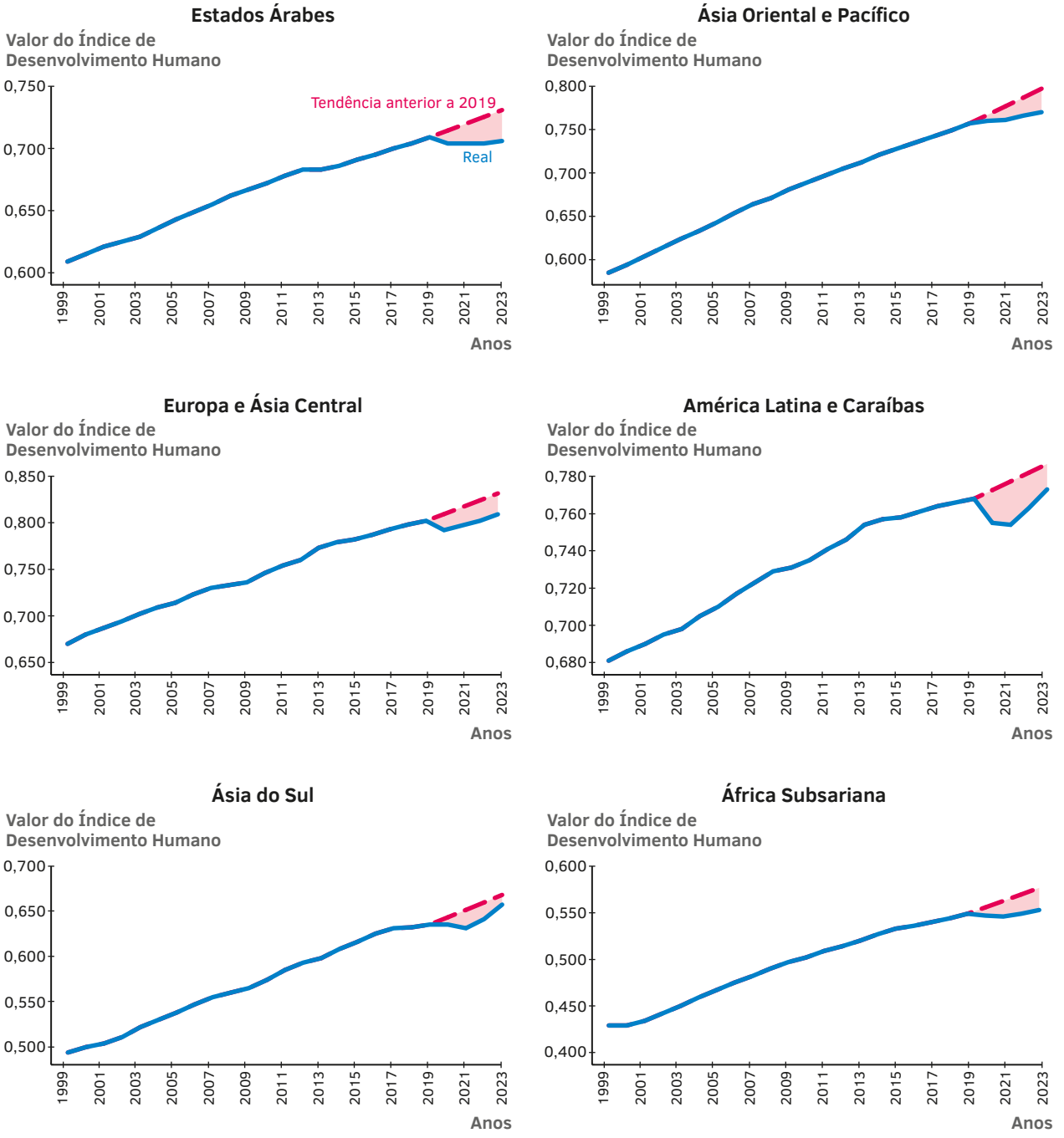


Nota: a diferença nos valores do IDH para 2023 baseia-se em projeções.

Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024*

O valor do Índice de Desenvolvimento Humano previsto para 2023 em cada região em desenvolvimento é inferior à sua tendência anterior a 2019

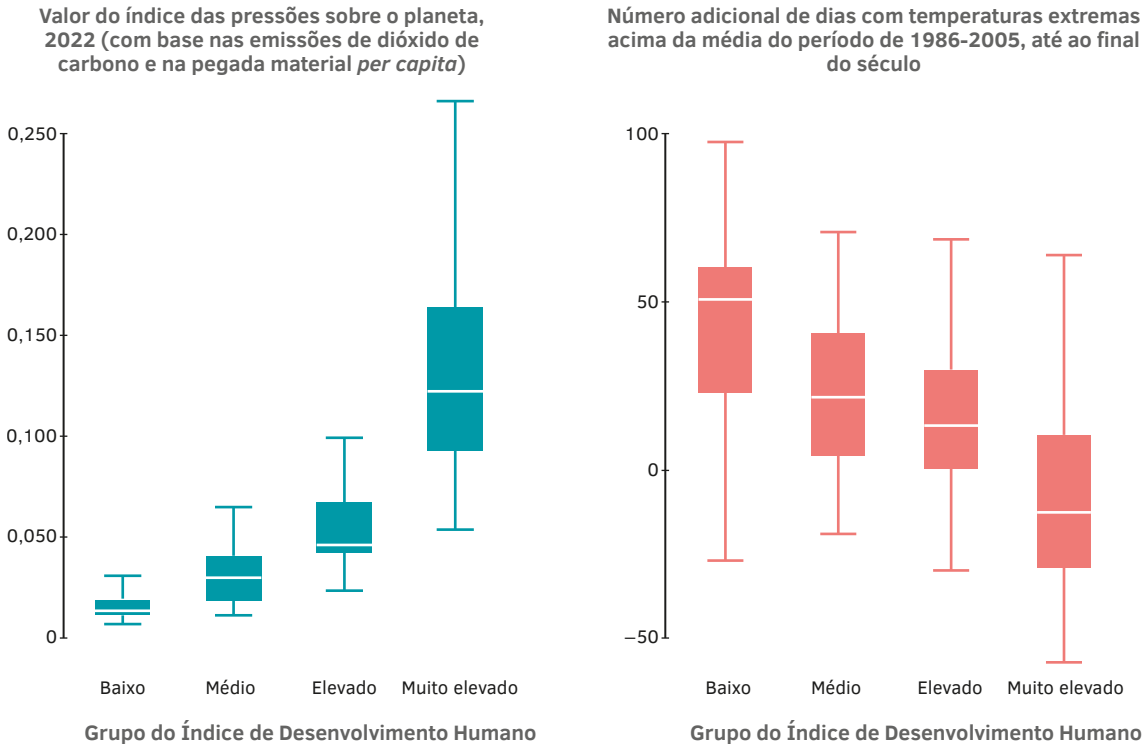


Nota: os valores do Índice de Desenvolvimento Humano para 2023 são projeções. As tendências anteriores a 2019 baseiam-se na evolução do IDH de cada região nos 20 anos anteriores.

Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024*

As pressões sobre o planeta estão dissociadas dos seus efeitos geográficos e temporais



Nota: o Índice das Pressões sobre o Planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país (é 1 diminuído do fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do Anexo Estatístico). Os dias extremos no final do século baseiam-se no cenário de emissões muito elevadas. Cada caixa mapeia os 50 percentis intermédios da distribuição; a linha central representa a mediana. No exterior da caixa, as linhas das extremidades representam o mínimo e o máximo aproximados da distribuição. Os valores aberrantes não são exibidos.

Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Carleton e outros (2022) e PNUD (2020b).

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024*

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2021 PPP $)
	2023	2023	2023	2023	2023
Agrupamentos por IDH					
Desenvolvimento humano muito elevado	0,914	80,0	16,4	12,5	53 014
Desenvolvimento humano elevado	0,777	75,7	14,6	8,7	18 405
Desenvolvimento humano médio	0,656	69,3	12,1	6,8	7 822
Desenvolvimento humano baixo	0,515	65,0	8,9	4,0	3 007
Países em desenvolvimento	0,712	72,0	12,7	7,8	13 301
Regiões					
Estados Árabes	0,719	72,5	12,0	8,1	15 825
Ásia Oriental e Pacífico	0,775	75,9	14,6	8,3	19 520
Europa e Ásia Central	0,818	74,8	15,6	10,7	23 171
América Latina e Caraíbas	0,783	75,6	14,8	9,1	18 048
Ásia do Sul	0,672	71,9	12,1	6,8	8 722
África Subsaariana	0,568	62,5	10,3	6,2	4 352
Países menos desenvolvidos	0,560	66,5	10,2	5,1	3 637
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	0,739	71,9	12,6	8,6	19 343
OCDE	0,916	80,6	16,5	12,3	52 698
Mundo	**0,756**	**73,4**	**13,0**	**8,8**	**20 327**

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)		Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4	ODS 8.4, 12.2		
					Emissões de dióxido de carbono *per capita* (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	Pegada material *per capita*	Índice de pegada material
	Valor	Valor	Diferença do valor do IDH (%)	Valor	(toneladas)	Valor	(toneladas)	Valor
	2023	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**
Agrupamentos de IDH								
Desenvolvimento humano muito elevado	0,914	0,741	18,9	0,811	9,4	0,877	23,0	0,746
Desenvolvimento humano elevado	0,777	0,677	12,9	0,871	5,6	0,926	16,6	0,816
Desenvolvimento humano médio	0,656	0,631	3,8	0,963	1,6	0,980	4,9	0,945
Desenvolvimento humano baixo	0,515	0,505	1,9	0,980	0,4	0,995	3,2	0,964
Países em desenvolvimento	0,712	0,653	8,3	0,917	3,6	0,953	10,7	0,881
Regiões								
Estados Árabes	0,719	0,665	7,5	0,926	4,6	0,940	8,1	0,911
Ásia Oriental e Pacífico	0,775	0,658	15,1	0,849	6,5	0,916	19,7	0,782
Europa e Ásia Central	0,818	0,731	10,6	0,893	5,0	0,934	13,3	0,852
América Latina e Caraíbas	0,783	0,715	8,7	0,913	2,7	0,965	12,5	0,861
Ásia do Sul	0,672	0,644	4,2	0,959	2,1	0,973	5,0	0,945
África Subsaariana	0,568	0,553	2,6	0,974	0,7	0,991	3,8	0,958
Países menos desenvolvidos	0,560	0,548	2,1	0,978	0,3	0,996	3,6	0,960
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	0,739	..	..	..	2,7	0,965	..	..
OCDE	0,916	0,752	17,9	0,821	8,2	0,893	22,6	0,750
Mundo	**0,756**	**0,680**	**10,1**	**0,900**	**4,5**	**0,941**	**12,7**	**0,859**

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Índice de Desigualdade de Género

	Índice de Desigualdade de Género	ODS 3.1	ODS 3.7	ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho	
		Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Percentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos algum ensino secundário			
	Valor	(mortes por 100 000 nados-vivos)	(nascimentos por 1 000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
					Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2023	**2020**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**	**2023**
Agrupamentos de IDH								
Desenvolvimento humano muito elevado	0,125	14	10,1	30,2	90,8	92,7	54,1	69,3
Desenvolvimento humano elevado	0,334	67	25,5	25,6	65,7	72,2	50,4	74,8
Desenvolvimento humano médio	0,513	291	44,8	22,5	41,1	56,5	43,4	76,6
Desenvolvimento humano baixo	0,571	369	81,5	25,3	19,8	34,9	41,7	75,1
Países em desenvolvimento	0,478	236	42,9	24,6	53,9	64,2	46,9	75,5
Regiões								
Estados Árabes	0,539	133	44,2	17,8	45,8	56,9	18,4	69,8
Ásia Oriental e Pacífico	0,315	78	15,5	21,7	64,6	73,2	55,0	76,4
Europa e Ásia Central	0,226	21	19,5	26,0	82,3	90,3	45,7	69,3
América Latina e Caraíbas	0,384	85	51,4	34,2	66,2	66,1	51,8	75,1
Ásia do Sul	0,458	132	26,1	17,9	42,5	58,9	33,5	76,7
África Subsaariana	0,558	509	94,2	27,3	32,1	43,8	64,3	75,6
Países menos desenvolvidos	0,552	352	90,6	25,6	24,3	35,2	51,0	75,0
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	0,451	203	46,9	26,2	57,8	61,9	54,1	71,0
OCDE	0,192	22	17,5	33,1	88,0	90,6	53,5	68,7
Mundo	**0,455**	**216**	**39,1**	**26,5**	**62,0**	**70,2**	**48,5**	**74,1**

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2025

Conceitos-chave

- Países desenvolvidos
- Países em desenvolvimento
- Crescimento económico
- Desenvolvimento
- Indicadores de desenvolvimento
- Indicadores simples e compostos
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
- Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)
- Índice de Desigualdade de Género (IDG)
- Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)
- Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG)
- Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)
- Limitações dos indicadores
- Crescimento económico moderno
- Fontes de crescimento económico
- Características do crescimento económico moderno
- Estrutura setorial
- Terciarização
- Ciclos económicos
- Recessão
- Expansão
- Desenvolvimento humano e sustentável
- Agenda 2030
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Problemas ambientais
- Poluição atmosférica
- Poluição das águas
- Poluição dos solos
- Esgotamento dos recursos

Síntese

- Atualmente, é habitual classificar os países quanto ao desenvolvimento em dois grupos: países desenvolvidos (PD) e países em desenvolvimento (PED). Os **países desenvolvidos** situam-se maioritariamente no Hemisfério Norte, caracterizando-se pelos seus elevados padrões de vida e níveis de industrialização. Os **países em desenvolvimento** são países que iniciaram o seu processo de industrialização mais tarde, que se localizam essencialmente no Hemisfério Sul. As populações dos PED têm, em geral, padrões de vida bastante baixos.
- O conceito de **crescimento económico** diz respeito ao aumento sustentado da produção de um país durante um determinado período, enquanto o conceito de **desenvolvimento** vai um pouco mais além, correspondendo a um acréscimo da produção nacional acompanhado de uma transformação das estruturas económicas, sociais, demográficas e culturais do país.
- Os níveis de desenvolvimento de cada país podem ser analisados por meio de **indicadores simples** ou **complexos**. Os indicadores simples podem ser de natureza socioeconómica, sociocultural, sociopolítica ou demográfica. Os indicadores compostos são criados a partir de diversos indicadores simples, sendo alguns dos seus exemplos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Género (IDG), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG) ou, o mais recente, Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP). No entanto, estes indicadores apresentam algumas limitações, pelo que devem ser analisados de uma forma cautelosa e complementar.
- No período moderno, foi possível observar um grande crescimento económico dos países desenvolvidos. As três principais **fontes do crescimento económico moderno** são o aumento da dimensão dos mercados, o investimento em capital e o progresso tecnológico.
- As principais **características do crescimento económico moderno** que os países desenvolvidos apresentam em comum são a alteração da estrutura da atividade económica, a inovação tecnológica, o aumento da produção e da produtividade, a diversificação da produção, a modificação do modo de organização económica e uma melhoria do nível de vida.
- O crescimento económico moderno conduziu à **terciarização** da economia nos países desenvolvidos, tendo havido uma expansão dos setores primário e secundário para o setor terciário.
- Os **ciclos de crescimento económico** são flutuações recorrentes do produto, rendimento e emprego de um país, que se traduzem em variações ascendentes ou descendentes desses mesmos agregados. Cada ciclo económico é composto por uma fase ascendente (**expansão**) e por uma fase descendente (**recessão**).

- O período de flutuação cíclica corresponde ao intervalo de tempo que decorre entre dois pontos mínimos (baixas ou fundos) ou dois pontos máximos (picos) consecutivos, sendo este período variável.
- O **desenvolvimento sustentável** é um desenvolvimento que entra em linha de conta com a sustentabilidade do planeta, no qual se procura satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer o acesso futuro aos recursos do planeta por parte das gerações vindouras, envolvendo três pilares: sustentabilidade ambiental, social e económica.
- A integração do **desenvolvimento humano e sustentável** é o que conduz as sociedades à verdadeira forma de progresso, onde o crescimento económico proporciona benefícios de modo justo e inclusivo, sem colocar o planeta em risco.
- A ONU, no âmbito da **Agenda 2030**, definiu um conjunto de 17 objetivos globais, denominados **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, com vista a alcançar maior justiça, equidade e sustentabilidade planetária até ao ano 2030.
- O crescimento económico moderno conduziu a um aumento exponencial dos níveis da produção que gerou **problemas ambientais** e **esgotamento dos recursos**.
- A **poluição ambiental** consiste na contaminação atmosférica, das águas e dos solos, através de algumas atividades humanas que conduzem à eliminação de certas espécies vegetais e animais, à destruição dos ecossistemas naturais e à deterioração da qualidade do ar, dos recursos hídricos e dos solos.
- Os **principais sintomas da diminuição da base de recursos disponíveis** são a diminuição de água potável, solos produtivos, zonas verdes e florestas, biodiversidade.
- Embora tenha havido uma evolução sem precedentes do crescimento económico mundial, nem todos os países conseguiram crescer ao mesmo ritmo. A partir de meados do século XX, o mundo começou a dividir-se e as economias desenvolvidas e em desenvolvimento começaram a registar diferentes ritmos de crescimento, tendo como repercussão as **desigualdades de desenvolvimento atuais** e os diferentes níveis de bem-estar das populações.

Ficha de trabalho 13

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. O RNB *per capita* é um indicador

a) de desenvolvimento composto.

b) demográfico.

c) sociocultural.

d) económico simples.

1.2. O indicador mais utilizado para medir o desenvolvimento é

a) o crescimento económico.

b) a taxa de atividade da população.

c) o Índice de Desenvolvimento Humano.

d) o Índice de Investimento.

2 **Explicita o sentido da expressão: o desenvolvimento é o "crescimento mais a mudança".**

3 **Observa o quadro que se segue.**

Índice de Pobreza Multidimensional: países em desenvolvimento

	Índice de Pobreza Multidimensional	População em pobreza multidimensional					
		Contagem de pessoas			Intensidade da privação	Desigualdade entre as pessoas pobres	População em pobreza multidimensional grave
			(milhares)				
	Valor	(%)	No ano do inquérito	2022	(%)	Valor	(%)
Países menos desenvolvidos	**0,089**	**18,3**	**1 085 191**	**1 148 746**	**48,5**	**0,017**	**8,0**
Estados Árabes	0,072	14,7	46 840	53 193	48,9	0,018	6,5
Ásia Oriental e Pacífico	0,021	5,0	100 687	104 097	42,4	0,008	0,9
Europa e Ásia Central	0,004	1,2	1 692	1 758	37,1	0,003	0,1
América Latina e Caraíbas	0,025	5,8	32 683	34 389	42,9	0,010	1,5
Ásia do Sul	0,094	20,8	393 030	401 859	45,2	0,014	7,3
África Subsaariana	0,254	48,4	510 259	553 451	52,5	0,021	26,9

(continua)

(contituação)

	População vulnerável à pobreza multi-dimensional	Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global			População a viver abaixo do limiar de pobreza monetária (%)	
		Saúde	Educação	Nível de vida	Limiar nacional de pobreza	PPP $2.15 por dia
	(%)	(%)			(2012-2023)	(2012-2023)
Países menos desenvolvidos	**14,8**	**24,3**	**32,0**	**43,6**	**19,4**	**11,5**
Estados Árabes	9,2	25,7	34,6	39,7	25,9	5,8
Ásia Oriental e Pacífico	14,2	28,4	36,0	35,7	3,6	0,6
Europa e Ásia Central	2,6	66,7	16,5	16,8	12,0	1,4
América Latina e Caraíbas	6,4	34,3	27,0	38,7	36,2	3,6
Ásia do Sul	17,9	28,8	33,8	37,4	23,1	11,0
África Subsaariana	18,2	20,2	30,4	49,3	40,9	38,6

PNUD, *Relatório Global do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)*, 2024

3.1. Apresenta exemplos de indicadores de desenvolvimento simples.

3.2. Identifica o indicador de desenvolvimento composto patente no quadro.

3.3. Comenta os principais aspetos do quadro.

3.4. Diz o que entendes por país em desenvolvimento.

4 **Lê o seguinte excerto.**

"Tal como o IDHAD, o IDG capta a perda de progressos nas principais dimensões, devido à desigualdade de género. Varia entre 0 (nenhuma desigualdade nas dimensões incluídas) e 1 (desigualdade total)."

PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 2010

4.1. Identifica os dois indicadores mencionados.

4.2. Explicita o sentido da primeira afirmação.

Ficha de trabalho 13 (cont.)

5 **Lê o seguinte texto.**

"A economia de Cabo Verde avançou 6,7% em relação ao ano anterior no quarto trimestre de 2024, após uma revisão em alta de 3,4% no período de três meses anterior. A expansão foi principalmente sustentada pelo crescimento no setor de alojamento e restauração (27% vs. 20,2% no terceiro trimestre), indústria de transformação (12,3% vs. 1%), serviços empresariais (18,1% vs. 0,8%) e administração pública (13,3% vs. -4,1%), bem como aumentos no consumo final (6,9% vs. -1,2%) e no investimento fixo (9,5% vs. -16,3%). Entretanto, as exportações subiram 6,1% (vs. 8,1% no terceiro trimestre), enquanto as importações dispararam 7,9% (vs. -10,2% no terceiro trimestre). Em 2024, a economia cresceu 7,3%, consolidando o crescimento revisto em alta de 5,4% em 2023. O turismo manteve-se como a força motriz da economia em 2024, com o arquipélago adicionando mais rotas aéreas europeias e atingindo um recorde de 1,2 milhão de visitantes."

https://pt.tradingeconomics.com/cape-verde/gdp-growth-annual [consult. 30 jun 2025]

5.1. Diz o que entendes por crescimento económico moderno.

5.2. Refere as principais fontes do crescimento económico moderno.

5.3. Comenta o texto, tendo em atenção o crescimento da economia cabo-verdiana.

6 **Lê o seguinte texto.**

"Desde as suas origens que o capitalismo tem sido atingido por surtos periódicos de inflação (subida de preços) e recessão (desemprego elevado). Por exemplo, desde a II Guerra Mundial houve dez recessões nos EUA, tendo algumas delas colocado milhões de pessoas no desemprego. Essas flutuações são conhecidas como o ciclo económico."

SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William (2012), *Economia*, McGraw-Hill

6.1. Comenta o texto, atendendo ao conceito de ciclo económico.

7 **Identifica as principais consequências ecológicas do crescimento moderno e da utilização indiscriminada de recursos.**

Economia 11.º ano

Criação intelectual
Rita Pereira Gomes

Revisão científica
Universidade
de Cabo Verde
João Brito

Design
Porto Editora

Créditos fotográficos
© Stock.Adobe.com
© Pedro Moita

Edição
2025

Cabo Verde

Brasão

Bandeira

Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!

Este livro foi aprovado pelo Ministério da Educação para utilização obrigatória nas escolas